Casa de Oswaldo Cruz – FIOCRUZ
Programa de Pós-Graduação em História das Ciências e da Saúde

ALEXANDRE VERÇOSA GRECO

A LUTA DE MÁRIO VICTOR DE ASSIS PACHECO CONTRA A DESNACIONALIZAÇÃO DA INDÚSTRIA FARMACÊUTICA E O CONTROLE POPULACIONAL (1968-1985)

Rio de Janeiro

2023

ALEXANDRE VERÇOSA GRECO

A LUTA DE MÁRIO VICTOR DE ASSIS PACHECO CONTRA A DESNACIONALIZAÇÃO DA INDÚSTRIA FARMACÊUTICA E O CONTROLE POPULACIONAL (1968-1985)

Dissertação de mestrado apresentada ao Curso de Pós-Graduação em História das Ciências e da Saúde da Casa de Oswaldo Cruz-Fiocruz, como requisito parcial para obtenção do Grau de Mestre. Área de Concentração: História das Ciências.

Orientador: Prof. Dr. Robert Wegner

Rio de Janeiro
2023

ALEXANDRE VERÇOSA GRECO

A LUTA DE MÁRIO VICTOR DE ASSIS PACHECO CONTRA A DESNACIONALIZAÇÃO DA INDÚSTRIA FARMACÊUTICA E O CONTROLE POPULACIONAL (1968-1985)

Dissertação de mestrado apresentada ao Curso de Pós-Graduação em História das Ciências e da Saúde da Casa de Oswaldo Cruz-Fiocruz, como requisito parcial para obtenção do Grau de Mestre. Área de Concentração: História das Ciências.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Robert Wegner (Programa de Pós-Graduação em História das Ciências e da Saúde da Casa de Oswaldo Cruz-Fiocruz) – Orientador

---

Prof. Dr. Marcos Chor Maio (Programa de Pós-Graduação em História das Ciências e da Saúde da Casa de Oswaldo Cruz-Fiocruz)

Prof. Dr. Leonardo Dallacqua de Carvalho (Programa de Pós-Graduação em História da Universidade do Maranhão)

Suplentes:

Prof. Dr. Gilberto Hochman (Programa de Pós-Graduação em História das Ciências e da Saúde da Casa de Oswaldo Cruz-Fiocruz)

Prof. Dr. Vanderlei Sebastião de Souza (Programa de Pós-Graduação em História da Universidade do Centro-Oeste - PR)

Rio de Janeiro
2023

G791l Greco, Alexandre Verçosa.
A luta de Mário Victor de Assis Pacheco contra a desnacionalização da indústria farmacêutica e o controle populacional (1968-1985) / Alexandre Verçosa Greco. – Rio de Janeiro, 2023.
146f. : il.

Orientador: Robert Wegner.
Dissertação (Mestrado Acadêmico em História das Ciências e da Saúde) – Fundação Oswaldo Cruz. Casa de Oswaldo Cruz.
Bibliografia: f. 125-135.

1. Ética Médica. 2. Controle da População.
3. Indústria Farmacêutica. 4. História do Século XX. 5. Brasil.

CDD 362.1

Elaborada pelo Sistema de Geração Automática de Ficha Catalográfica da Rede de Bibliotecas da Fiocruz com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).
Responsável pela Ficha Catalográfica: Marise Terra - CRB-6-351

Dedico este trabalho ao meu pai Perolindo Greco (*In memoriam*), à minha mãe Maria da Glória e ao meu irmão Anderson.

AGRADECIMENTOS

Após a trajetória desses dois anos de estudos no PPGHCS/COC/Fiocruz tenho o dever de agradecer publicamente, pois o que construímos na vida não fazemos sozinhos.

Agradeço a Deus por oportunizar mais uma experiência nessa jornada por vezes maravilhosa e em outras um tanto amarga que é a vida.

À minha mãe e ao meu irmão que me ajudaram mesmo de forma indireta.

Ao meu orientador Robert Wegner por ter feito o convite para participar do processo seletivo de ingresso ao mestrado, pela sua dedicação profissional, paciência ao ensinar e a excelente orientação. Foi uma honra ter sido orientado por ele que contribuiu em minha formação acadêmica como historiador das ciências e da saúde.

Aos professores (as) do PPGHCS/COC/Fiocruz: André Felipe Cândido da Silva, Daiane Rossi, Gisele Sanglard, Kaori Kodama, Marcos Chor Maio, Ricardo Cabral Freitas, Rômulo de Paula Andrade e Tamara Rangel Vieira com os quais tive a oportunidade de conhece-los ao cursar as disciplinas ministradas por eles, e que muito contribuíram para o desenvolvimento da minha pesquisa e formação acadêmica.

Aos funcionários da secretaria que sempre atenderam às minhas solicitações e pelas informações e orientações.

Aos meus colegas de turma, pelo companheirismo mesmo que nosso contato tenha sido apenas virtual. Aprendi com cada um deles em debates nas disciplinas, pelas correções do meu projeto, no preparo dos seminários. Sou muito grato por sempre serem muito solícitos aos esclarecimentos das minhas dúvidas.

À turma de mestrado 2022 pelos debates na disciplina de História e Historiografia das Ciências quando tive a oportunidade de frequentar as aulas presencialmente. Agradeço também pelas ótimas conversas.

À banca de qualificação formada pelos professores Leonardo Dallacqua de Carvalho e Marcos Chor Maio pelas sugestões e orientações para o desenvolvimento da minha pesquisa.

À doutora Regina Rocco, à professora Pietra Diwan, ao professor Paulo Amarante e ao médico José Ruben Ferreira de Alcantara Bonfim que além de contribuírem com bibliografias e sugestões também foram muito solícitos.

Ao grupo de trabalho do Projeto História da Genética e de seus impactos: raça, racismo e população no Brasil pelas contribuições nos encontros da equipe. Em especial ao Lucas Nogueira e à Viviane pelas contribuições ao desenvolvimento da pesquisa.

Aos meus amigos Patrick de Oliveira e Jefferson Alves pela ajuda e a todos os amigos

e familiares que de alguma forma incentivaram a realização deste mestrado.

Ao DAD/COC, AHEx e SIARQ/UFRJ por possibilitarem acesso à documentação.

À Casa de Oswaldo Cruz pela oportunidade de estudar em uma instituição de excelência em ensino e pesquisa e pela concessão da bolsa de estudos da Fiocruz.

"Este é um livro de estudo. Um livro de debate. Mas sobretudo um livro de denúncia" (Mário Victor de Assis Pacheco, 1974)

RESUMO

Esta dissertação de mestrado trata da trajetória intelectual do pouco pesquisado médico e militar Mário Victor de Assis Pacheco (1909-1986). Crítico ferrenho à desnacionalização da indústria farmacêutica por ameaçar a soberania do país nesse setor e ao controle populacional pelo caráter neocolonialista e racista, considerava imperialistas essas políticas das nações consideradas desenvolvidas. Por meio da trajetória intelectual do médico Mário Victor de Assis Pacheco este estudo teve o objetivo em adentrar no seio dos debates acerca das questões populacionais no país e no mundo, e do processo da desnacionalização das empresas farmacêuticas no Brasil. O recorte da pesquisa compreende o período entre 1968 e 1985, durante o qual Assis Pacheco publicou oito livros cujo temas centrais eram a desnacionalização da indústria farmacêutica e o controle populacional. Periódicos, livros e cartas também foram utilizados para compreender as discussões do período citado, principalmente, o debate entre natalistas e antinatalistas. Vivendo no contexto de Guerra Fria a tensão geopolítica reverbera no país com o golpe civil-militar em 1964. Neste cenário, Assis Pacheco foi reformado como coronel, devido ao seu alinhamento com ideias progressistas como a nacionalização da indústria e a reforma agrária. Atuando na função de Secretário-Geral da Associação Médica do Estado da Guanabara, posteriormente Associação Médica do Estado do Rio de Janeiro, Mário Victor de Assis Pacheco denunciou a evasão de divisas causadas pelas multinacionais farmacêuticas, os casos de esterilização de mulheres pobres pela BEMFAM e se colocou a favor dos cientistas da Fiocruz perseguidos pelo Regime Militar no episódio conhecido como "O Massacre de Manguinhos". O estudo envolveu assuntos sobre a ética médica; as motivações nacionais e internacionais do controle populacional; as práticas racistas; machismo; esterilização; fome e saúde pública.

Palavras-chave: Controle Populacional; Indústria Farmacêutica; Neocolonialismo; Desnacionalização; Explosão Demográfica.

ABSTRACT

This master's thesis deals with the intellectual trajectory of the little researched physician and military Mário Victor de Assis Pacheco (1909-1986). A fierce critic of the denationalization of the pharmaceutical industry for threatening the sovereignty of the country in this sector and of population control due to its neo-colonialist and racist character, he considered these policies of the nations considered developed to be imperialist. Through the intellectual trajectory of physician Mário Victor de Assis Pacheco, this study aimed to enter into the debates about population issues in the country and in the world, and the process of denationalization of pharmaceutical companies in Brazil. The research covers the period between 1968 and 1985, during which Assis Pacheco published eight books whose central themes were the denationalization of the pharmaceutical industry and population control. Periodicals, books and letters were also used to understand the discussions of the period mentioned, especially the debate between natalists and antinatalists. Living in the context of the Cold War, geopolitical tension reverberates in the country with the civil-military coup in 1964. In this scenario, Assis Pacheco was reformed as a colonel, due to his alignment with progressive ideas such as the nationalization of industry and agrarian reform. Acting as Secretary General of the Medical Association of the State of Guanabara, later the Medical Association of the State of Rio de Janeiro, Mário Victor de Assis Pacheco denounced the evasion of foreign exchange caused by pharmaceutical multinationals, the cases of sterilization of poor women by BEMFAM and put himself in favor of the Fiocruz scientists persecuted by the Military Regime in the episode known as "The Manguinhos Massacre". The study involved questions about medical ethics; the national and international motivations of population control; racist practices; machismo; sterilization; hunger and public health.

Keywords: Population Control; Pharmaceutical industry; Neocolonialism; Denationalization; Population Explosion.

LISTA DE SIGLAS

AHEX	Arquivo Histórico do Exército
AI	Ato Institucional
AMEG	Associação Médica do Estado da Guanabara
BEMFAM	Sociedade Civil Bem-Estar Familiar no Brasil
BIRD	Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (Banco Mundial)
BN	Biblioteca Nacional
CEBES	Centro Brasileiro de Estudos de Saúde
CPARH	Centro de Pesquisa e Assistência em Reprodução Humana
CPI	Comissão Parlamentar de Inquérito
CPMI	Comissão Parlamentar Mista de Inquérito
CREMEG	Conselho de Medicina do Estado da Guanabara
DAD/COC	Departamento de Arquivo e Documentação da Casa de Oswaldo Cruz
ESG	Escola Superior de Guerra
FMI	Fundo Monetário Internacional
HCE	Hospital Central do Exército
IPES	Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais
IPM	Inquérito Policial Militar
IPPF	International Planned Parenthood Federation
ISEB	Instituto Superior de Estudos Brasileiros
MEC	Ministério da Educação e Cultura
OEA	Organização dos Estados Americanos
PSD	Partido Social Democrático
PTB	Partido Trabalhista Brasileiro
PTN	Partido Trabalhista Nacional
SBPC	Sociedade Brasileira par o progresso da Ciência
SIARQ/UFRJ	Sistema de Arquivos da Universidade Federal do Rio de Janeiro
SODESA	Sociedade de Defesas da Saúde
SOF	Serviço de Orientação da Família
USP	Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

Introdução 1

Capítulo 1 – Há lugar para todos? Explosão demográfica e neomalthusianismo.....12

1.1 – População.....12

1.2 – Malthusianismo.....14

1.3 – Neomalthusianismo e Explosão Demográfica: estudos populacionais e ciência.....15

1.4 - Crescimento demográfico, "vazios demográficos" e desenvolvimento.....20

1.5 - O desenvolvimentismo nacional e os obstáculos externos e internos.....24

1.6 - Saúde é desenvolvimento.....28

Capítulo 2 – Mário Victor de Assis Pacheco: Trajetória intelectual.....32

2.1 – Mário Victor de Assis Pacheco.....32

2.2 – Trajetória Militar.....34

2.3 – Atuação na Associação Médica do Estado do Rio de Janeiro (AMERJ).....39

2.4 – Denunciando e alertando os públicos especializado e leigo: escrevendo, palestrando e atuando.....43

2.5 – Diálogos e influências do Mário Victor de Assis Pacheco: Josué de Castro e a fome como problema político.....49

2.6 – Ciência x anticiência: Outros diálogos e referências do médico Mário Victor de Assis Pacheco.....53

Capítulo 3 – Os interesses estrangeiros e nacionais – desnacionalizando a indústria, controlando a população.....62

3.1 – A Indústria Farmacêutica e a sua desnacionalização.....62

3.2 – Agências estrangeiras e entidades nacionais: a explosão demográfica e o debate entre natalistas e antinatalistas.....71

3.3 – Cobaias humanas? Esterilização e as denúncias de genocídio – a ética médica em questão.....87

3.4 – Quantidade ou qualidade? Neocolonialismo e racismo na perspectiva de Assis Pacheco 96

3.5 – Indústria farmacêutica, anticoncepcionais e as vítimas do controle populacional.....104

Considerações finais.....109

Referências.....117

Anexos.....136

LISTA DE FIGURA

Figura 1.Crescimento das populações brasileiras entre 1872-1960. Fonte IBGE, 1996 (Assis Pacheco, 1974:14).....22

LISTA DE TABELA

Tabela 1. Clínicas da BEMFAM "instaladas" no Brasil até 1967 e previsão de novas clínicas segundo as denúncias do jornalista Gurgel do Amaral à CPI de 1967 (Assis Pacheco, 1974:62-63).....79

LISTA DE ANEXOS

Anexo 1: Carta de Octávio Rodrigues Lima ao Diretor Executivo da IPPF, Donald Lubin. (Assis Pacheco, 1974:259).....136

Anexo 2: Carta de Octávio Rodrigues Lima ao Diretor Executivo da IPPF, Donald Lubin. (Assis Pacheco, 1974:260).....137

Anexo 3. Carta de Donald Lubin ao presidente da BEMFAM, Octávio Rodrigues Lima. (Assis Pacheco, 1974:262).....138

Anexo 4. Carta de Donald Lubin ao presidente da BEMFAM, Octávio Rodrigues Lima. (Assis Pacheco, 1974:263).....139

Anexo 5. 12 objetivos da investigação da CPMI de 1967 sobre a limitação da natalidade no Brasil. (Aleixo, 1974:28).....140

Anexo 6. Carta de Robert A. Mayer Representante Assistente da *Ford Foundation* para Octávio Rodrigues Lima, presidente da BEMFAM. (Assis Pacheco, 1974:266).....141

Anexo 7. Carta de Robert A. Mayer Representante Assistente da *Ford Foundation* para Octávio Rodrigues Lima, presidente da BEMFAM. (Assis Pacheco, 1974:267).....142

Anexo 8. Carta de Robert A. Mayer Representante Assistente da *Ford Foundation* para Octávio Rodrigues Lima, presidente da BEMFAM. (Assis Pacheco, 1974:268).....143

Anexo 9. Lista incompleta dos medicamentos não recomendáveis pela AMERJ (Assis Pacheco, 1978:16).....144

Anexo 10. Lista incompleta dos medicamentos não recomendáveis pela AMERJ (Assis Pacheco, 1978:17).....145

Anexo 11. Lista incompleta dos medicamentos não recomendáveis pela AMERJ (Assis Pacheco, 1978:18).....146

Introdução

> Dedico este livro à juventude. Às dezenas de milhões de jovens brasileiros. Às futuras centenas de milhões de moças e de rapazes que aumentarão os bens de consumo e de produção e as riquezas a serem justamente distribuídas em nossa Pátria. À juventude que melhor ainda poderá defender nosso vasto, desabitado, riquíssimo e tão cobiçado Brasil. (Assis Pacheco, 1974).

Esta pesquisa aborda as práticas de controle populacional ocorridas no Brasil entre as décadas de 1960 e 1980 a partir do estudo da trajetória intelectual do médico Mário Victor de Assis Pacheco (1909 - 1986). Ele afirmava que o controle populacional no Brasil tinha finalidade neocolonialista e racista. Suas publicações em livros e jornais procuravam defender o discurso natalista argumentando que a tese antinatalista ou neomalthusiana não era científica e interferia no projeto de desenvolvimento econômico e social nacional.

O meu ingresso ao Programa de Pós-Graduação em História das Ciências e da Saúde ocorreu inicialmente pelo meu interesse em pesquisar o assunto eugenia[1], mais precisamente sobre a história da bioética envolvendo a engenharia genética e possíveis relações desta com a eugenia. Por se tratar dos assuntos da bioética este projeto continha o debate envolvendo as esterilizações das mulheres no Brasil (Nielsson, 2020). Esses procedimentos foram colocados em prática oficialmente em determinados países, como, conforme estudado por Stern, os Estados Unidos (Stern, 2016). Pesquisando fontes primárias e bibliografias que informassem casos de esterilização no Brasil, o projeto, gradativamente, mudou o seu rumo.

Nesta fase da pesquisa procurei focar as atenções na BEMFAM (Sociedade Civil Bem-Estar Familiar no Brasil), sua origem, pessoas envolvidas e sua atuação. Analisando periódicos na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional (Hemeroteca Digital BN), encontrei notícias sobre as denúncias de esterilização de mulheres, inclusive, era mencionado uma CPI[2] (Comissão Parlamentar de Inquérito) em 1967[3] que investigava essas denúncias (Fonseca Sobrinho, 1993:109). A BEMFAM e missionários eram alvos das acusações de esterilização de mulheres pobres no país. Para compreender melhor esse caso, meu orientador indicou a leitura da tese de doutorado desenvolvida por Marcos Bhering (2014). A pesquisa deste autor estudou a história do planejamento familiar no Brasil, sendo o CPAIMC (Centro de Pesquisa e

[1] Souza e Wegner (2018), relatam que a eugenia teve uma ação social e biológica na construção da modernidade nas primeiras décadas do século XX. A eugenia se sustentava nos campos da ciência, política e social. Ao eliminar as imperfeições hereditárias e desenvolvendo as habilidades físicas e mentais do indivíduo poderia formar um novo ser humano.

[2] Criada no Governo de Eurico Gaspar Dutra (1946-1951) para ser um dos mecanismos de controle do poder Executivo (Escorel e Teixeira, 2012:306). Ver também: https://www.congressonacional.leg.br/legislacao-e-publicacoes/glossario-legislativo/-/legislativo/termo/comissao_parlamentar_de_inquerito_cpi.

[3] Dom Fernando confirma na CPI (Comissão Parlamentar de Inquérito) que norte-americanos empregam o DIU no Brasil. *Jornal do Brasil*, 1º Caderno, 11 de agosto de 1967, pp.15.

Assistência Integral à Mulher e à Criança) o seu objeto de estudo. A pesquisa mostrou os debates relativos à CPMI[4] (Comissão Parlamentar Mista de Inquérito) de 1993 presidida pela Deputada Benedita da Silva[5]que investigou as denúncias de esterilização das mulheres pobres no Brasil. Nesta ocasião a BEMFAM novamente foi alvo das denúncias, porém desta vez acompanhada de outras instituições de planejamento familiar como o CPAIMC.

Por conseguinte, a partir das leituras das fontes nos periódicos da Hemeroteca Digital BN, observei a presença frequente de um personagem nas discussões atinentes ao controle populacional, o seu nome era Mário Victor de Assis Pacheco. Ele foi um médico ginecologista, tendo iniciado a carreira no Exército como tenente em 1936, e combateu na Segunda Guerra Mundial. Presente nas discussões sobre a desnacionalização da indústria farmacêutica desde 1961 (Assis Pacheco, 1983b), em 1963 foi designado para integrar o Grupo de Estudo da Indústria Farmacêutica sem prejuízos de suas funções no Exército e participou frequentemente dos debates sobre o controle populacional. Outrossim, ele publicava cartas e artigos em periódicos, sejam jornais ou revistas; proferia palestras, participava de programas de televisão e publicava livros.

Atuou como Livre docente em Clínica Ginecológica pela Universidade Federal do Rio de Janeiro e foi Secretário-Geral da Associação Médica do Rio de Janeiro. Na década de 1970 participou dos debates sobre a Reforma Sanitária. Entre 1968 e 1985 publicou oito livros abordando os temas abuso das multinacionais farmacêuticas, controle populacional, demografia, ética médica, racismo, machismo, neomalthusianismo, esterilização, fome e saúde pública.

Desta forma, entendi, à princípio de que a trajetória intelectual do Mário Victor se tratava especificamente sobre os debates relativos ao controle populacional, porém, posteriormente compreendi a sua atuação inicial participando efetivamente das discussões sobre a desnacionalização da indústria farmacêutica. Havia interpretado que a sua participação nas questões sobre a indústria farmacêutica e a Reforma Sanitária, esta durante a década de

[4] Comissão mista e temporária criada a requerimento de pelo menos um terço dos membros de cada Casa do Congresso Nacional, destinada a investigar fato determinado por prazo certo, com poderes próprios das autoridades judiciais, além de outros previstos nos regimentos das Casas. Ver em: https://www.congressonacional.leg.br/legislacao-e-publicacoes/glossario-legislativo/-/legislativo/termo/comissao_parlamentar_mista_de_inquerito_cpmi.

[5] Relatório n. 2, de 1993 - CN : relatório final da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito destinada a examinar a incidência de esterilização em massa de mulheres no Brasil. Ver em: https://www2.senado.leg.br/bdsf/item/id/85082.

1970, teriam ocorrido em menor escala ao comparar com a sua produção referente ao controle populacional. No entanto, em relação ao engajamento do Mário Victor nas discussões sobre a desnacionalização da indústria farmacêutica, posso afirmar que foi muito relevante. Aliás, este debate é um dos fatores da sua ligação com assuntos envolvendo o controle populacional. Desse modo, essa dissertação tratará desses dois temas de forma correlacionada.

Ao longo desta dissertação mencionarei o nome do personagem objeto desta pesquisa de três formas. O seu nome completo, Mário Victor de Assis Pacheco; o nome como é referenciado em sua produção literária, Assis Pacheco; e a terceira maneira o seu nome composto, Mário Victor. Portanto, em qualquer um desses formatos me referirei a mesma pessoa.

Para esboçar este estudo utilizei metodologicamente a consulta das fontes primárias a partir dos artigos e livros publicados por Assis Pacheco, suas cartas e documentos pessoais; distintos periódicos disponibilizados pela Hemeroteca Digital BN; e arquivos em *sites* encontrados na *internet*. Explicarei detalhadamente a metodologia aplicada, por considerar relevância nessas informações para auxiliar futuras pesquisas neste tema ou outros assuntos do interesse dos historiadores.

Dentre muitas bibliografias consultadas para a construção desta dissertação, a tese de doutorado de Marcos Jungmann Bhering defendida em 2014 pela Casa de Oswaldo Cruz, tem sido efetivo apoio quanto ao diálogo referentes às questões populacionais, período histórico e atores envolvidos como militares, Igreja e instituições de planejamento familiar. Assim ela, enriquece a elaboração desta pesquisa por trazer ideias e visões não percebidas no desenvolvimento deste estudo, e também por conter assuntos que suscitam questões.

Encontrei documentos referentes a trajetória de Mário Victor de Assis Pacheco nas Forças Armadas, nesse caso, o Exército, em que realizei visitas ao Palácio Duque de Caxias, Comando Militar do Leste localizado no Centro da cidade do Rio de Janeiro, RJ. O palácio armazena os documentos no Arquivo Histórico do Exército[6] (AHEx). Muitas informações sobre o médico e militar se encontravam em documentos do Exército nomeados "Alterações". Esses documentos resumiam a vida militar dos oficiais informando datas de incorporação, cursos realizados, transferências de unidade militar, honrarias, elogios, punições e mudança de posto. Por meio das "Alterações" é possível compreender, ao menos em parte, o comportamento do personagem em estudo, seus feitos, a carreira militar e a parte da história do Brasil. Havia outros documentos com informações importantes para este estudo trazendo

[6] *Ibidem.*

detalhes da vida do Mário Victor como data de nascimento, nomes dos familiares, aspecto físico, endereço residencial, resumo da carreira militar, assuntos burocráticos referentes à remuneração, tempo de serviço e habilidades intelectivas e esportivas. Realizei quatro visitas ao AHEx para a consulta das fontes registrando-as com anotações e fotografias.

O Sistema de Arquivo da Universidade Federal do Rio de Janeiro (SIARQ/UFRJ) colaborou com informações sobre o histórico escolar, data de nascimento e nome dos pais do Mário Victor. As fotocópias dos documentos foram enviadas por correio eletrônico após o contato que fiz com eles.

Na visita ao DAD/COC (Departamento de Arquivo e Documentação da Casa de Oswaldo Cruz), no município do Rio de Janeiro, RJ, encontrei cartas escritas por Mário Victor de Assis Pacheco, enquanto Secretário-Geral da AMEG (Associação Médica do Estado Guanabara), assim como o documento contendo sua palestra abordando a questão do controle da natalidade no país.

Buscas pelo *Google* digitando palavras-chave "Mário Victor de Assis Pacheco", "Mário Victor", "Assis Pacheco", "BEMFAM", "William Vogt" e "Desnacionalização da Indústria Farmacêutica" possibilitaram encontrar leis, projetos, artigos e periódicos digitalizados permitindo o levantamento das fontes primárias e bibliografias para fazer o estudo. Por meio desse método acessei documentos no *site Documentos Revelados* que armazena arquivos produzidos pelo governo militar. O *site* continha um arquivo informando uma palestra sobre a desnacionalização da indústria farmacêutica proferida por Mário Victor em 1977. O acesso ao periódico *Porantim* possibilitou conhecer as denúncias de esterilização das mulheres indígenas. Esta matéria teve participação do Mário Victor criticando esse meio de ação que impedia a gravidez das mulheres pobres no Brasil.

Prosseguindo os levantamentos por meio do *Google*, a *Revista de Saúde Pública* apresentava conteúdo sobre William Vogt e o assunto neomalthusianismo, sendo este incontornável para esta pesquisa. O mesmo periódico tinha informações referentes ao Primeiro Congresso Brasileiro de Medicina Militar. Este evento contou com a participação do médico e militar Mário Victor, conforme consta nos arquivos do AHEx. Leis, projetos e notícias sobre esterilização publicadas pelo jornal *O Globo* foram outros acessos realizados através do *Google*.

Disponibilizando inúmeros periódicos digitalizados desde o século XIX até os dias atuais, a Hemeroteca Digital BN permite ao pesquisador consultar remotamente as fontes históricas. Neste *site* realizei as buscas aplicando as palavras-chave "Mário Victor de Assis

Pacheco", "BEMFAM" e "esterilização". Os periódicos analisados foram *Diário de Notícias (RJ), Correio Paulistano, Revista Manchete, O Dia (PR), Ciência e Cultura, Jornal do Brasil, Pioneiro, O Jornal, Correio da Manhã, Diário da Tarde (PR), A Tribuna (SP), Jornal do Sports, Correio Rio Grandense (RS), Jornal do Commercio (RJ), O Estado de Florianópolis (SC), Última Hora (PE), Brasil Urgente (SP), Diário do Paraná (PR), A Noite (RJ), Realidade (SP), Diário de Pernambuco (PE), Leitura (RJ), Correio Braziliense, Revista Brasiliense, Diário Carioca, Última Hora (RJ)* e *O Pasquim.* Os jornais impressos outrora vistos com desconfianças quanto a serem fontes de pesquisa histórica, atualmente estão sendo ferramentas metodológicas para pesquisa (Lapuente, 2015), e a Biblioteca Nacional realiza trabalho de digitalização dos periódicos possibilitando melhor acesso ao material histórico.

Outro recurso digital para consulta das fontes histórica a Biblioteca Virtual do CEBES intitulada Biblioteca David Capistrano possui a coleção da Revista Saúde em Debate. Essa plataforma armazena artigos com informações sobre Mário Victor e a BEMFAM.

A obra intelectual do médico Mário Victor de Assis Pacheco contribuiu de forma considerável para meus interesses de pesquisa, a ponto de transformá-lo em objeto principal deste estudo. As dificuldades de definição da natureza e das funções dos intelectuais e, mesmo considerando a multiplicidade de abordagens possíveis, a história intelectual pode fornecer pistas muito concretas sobre as sociedades e seus problemas ao longo da história (Wasserman, 2015).

O recorte temporal escolhido é referente ao período entre os anos de 1968 e 1985, pois Mário Victor de Assis Pacheco publicou os seus livros no período citado. Considerou-se esses materiais como fonte primária porque Mário Victor escreveu durante o período da ocorrência correspondente aos debates sobre a desnacionalização da indústria farmacêutica e o controle populacional. Através das suas obras escritas em linguagem acessível para as pessoas leigas, o médico tinha o objetivo de alertar a população brasileira, não somente profissionais da saúde e demais acadêmicos, mas principalmente mulheres e gerações futuras, sobre o problema da desnacionalização da indústria farmacêutica e o perigo do controle populacional, os quais se tratavam de uma política neocolonialista das nações "desenvolvidas" para impedir o desenvolvimento dos países do "Terceiro Mundo",[7] o caso do Brasil.

Conforme reportado pelo historiador José D'Assunção Barros (2020) em seu livro *A fonte histórica e seu lugar de produção*, por meio dos textos das obras literárias os

[7]O desenvolvimento do conceito de "Terceiro Mundo" foi formulado pelo demógrafo Alfred Sauvy (Reis e Resende, 2021).

pesquisadores extraem informações referentes às características de uma sociedade que viveu em determinada época. Deste modo, o lugar de produção dos livros informa o contexto social das épocas em que foram escritos. Nesse sentido, os autores a partir das suas obras literárias mostram as suas respectivas influências políticas e sociais, possibilitando ao pesquisador aplicar a sua análise histórica a partir dos livros, em que estes são fontes históricas.

As obras produzidas por Assis Pacheco são fontes históricas apresentando potencial para análise dos movimentos e discussões ocorridos na sociedade brasileira e mundial, quanto aos debates relativos ao controle populacional e a desnacionalização da indústria farmacêutica. Outrossim, os livros possibilitam a compreensão do pensamento de Assis Pacheco, pois mostram suas influências e diálogos e de acordo com a proposta exibida na obra de Barros (2020), o personagem apresenta potencial, a fim de compreender e conhecer demais atores envolvidos nos diálogos referidos nas questões sociais do período histórico analisado.

Mário Victor de Assis Pacheco publicou os livros: *Indústria Farmacêutica e Segurança Nacional* (Civilização Brasileira, 1968), *Neocolonialismo e contrôle de natalidade* (Civilização Brasileira, 1968), *Explosão demográfica e crescimento do Brasil* (Paz e Terra, 1974), *A máfia dos Remédios* (Civilização Brasileira, 1978), *Racismo, machismo e "planejamento familiar"* (Vozes, 1981), "*Planejamento familiar"* e libertação do Brasil (Vozes, 1983), *Abusos das multinacionais farmacêuticas* (Civilização Brasileira,1983) e *Controle de natalidade, imperialismo e o FMI* (Vozes, 1985).

Lançados no mesmo ano, 1968, *Indústria Farmacêutica e Segurança Nacional* e *Neocolonialismo e contrôle de natalidade*, mostraram já no primeiro momento a atuação do Mário Victor que se estendeu até 1985, um ano antes à sua morte[8], ao defender a indústria farmacêutica brasileira e sua tentativa de impedir o controle da natalidade por estrangeiros. Embora o médico tenha publicações em artigos sobre o tema desnacionalização da indústria farmacêutica antes do ano da divulgação do seu primeiro livro, considerei utilizar 1968 no recorte porque seus livros são obras mais sólidas e completas. Suas obras dialogam com artigos publicados antes de 1968, possibilitando que se complementem. Aliás, os oito livros do Mário Victor dialogam entre si. Esta característica é observada logo nos dois primeiros livros de 1968. *Indústria Farmacêutica e Segurança Nacional* aborda o problema do controle populacional, enquanto *Neocolonialismo e contrôle de natalidade* aprofunda essa discussão sem deixar de problematizar a questão dos produtos farmacêuticos proibidos atrelado a desnacionalização

[8] Obituário. Dr. Mário Victor de Assis Pacheco – Culto *in memoriam*. *Jornal do Brasil*. 1º Caderno, quinta-feira, 17.07.1986. p. 16. Hemeroteca Digital BN. Edição: 00100(2).

dessa indústria. Os temas centrais abordados nesses dois livros são retomados nas publicações sequentes. Ademais quando ocorrer a referência sobre as obras do Assis Pacheco publicadas no mesmo ano, identificarei assim: *Indústria Farmacêutica e Segurança Nacional* (Assis Pacheco, 1968a), *Neocolonialismo e contrôle de natalidade* (Assis Pacheco, 1968b), "*Planejamento familiar" e libertação do Brasil* (Assis Pacheco, 1983a) e *Abusos das multinacionais farmacêuticas* (Assis Pacheco, 1983b).

Mencionei logo no início da introdução deste trabalho o meu entendimento em relação ao debate que Mário Victor estava inserido, o controle populacional. No entanto, a partir das novas fontes encontradas e ao longo das leituras dos seus livros percebi a conexão entre os debates relativos à desnacionalização da indústria farmacêutica e ao controle populacional. As leituras indicam que a participação do Mário Victor nas discussões da desnacionalização da indústria farmacêutica foi um dos fatores que o levou ao debate relativo ao controle populacional. Neste contexto ele e outros médicos, inclusive aqueles que como ele eram membros da AMEG (Associação Médica do Estado da Guanabara), criticavam e denunciavam fraudes em medicamentos e remédios cuja venda era proibida em outras nações, consideradas "desenvolvidas", porém eram comercializados no Brasil. Desta forma, ele via nesses procedimentos uma aberração das farmacêuticas multinacionais. Este problema perpassava pela comercialização e distribuição das pílulas anticoncepcionais à população brasileira, quase exclusivamente para mulheres pobres. A trajetória intelectual do Mário Victor de Assis Pacheco nos apresenta como o processo da desnacionalização da indústria farmacêutica foi um dos fatores influentes na execução do controle populacional exercido por nações estrangeiras no Brasil, uma vez que as pílulas anticoncepcionais eram produzidas e comercializadas nesses laboratórios farmacêuticos.

O controle populacional no Brasil gerou um debate formando dois blocos nessa discussão, os que defendiam o controle populacional, porém sob a perspectiva do planejamento familiar e o outro contra essas ações no país entendendo ser uma prática neocolonialista, a fim de impedir o desenvolvimento nacional. Embora, Bhering (2014) tenha preferido não utilizar a dicotomia natalistas *versus* controlistas, assim como Fonseca Sobrinho (1993) usou em sua obra, eu optei por usar os termos natalistas e antinatalistas, uma vez que são muito frequentes nas fontes históricas consultadas nesta pesquisa. Utilizo também antineomalthusiano e neomalthusiano, nomenclaturas também usadas por Assis Pacheco em seus textos. Por vezes mobilizo neste trabalho outros conceitos, tal como anticiência e controlistas, aplicados por Mário Victor ao se referir aos neomalthusianos.

Ademais, as ideias dos atores envolvidos, sejam pessoas ou instituições se enquadram nesses conceitos. As discussões entre esses dois grupos elucidam o que estava ocorrendo no país naquele momento em relação à receptividade e circulação das ideias sobre o tema do controle populacional. Sendo assim, pode-se entender com mais critério a circulação de ideias sob o ponto de vista local-global (Purdy, 2012; Weinstein, 2013). Uma história transnacional que foca em "questões para as quais o país não é a principal arena de interação ou conflito" (Weinstein, 2013). Portanto, este trabalho mostrará as relações geopolíticas entre o Brasil e os países considerados desenvolvidos, principalmente os EUA, em torno dos assuntos sobre a desnacionalização da indústria farmacêutica e o controle populacional. Dessa maneira, compreender as conexões dessas relações pode auxiliar na compreensão do período histórico estudado nesta pesquisa.

Atentando aos métodos utilizados para controle populacional dos países desenvolvidos frente às nações subdesenvolvidas, a filosofia de Michael Foucault (2005) se adequaria melhor nesta pesquisa que aborda o controle populacional. O filósofo francês pensa como biopolítica a ação do Estado em controlar as populações, a partir do século XIX, sob uma lógica que ele considera racista, na medida em que promove uma hierarquização entre grupos da população. Ele não quer dizer que o racismo começa nesse momento, mas que é assimilado pelo Estado, se tornando o racismo de Estado. À vista disso, o Estado controla a natalidade e mortalidade da população, deixando viver os grupos considerados aptos para a formação da nação, e deixando morrer os grupos enquadrados como inferiores. Dessa maneira, o racismo é entendido como um corte praticado pelo Estado através do seu poder de domínio da vida, ou seja, o corte entre o que deve viver e o que deve morrer (Foucault, 2005, p. 305). Além disso, controlar a demografia dos países subdesenvolvidos iria além de conter a natalidade, significaria, também, evitar a independência econômica dessas nações e reduzir o número de indivíduos ou grupos considerados inferiores, configurando-se assim, numa política racista.

Controle populacional, controle de natalidade e planejamento familiar são três expressões utilizadas frequentemente neste estudo. Embora pareçam similares, elas apresentam distinções, conforme explica Merchant (2021). A pesquisadora em seu esforço para historicizar o controle populacional, dissertou a partir da sua minuciosa pesquisa as origens dessas expressões, os quais apresentarei aqui segundo a minha interpretação. O controle de natalidade foi cunhado por Margaret Sanger para designar o controle das capacidades reprodutivas realizado pelas próprias mulheres (Merchant, 2021:13). Pensando numa estratégia política, Frederick Henri Osborn, relata Merchant (2021:41), vislumbrou uma forma da eugenia

melhorar a qualidade da população estadunidense, porém, sem infringir a democracia dos EUA. A demografia seria utilizada como ferramenta científica, a fim de consolidar um programa político, o qual uniria a eugenia com o controle de natalidade, chamado de planejamento familiar. A terceira expressão, controle populacional é considerado pela autora a forma da contenção dos nascimentos realizado por terceiros (governos estrangeiros, instituições e organizações não-governamentais estrangeiras) sobre os indivíduos.

Por meio da trajetória intelectual do médico Mário Victor de Assis Pacheco pode-se adentrar no seio dos debates acerca das questões populacionais no país e no mundo; e do processo da desnacionalização das empresas farmacêuticas no Brasil. Apesar desses assuntos serem os mais abordados na pesquisa, ele nos leva a conhecer outras questões do país, como o quadro nosológico brasileiro, problemas da fome e a exploração dos recursos naturais por estrangeiros. Este estudo intenta mostrar que a trajetória intelectual do médico Mário Victor de Assis Pacheco, a partir da sua interpretação de nação, pode ser uma contribuição para o conhecimento dos estudos da História das Ciências e da Saúde no Brasil.

Estrutura da dissertação

O primeiro capítulo faz um panorama sobre os assuntos que serão abordados nos capítulos sequentes. População, desenvolvimento e saúde são temas trabalhados nesta pesquisa por se tratar de assuntos em que há intensa participação do personagem foco deste trabalho. Inicialmente abordo o conceito de população sob a perspectiva do filósofo francês Michel Foucault, o qual entende que a partir do século XVIII a ideia de população é compreendida sob aspectos estatísticos em que o governo tem informações referentes a sua biografia. Em relação a essas questões populacionais o capítulo trata da tese de Thomas Malthus quantos aos assuntos demográficos para a compreensão das suas ideias conhecidas sob a denominação de malthusianismo. O conhecimento do seu pensamento é importante para esta dissertação, já que por trabalhar o tema controle populacional é incontornável saber o conceito do neomalthusianismo. Para tanto, o capítulo explica que as ideias neomalthusianas foram aplicadas como solução para o problema da explosão demográfica, a qual era motivo de preocupação sobretudo dos países considerados desenvolvidos. Apesar desse debate ser tratado em escala global, nessa parte da dissertação direciono essa questão para o Brasil ao abordar os seus "vazios demográficos" e a discussão em torno do desenvolvimento. Os dois últimos tópicos comento sobre as políticas do desenvolvimentismo nacional apontando os seus obstáculos externos e internos, finalizando sobre a ideia de que para o país se desenvolver era

necessário melhorar a qualidade da saúde da sua população. Desta maneira, o capítulo "prepara o terreno" desta pesquisa para entender o porquê a nacionalização da indústria farmacêutica era importante para o país. Além disso, o capítulo se apresenta como fio condutor para a leitura deste estudo.

O personagem central desta pesquisa, Mário Victor de Assis Pacheco é apresentado no segundo capítulo quando é comentada a sua biografia e a trajetória intelectual. Após estudar no Colégio Pedro II, Mário Victor ingressou na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro. Especialista em ginecologia, ele se formou oficial militar médico do Exército servindo as Força Armadas até 1964 quando foi reformado como coronel médico devido ao golpe civil-militar. Mesmo nas fileiras do Exército Mário Victor já era atuante na militância contra a desnacionalização da indústria farmacêutica participando de palestras, debates, grupo de estudos e escrevendo artigos. Em muitos casos a sua atuação ocorre como membro da Associação Médica do Estado da Guanabara. Todavia, parece que após a sua cassação há maior participação nos debates públicos relativos às questões da desnacionalização da indústria farmacêutica e do controle populacional em razão de ocorrer uma produção de livros escritos por ele a partir de 1968 sempre abordando esses dois assuntos como temas centrais. Provavelmente, ele entrou nas discussões sobre o controle populacional, devido a sua intensa discussão referentes ao problema da desnacionalização da indústria farmacêutica permitindo entrar novos medicamentos no país através das multinacionais, sendo um dos seus produtos as pílulas anticoncepcionais.

As obras escritas por Assis Pacheco não eram direcionadas apenas para os profissionais da saúde, mas, inclusive, ao público leigo, principalmente às mulheres e às gerações futuras. Os seus livros se mostram repletos de referências, indicando que ele era uma pessoa de ampla e profunda leitura em diferentes áreas do conhecimento. Conforme observado em um dos documentos do Arquivo Histórico do Exército, ele é elogiado pela sua inteligência e possuir conhecimentos gerais. Desta forma, ele mostra por meio dos seus diálogos com a extensa bibliografia citada em seus trabalhos as distintas influências de pensamento, haja vista que os autores eram cientistas naturais, filósofos, sociólogos e políticos de diferentes correntes de ideias. Há vista disso, o penúltimo subcapítulo é exclusivo sobre o seu diálogo com Josué de Castro, cujo a perspectiva sobre questões da fome e o neomalthusianismo são influentes em Assis Pacheco, assim declaradas por este médico. O capítulo finaliza debatendo outros diálogos de Assis Pacheco e o conflito entre ciência e anticiência recorrente nos argumentos desse médico para defender o seu ponto de vista em torno das suas questões centrais já citadas aqui.

Por fim, o capítulo 3 faz um “mergulho” nos debates, os quais Assis Pacheco estava envolvido. Informando o contexto político brasileiro em que o país tinha a indústria nacional farmacêutica sendo substituída gradativamente pelas multinacionais do ramo, setores da sociedade ligados às ideias desenvolvimentistas se posicionavam contra essa nova realidade no país. No entanto, esbarraram no golpe civil-militar de 1964, acontecimento que prejudicou os anseios daqueles que almejavam as reformas de base no Brasil para fortalecer a indústria nacional. Na sequência observamos as discussões entre natalistas e antinatalistas a partir da entrada no Brasil das entidades internacionais financiadoras do controle dos nascimentos para evitar a explosão demográfica. Essas ações eram elogiadas por antinatalistas, visto que seria um meio para reduzir problemas sociais como fome, doença e miséria. Em oposição os natalistas entendiam que estas mesmas ações atentavam a segurança nacional por esterilizarem as mulheres por meio dos métodos contraceptivos.

Sendo o público-alvo as mulheres pobres do país e de outras nações pobres, Assis Pacheco junto aos membros da AMEG denunciaram a BEMFAM por crime de genocídio com base na legislação brasileira. A BEMFAM era a entidade nacional de planejamento familiar, cujo financiamento para a promoção das suas ações no país era oriundo das agências estrangeiras. O capítulo relata o uso de mulheres e homens usados como cobaias em experimentos médicos nos testes de contraceptivos. A perspectiva do médico sob esse aspecto era de que o controle populacional no Brasil apresentava aspecto racista com objetivo neocolonialista, e suas ferramentas de controle eram as tecnologias contraceptivas visando o impedimento do desenvolvimento do país consolidando uma agenda estrangeira com viés imperialista, em que seus braços eram as multinacionais farmacêuticas e as agências estrangeiras financiadoras de controle populacional. Ao final do capítulo é discutido a relação entre o processo da desnacionalização da indústria farmacêutica, a orientação sobre os medicamentos não recomendáveis, a venda das pílulas anticoncepcionais e as vítimas da esterilização no Brasil.

Capítulo 1 – Há lugar para todos? Explosão Demográfica e o neomalthusianismo

> Quem deveria ser impedido em ter filhos? Com certeza, não são os ricos. Estes querem proteger os recursos naturais para eles, não para os demais habitantes do planeta ameaçado pela explosão demográfica (Assis Pacheco, 1968).

O capítulo apresentará o pensamento neomalthusiano, cujo objetivo era conter a natalidade dos países pobres sob a justificativa da "Explosão Demográfica", a qual seria causada pelas elevadas taxas reprodutivas dos pobres, e devido a essa questão faltaria, no futuro, alimentos para a humanidade. Comentarei sobre o quadro demográfico brasileiro nas décadas de 1960 e 1970, a questão dos "vazios demográficos" e será abordada o quadro de fome e saúde do país nesse período. Exibirei o pensamento dos militares referente aos "vazios demográficos" ou "espaços vazios" e como pensavam o desenvolvimento do país. Discorrerei sobre conceitos de população e demografia, assim como comentar a importância dos estudos populacionais e a sua relação com saúde e desenvolvimento no recorte temporal escolhido para esta pesquisa.

1.1 – População

População é o termo utilizado desde o século XVIII para se referir aos habitantes de uma área predeterminada (Foucault, 2008:15-16). O termo população já era utilizado anteriormente, porém com significado negativo, visto que se referia às pessoas em períodos catastróficos de epidemias, explica o filósofo francês. No entanto, é no século XVIII que há uma transformação quanto ao emprego da palavra população, passando a noção dos habitantes de um território delimitado e administrado por um governo com poderes sobre o coletivo dos indivíduos (Foucault, 2008:87-88). Como população, a sociedade é percebida estatisticamente por meio dos quesitos natalidade, mortalidade, costumes, habitat, estatísticas entre outros. Através dessas informações um governo tem conhecimento do perfil dos habitantes de uma região, ou seja, a sua demografia (Foucault, 2008).

Durante a segunda metade do século XVIII ocorreram significativas transformações no tecido social, econômico e político na Europa, sobretudo, na Inglaterra, quando ocorreu a Revolução Industrial. Com efeito, os modelos de produção foram alterados, novas invenções influenciaram a indústria manufatureira e o setor agrícola (Malthus, 2017). Em relação à

população, houve migração das zonas rurais para os centros urbanos industrializados, num ambiente de aglomeração de pessoas, doenças, fome e miséria (Malthus, 2017). Outros aspectos da Revolução Industrial foram o desemprego em massa, exaustivas horas de trabalho e rebeliões dos operários contra as máquinas. Conforme explica Assis Pacheco (1968, p. 26), os operários perceberam as máquinas como a causa das suas mazelas, e consequentemente eles quebraram as máquinas em rebeliões.

O adensamento populacional das cidades urbanizadas as tornou ambientes de epidemias frequentes, onde os operários doentes eram vistos como problema por prejudicar o bom funcionamento das fábricas e da própria cidade. Ao citar o filósofo Cabanis, Foucault (2007, p. 87) fala do medo de angústia diante da cidade, o qual ele chama de medo urbano caracterizado pelas mudanças nos costumes dos homens e na saúde todas as vezes que se reúnem, inclusive em locais fechados levando aos medos das oficinas, populações amontoadas e das epidemias. A questão da saúde deveria ser resolvida, e desta forma as autoridades buscaram a solução através de estratégias políticas usando a polícia médica[9].

No século XVIII surge o biopoder, ou seja, quando o Estado passa a controlar a população (Foucault, 2007). O Estado usa a estatística para gerenciar a população por taxas de natalidade e mortalidade. Desta forma, será no século XIX que o Estado passa a ter poder de vida e morte sobre os corpos, pois a ideia de população estaria associada a nação, como um organismo vivo. Com a industrialização, o crescimento dos centros urbanos, e o surgimento das doenças era necessário que o Estado administrasse as ações dos médicos para intervir na prevenção de doenças na intenção de proteger a mão de obra trabalhadora pela polícia médica que era uma intervenção política de saúde pública (Foucault, 2007).

O contexto social europeu no século XIX era caracterizado por cidades com centros urbanos em franco crescimento populacional devido à elevada demanda pela busca ao trabalho que se concentrava nesses locais por causa da presença das indústrias. A Revolução Industrial configurou um novo tecido social europeu, e como as cidades eram marcadas por elevada concentração populacional da massa de trabalhadores, havia também índices elevados de doenças, onde um trabalhador doente significava prejuízo para o empregador. Nesse sentido,

[9] A palavra polícia apresentava diversos significados no século XVIII, por exemplo, economia política era a polícia do comércio, agricultura e manufatura (Mantovani, 2018). Ainda, segundo este autor, os tratados de polícia médica, que eram tratados de administração estatal, apresentaram distintos aspectos em cada região da Europa de acordo com os contextos sociais desses locais. Enquanto em Portugal a polícia médica teve um perfil repressivo; os sanitaristas franceses focaram na questão do pobre no sentido de acabar com as causas da pobreza; os ingleses, influenciados pela teoria malthusiana, culpavam o pobre pela origem das doenças. Mantovani informa que para Carrol os filantropos ingleses entendiam a função de caridade dentro do domínio de polícia. Alison responsabilizava a pobreza como causadora da doença, já Chadwick considerava os miasmas.

estas circunstâncias e outros fatores foram catalisadores para o desenvolvimento de políticas de saúde pública (Bynum, 2011).

1.2 - Malthusianismo

Malthus (1766-1834), um economista inglês e pastor protestante publicou em 1798 o livro *An Essay on the Principle of Population.* Visto como um problema, o crescimento da população foi o principal tema tratado na obra, sendo a preocupação maior que este aumento populacional excedesse a quantidade de alimentos (Malthus, 2017). Destarte, a população pobre era a responsável pela sua condição miserável.

As ideias de Malthus, segundo Josué de Castro (1959, p.138), não eram originais, pois Giovanni Botero (1544-1617), pensava a evolução dos povos influenciada pelos fatores *virtus* generativo e *virtus* nutritivo que na tese do economista inglês seria o binômio população e alimentação. Para Botero, o *virtus* generativo e o *virtus* nutritivo agiriam sobre a população, de modo que o primeiro fator corresponde à natalidade e o segundo equivale à capacidade de produção de alimentos, e nesse sentido a população cresceria até atingir o limite permitido pelo *virtus* generativo (Souza e Previdelli, 2017; Scalone, 2020).

Segundo Malthus a economia estaria sob grave perigo devido ao crescimento populacional no mundo. Em decorrência desta situação ele elabora a hipótese do crescimento das populações em progressão geométrica e a produção dos gêneros alimentícios numa escala aritmética, resultando em escassez dos alimentos às populações humanas. Ou seja, havia uma lei natural que regeria as populações (Castro, 1955, p. 44).

Compreendendo estas ideias em torno do binômio população e alimentação, o aumento desproporcional do contingente populacional geraria a pobreza, e para a redução desta era preciso diminuir as taxas de natalidade. O crescimento das massas de desempregados descontentes, rebeliões e motins causavam medo aos proprietários das máquinas industriais, logo a tese de Malthus foi bem recebida pela classe burguesa da Inglaterra (Assis Pacheco, 1968).

O pobre começou a ser percebido como problema a partir do século XIX, inclusive como causa de problemas sanitários (Foucault, 2007). É na Inglaterra que teria se desenvolvido uma nova forma de medicina social a partir da “Lei dos Pobres” que visava a assistência social através do controle médico sobre o pobre, pois os médicos tinham conquistado sua autoridade médica em relação aos pacientes. Esta autoridade lhe conferiu poder para atuar em nome do

Estado para intervenções na população como ações de saúde pública. Para Foucault, o cólera foi um dos fatores que levou os pobres serem vistos como problema pelo Estado. Por influência da higiene, o pobre começa a se tornar classe perigosa.

Em sua obra Malthus (2017:46), fez crítica à Lei dos Pobres afirmando que esta geraria mais pessoas pobres. Na sua concepção essa lei manteria o estado de miséria das famílias menos abastadas da sociedade inglesa, visto que o incentivo financeiro incentivaria o aumento populacional, enquanto a produção dos alimentos ficaria estacionado ou não cresceria na mesma proporção gerando pessoas mais pobres:

> O projeto de lei dos do Sr. Pitt tem a aparência de ser organizado dentro das intenções mais humanitárias...Mas deve ser reconhecer que o projeto possui, em alto grau, o defeito grande e radical de todos os sistemas desse tipo, o de contribuir para aumentar a população sem o aumento dos meios de subsistência para sustentá-la; rebaixando então a condição daqueles que não são sustentados pelos auxílios paroquiais e consequentemente, criando mais pobres (Malthus, 2017:45-46).

Nesse sentido, Malthus considerava a Lei dos Pobres um meio de empobrecer mais as pessoas, devido essa lei contribuir na elevação dos preços dos mantimentos e por reduzir o preço real do trabalho. Além disso, aumentaria a população sem o devido aumento da quantidade dos alimentos suficientes para alimentá-las, reduzindo a divisão dos alimentos entre os pobres e levando aqueles que não eram assistidos a comprarem menos provisões para seu sustento. Um outro ponto levantado referente a Lei dos Pobres, é que ela também causaria dependência econômica dessas pessoas pobres (Malthus, 2017:42-44).

Compreender essas premissas malthusianas é importante para o desenvolvimento deste estudo. Sua teoria influenciou a burguesia europeia ao longo do século XIX, levando intelectuais e políticos a criarem estratégias para o controle da população. Veremos mais à frente como no século XX esse pensamento foi solo para germinar teorias de controle populacional.

1.3 – Neomalthusianismo e Explosão Demográfica: estudos populacionais e ciência

Discussões sobre população existiam anteriormente ao período pós-guerra como mencionei ao comentar a teoria malthusiana, porém, durante o entreguerras se observa uma movimentação para os estudos populacionais serem legitimados como científicos. Destarte,

ideias malthusianas e eugenistas se conectaram quando havia discussão sobre controle populacional no período entreguerras (Merchant, 2021).

Segundo Merchant, o processo para a legitimação da ciência populacional como ciência passou pelas ideias eugênicas, porém, desassociando dos pensamentos eugenistas e do controle da natalidade. Margaret Sanger[10] em conversa com Raymond Pearl[11], biólogo da Universidade Johns Hopkins, decidiu excluir assuntos como a contracepção na conferência sobre populações realizada em Genebra em 1927. Pearl, um eugenista que temia o aumento populacional e que via no controle populacional uma forma de selecionar a qualidade da população, excluiu desta reunião as ideias eugênicas que ele considerava cientificamente infundadas como relatado por Merchant:

> Sanger acquiesced, reasoning that the success of population science would further her cause even if no explicit mention of birth control was made at the meeting. She sat silently throughout the conference but managed to make her presence known to the historical record by editing its proceedings. Pearl also sought to exclude from the conference the elements of the eugenics movement that he understood to be scientifically unsound. Like other scientists of his time, he believed that most social problems resulted from the excessive reproduction of those who were hereditarily predisposed to low intelligence and antisocial behavior, and he thought it was at least theoretically possible to improve society through selective breeding. His own research, however, had demonstrated that such improvement would be more difficult than most proponents of eugenics recognized (Merchant, 2021:26).

Dessa maneira, dariam aos estudos populacionais um caráter científico, algo que ainda não existia. Sanger entendia que o sucesso da ciência populacional daria sequência a sua causa, mesmo que o controle de natalidade não fosse mencionado explicitamente nesta reunião (Merchant, 2021:26).

Como relata Martine (2005:258) no seu ensaio escrito para a *Revista Brasileira de Estudos da População*, os estudos demográficos e populacionais eram antigos e pertenciam a

[10]Margaret Sanger, ativista estadunidense criadora da expressão controle de natalidade (Merchant, 2021:13) e fundadora da *International Planned Parenthood Federation* (IPPF), em conversas com Raymond Pearl ouviu a sugestão dele de que deveria existir união internacional para a ciência populacional, modelada nos sindicatos científicos internacionais existentes, pois não existia naquela época uma ciência populacional. Pearl e outros cientistas estavam apenas começando a investigar a dinâmica da população humana, que ainda era em grande parte a província de estatísticos do governo e atuários de seguros (Merchant, 2021:25).

[11] Pearl proibiu a discussão sobre o controle de natalidade na conferência de Genebra. Trouxe a ciência populacional à existência, demarcando-a do mundo feminino da clínica anticoncepcional e do mundo político do ativismo anticoncepcional. Sanger concordou, argumentando que o sucesso da ciência populacional aumentaria sua causa mesmo que nenhuma menção explícita de controle de natalidade fosse feita na reunião. Embora, ela não tenha falado durante a conferência, tornou a sua presença conhecida pelo registro histórico (Merchant. 2021:26).

um grupo restrito, por exemplo, estatísticos. No entanto, a teoria da transição demográfica[12], na década de 1940, despertou interesse dos acadêmicos, e na década seguinte, a preocupação pela "Explosão Demográfica", a qual reduziria drasticamente os recursos naturais devido a elevada taxa populacional, despertou interesse público referente aos assuntos populacionais. Martine explica que, nesse momento, o pensamento de uma transição demográfica caracterizada por ser lenta e gradual foi substituída por uma ação mais positivista objetivando o controle demográfico, a fim de manter estável o quantitativo populacional a partir do controle dos nascimentos. Posto isto, a transição demográfica metodologicamente necessitava de uma intervenção iniciando por uma mudança comportamental da população para na sequência impedir a fertilidade dos países pobres, logo, não havia tempo para aguardar seus efeitos na demografia da população. Conforme relata a autora:

> …Esses autores deram legitimidade a esforços bilaterais e multinacionais para controlar a fecundidade dos países pobres. Lograram convencer a opinião pública de que não convinha esperar as lentas e complexas transformações econômicas e culturais que, segundo a teoria da transição demográfica, teriam que preceder uma redução significativa da fecundidade (Martine, 2005:258-259).

Bhering (2014), comenta sobre o alerta mundial contido na obra *The Population Bomb* do biólogo de populações, Paul Erlich. O cientista falava do perigo da superpopulação no mundo baseado no conceito do tempo de dobra[13] e das suas observações das pessoas vivendo aglomeradas e sujas na Índia (Erlich, 1968). Quando o livro foi publicado, em 1968, já existia consenso entre órgãos internacionais sobre a veracidade do perigo da explosão demográfica. Na verdade, os primeiros passos para a construção da tese relativa à superpopulação que poderia chegar numa explosão demográfica não iniciaram com Erlich.

Coale e Hoover, diz Martine (2005:259), criaram na década de 1950, a fórmula clássica daquilo que seria conhecido como neomalthusianismo. Eles entendiam, relata (Alves e Corrêa, 2003:138) que a transição demográfica em países pobres seria mais rápida comparando com o ocorrido nos países europeus. Desta maneira, os países do terceiro mundo entrariam num círculo vicioso, em que o crescimento demográfico prejudicaria o desenvolvimento e por sua

[12]Martine explica que a transição demográfica ressaltava ser importante as alterações estruturais, a fim de mudar os comportamentos reprodutivos e os níveis de fertilidade.

[13]Bhering (2014:35) informa que era o período o necessário para que o mundo ou um determinado país dobrasse sua população. Cita o exemplo dado por Paul Erlich, em que esse tempo aumentava, conforme o país se desenvolvesse. Se países europeus precisaram de mais de um século para aumentar a dobra, as nações em desenvolvimento como o Brasil do pós-guerra necessitavam de algumas décadas.

vez não reduziria a fecundidade. Para tanto, seria necessário um controle externo para resolver esse problema, pois os pobres, gerando muitos filhos em nações "subdesenvolvidas", impediriam o desenvolvimento.

"O desenvolvimento da higiene e da medicina permitiu o crescimento das populações e foram responsáveis pela miséria e pobreza". Esta frase é um trecho do livro publicado em 1968 por Assis Pacheco, em que o autor mostra o posicionamento do ecologista Willian Vogt que foi presidente da *Planned Parenthood Federation of America* (1951-1961) (Bashford, 2012), e a partir de 1964 até a sua aposentadoria foi secretário da *Conservation Foundation* (Duffy, 1989). Vogt lamentava a procriação dos pobres sugerindo inclusive a morte destes para acabar com a fome (Josué de Castro, 1959). O livro *Road to Surviveal*, publicado em 1948, autoria de Vogt, influenciou as teorias neomalthusianas[14] a partir da década de 1950. A tese central inspirada em Malthus era de que a fome resultava da reprodução descontrolada da população. Para tanto, segundo Vogt, era necessário deixar fracos e doentes sucumbirem e controlar por todos os meios os nascimentos para não esgotar os recursos naturais. Este pensamento pode ser observado no trecho a seguir quando Modiano (1949) analisa a doutrina de William Vogt em três ideias centrais:

> 1º - o solo não pode ser "esticado". Cada acre de terra tem determinada capacidade de produção — seu "potencial biótico" — além do qual todo esforço constituirá para o solo perigo mortal; 2º - o esgotamento rápido e progressivo das terras aráveis do mundo, sob a ação destrutiva da erosão está transformando a face da terra, reduzindo-a a verdadeira carcaça, privada da carne generosa do "topsoil" e, por conseguinte, completamente improdutiva; 3º - os seres humanos multiplicam-se indefinidamente, como moscas, enquanto tiverem o que comer e, dentro em breve, a terra superpovoada, não terá meios para alimentá-los (Modiano, 1949).

Arauto do neomalthusianismo, Vogt não convenceu cientistas especialistas em solo, na qual este se esgotaria com o uso. Os especialistas diziam que era um sofisma a tese de Vogt. Havia, já na década de 1940 técnicas para aumentar a produção e terras suficientes para o plantio, a fim de alimentar bem a população. Segundo Modiano, os verdadeiros cientistas não aderiram à tese neomalthusiana.

As ríspidas críticas de Josué de Castro (1959) a Vogt expressava o seu descontentamento com os ideais do neomalthusiano estadunidense. Para Vogt a fome era

[14]MARTINE, George. O papel dos organismos internacionais na evolução dos estudos populacionais no Brasil: notas preliminares. Revista Brasileira de Estudos da População. v. 22, n. 2. São Paulo, jul-dez, 2005. pp. 257-275.

resultado da mesquinhez da natureza e do descontrolado apetite reprodutivo da espécie humana. Desta forma, medidas radicais deveriam ser aplicadas. Portanto, pessoas fracas e doentes deveriam morrer, era preciso acelerar a morte dos famintos e controlar todos os meios de nascimento. Segundo Vogt, os médicos e a medicina moderna eram os culpados pela miséria[15] por permitirem a continuidade da vida dos indesejáveis nas regiões mais atrasadas do mundo. Para Josué de Castro (1959:138), a teoria de Malthus tinha méritos por sistematizar o assunto da escassez de alimentos sem propor as medidas desumanas colocadas por Vogt.

Da mesma forma como o livro de William Vogt, *Road to survival*, *Our Plundered Planet* (1948)[16] de Fairfield Osborn (Bashford, 2012), foi outra obra influente do neomalthusianismo. Contudo, a primeira obteve relevante sucesso nas livrarias brasileiras[17]. Modiano comenta que para destacar a originalidade de Vogt, questionada pela autora, alguns falavam em "doutrina vogtiana" e "vogtismo".

Além de Willian Vogt e Fairfield Osborn, Paul Ehrlich (1932-), como dissemos, contribuiu para as ideias neomalthusianas ao escrever o livro *The Population Bomb* em 1968. Obra de impacto considerável, propagou as ideias do perigo da explosão demográfica, justificando as ações dos países industrializados ou "desenvolvidos" em controlar as populações dos países pobres (Merchant, 2021). Fundado no mesmo ano, em 1968, o Clube de Roma, teve a sua criação em uma das propriedades da família Rockefeller (Salviati, 2013), que por sua vez participou do financiamento do controle populacional em países pobres (Bhering, 2014). Segundo mostra Salviati (2013), a teoria neomalthusiana foi legitimada através do Relatório *Meadows* (1972), também conhecido como *Limites do Crescimento*, reforçando a ideia de que a pobreza é responsável pelo excessivo crescimento demográfico que causaria fome e caos ao desenvolvimento econômico mundial.

Salviati (2013) relata que havia outras duas teorias para solucionar o problema das questões demográficas. A primeira, elaborada pelo Grupo de Bariloche, liderado pelo argentino Amilcar Herrera se baseava em melhoria das condições sociais humanas através da alimentação, habitação, saúde e educação. A segunda alternativa ao Relatório *Meadows*, foi elaborado pelo grupo inglês de Sussex, o qual criticava as políticas públicas baseadas em "Modelos Mundo" criados por modelos computacionais, os quais não distinguiam os países

[15]Modiano (1949). O espetro de Malthus. Informa a influência de William Vogt na divulgação das ideias neomalthusianas.

[16] OSNORN, Fairfield. Our Plundered Planet. Little, Brown and Company. Boston, 1948. p 236. Acesso em: < https://archive.org/details/dli.ernet.29002/page/n5/mode/2up>. Acesso em: 31. 05. 2023.

[17] Modiano (1949). O espetro de Malthus. Informa a influência de William Vogt na divulgação das ideias neomalthusianas.

enquadrados nos modelos. Esta ponderação também é observada por Escobar (1995), quando ele comenta que o histórico dos países foi desconsiderado pelas nações ricas ao enquadrarem aquelas numa mesma estrutura de desenvolvimento.

Em relação à visão dos países ricos sobre o controle populacional, a historiadora Emily Merchant (2021:202-203) comenta a palestra proferida pelo economista e demógrafo David Lam à Associação de População da América em 2011, em que ele afirmava a importância do desenvolvimento do capitalismo e do planejamento familiar para a desativação da bomba populacional. Merchant[18] menciona a omissão dos fatores econômicos e sociais na fala do demógrafo, pontos interferentes nas questões populacionais. Ela comenta que a fala dele reforça o pensamento dos países ricos em colocar os problemas da fome e da degradação ambiental somente na população pobre.

No próximo tópico observaremos questões econômicas e sociais apontadas como causadoras da pobreza, fome e subdesenvolvimento do Brasil. Inserido no cenário global no grupo dos países "subdesenvolvidos" o Brasil apresentava diversos problemas sociais acarretando analfabetismo, doenças, fome e miséria. Além disso, as famílias eram numerosas. Para resolver esses problemas o país foi objeto do controle populacional, assim como ocorria com outras nações pobres.

1.4 – Crescimento demográfico, "vazios demográficos" e desenvolvimento

No Brasil, a Revolução de 1930 rompe com o domínio das elites paulista e mineira, a chamada República do Café com Leite[19](Fausto, 2006). A chegada de Getúlio Vargas (1882-1954) ao poder foi apoiada por militares que viam em sua figura a representatividade que o país precisava para o desenvolvimento social e econômico (Fausto, 2006). O Governo de Vargas (1930-1945) com tendência centralizadora, e autoritária a partir de 1937, também buscou

[18] Emily Klancher Merchant historicizou o debate demográfico percorrendo diversas regiões dos EUA para desenvolver a sua pesquisa. Reunindo documentos nesses locais, ela entendeu que esses debates ocorridos no período entreguerras proporcionou o rápido desenvolvimento da demografia no pós-guerra. Ela entende a tese da bomba populacional, uma construção para beneficiar interesses dos países industrializados. A historiadora observa que mesmo com o desenvolvimento das novas técnicas agrícolas e acesso à contraceptivos, o problema da fome e pobreza não foram resolvidos pelo controle populacional, ou seja, a bomba desarmada conforme afirmou o demógrafo Davis Lam, não impediu a ocorrência dessas mazelas sociais.

[19] RESENDE, Maria Efigênia Lage de. O processo político na Primeira República e o liberalismo oligárquico In: FERREIRA, Jorge & DELGADO, Lucila de Almeida Neves (org.). O Brasil Republicano – Da Proclamação da República à Revolução de 1930. v. 1, 9ª ed., Rio de Janeiro, 2019, p. 434. *E-book*.
Política vista como aliança estável e símbolo exclusivo entre os estados de Minas Gerais e São Paulo. Contudo, o autor relata as contestações de Cláudia Viscardi sobre o caráter hegemônico e estável da aliança entre esses dois estados.

desenvolver o país através do capitalismo e do crescimento demográfico. Segundo Fonseca Sobrinho (1993), na década de 1930 iniciou a corrente política pronatalista, principalmente, com dispositivos da Constituição de 1937 para incentivar a natalidade. Crescer demograficamente em qualidade e quantidade, segundo Manica (2010), significava grandeza para o país, e incentivar a natalidade, no Estado Novo,[20] seria uma forma de compensar famílias numerosas. Assim, políticas públicas pronatalistas foram implantadas até a década de 1960. No entanto, as ideias pronatalistas entraram em conflito com as discussões sobre o planejamento familiar a partir da década de 1960 (Damasco, 2009). Este assunto será brevemente discutido neste capítulo e aprofundado no último. No entanto, antes de mostrar os caminhos dessas ações no país, comentarei o histórico populacional brasileiro.

O primeiro recenseamento brasileiro realizado no Segundo Império em 1872 mostrou uma população formada por 10.112.061 habitantes, destes 8.601.255 eram livres, enquanto 1.510.806 eram escravos (Prado Junior, 2004:358). O autor expõe na tabela "População do Brasil" que em 1576 era ocupado por 57.000 indivíduos[21], e continua informando o crescimento da população brasileira até 1970 quando teria atingido a expressiva marca de 95.305.000 habitantes apontando um crescimento populacional no território nacional. Esses registros mostram que o Brasil havia alcançado a marca de 100 milhões de habitantes quase um século após o recenseamento de 1872.

Dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), divulgados em 1971 apontavam reduções nos índices de natalidade e mortalidade no Brasil. Enquanto no período compreendido entre 1872 e 1890 as taxas de natalidade e mortalidade correspondiam, respectivamente, a 46,5 por mil e 30,2 por mil, no período entre 1950 e 1960 houve mais queda dessas taxas, sendo 42,6 por mil para nascimentos e significativos 12,8 por mil em relação às mortes (Assis Pacheco, 1974:14) (Figura. 1). Percebe-se a redução dos nascimentos e acentuada diminuição da mortalidade. Dessa forma, o excedente de natalidade sobre mortalidade aumentava, 16,3 por mil entre 1872 e 1890 e 29,8 no intervalo correspondente entre 1950 e 1960.

[20] PANDOLFI, Dulce Chaves. Os anos 1930: as incertezas do regime. In: FERREIRA, Jorge & DELGADO, Lucila de Almeida Neves (org.). O Brasil Republicano: O tempo do nacional-estatismo - Do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo -Segunda República (1930-1945). v. 2, 9ª ed., Rio de Janeiro, 2019, p. 406. *E-book.* Período do Governo do Presidente Getúlio Vargas sendo o autoritarismo uma das suas características.

[21] Caio Prado Junior desconsiderava as populações nativas nos seus dados (Informar referência)

QUADRO I [5]

Crescimento das populações brasileiras-Taxas por mil

Período	Natalidade	Mortalidade	Excedentes de natalidades sobre mortalidade
1.8.1872/31.12.1890	46,5	30,2	16,3
1.1.1891/31.12.1900	46,0	27,8	18,2
1.1.1901/31.8.1920	45,0	26,4	18,6
1.9.1920/31.8.1940	44,0	25,3	18,7
1.9.1940/30.6.1950	43,5	19,7	23,8
1.7.1950/30.6.1960	42,6	12,8	29,8

Figura 1.Crescimento das populações brasileiras entre 1872-1960. Fonte IBGE, 1996 (Assis Pacheco, 1974:14).

O cenário apresentado pode evidenciar o aumento da sua população e corroborando com a tese neomalthusiana. As regiões norte e nordeste apresentavam baixa densidade demográfica, enquanto os centros urbanos do sul e sudeste tinham mais concentração populacional. Nesse sentido havia uma situação controversa, pois se as regiões ao norte e nordeste do Brasil eram menos populosas, então, por qual motivo eram esses locais objetos do controle populacional? Essas regiões menos populosas são conhecidas pelas expressões "vazios demográficos" (Moreira, 2000), "territórios vazios" (Assis Pacheco, 1974), "espaços vazios" (Manica, 2010) e "vazios nacionais" (Silva, 1989).

A ocupação dos territórios vazios era estratégia política brasileira para o seu desenvolvimento. Silva (1989), aponta que ocupar os espaços vazios não se delimita apenas ao assentamento de pessoas em determinada região geográfica, mas também o desenvolvimento econômico da área. Nesse sentido, ele exemplifica que a expansão da fronteira agrícola é essencial para esse processo. A ocupação demográfica dessas áreas representa a conexão destas com o contexto nacional. Desde a década de 1930, espaços despovoados ou pouco habitados, Paraná, Mato Grosso do Sul, Mato Grosso, Goiás e Pará foram ocupados, porém, ainda na década de 1980 havia a necessidade da incorporação de novas áreas. Moreira (2000) critica a expressão "vazio demográfico", por observar falhas neste conceito. Ela entende que se essas regiões não são integralmente desabitadas de humanos, muitas são ocupadas, inclusive com indígenas, e nesse caso a expressão estaria sendo mal aplicada carregando tons de um passado colonizador que desconsiderou os indígenas.

Havia nas décadas de 1960 e 1970 a discussão em relação aos espaços vazios ou territórios vazios do país, os quais deveriam ser ocupados por pessoas para desenvolvê-los. Fonseca Sobrinho aponta a controvérsia dos militares em relação a questão dos "espaços vazios". Uma tradição antiga era favorável ao aumento populacional para povoar os territórios não ocupados no Brasil, porém, na década de 1960 crescia entre os militares brasileiros a ideia de que a redução da natalidade evitaria o crescimento da população pobre, e consequentemente impediria a insatisfação social garantindo a segurança nacional do país (Fonseca Sobrinho, 1993, p. 98).

Após a Segunda Guerra Mundial, alguns militares brasileiros participantes deste conflito estreitaram relações com militares estadunidenses[22]. Nesse contexto, surgiu a Escola Superior de Guerra (ESG) (1948), a qual tinha por objetivo o desenvolvimento do país por meio de um modelo modernizante-conservador (Dreifuss, 1981:78). Os indivíduos que compunham estes grupos simpatizavam com os interesses das multinacionais, visto que almejavam a criação de uma sociedade industrial capitalista. Dessa maneira, a ESG recebia palestrantes que contribuíssem para o desenvolvimento industrial capitalista. A instituição objetivava entre outras coisas formar uma intelectualidade entre militares e civis para diagnosticar os problemas da sociedade brasileira, a fim de propor soluções (Dreifuss, 1981:78). Os vazios demográficos estavam na pauta dos estudos da ESG, sendo a ocupação dessas regiões desabitadas ou pouco habitadas a solução para o desenvolvimento nacional (Silva, 1985:46). Todavia, se debatia nos círculos militares outra perspectiva de desenvolvimento econômico envolvendo o tema população.

Os espaços vazios estiveram presentes nas discussões internacionais objetivando transferir excedentes populacionais para esses locais no mundo[23]. Desse modo, declara Maciel (2007), os países que melhor administram as terras para a produção econômica deveriam ocupar essas áreas.

[22]Dreifuss (1981:78), relata que após o primeiro contato entre os militares brasileiros e estadunidenses durante a Segunda Guerra Mundial, houve um reforço dessas relações quando os militares brasileiros foram aos EUA realizarem cursos de instrução e treinamentos.

[23] Citei na introdução que a partir do Capítulo 2 iniciaria os relatos referentes a trajetória de Mário Victor de Assis Pacheco, porém, compreendo ser necessário colocar aqui a fala do médico, na qual ele receava da ocupação territorial estrangeira nos "espaços vazios" do Brasil. Era emergencial habitar essas regiões, evitando uma intervenção da ONU, consequentemente o país sofreria o risco de perder parte do seu território para grupos étnicos diversificados sob jurisdição internacional (Assis Pacheco, 1985:98).

1.5 – O desenvolvimentismo nacional e os obstáculos externos e internos

Na década de 1960 a ideia da redução da natalidade como fator de desenvolvimento econômico e social foi crescendo entre os militares. Embora fosse mantido, de certa forma, a tradição da "ocupação dos vazios demográficos", o crescimento demográfico já não era tão aceito no meio militar. Era entendido que famílias pobres com muitos membros eram potenciais revolucionários, pois quanto maiores fossem as famílias, maiores também seriam as insatisfações sociais. Observando este cenário, os militares preocupavam-se com a segurança nacional, visto que tal situação apresentava o perfil de ameaça interna (Fonseca Sobrinho, 1993:98). Os entraves para o desenvolvimento nacional podiam ser observados de diferentes perspectivas, sendo que a sua concretização era ameaçada tanto internamente, quanto externamente.

O pensamento desenvolvimentista nacional no Brasil se deve também ao Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB), inaugurado em 1955 como instituto de ensino superior pós-universitário e vinculado ao Ministério da Educação e Cultura (MEC) (Brasil, 1955). Nele eram formados profissionais capacitados, cerca de 205 técnicos ou dirigentes entre 1956 e 1960, para entenderem os problemas sociais, a fim de pensar em soluções para o desenvolvimento do Brasil (Wanderley, 2016). Conforme diz o autor, o ISEB tinha o objetivo em desenvolver o país a partir da formação de profissionais competentes para este propósito, uma vez que a instituição funcionava como escola de governo em ensino e pesquisa, a fim de formar uma elite dirigente e influenciar os dirigentes públicos tomadores de decisão. O ISEB contava com intelectuais prestigiados em suas fileiras, e, entre eles, Moreira (2003) destaca Roland Corbisier, Helio Jaguaribe, Guerreiro Ramos, Álvaro Vieira Pinto, Nelson Werneck Sodré e Cândido Mendes.

Para que ocorresse o desenvolvimento nacional, o ISEB era resistente ao capital estrangeiro na economia, e defendia enfaticamente a indústria substitutiva de importações e a aquisição de tecnologias (Bizzo, 2012). O instituto esteve em atividade até 1964, quando o golpe civil-militar impediu o seu funcionamento e suas dependências foram depredadas (Lovatto, 2009).

Nelson Werneck Sodré, historiador e militar, entendia que desenvolvimento e bem-estar possuíam uma estreita relação, logo, defender a indústria nacional era incontornável. Uma das justificativas apresentadas em sua obra *Formação Histórica do Brasil* (1962) (Sodré,

1990:344-345), abordava significativo avanço econômico apresentado em índices positivos no período entre 1940 e 1955.

Algo importante a ser observado é a ligação feita entre o crescimento populacional e as melhorias ocorridas na economia no período entre 1940 e 1955, pois, Sodré, apresenta aumento do emprego em 17%, e apenas 20% não era mão de obra industrial. Ele prossegue apontando o crescimento de 892% para a indústria de bens de produção, 196% na indústria de bens de consumo, e a agricultura atingindo 64%. Houve um total de 2,4 milhões de trabalhadores brasileiros conseguindo emprego. Portanto, esse crescimento econômico do país, diz Sodré, acontecia por não haver influência do capital estrangeiro. Além disso, essa empregabilidade nas áreas urbanas representava uma ruptura com o modelo colonial, e consequentemente o país mostrava potencial urbano e significativas mudanças na estrutura social.

Acontece que, no argumento de Sodré, as diretrizes impostas pelos imperialistas impedem a expansão econômica de um país com pretensões de se desenvolver. Explica o autor:

> Isto porque o país não pode utilizar livremente as suas divisas obtidas pela exportação, uma vez que parte substancial delas é absorvida pelas remessas de lucros de capital estrangeiro aqui instalado, e que não contribui na exportação, sob a forma variada e variável dos lucros propriamente, dos juros, *royalties*, e amortizações, não só de investimentos realizados com lucros aqui obtidos. Outra parcela das divisas se destina ao pagamento de fretes e seguros marítimos (Sodré, 1990:346).

A reforma de base era a solução para resistir às forças imperialistas com indústria nacional forte evitando a transferência das riquezas do Brasil para o exterior. Contudo, não bastava superar os entraves do imperialismo, mas também transpor a herança colonial latifundiária (Sodré, 1988).

Os isebianos, assim eram conhecidos os pensadores do ISEB, se relacionaram organicamente com o governo de Juscelino Kubitschek (1956-1961), influenciando no plano nacional-desenvolvimentista para o Brasil. Juscelino (1902-1976) sendo filiado ao PSD (Partido Social Democrático), cuja base era conservadora e ruralista, teve proximidade dos progressistas devido ao seu vice, João Goulart (1919-1976), que pertencia ao PTB (Partido Trabalhista Brasileiro), partido que defendia interesses trabalhistas (Moreira, 2003:165). Contudo, segundo a autora, o ideário nacionalista, sobretudo enfatizando o desenvolvimento do Brasil a partir da industrialização transitava por distintas vertentes ideológicas e políticas.

No interior do ISEB havia discordâncias, por exemplo, entre Guerreiro Ramos e Álvaro Vieira Pinto em relação à defesa do da industrialização do tipo capitalista no contexto da

democracia brasileira. Enquanto o primeiro entendia que essa defesa era sinônimo de segurança nacional, ou seja, a democracia poderia ser sacrificada para tutelar o capitalismo, o segundo afirmava que deveria ter participação popular através do voto para realizar o desenvolvimento nacional (Moreira, 2003:164).

O nacional-desenvolvimentismo primava pela emancipação econômica do país, e, portanto, não era compatível com seus ideais as influências dos países considerados imperialistas. Dessa maneira, enquanto os intelectuais do ISEB que estavam mais próximos do presidente Juscelino eram flexíveis à entrada do capital estrangeiro, um outro grupo, o nacionalismo econômico, demonstrava divergências com o governo federal e ao ISEB por não aceitar a entrada do capital estrangeiro no processo de desenvolvimento do país diferentemente do posicionamento dos isebianos que apoiavam Kubitscheck.

Moreira (2003:171) chama de nacionalistas econômicos o grupo mais radical às políticas de Juscelino Kubitscheck. Os intelectuais da *Revista Brasiliense*[24], eram os que melhor articulavam com as ideias mais radicais, os quais ela cita Caio Prado Junior, Heitor Ferreira Lima e Elias Chaves Neto.

Para desenvolver o Brasil sob a ótica do nacionalismo econômico, relata Moreira (2003), seria necessário assegurar as divisas e os royalties, a fim de evitar a perda do capital nacional para outras nações. A autora comenta o problema das indústrias multinacionais que canaliza o dinheiro nacional para as nações ricas. Essa "fuga" do capital nacional incomodava esse grupo nacionalista, principalmente em relação às políticas desenvolvimentistas de Juscelino Kubitschek apoiadas por ruralistas. Dessa forma, para o projeto dos nacionalistas econômicos era necessária a defesa de um projeto de industrialização sobre bases nacionais integrando proletários, camponeses e progressistas (Moreira, 2003:172). A autora acrescenta que o "maior objetivo do grupo era melhorar a qualidade de vida e de trabalho da maior parte possível da população rural e urbana". Os obstáculos ao cumprimento desse projeto nacionalista eram o capital estrangeiro, latifundiários e da burguesia local

Alguns autores acreditavam num desenvolvimento do Brasil a partir da industrialização nacional. Isto significava industrialização sem capital estrangeiro, pois este era considerado obstáculo para o crescimento econômico e social do país. O entrave ocorreria devido à evasão do dinheiro brasileiro canalizado para países "industrializados" através das suas empresas

[24] Fundada pelo historiador Caio Prado Junior em 1955, o periódico tratava das discussões referentes aos assuntos nacionalistas e marxistas. A maioria dos colaboradores da revista eram simpatizantes do PCB. Não foi mais publicada após o golpe de 1964. Disponível em: < http://memorialdademocracia.com.br/card/jornais-e-revistas/10>. Acesso em: 30/04/2023.

multinacionais, termo este que Caio Prado Junior (2004:354) classificava como eufemismo, visto que, na verdade, eram empresas estrangeiras formando trustes para obtenção de elevados lucros através da exploração econômica das nações "subdesenvolvidas".

Sucessor de Juscelino Kubitschek na presidência da República, Jânio Quadros (1917-1992) do Partido Trabalhista Nacional (PTN) venceu as eleições de 1960, que deu continuidade ao processo democrático iniciado em 1946, assumindo o cargo político no ano seguinte. Seus objetivos centrais de campanha eram o combate à corrupção e a moralidade política. No entanto, seu governo (1961), durou apenas sete meses, uma vez que renunciou ao cargo de Presidente da República devido às pressões políticas. Foi substituído pelo seu vice-presidente, o gaúcho João Goulart, do PTB.

Jango despertava preocupações ao governo estadunidense, então presidido por John Kennedy (1917-1963) que após a sua morte foi substituído por Lindon Jonhson (1908-1973). O governo de João Goulart (1961-1964) pautou pelas reformas de base, a fim de melhorar as condições sociais das classes populares. Destarte, atenderia aos setores da sociedade que pleiteavam a reforma agrária e a nacionalização da indústria nacional para o desenvolvimento do país. Não obstante, o governo estadunidense receava que essas ideias levassem o país ao comunismo da mesma forma que aconteceu com Cuba, em 1959. Parte dos militares brasileiros também não concordava com a conduta de João Goulart, inclusive entendeu como uma afronta o discurso de Jango na Central do Brasil em 13 de março de 1964. Logo, a conduta de Jango provocou o descontentamento do governo estadunidense, parte dos militares brasileiros, do setor empresarial, oligarcas e parte significativa da classe média, levando a uma movimentação para a sua retirada do poder, ocasião que viria ocorrer em 1964 com o golpe de Estado.

Fundado em 29 de novembro de 1961, o IPES (Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais), reunia indivíduos de distintas correntes ideológicas, porém, o perfil anticomunista, as relações econômicas multinacionais e associadas a intenção de reformular o Estado eram aspectos que uniam essas pessoas (Dreifuss, 1981:163). Empresários paulistas e cariocas foram responsáveis por sua criação logo após a posse de João Goulart. Mesmo sendo uma entidade civil, era um militar, Golbery do Couto e Silva [25](1911-1987), o responsável por sua direção. Com objetivo de retirar João Goulart da presidência, o instituto era financiado com dinheiro americano. O General Golbery foi um elo entre o IPES e a ESG.

[25] Com passagens pelas ESG foi opositor à candidatura de Juscelino Kubitschek a presidência da República. No governo de Jânio Quadros assumiu a chefia do gabinete da secretaria geral do Conselho de Segurança Nacional. Saiu deste em 1961 quando João Goulart tomou posse da presidência. Golbery foi para a reserva passou a atuar no IPES. Ver em "Memória da Resistência de São Paulo" http://memorialdaresistenciasp.org.br/pessoas/golbery-do-couto-e-silva/ e "Lideranças Políticas" < https://neamp.pucsp.br/liderancas/golbery-do-couto-e-silva>.

Bortone (2018) pesquisou a participação do setor empresarial no golpe civil-militar aplicado em 1964. Na entrevista concedida ao *site História da Ditadura*[26] comentou que os seus estudos afirmam a atuação do setor empresarial junto aos militares na derrubada de João Goulart do poder. Por conseguinte, o empresariado e os oficiais da ESG elaboraram as estratégias políticas e econômicas por meio do IPES, elaborando as bases para a implantação de uma ditadura empresarial-militar (Spohr, 2011). Ocupando cargos importantes de governo, após a tomada do poder, determinados grupos foram privilegiados. Assim, empresários que financiaram o IPES e empresas farmacêuticas nacionais e internacionais pertenciam a esses grupos beneficiados.

1.6 – Saúde é desenvolvimento

O Brasil no Segundo pós-guerra, não diferente do que ocorria no mundo, passou por transformações. Novos tratamentos e curas de doenças a partir do desenvolvimento médico-científico, a possibilidade de viver melhor e a idealização de um mundo promissor, principalmente com doenças controladas por meio de inseticidas, vacinas e antibióticos, deixava a sociedade mais esperançosa (Vieira, 2009).

No pós-guerra a saúde passou por um processo, a qual foi elevada a um fator de crescimento econômico (Campos, 2006). Segundo Vieira (2009), durante a Segunda Guerra já se pensava em saúde como fator de desenvolvimento. Políticas desenvolvimentistas para industrialização do Brasil foram realizadas a partir da década de 1940. Era necessário formar uma classe trabalhadora para executar as demandas dessa nova configuração social nacional. Leis trabalhistas foram ratificadas na Era Vargas (Hochman, 1999), industrialização em curto espaço de tempo como no governo de Juscelino Kubistchek, e ainda ocorreu na administração dele a mudança da capital federal para Brasília (Vieira, 2009).

É importante ressaltar que, neste período, saúde estava atrelada ao desenvolvimento. Campanhas de combate vertical às doenças com financiamento internacional marcam o Pós-Guerra. Para tanto, foi criado, em 1942, ainda no Governo Vargas e em conjunto com os EUA, o Serviço Especial de Saúde Pública (SESP). O financiamento das agências internacionais para combater às doenças no Brasil apresentou um caráter específico para tratar o problema. Ainda

[26] *História da Ditadura*. "A ditadura empresarial-militar e o IPES". Entrevista com Elaine de Almeida Bortone sobre a sua tese de doutorado intitulada *O Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES) e a ditadura empresarial-militar: os casos das empresas estatais federais e das indústrias farmacêuticas* defendida em 2018 pela UFRJ. 19.11.2018, atualizado em 21.04.2021. Disponível em: https://www.historiadaditadura.com.br/post/hd-das-universidades-a-ditadura-empresarial-militar-e-o-ipes.

que a população sofresse com diversas doenças, e muitas endêmicas, em certos casos o enfrentamento apresentava uma característica vertical, ou seja, focava em uma doença específica (Campos, 2005).

É bem verdade que desde o início do século XX, instituições estrangeiras, por exemplo, a *Rockefeller Foundation*[27] atuaram em terras brasileiras no combate às doenças. Se por um lado essas ações são positivas, pois curar pessoas e tratar doenças devem ser entendidas como boas medidas de saúde, e ainda mais sendo empregada em políticas de saúde pública, por outro lado havia interesse das nações desenvolvidas impedirem que essas doenças entrassem em seus territórios. Outrossim, era uma forma de manter os trabalhadores sadios para afastar o perigo da contaminação dessas doenças dos países desenvolvidos (Cueto, 2015).

Combater a malária, doença que causava graves problemas sanitários no país, significava, em fins da década de 1950, alavancar o desenvolvimento do Brasil. A ciência, a medicina e a tecnologia eram ferramentas fundamentais para o desenvolvimento das nações pobres. Durante o governo de Juscelino Kubitscheck (1956-1961) a identificação das doenças para recuperar o país doente tinha nos médicos os principais profissionais para tratar e curar os doentes (Hochman, 2009). Para tanto, a criação de programas de erradicação de doenças era imprescindível, a fim de que as ações governamentais atingissem seus objetivos, assim como a participação em programas de cooperação internacional para a redução de doenças (Muniz, 2012).

As reformas sociais na estrutura da sociedade ao passarem pela saúde pública envolveu as políticas do governo de João Goulart. Em 1963 o ministro da saúde, Wilson Fadul (1920-2011), solicitou ao presidente João Goulart a convocação de uma conferência nacional da saúde, a fim de discutirem projetos para melhorar o acesso da população brasileira à saúde (Escorel e Teixeira, 2012:317). No ano anterior, em Recife, já se discutia essa questão referente à saúde no XV Congresso de Higiene, conforme foi apresentado pelo ministro da saúde em exercício, Souto Maior (1913-1974). Desta forma, reconheciam que o desenvolvimento nacional era a solução para o problema do círculo vicioso entre pobreza e doença. Além disso, houve a discussão referente ao processo da desnacionalização da indústria farmacêutica (Escorel e Teixeira, 2012:317).

Nesse contexto, o desenvolvimento assume o papel central, anteriormente ocupado pela

[27] Foi criada em 1913 na cidade de Nova York, EUA. Fundada pelo magnata do Petróleo John D. Rockefeller, a instituição filantrópica dentro do contexto de saúde internacional teve como objetivo inicial combater a ancilostomíase, febre a amarela e malária nos países pobres (Cueto, 2015).

ideia de formação da nação[28]. Áreas como economia, sociologia e a demografia formaram o substrato, o qual ofereceu base para a tese de a existência da pobreza tem origem num Estado que marginaliza a população ao não disponibilizar acesso aos serviços sociais para reduzir a pobreza e consequentemente evitar as doenças. Desta forma, seria possível acabar com o ciclo vicioso pobreza/doença/pobreza (Batista, 2017).

Focados nos conceitos de "desenvolvimento" e "subdesenvolvimento", economistas, políticos e outros profissionais analisaram a questão da saúde em países subdesenvolvidos dentro de um aspecto chamado "ciclo vicioso da doença e da pobreza". Este pensamento via na pobreza um fator gerador de doenças, onde estas agravariam ainda mais a pobreza e consequentemente causaria problemas econômicos e sociais. Contudo, havia críticos à teoria do ciclo vicioso, argumentando que a solução para resolver o problema da pobreza seria através do desenvolvimento econômico e mudanças sociais. Carlos Gentile e Mário Magalhães (Noronha, 2015:554), acreditavam no rompimento desse "círculo vicioso" por meio de políticas públicas parar tratar as doenças. O desenvolvimento era saúde.

Portanto, investir em saúde, romperia com esse ciclo vicioso atingindo a raiz dos problemas do "Terceiro Mundo", a pobreza (Campos, 2006). Além disso, argumenta Campos (2006), a saúde não foi apenas uma ferramenta para o desenvolvimento, mas também foi usada como estratégia política para combater o comunismo no período da Guerra Fria. Todavia, a solução para as questões socioeconômicas não percorreria apenas as vias do combate às doenças e a pobreza, mas também ao crescimento demográfico.

Países industrializados ou "desenvolvidos" apresentavam como características desenvolvimento econômico e sociedade modernizada, e segundo Carvalho e Brito (2005), esses dois fatores contribuiriam para a redução da natalidade devido às observações estatísticas da queda da natalidade em nações urbanizadas e industrializadas. Contudo, esses países e organizações multilaterais como a Organização das Nações Unidas (ONU), tinham receio da demografia dos países "subdesenvolvidos", pois a taxa de fecundidade era superior às taxas de mortalidade nessas regiões. Além disso, outro ponto de preocupação, era a imigração corrente desses países pobres para os países ricos. Dessa maneira, os países desenvolvidos receavam por prejuízos ao crescimento econômico mundial. Os autores completam com o que chamaram de

[28] Havia a ideia na primeira metade do século XX de que para a formação da nação as doenças deveriam ser superadas por serem sinônimos de degeneração. Logo, a questão da raça estava intrinsecamente associada ao aspecto degenerante da nação, e, portanto, era considerado um obstáculo ao progresso da civilização. Ver em BATISTA, Tatiana Wargas de Faria. Médicos Intérpretes do Brasil. Resenha. HOCHMAN, Gilberto & LIMA, Nisia Trindade. Organizadores. São Paulo, Editora Hucitec, 2015. p. 666. Caderno de Saúde Pública. 33 (10). 2017.

segunda dimensão da questão demográfica, exemplificando o perigo da formação de grupos revolucionários pela falta de recursos econômicos e naturais na região do nordeste do país (Fonseca Sobrinho, 1993). Sendo assim, outro receio dos países ricos, principalmente os EUA, era que a população das regiões pobres seguisse o exemplo de Cuba. O estado de miséria do nordeste brasileiro somado a elevada população fazia dele um potencial revolucionário.

As nações consideradas pobres ou do "Terceiro Mundo" ou subdesenvolvidas situadas na África, América Latina e Ásia foram alvo das agências de controle populacional para executarem as políticas externas dos países desenvolvidos, principalmente, os EUA. Sob a justificativa do perigo da explosão demográfica, as populações dos países dessas regiões deveriam ser controladas para evitar a escassez dos recursos naturais, especialmente, alimentos (Cueto, 2015).

Para algumas pessoas o país não estava prestes a ter uma explosão demográfica, embora não fosse negado o aumento da população do país. Para Assis Pacheco (1974), por exemplo, deveria ser considerada a densidade populacional comparando o território brasileiro com o espaço de outras nações e também contrapor áreas das distintas regiões brasileiras, a fim de aferir quais delas eram mais densamente populosas.

Ocorre que no Brasil, uma das áreas alvo dessas ações eram localizações menos populosas. As áreas do Norte e Nordeste do país eram pouco habitadas comparando com o Sudeste. As agências estrangeiras de controle populacional distribuíam pílulas anticoncepcionais e DIU (Dispositivo intrauterino) por intermédio da BEMFAM, por exemplo, instituição de planejamento familiar. Essas ações visavam o controle de natalidade das mulheres, geralmente pobres. Ao longo do terceiro capítulo analisarei este assunto.

Capítulo 2 – Mário Victor de Assis Pacheco: trajetória intelectual

> Daí a minha concordância total com o livro ou os livros de Mário Victor de Assis Pacheco e com as teses que ele defende com abundância de dados e com raciocínios lógicos. (Barbosa Lima Sobrinho)[29]

Neste capítulo apresento o médico Mário Victor de Assis Pacheco; sua formação médica e militar; e a trajetória intelectual. Com base em seus livros e outras fontes abordo o seu posicionamento em relação a defesa da indústria farmacêutica nacional e do controle populacional. Médico atuante na AMEG, Assis Pacheco se apoiava em argumentos científicos para refutar as justificativas empregadas pelos adeptos do controle populacional. Além disso, faço uma reflexão sobre o seu pensamento político-social a partir dos diálogos e referências com outros atores como demógrafos, sociólogos, médicos, religiosos e intelectuais que participavam dessas discussões.

2.1 – Mário Victor de Assis Pacheco

As nações pertencentes ao continente africano, Ásia e a região da América Latina foram alvo das práticas do controle populacional engendrado pelos países "desenvolvidos" e instituições estrangeiras na intenção de evitar a escassez dos recursos naturais. O Brasil foi um dos países alvo do controle demográfico. Todavia, houve oposição às práticas do controle de natalidade no país, principalmente por grupos de militares, a Igreja Católica e setores da esquerda (Sobrinho, 1993; Bhering, 2014). O personagem desta pesquisa, um militar progressista, foi uma das pessoas que criticou as ações estrangeiras do controle populacional citados por Bhering (2014).

Mário Victor de Assis Pacheco, médico e ginecologista, também foi militar, participando dos conflitos da Segunda Guerra Mundial. Em 1964, após o golpe civil-militar foi reformado como coronel. Suas convicções progressistas e nacionalistas, as quais o faziam pensar num Brasil próspero mediante o desenvolvimento da indústria nacional, reforma agrária e ocupação dos territórios vazios do país através do crescimento da população o levaram a entrar em alguns debates políticos do país, principalmente, em relação ao processo da desnacionalização da indústria farmacêutica e ao controle populacional.

[29] ASSIS PACHECO, Mário Victor de. Explosão demográfica e crescimento do Brasil. Série Estudos Sobre o Brasil e América Latina. Volume 18. Editora Paz e Terra. Rio de Janeiro, 1974. pp. XXIII.

Casado com Jaty Fausto Pacheco, filho do capitão de fragata Oscar de Assis Pacheco [30]e Agar Pinheiro de Assis Pacheco, nasceu em 7 novembro de 1909 no Distrito Federal, foi estudante secundarista do Colégio Pedro II entre 1921 e 1926[31]. Suas características físicas apresentam pele de cor branca, cabelos castanhos e 1,65cm de altura[32]. Ingressou na Universidade do Rio de Janeiro em 1926 para cursar medicina após obter grau 7 no exame vestibular. Obteve relevante desempenho escolar, e concluiu o Ensino Superior em 24 de outubro de 1931[33]. Neste mesmo ano recebe título de Livre Docente da Clínica Ginecológica da Universidade do Rio de Janeiro. No ano anterior recebeu título de Interno de Clínica Ginecológica da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro. Em 1935, após concurso, passou a titular de Livre Docência nesta mesma faculdade[34]. Já na década de 1940 se tornou sócio efetivo da Sociedade Brasileira de Cancerologia e, em 1954, realizou o curso de neurocirurgia pelo Hospital Geral de Pronto Socorro do Distrito Federal[35]. Atuou como membro efetivo do 1º Congresso Brasileiro de medicina Militar em 1954[36], realizado no Ibirapuera em São Paulo[37]. Em 1963 foi designado a integrar o Grupo de Estudo da Indústria Farmacêutica[38] sem prejuízos de suas funções no Exército.

Ele esteve presente nas discussões sobre a desnacionalização da indústria farmacêutica no Brasil (Assis Pacheco, 1968), a Reforma Sanitária durante a década de 1970 (Borges *et. al*., 2021) e o controle populacional (Assis Pacheco, 1974). A desnacionalização da indústria farmacêutica e o controle populacional foram assuntos centrais nos livros publicados pelo médico, como pode ser observado em trecho da *Revista Saúde em Debate*:

---

[30] Mário Victor e o seu irmão Luiz Felippe de Assis Pacheco estiveram no palácio do Catete para agradecer ao presidente da República Washington Luís por ter enviado um representante ao enterro de Oscar de Assis Pacheco. *O Paiz* (RJ). 27.01.1929. p. 3. Hemerotaca Digial BN: 16170(1).

[31] Fotocópia do histórico escolar do Mário Victor de Assis Pacheco fornecido pelo Sistema de Arquivos da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (SIARQ/UFRJ).

[32] Documentos do Mário Victor de Assis Pacheco armazenados no Arquivo Histórico do Exército (AHEx), no Comando Militar do Leste (CML), município do Rio de Janeiro.

[33] Fotocópia do histórico escolar do Mário Victor de Assis Pacheco fornecido pelo Sistema de Arquivos da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (SIARQ/UFRJ).

[34] Mário Pacheco: a luta pela preservação da individualidade do ser humano. Revista Saúde em Debate. CEBES. n. 19, set/out de 1987. pp. 149. Disponível em: <https://docvirt.com/asp/acervo_cebes.asp?Bib=SAUDEDEBATE&PASTA=N.5&pesq=m%E1rio+victor+de+assis+pacheco&x=19&y=19>. Acesso em: 14.04.2023.

[35] Documentos do Mário Victor de Assis Pacheco armazenados no Arquivo Histórico do Exército (AHEx), no Comando Militar do Leste (CML), município do Rio de Janeiro.

[36] *Ibidem.*

[37] REVISTA DO SERVIÇO PÚBLICO. O Primeiro Congresso Brasileiro de Medicina Militar: Iniciativa da Academia Brasileira de Medicina Militar. Revista Do Serviço Público, 4(1), 1954, pp. 90-96.

[38] O Decreto número 52.471 de 13 de setembro de 1963 (Brasil, 1963), assinado pelo então presidente João Goulart, instituiu o Grupo de Executivo da Indústria Químico-Farmacêutica (GEIFAR) visando o estabelecimento de normas para o desenvolvimento da Indústria Químico-Farmacêutica Nacional (Fernandes, 2004).

> Mário Victor era constantemente requisitado para debate e palestras..., onde defendia com entusiasmo seu ponto de vista a favor de uma indústria farmacêutica nacional e contra qualquer política de controle de natalidade. Essas duas bandeiras, que defendia com tal vigor que não se podia dissocia-las de sua pessoa...[39]

Para ele, o controle populacional se tratava de uma ação imperialista com objetivos racista e neocolonialista. Seu pensamento natalista o colocava em conflito com a tese neomalthusiana do Clube de Roma (Fundación Bariloche, 1976). Para o médico a melhoria das condições sociais e econômicas da população elevariam a qualidade de vida e levariam o Brasil ao desenvolvimento.

2.2 Trajetória militar

Mário Victor de Assis Pacheco ingressou no Exército em 29 de abril 1936, no Curso de Formação de Oficiais para o Quadro Médico da Escola de Saúde do Exército como 2º Tenente Estagiário, sendo aprovado em concurso com grau 7,22. Ao final do ano, mais precisamente em 30 de novembro, concluiu o Curso obtendo a média 8,251, considerada "Muito Bom", atingindo o 4º lugar na classificação final.

Apresentou em 24 de dezembro a certidão de casamento com Jaty Fausto de Souza. Provavelmente casou-se durante a sua formação como oficial, uma vez que ainda era solteiro quando ingressou nas fileiras do Exército. No dia 25 do mesmo mês foi nomeado 1º Tenente médico para o Corpo de Saúde do Exército. Em janeiro de 1937 teve seu desligamento da Escola de Saúde do Exército seguindo destino ao 3º G. A. Do Guarnição em São Leopoldo, onde se destacou por desempenhar suas funções com eficiência, ser camarada perante seus pares e pelo seu caráter. Após dois anos retornou ao Distrito Federal para servir na Escola de Educação Física do Exército, onde se matriculou no Curso de Medicina Especializada, obtendo o 1º lugar ao concluí-lo atingindo o grau 8,244 considerado muito bom. Ao terminar o curso, Assis Pacheco foi desligado da Escola, porém, logo integrado para ser instrutor da instituição, primeiro de Traumatologia e Cardiologia, e posteriormente assumiu a função de instrutor de Fisiologia Aplicada e Cardiologia[40].

[39] Revista Saúde em Debate, Revista do Cremerj, 1987: 150).
[40]Documentos do Mário Victor de Assis Pacheco armazenados no Arquivo Histórico do Exército (AHEx), no Comando Militar do Leste (CML), município do Rio de Janeiro.

Atuando como oficial médico, Assis Pacheco serviu em quartéis no Rio de Janeiro e no sul e nordeste do Brasil. Frequentemente recebia elogios por suas ações profissionais em documentos nomeados "Alterações". Ao pesquisar um dos documentos no Arquivo Histórico do Exército,[41] encontrei um relato sobre a sua conduta com as clientes no Hospital Central do Exército (HCE) em seu exercício de médico obstetra, informando que ele iniciava uma nova amizade a cada nova cliente. Um outro elogio foi publicado em dois de julho de 1957. Na ocasião o General Arnaldo Nunes de Serqueira atribuiu muitas qualidades ao Assis Pacheco relatando a sua ética impecável, grande senso de honestidade, lealdade e que pode atuar com qualquer equipe de especialistas devido ao seu brilho e eficiência[42]. Se destacava também nas atividades esportivas como natação, esgrima e modalidades coletivas. Outrossim, Assis Pacheco se destacou em conflitos militares atuando em solo estrangeiro.

A Segunda Guerra Mundial iniciada em 1939 colocou em conflito as nações do mundo, sendo o estopim a invasão da Polônia pelas tropas de Adolf Hitler (Capelato, 2019, posição 2344). Antes da guerra, o Brasil tinha estreita relação comercial com a Alemanha, sendo esta nação a segunda maior parceira comercial, perdendo apenas para os EUA (Capelato, 2019, posição 2352). Entretanto, em 1938 a Alemanha era responsável por 25% das importações, superando os EUA em 1%. Para nações que almejavam o desenvolvimento industrial, negociar com os alemães era vantajoso, pois eles ofereciam materiais ferroviários e bens de capital, diferentemente do comportamento de outras grandes nações (Fausto, 2006).

O Governo de Getúlio Vargas que tinha perfil pragmático sobre o relacionamento comercial com Alemanha e EUA, inicia uma mudança ao eliminar os integralistas[43] do cenário político em 1938. A perseguição aos grupos nazistas no sul do país e a declaração de *persona non grata* ao embaixador alemão foram outros fatores que afastavam o Brasil da Alemanha, apesar de anteriormente terem certa afinidade ideológica (Fausto, 2006, p. 381).

Os EUA entraram na guerra após o ataque a Pearl Harbor em 1941. Após esse evento os estadunidenses pressionaram os latino-americano ao rompimento com o Eixo. Foi realizada uma conferência interamericana no Rio de Janeiro em 1942. Neste encontro participaram chanceleres, onde Graça Aranha que tinha afinidade com os EUA, representou o Brasil e propôs ruptura comercial e diplomática com o Eixo (Capelato, 2019: posição 2366).

[41] *Ibidem.*
[42] *Ibidem.*
[43] Fundado e liderado na década de 1930 por Plínio Salgado (1895-1975) a Ação Integralista Brasileira (1937), foi um movimento nacionalista, fascista e revolucionário. Ver mais em: ARAÚJO, Ricardo Benzaquen de. Totalitarismo e Revolução. O Integralismo de Plínio Salgado. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1988, p. 116.

Ainda sem estar participando dos conflitos, o Brasil teve cinco navios mercantes alvejados como reação alemã à conferência interamericana (Capelato, 2019: posição 2366). Os alemães foram acusados de serem os autores dos disparos que atingiram os navios. O evento foi definitivo para a entrada do país na Segunda Guerra Mundial e como consequência o governo brasileiro cria a Força Expedicionária Brasileira (FEB) para combater em solo europeu contra os fascistas (Fausto, 2006, p. 382; Koifman, 2019: posição 6076).

Mário Victor de Assis Pacheco que estava prestando serviço na Escola Preparatória de Fortaleza, Ceará, desde 12 de março de 1942, foi transferido por necessidade de serviço para o 1º Batalhão de Saúde Expedicionário, Guarnição do Distrito Federal, em 24 de janeiro de 1944, porém se apresentou quase um mês depois assumindo a 3ª Cia de Evacuação, e posteriormente no segundo semestre do corrente ano assume o comando da 1ª Cia de Evacuação[44] para participar da Segunda Guerra Mundial através da Força Expedicionária Brasileira (FEB) (Koifman, 2019). Assim em 22 de setembro de 1944, o médico viaja para o Teatro de Operações de Guerra na Itália integrando a Guarnição Operações na Itália do mesmo batalhão que já pertencia. Embarcou no Cais do Porto do Rio de Janeiro em navio estadunidense, General W. A. Mann, e chegou em terras italianas, mais precisamente na cidade de Nápoles no dia 22 de setembro do corrente ano. Ele desempenhou sua função com bastante destreza e eficiência ao comandar as tropas e ao prestar suas funções médicas. Em mais uma oportunidade recebeu elogios e honrarias por sua atuação no campo de batalha[45].

Chegando ao Distrito Federal em 13 de agosto de 1945 após o final da guerra, é transferido para o 1º Batalhão de Saúde em Deodoro, bairro da Zona Norte da cidade do Rio de Janeiro, e na sequência é investido na função de Chefe do Gabinete de Ginecologia da Policlínica Central do Exército. Quando estava lotado na Policlínica, o Tenente coronel Médico Assis Pacheco, foi designado para ser o médico da Comissão de Exumação e Acondicionamento dos Mortos do Cemitério de Pistoia em 1960[46].

Assis Pacheco integrava o Grupo de Estudo da Indústria Farmacêutica na Secretaria Geral do Conselho de Segurança Nacional[47], quando em março de 1964 ocorreu o golpe civil-militar responsável por retirar o presidente João Goulart do poder Executivo do país (D'Araujo

[44]Documentos do Mário Victor de Assis Pacheco armazenados no Arquivo Histórico do Exército (AHEx), no Comando Militar do Leste (CML), município do Rio de Janeiro.
[45]Documentos do Mário Victor de Assis Pacheco armazenados no Arquivo Histórico do Exército (AHEx), no Comando Militar do Leste (CML), município do Rio de Janeiro.
[46]Pracinha virá, mas deixa capela: Pistóia. *Diário Carioca.* p. 3. Edição 09866(1). Hemeroteca BN Digital. Quinta-feira, 26.08.1960.
[47]Documentos do Mário Victor de Assis Pacheco armazenados no Arquivo Histórico do Exército (AHEx), no Comando Militar do Leste (CML), município do Rio de Janeiro.

e Joffily, 2019:16). Nesse sentido, todos que fossem alinhados às ideias consideradas comunistas sofreram perseguições políticas, uma vez que seriam ameaça à segurança nacional. É importante entender a mudança do conceito de segurança nacional ocorrido em fins da década de 1950. Coimbra (2000), relata o tradicional objetivo da segurança nacional voltado para a proteção do território brasileiro contra as ameaças externas antes é alterado devido a nova doutrina para a ameaça interna de agitação. Essa nova configuração enquadrava como inimigo aqueles cujos pensamentos se alinhavam à URSS.

A ameaça interna poderia ser qualquer pessoa ou grupo que apresentasse esse perfil, inclusive movimentos nacionalistas entre os militares (Arquidiocese de São Paulo, 1985:114). Nesse caso Assis Pacheco mesmo sendo um militar, estava envolvido em grupos militantes por reformas de base no país como detalharei mais adiante. Ademais, o seu discurso tanto em palestras, quanto nos textos expunham suas ideias conflitantes com a ideologia do novo regime no país. À vista disso, os militares também foram perseguidos pelo governo que se instaurava.[48]

Naquele momento, Assis Pacheco estava participando das discussões sobre a desnacionalização da indústria farmacêutica. Para o Brasil ser um país industrializado e ter sua independência econômica, não era interessante ser ocupado por empresas estrangeiras, mas impulsionar a indústria nacional. Esse tipo de pensamento o colocou, muito provavelmente, como um indivíduo considerado ameaça à segurança nacional.

Este cenário da política nacional era também consequência do conflito entre EUA e URSS, países que disputavam a soberania mundial no período histórico nomeado Guerra Fria. Seria um prejuízo político e econômico para os EUA perder influência em territórios na América Latina para os soviéticos, da mesma forma como já ocorrera em Cuba. Por isso, o governo norte-americano criou estratégias para evitar o perigo comunista (D'Araujo e Joffily, 2019:62).

O coronel médico Mário Victor de Assis Pacheco foi excluído das funções que exercia na Secretaria-Geral do Conselho de Segurança Nacional por Ranieri Mazilli, Presidente da Câmara dos Deputados que assumiu o cargo de Presidente da República após o Golpe Civil Militar. O caso ocorreu em 9 de abril de 1964[49]. Nesta data foi aplicado o primeiro Ato Institucional do Regime Militar responsável por aumentar o poder do presidente da República, cassar mandatos legislativos em todas as instâncias, suspender direitos políticos, demitir

[48] Para conhecer os casos de militares perseguidos pelo Regime Militar e outros assuntos sobre este período, assistir: O documentário *O dia que durou 21 anos*. Disponível em: < https://www.youtube.com/watch?v=ltawI64zBEo>. Acesso em: 26.04.2023; Canal Comissão Nacional da Verdade. Disponível em: < https://www.youtube.com/@comissaodaverdade>. Acesso em: 27.04.2023; e

[49] *Ibidem.*

funcionários públicos e reformar militares (D'Araujo e Joffily, 2019:23). Assis Pacheco ficou detido em sua residência a partir do dia 14 do corrente mês, e deveria permanecer nesta situação até segunda ordem, segundo informado pelo Comandante do I Exército[50]. O motivo da sua detenção, segundo o documento analisado era "em virtude da última crise Político-Militar". Ele foi cassado no mesmo ano e reformado como coronel médico[51].

Conforme publicado no *Jornal do Commercio*[52] em 30 de dezembro de 1964, o Inquérito Policial Militar (IPM), foi arquivado pelo juiz-diretor, visto que os fatos apurados contra Mário Victor e outros militares não constituíam crime previsto tanto na Lei de Segurança Nacional, quanto no Código Penal Militar. O médico militar viria a ser anistiado em 1979 (Teixeira, 2012:1). Entre o período que foi cassado e anistiado, segundo a apuração realizada nas fontes, Assis Pacheco não saiu do país, exercendo a sua carreira médica normalmente, atuando na AMEG e nas questões políticas sobre a desnacionalização da indústria farmacêutica e o controle populacional.

O policiamento do regime militar nas universidades buscava impedir desenvolvimento das células comunistas nessas instituições. Por outro lado, o movimento estudantil permaneceu ativo. O III Encontro de Farmácia do Norte do Paraná,[53] realizado entre os dias 23 e 27 de agosto de 1977 na Universidade Estadual de Londrina, teve em Mário Victor a figura de maior destaque entre os palestrantes. O seu discurso focou na questão da Indústria Farmacêutica denunciando o dinheiro enviado para o exterior devido aos lucros das multinacionais, a distribuição dos medicamentos fraudados e ineficazes. Segundo o médico, esses medicamentos não eram comercializados nos países desenvolvidos. Eventos como o relatado eram observados pelo Governo e documentado através do Departamento de Polícia Federal. Não raro, o motivo de preocupação era sua atuação como palestrante em universidades para alertar o público brasileiro sobre o perigo das multinacionais ao prejudicar o desenvolvimento do país.[54]

---

[50] *Ibidem.*
[51] *Ibidem.*
[52] Depoentes negam atos ideológicos pelo Coronel Arraes – Indiciados. Ver em *Jornal do Commercio* de 30.12.1964.
[53] Documento do Departamento de Polícia Federal/Superintendência Regional do Paraná/Divisão em Londrina em 06 de setembro de 1977. O conteúdo disponibilizado pelo site Documentos Revelados, se refere ao Movimento Estudantil Disponível em: https://documentosrevelados.com.br/wp-content/uploads/2018/06/policia-federal.pdf.
[54] Mário Pacheco: a luta pela preservação da individualidade do ser humano. Revista Saúde em Debate. CEBES. n. 19, set/out de 1987. pp. 149. Disponível em: <https://docvirt.com/asp/acervo_cebes.asp?Bib=SAUDEDEBATE&PASTA=N.5&pesq=m%E1rio+victor+de+assis+pacheco&x=19&y=19>. Acesso em: 14.04.2023.

2.3 Atuação na Associação Médica do Estado do Rio de Janeiro (AMERJ)

A atuação de Assis Pacheco acontece também através da Associação Médica do Estado da Guanabara (AMEG), posteriormente alterando o nome para Associação Médica do Estado do Rio de Janeiro (AMERJ) em 1975. Fundada na década de 1950 sob o nome de Associação Médica do Distrito Federal (AMDF) (Escorel, 1999), com a mudança da capital federal para a recém-construída Brasília, a associação altera o nome para AMEG. Assis Pacheco ocupou os cargos de vice-presidente da AMEG em 1963 e de Secretário Geral da instituição quando mudou a nomenclatura para AMERJ.

O surgimento da AMDF[55] aconteceu no seio das reivindicações por melhores salários ocorridas nos maiores centros do país. Os protestos foram organizados pela Comissão Central Pró Aumento de Salário. A AMDF liderou manifestações em 14 de outubro de 1952 e 31 de março de 1953; foi responsável pela primeira greve de médicos brasileiros; e possivelmente uma das primeiras greves de médicos na América Latina.

Conflitos ocorreram entre a AMEG e a Associação Médica Brasileira (AMB) criada em 1951 para ser um contraponto. Os embates entre essa entidade e a Associação Médica Brasileira (AMB) persistiram, a tal ponto que a AMB cancelou a filiação da então AMDF, transferida para a Sociedade de Medicina e Cirurgia do Rio de Janeiro (Escorel, 1999).

A AMERJ manteve sua luta pela categoria e pela saúde do povo durante todo o período da ditadura militar: manifestou-se por ocasião da cassação dos cientistas de Manguinhos, em 1970, realizou cursos sobre vários temas e promoveu campanhas memoráveis, como as contra a política nacional de limitação de natalidade, a propaganda antiética dos medicamentos e o Plano Nacional de Saúde do Ministro Leonel Miranda (1968), assim como a campanha em defesa da indústria farmacêutica nacional. Na década de 70, quando a categoria médica organizada no Movimento de Renovação lutava para retomar as suas entidades representativas, a AMERJ esteve presente e ativa (Escorel, 1999).

A pesquisa realizada por Chevrand (2021), mostrou a perseguição sofrida por médicos progressistas durante a ditadura civil-militar. Em seu trabalho entrevistou o médico Mauro Brandão Carneiro, ex-Presidente da Associação Nacional de Médicos Residentes. Na entrevista, o médico comentou a importância da AMEG ao assumir papel de resistência à repressão da ditadura, pois com o sindicato dos médicos e o conselho regional de medicina

[55] Escorel (1999) relata essas informações a partir do artigo *AMERJ: uma heróica trajetória em defesa da categoria médica*, escrito por Carvalho, O. N. P., publicado na *Revista do Cremerj*, sem data.

aparelhados pelo Estado em suas respectivas gestões, a AMEG que naquele período era predominantemente de esquerda, foi a única entidade médica que os médicos contrários ao regime tinham contato e bom relacionamento. O entrevistado ainda mencionou o apoio da AMEG ao movimento estudantil e a participação dessa entidade médica em algumas reuniões.

Durante o período em que esteve à frente da AMEG na função de Secretário-Geral, Assis Pacheco e a instituição apoiaram opositores perseguidos pelo regime militar. A ditadura civil-militar ou empresarial-militar iniciada em 31 de março de 1964 a partir do golpe de Estado, no qual retirou do poder o presidente da República João Goulart (Lent, 2019). Como já mencionado, Assis Pacheco, foi cassado (Teixeira, 2012) devido ao AI-1 e respondeu ao IPM, sendo posteriormente inocentado. Ademais, Noronha (2015), afirma que Assis Pacheco, Mário Magalhães e Carlos Gentile foram atingidos de alguma forma pela repressão militar. Á vista disso, outros atos institucionais foram implantados, configurando o governo militar cada vez mais no perfil de uma ditadura. O AI-5 (Lent, 2019:94), chancelou o caráter ditatorial do regime militar, pois através dele houve crescente perseguição dos militares àquelas pessoas consideradas ameaças à segurança nacional. Conforme explica o autor, o novo ato institucional o Executivo ganhou plenos poderes para suspender os direitos políticos de qualquer cidadão.

Emitido em 12 de maio de 1970, o Ofício-Circular nº 67/70 manifestava publicamente o afastamento das atividades profissionais e da cassação dos direitos políticos dos dez cientistas do Instituto Oswaldo Cruz. O documento destinado ao Presidente da República e assinado por Assis Pacheco, Secretário Geral da associação médica, mostrava a importância desses pesquisadores para o desenvolvimento da ciência no país e no mundo, pois eram membros das sociedades científicas, nacionais e internacionais; as diversas especialidades técnicas e linhas de pesquisas que estavam envolvidos; recebiam bolsas para pesquisa do Conselho Nacional de Pesquisa; lecionavam na Universidade Federal do Rio de Janeiro; e reforçava que eles deveriam ser valorizados, visto que por meio das suas respectivas pesquisas salvavam vidas, colaboravam para o desenvolvimento do Brasil o colocando no caminho para o cenário da ciência mundial.[56]

Herman Lent, recebeu correspondência da AMEG em 29 de maio de 1970 [57]comunicando que a associação se solidarizava com ele devido aos acontecimentos ocorridos. Conjuntamente à carta, Herman Lent recebeu o ofício enviado à Presidência da República e o telegrama enviado pelo Deputado Federal e vice-líder do MDB, Humberto Lucena[58]. O

[56] DAD/COC/Fiocruz, ofício. Fundo Herman Lent, HL-VP-MA-15, 12.05.1970. Ofício-Circular nº 67/70.
[57] DAD/COC/Fiocruz, ofício. Fundo Herman Lent, HL-VP-MA-15, 29.05.1970. Ofício nº 73/70.
[58] DAD/COC/Fiocruz, ofício. Fundo Herman Lent, HL-VP-MA-sem data. Cópia do Telegrama.

cientista integrava o grupo dos dez pesquisadores afastados, no caso conhecido pela expressão "O massacre de Manguinhos" (Santos, 2016). Os demais cientistas afastados foram Fernado Braga Ubatuba, Haity Moussatché, Hugo de Souza Lopes, Augusto Cid Melo Perissé, Sebastião José de Oliveira, Moacyr Vaz Andrade, Tito Arcoverde, Masao Gato e Domingos Machado Filho (Lent, 2019).

Retornando a mensagem para Mário Victor, Herman Lent solicita[59]que ele seja o seu intérprete junto à direção e associados da valente AMEG para agradecer a atitude realizada em defesa dos cientistas punidos. Entretanto, Herman Lent, não acreditou num sucesso do ofício enviado ao Presidente da República solicitando a revogação da punição dos pesquisadores do Instituto Oswaldo Cruz, porém ele e os demais cientistas cassados reconhecem a importância da associação classificando-a como a mais elevada associação médica da Guanabara. Esta associação participava das questões políticas nacionais como observado até aqui. Além disso, quando ações estrangeiras interferiam nos assuntos nacionais, seus representantes também atuavam como nos casos da desnacionalização da indústria farmacêutica e do controle populacional.

Médicos brasileiros organizaram reuniões, palestras, comissões de investigação e grupo de trabalho para debaterem os problemas devido a desnacionalização da indústria farmacêutica. Dr. Djalma Chastinet Contreiras presidente da AMEG em 1961 apoiou a criação de uma comissão relativa à proteção da indústria farmacêutica nacional. Conforme relata Maria Augusta Miranda Tibiriçá[60], após palestras conferidas por ela no Centro de Estudos e Defesa do Petróleo e da Economia Nacional e pelo coronel médico Mário Victor na Sociedade Brasileira de Higiene sob o tema Indústria Farmacêutica e Capital Estrangeiro. Em 1962 a AMEG, presidida pelo médico Mauro Lins e Silva, manteve a defesa da indústria farmacêutica nacional, postura elogiada por Maria Augusta como um posicionamento patriótico. No mesmo ano, ao longo de um Simpósio a associação médica ratificou o apoio à formação de uma comissão.

A AMEG foi pioneira quando se posicionou frente ao controle populacional denunciando suas ações no Brasil como genocida. Assis Pacheco e os associados condenavam a distribuição das pílulas anticoncepcionais e a aplicação do dispositivo intrauterino (DIU) por esterilizarem as mulheres pobres impedindo a gravidez ou reduzindo as chances de serem mães. As queixas recaíam sobre a questão de um grupo específico ser submetido à limitação da

[59] DAD/COC/Fiocruz, ofício. Fundo Herman Lent, HL-VP-MA-15, 06.06.1970.
[60] Entrevista com Maria Augusta Tibiriçá Miranda em 1962. *Revista Leitura*, Desnacionalizada a indústria farmacêutica.pp.46-47.

natalidade. Nesse contexto, a AMEG utiliza juridicamente a Lei do Genocídio criada em 1956 (Brasil, 1956). Os temas sobre desnacionalização da indústria farmacêutica e controle populacional serão mais aprofundados no terceiro capítulo.

A cidade de Santiago no Chile sediou a Conferência Mundial Sobre a Planificação Familiar entre os dias 9 e 15 de abril de 1967. Assis Pacheco, então membro efetivo da AMEG, enviou, em março, para a conferência, sua tese sobre a questão do controle populacional e uso dos anticoncepcionais, porém a secretaria da conferência rejeitou a mensagem sob a justificativa que a quota de participação de brasileiros estava esgotada. O mesmo ocorrera com a carta encaminhada pela diretoria da AMEG no dia 9 de abril (Assis Pacheco, 1974).

O conteúdo dessas mensagens enviadas por Assis Pacheco e pela AMEG, apontavam a não aceitação da intervenção estrangeira na demografia do Brasil; mostrava que a maioria dos médicos brasileiros repudiavam a redução da natalidade respeitando a liberdade individual; defendiam que o bem-estar da família não estava atrelado à redução dos filhos, mas a melhoria das condições sociais, salário, moradia, saúde e educação; entendia que a independência econômica e política dos países subdesenvolvidos elevariam o bem-estar das famílias, e mencionaram a Carta Encíclica *Populorum Progressio* do Papa Paulo VI, onde relaciona a dignidade humana ao direito de procriação (Assis Pacheco, 1974). A carta de Assis Pacheco ainda questiona o valor científico dos anticoncepcionais, seu emprego em massa, e relaciona interesses do neocolonialismo a elementos influentes de algumas indústrias farmacêuticas localizadas nos EUA e Europa (Assis Pacheco, 1974).

Alvo das acusações de Mário Victor, a BEMFAM (Sociedade Civil Bem-Estar Familiar no Brasil), foi denunciada por genocídio pela AMEG. A Lei nº 2.889, de 1º de outubro de 1956 sobre crime de genocídio punia aqueles que adotassem mecanismos para impedir os nascimentos no seio do grupo (Brasil, 1956). Esta Lei foi influenciada pela *Convenção Para a Prevenção e a Repressão do Crime de Genocídio* (Brasil, 1952), evento realizado em 1948 na cidade de Paris, na França. O Brasil, que era signatário da convenção, criou essa Lei, assinada pelo presidente Juscelino Kubitscheck, para cumprir sua obrigação ao combate e punição dos crimes de genocídio (Assis Pacheco, 1968b, p. 188). Nesse sentido, o impedimento dos nascimentos apresentava um caráter racista, uma vez que grupos específicos, mulheres negras, indígenas e brancas pobres, seriam atingidos. Desta maneira, a AMEG denunciava as ações identificadas como neomalthusianas.

O terceiro capítulo abordará detalhadamente esse conflito entre natalistas da AMEG e antinatalistas da BEMFAM. Em suma este tópico esclarece a atuação da AMEG em assuntos

do interesse da classe médica e da política nacional, sobretudo, as atividades de Assis Pacheco nessa associação médica. Conforme publicado na *Revista Saúde em Debate* de 1977, Assis Pacheco como membro assíduo, sempre esteve na linha de frente das lutas da entidade.

2.4 – Denunciando e alertando aos públicos especializado e leigo: escrevendo, palestrando e atuando

Crítico às ações do controle populacional, Assis Pacheco, nacionalista (Bonan*, et. al.*, 2017), progressista e antineomalthusianista (Assia Pacheco, 1974, p.2), afirmava que o controle populacional tinha finalidade neocolonialista e racista. Ele publicou oito livros abordando os temas abuso das multinacionais farmacêuticas e controle populacional no Brasil entre os anos de 1968 e 1985. Seus trabalhos abordavam assuntos como demografia, ética médica em experimento com humanos, influência mercadológica da indústria farmacêutica, racismo, machismo, neomalthusianismo e o contexto social do Brasil nas décadas de 1960 e 1980 em relação a problemas da fome e saúde pública.

O ginecologista publicou os livros: *Neocolonialismo e controle de natalidade*[61,62] (Civilização Brasileira, 1968), *Indústria Farmacêutica e Segurança Nacional*[63] (Civilização Brasileira, 1968), *Explosão demográfica e crescimento do Brasil* (Paz e Terra, 1974), *A máfia dos Remédios* (Civilização Brasileira, 1978), *Racismo, machismo e "planejamento familiar"* (Vozes, 1981), "*Planejamento familiar"* e libertação do Brasil (Vozes, 1983), *Abusos das multinacionais farmacêuticas* (Civilização Brasileira,1983) e *Controle de natalidade, imperialismo e o FMI*[64] (Vozes, 1985). Citando diversas referências, Mário Victor de Assis Pacheco se mostra conectado com o mundo inserido no debate sobre a explosão demográfica.

As duas primeiras publicações ocorreram em 1968. *Indústria Farmacêutica e Segurança Nacional* trouxe os detalhes sobre como foi o processo da gradativa

[61] Propaganda da Editora Civilização Brasileira em 1968 no periódico *Realidade (SP)* sobre o livro Neocolonialismo e controle de natalidade. O anúncio traz a frase: "Assunto que opôs a OEA ao Papa Paulo VI , o controle de natalidade é examinado por um médico brasileiro que explica o interesse imperialista em aplicá-lo a qualquer preço nos países subdesenvolvidos." A seção anuncia outros livros dessa editora, tal como "Fundamentos de economia marxista" de Nelson Werneck Sodré e "O Processo civilizatório" de Darcy Ribeiro.

[62]Crítica positiva do *Diário do Paraná* em 10 de novembro de 1968 com o comentário "Trabalho equilibrado e sereno de um médico, que analisa o problema com rigor científico e mostra as explorações do imperialismo, em torno do assunto, cujo interesse é só o de manter países em subdesenvolvimento."

[63] A obra *Indústria Farmacêutica e Segurança Nacional* teve noite de autógrafos à convite da Editora Civilização Brasileira em anúncio no *Jornal do Brasil em 1968*. O evento ocorreu na Associação Médica do Estado da Guanabara no dia 29 de outubro às 18h, à rua Senador Dantas, 7-A, 3º andar.

[64] Indicação deste livro na seção Livros e Leitura do *Correio Rio Grandense* em 08 de janeiro de 1986.

desnacionalização dos laboratórios brasileiros, apontando os prejuízos que isto acarretaria à população de baixa renda. A obra escrita após demorado estudo e reflexão mostra os problemas causados pela produção e comercialização dos medicamentos pelas multinacionais farmacêuticas. O autor dedicou o livro à sua esposa Jaty, e escreveu na epígrafe trechos de textos de Rui Barbosa, Woodrow Wilson, José Bonifácio e Bertrand Russel. Consta nas orelhas da obra o texto desenvolvido pelo médico Menandro Novais[65].

Ainda no corrente ano de 1968, publicou *Neocolonialismo e Contrôle de Natalidade*, quando destacou a questão do controle populacional exercido pelos países desenvolvidos sobre as nações pobres da África, América Latina e Ásia. Este tema é discutido no livro anterior, porém, nesta obra o debate é ampliado e aprofundado. Conforme escrito na contracapa do livro o assunto atraía a atenção de leigos e especialistas. Seu objetivo é alertar as pessoas do seu tempo, sobretudo, as mulheres e as futuras gerações. A centralidade de *Neocolonialismo e Contrôle de Natalidade* se encontra em um novo formato de colonização, ao afirmar que controlar os nascimentos por meio dos anticoncepcionais produzidos pelas multinacionais farmacêuticas obstruiria o progresso do Brasil e outras nações do "Terceiro Mundo" para a manutenção do poder dos países desenvolvidos. A sinopse elaborada por Wilson Fadul reforça a importância do empenho de Mário Victor ao informar através do seu livro o perigo ao progresso brasileiro devido às forças estrangeiras impedirem os nascimentos num país com vazios geográficos. O médico propõe a reforma agrária, a distribuição de renda e melhoria socioeconômica dos países pobres para solucionar o problema da fome.

As epígrafes apresentadas no livro trazem trechos do capítulo 1, versículo 28 do livro do Gênesis da Bíblia cristã; *Brasil, País do Futuro* (Stefan Zweig), *Progresso e Pobreza* (Henry George), *A Longa Marcha* (Simone de Beauvoir) e *A Economia Política do Desenvolvimento Econômico* (Paul A. Baran). O autor dedicou o livro à memória dos companheiros da Força Expedicionária Brasileira (FEB), quando sacrificaram suas vidas na Itália para derrotarem o "imperialismo nazifascista". Assis Pacheco, anexa ao livro a sua carta ao Papa Paulo VI comunicando detalhes técnicos referentes aos efeitos da pílula anticoncepcional, e as correspondências remetidas por ele e pela AMEG à Conferência Mundial sobre Planificação realizada em 1961 no Chile.

[65] Um dos médicos fundadores do Sistema de Transfusão de Sangue da Bahia em 7 de novembro de 1937, sendo o primeiro banco de sangue desse estado. Ele foi responsável por coordenar a criação da filial baiana do Instituto Brasileiro de História da Medicina fundado em 30 de novembro de 1945. Para mais informações ver em: *Gazeta Médica da Bahia*. Disponível em: < http://gmbahia.ufba.br/adm/arquivos/2007_2.pdf>. Acesso em: 05.06.2023. Instituto Bahiano de História da Medicina e Ciências Afins. Disponível em; < https://ibhmca.org.br/fundacao/?print=pdf>. Acesso em: 05.06.2023. STS- Banco de Sangue, Hematologia Clínica e Laboratório. Disponível em: < https://stssaude.com.br/institucional/>. Acesso em: 05.06.2023.

Em 1974 por meio da editora Paz e Terra, Mário Victor, divulgou seu novo livro, *Explosão demográfica e crescimento do Brasil*. Logo no prefácio, o advogado Alexandre José Barbosa Lima Sobrinho, enaltece a obra, a qual julgava ser o livro *Neocolonialismo e controle de natalidade* mais desenvolvido. À vista disso, o livro de 1974 apresentava novos argumentos, reflexões e documentos mais robustos, a fim de tornar mais sólido seus argumentos frente ao controle populacional. Observa-se novamente a negação da superpopulação ser causa da fome, miséria e do desenvolvimento econômico. Persiste no discurso de que o país tem condição de se desenvolver sem a ajuda financeira e técnica das nações estrangeiras. Mário Victor dedica este livro aos jovens brasileiros, pois são estes os responsáveis pelo desenvolvimento do país. As epígrafes constam trechos dos textos de J. J. Hernández Arregui, Leo Huberman, Andrés Bello, Gilberto Gil e, com destaque, Bertold Brecht. O autor presta homenagem póstuma a Josué de Castro, o qual foi um personagem muito influente na formação do seu pensamento referente à tese neomalthusiana. Na contracapa ao fim do texto há uma frase que resume a essência deste livro: "Este é um livro de estudo. É um livro de debate. Mas sobretudo um livro de denúncia."

Medicamentos cuja comercialização era proibida em nações desenvolvidas, eram vendidos nos países "em desenvolvimento", assim denunciava *A Máfia dos Remédios* em 1978, a quarta obra em circulação escrita por Assis Pacheco, Secretário da AMERJ. Após publicar seu último livro pela editora *Paz e Terra*, o médico realiza seu novo trabalho literário através da *Civilização Brasileira*. Neste livro é retomado o foco na questão da desnacionalização da indústria farmacêutica, porém, denunciando medicamentos cuja eficácia é duvidosa colocando à perigo a saúde e a vida dos brasileiros. Nesse contexto, o autor inseriu na discussão os malefícios causados à saúde das mulheres pelas pílulas anticoncepcionais, as quais originariam efeitos colaterais ao organismo das pessoas. A sinopse escrita pela editora cita a frase do médico Dr. M. Rayner em 1958, em que as pessoas estavam se tornando marionetes dessas indústrias, e nesse caso, era necessário reverter o processo enquanto havia tempo. O Secretário da AMERJ dedicou a obra ao povo brasileiro, aos estudantes de medicina e aos professores universitários comprometidos com a ética e sem vínculos financeiros com os laboratórios farmacêuticos estrangeiros. O livro contém a listagem elaborada pela AMERJ sobre os medicamentos não recomendáveis para consumo.

Enfatizando o racismo e o machismo no que tange as ações para controlar as populações no Brasil e no mundo, o Secretário-Geral da AMERJ, Assis Pacheco, lançou *Racismo, Machismo e "Planejamento Familiar"*, em 1981, pela editora *Vozes*. Debatendo a problemática

do controle populacional novamente, principalmente, no Brasil, o médico apontou as questões racistas e machistas presentes nas atitudes dos promotores do neomalthusianismo. Ele observava os aspectos racistas das práticas da limitação dos nascimentos exercidas pelos grupos brancos das nas nações industrializadas, pois financiavam programas de controle populacional a fim de evitarem a superação numérica dos amarelos, negros, mulatos e índios no contingente da população mundial. Em relação ao aspecto machista, outro ponto em destaque aborda o machismo praticado pelos laboratórios farmacêuticos. Assis Pacheco, traz o leitor a refletir sobre quem são os industriais, cientistas e demais promotores do neomalthusianismo envolvidos na defesa desse pensamento. Ao apontar que esses personagens são homens, também questiona por qual motivo não há comercialização das pílulas anticoncepcionais para homens, haja vista que elas foram criadas simultaneamente às pílulas das mulheres. O autor dedicou seu livro às pessoas que combateram o racismo e o colonialismo e ofereceu a obra aqueles que enfrentam o neocolonialismo e o neomalthusianismo racista. As epígrafes trazem frases de Colin Clark, Amilcar Alencastro, Josué de Castro e Dom José Lorscheider.

Assim como em 1968, quando Assis Pacheco publicou dois livros, no ano de 1983 o médico repete o feito naquele ano publicando duas novas obras. Pela editora *Vozes* ele escreveu *"Planejamento Familiar" e Libertação do Brasil* para a leitura da população brasileira, especialmente às mulheres, médicos não-especializados e estudantes de biociências. Assis Pacheco denuncia as experiências médicas eticamente proibidas pela lei, porém praticadas por professores universitários estadunidenses. Mais uma vez o médico insiste nos efeitos colaterais causados pelo uso das pílulas anticoncepcionais como problemas circulatórios, metabólicos, degenerativos, cancerígeno e masculinizante. Contudo, ele declara que esses malefícios causados à saúde da mulher são negados pela indústria farmacêutica por visarem o lucro e lista os nomes dos anticoncepcionais. Conforme, informado na contracapa, Assis Pacheco aplica "seus conhecimentos e a bibliografia estrangeira para fundamentar cientificamente suas gravíssimas denúncias". A obra é dedicada a mulher brasileira, a fim de alertá-la de que os instrumentos utilizados no planejamento familiar sempre resultam em controle de natalidade levando à graves consequências à saúde. Padrão aos livros anteriores, Assis Pacheco escreveu as epígrafes com frases de George Bourgecis, Diretor do Instituto Francês de Estudos Demográficos; Henri Michel, Presidente do Comitê Internacional de História da Segunda Guerra Mundial; Fritz Baade, Professor de Economia da Universidade de Kiel na Alemanha Ocidental; e Álvaro Vieira Pinto, Professor de Filosofia da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Abusos das Multinacionais Farmacêuticas foi o outro livro lançado em 1983. Nesta obra o médico Mário Victor de Assis Pacheco volta a escrever um livro somente sobre o problema das multinacionais farmacêuticas, fato realizado pela última vez em 1978. Editado pela *Civilização Brasileira* o livro denuncia a exploração do povo brasileiro pelas multinacionais farmacêuticas que enriquecem às custas da comercialização de medicamentos fraudados, ineficazes, retirados do comércio e nunca vendidos em seus países de origem. Dominando 90% do mercado nacional, as multinacionais farmacêuticas comercializavam à preços elevados, medicamentos pouco receitados sob o rótulo de produtos novos, no qual era apresentado numa embalagem diferente e sendo acrescido de substâncias ineficazes. Abordando experiências de algumas multinacionais, o autor, denuncia medicamentos consumidos por crianças de seis anos de idade, quando deveriam ser usados por crianças a partir dos doze anos. Mário Victor dedicou a obra aos consumidores que se automedicam, aos jovens médicos e aos estudantes de medicina, farmácia e bioquímica. As epígrafes mostram curtos textos de Paulo Freire, Bernard Dixon e Bruno Carlos de Almeida Cunha. Diferente das publicações precedentes, esta traz duas homenagens especiais. A primeira se refere ao ex-Ministro da Saúde Wilson Fadul pelo reconhecimento da sua luta contra as multinacionais farmacêuticas durante a sua gestão (1963-1964)[66]. Fadul escreveu a sinopse do livro *Neocolonialismo e Contrôle de Natalidade* em 1966. O ex-deputado Unírio Machado (1919-1988) foi o segundo a receber a homenagem especial por ser o precursor no Congresso Nacional das lutas contra as indústrias farmacêuticas internacionais. Há também no livro uma homenagem póstuma ao seu amigo, o professor Dr. Carlos Gentile de Mello (1918-1982): "...fraternal amigo, sanitarista de escól, expoente do mais alto valor científico da MEDICINA PREVENTIVA no Brasil". Noronha (2015) destaca Assis Pacheco, Carlos Gentile e Mário Magalhães da Silveira (1905-1986) como os atores mais ilustres na luta pela reforma da saúde.

Em 1985 Mário Victor publicou seu último livro *Controle de natalidade, imperialismo e o FMI*. Persistindo na denúncia do controle populacional exercido pelos países ricos sobre as nações pobres do mundo, nesta obra o autor enfatizou o modo imperialista pelo qual, através do Fundo Monetário Internacional (FMI), esses países exerciam seu poder. Na ocasião havia pressão econômica do órgão internacional sob o Brasil para o governo federal tornar oficial as políticas de controle populacional. Caso o país não cumprisse com essa exigência, o FMI dificultaria a possibilidade de realizar empréstimos, prejudicando a governança nacional sob

[66] Ver em: https://www.camara.leg.br/deputados/131137/biografia

diversos aspectos, inclusive deixando o Brasil mais dependente da economia, tecnologia e matéria-prima estrangeiras.

O próprio Mário Victor prefaciou o livro sintetizando o seu pensamento a respeito da indústria farmacêutica e do controle populacional. As epígrafes constam os nomes de Arthur Schelsinger, um historiador e assessor do ex-presidente John Kennedy; do estadunidense George Wald, Prêmio Nobel de Medicina em 1976; do professor de filosofia da Universidade Federal do Rio de Janeiro e ex-professor do ISEB, Álvaro Vieira Pinto; de John Rock, professor da Universidade de *Harvard*, nos EUA, e do Papa João XXIII, que havia proclamado a *Carta encíclica Mater et Magistra*. Ao fim do livro, Mário Victor lista produtos farmacêuticos anticoncepcionais contraindicados por causarem algum dano à saúde.

Em julho de 1981, Assis Pacheco participou de programa de televisão denunciando os efeitos colaterais causados pelo uso das pílulas anticoncepcionais (Assi Pacheco, 1981:57). Sua atuação é notada em periódicos como *O Pasquim, Jornal do Brasil, O Jornal*, *Revista Saúde em Debate, Revista Brasiliense* entre outros, quando ele foi mencionado nas matérias, enviou cartas ou escreveu artigos.

Era uma figura muito requisitada para palestras e debates. Palestrou em quase todas as faculdades de Medicina, Bioquímica e Farmácia do Brasil, inclusive sendo, em 1977, um dos professores homenageados pelos alunos da Faculdade de Medicina da USP (Universidade de São Paulo), concluintes do II Curso de Especialização em Saúde Pública para Nível Local.[67] Em 1980, participou da 33ª Reunião Anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC)[68]. Três anos antes debateu com Gérson Rodrigues do Lago, médico e presidente da AMERJ; Ricardo Tavares, demógrafo da UERJ; e Moema Toscano, socióloga do Centro da Mulher Brasileira no Teatro da Lagoa no Rio de Janeiro. A mesa redonda que foi patrocinada pelo Centro Brasileiro de Estudos da Saúde (CEBES) e pelo Centro da Mulher Brasileira discutiu o controle de natalidade.[69] No mesmo ano, Assis Pacheco foi integrante da mesa-redonda "Indústria Farmacêutica no Brasil" durante o evento II Encontro Universitário sobre Ciências da Saúde (ENUCISA) realizado no Teatro do Centro Acadêmico Oswaldo Cruz na Faculdade de Medicina da USP. [70]

[67] A corrida contra o tempo. *Revista Saúde em Debate*. CEBES. n. 2. O Médico um Empregado Visto pela Lei. jan/fev/mar de 1977. p. 30.
[68]Mário Pacheco: a luta pela preservação da individualidade do ser humano. *Revista Saúde em Debate*. CEBES. n. 19. Vigilância Exige mais Rigor sobre Medicamentos, Alimentos e Hospitais. set/out de 1987. p. 149.
[69] Acontecimentos – Controle da natalidade em discussão. *Revista Saúde em Debate*. CEBES. n. 4. A Saúde Pública em questão. jul/ago/set de 1977. p. 84.
[70] Informes – Encontro Universitário sobre Ciências da Saúde. *Revista Saúde em Debate*. CEBES. n. A Desnutrição e o Planejamento Econômico-Social. abr/mai/jun de 1977. p. 74.

Atuando pela AMEG, o médico participou dos debates da Reforma Sanitária no país na década de 1970. O movimento objetivou a saúde ao alcance da população. Não significava apenas ausência de doença, mas também era considerado por seus membros a melhoria da qualidade de vida da população brasileira, principalmente as pessoas mais pobres. Desta forma, o conceito de saúde era estendido para o bem-estar físico e mental dos indivíduos. O CEBES criado em 1976, relata por meio da terceira publicação da sua revista em 1977 o objetivo da realização de uma Reforma Sanitária como fim para a melhoria da qualidade do acesso à saúde, e a unificação dos serviços de saúde públicos e sem fins lucrativos.[71]

Nesse momento surge também o Movimento da Renovação Médica (REME) que lutava pela valorização da profissão médica, melhor condição de trabalho e por melhor qualidade do sistema de saúde pública (Santos, 2004:102). Segundo Gerschman (2004:140), o REME tinha característica político e sindical fazendo oposição ao governo militar. Sua formação ocorre em um cenário de apelo à redemocratização de distintos segmentos da sociedade civil (Santos, 2004). Conforme relata Escorel (1999:100), o grupo envolvido no movimento tinha influências socialistas e marxistas, e os nomes que mais se destacavam eram Mário Victor de Assis Pacheco, Carlos Gentile de Mello, Samuel Pessoa, Mário Magalhães e Álvaro Faria.

2.5 – Diálogos e influências do Mário Victor de Assis Pacheco: Josué de Castro e a fome como problema político

Conto os que morrem de bouba
De tifo, de verminose
Conto os que morrem de crupe
De câncer e esquistossomose.

Mas todos esses defuntos
Morrem mesmo é de fome
Quer a chamemos de febre
Ou de qualquer outro nome

Ferreira Gullar
(Assis Pacheco, 1985:99)

A estrofe acima, de autoria do poeta Ferreira Gullar (1930-2016), foi mencionada na obra de Assis Pacheco escrita em 1985. O médico comenta o caráter científico do poema

[71]*Revista Saúde em Debate*. CEBES. n. 3. A Desnutrição e o Planejamento Econômico-Social. Abr/mai/jun de 1977. p. 3.

explicando corretamente a causa da mortalidade infantil, a fome. Ao chamar de pequena e grande estrofe, o médico a exalta sugerindo que ela deveria ser epígrafe obrigatória em livros de história, medicina e nutrição; estar sobre os despachos dos Ministérios da Saúde, Previdência Social, Agricultura e dos dirigentes das pastas da área da economia; e sempre presente na cabeceira do Presidente da República. Assim, pensava Assis Pacheco, não haveria espaço para a cogitação do controle populacional no país (Assis Pacheco, 1985:99).

A partir deste subcapítulo até o próximo dissertarei sobre os diálogos e influências do pensamento de Assis Pacheco. Os seus escritos eram permeados de bibliografias nacionais e estrangeiras para fundamentar cientificamente as suas denúncias. Aos seus argumentos, acrescentava o seu conhecimento acadêmico e técnico para solidificar o seu posicionamento. Mencionarei nomes que foram cruciais para o seu pensamento tanto corroborando com suas ideias, quanto aqueles cujas ideias foram discordantes, por exemplo, respectivamente, Josué de Castro e Willian Vogt já citados anteriormente, porém aqui irei me aprofundar na influência do primeiro.

Desde a década de 1930 a boa alimentação é observada como meio para o reestabelecimento dos adoentados, porém, foi na década de 1950 que esse pensamento se estabeleceu, pois nesse período surgiu a primeira geração de médicos nutrólogos problematizadores da questão fome. Orlando Parahym, Jamesson Ferreira Lima e Josué de Castro representaram esse grupo que via no debate sobre a alimentação ser o principal problema brasileiro ir de encontro campo científico-político a respeito da questão nutricional brasileira (Muniz, 2012).

Josué de Castro (1908-1973), médico, sociólogo e geógrafo (Muniz, 2012), defendia a tese que a fome era a causa da pobreza (1984), não o contrário, como afirmavam os neomalthusianistas (Castro, 1955). Ele influenciou, substancialmente, o pensamento do Assis Pacheco quanto o combate àqueles que buscavam o controle populacional como única solução para eliminar a pobreza e a "iminente" Explosão Demográfica que iria ocorrer na transição do século XX para o XXI. Segundo as próprias palavras de Assis Pacheco (1974, p.94): "Já de há muito que Josué de Castro opôs à tese dos neomalthusianos – a fome é consequência da superpopulação – sua tese, à qual nos filiamos, de que a superpopulação é consequência da fome."

Alexandre Barbosa Lima Sobrinho [72](1897-2000) fez elogios ao engajamento de Assis Pacheco no combate ao controle populacional e a Josué de Castro, sobretudo se referindo ao seu famoso livro "Geografia da Fome", ainda que não concordasse com o livro em sua totalidade. Para Barbosa Lima Sobrinho outros elementos sociais contribuem para a existência da pobreza, como a educação e acesso à saúde de qualidade.

[72] Escreveu o prefácio de *Explosão Demográfica e Crescimento do Brasil* (1974).

O problema da fome no Brasil era tema recorrente nos argumentos de Assis Pacheco para refutar os defensores do controle populacional. Enquanto os neomalthusianos afirmavam que a fome era consequência da pobreza, o médico ginecologista dizia exatamente o contrário.

Nas décadas de 1940 e 1950, Josué de Castro (1908-1973) publicou, respectivamente, as obras *"Geografia da Fome"* (1946) e *"Geopolítica da Fome"* (1951). A questão social da fome foi colocada por esse autor como um problema político. Assim, a fome era produto das desigualdades sociais do país, ou seja, a solução viria por ações de políticas públicas. Nesse sentido, Assis Pacheco recebeu considerável influência de Josué de Castro por aderir a esse pensamento. Nas palavras do próprio Assis Pacheco, Josué de Castro foi sua grande referência e influência. Além disso, fez homenagem póstuma em *"Explosão Demográfica e Crescimento do Brasil"*.

Neste contexto, a fome originaria graves carências nutricionais comprometendo a qualidade da saúde das classes mais vulneráveis (Assis Pacheco, 1978). Logo, para ele a alimentação adequada seria a base indiscutível da saúde, pois a quantidade e qualidade dos alimentos evitaria a maioria das doenças que acometiam os brasileiros (Assis Pacheco, 1978, p. 74). Para Assis Pacheco, a fome e as doenças são as companheiras do homem que vive numa solidão forçada na selva amazônica, nos canaviais do nordeste, nas áreas paludosas do Rio de Janeiro, nos pantanais do Mato Grosso, enfim, todos os perdidos em território brasileiro. Cita uma declaração de Josué de Castro, na qual este afirmara que a solução para esses problemas brasileiros era viável, pois questão da fome era consequência muito mais de ordem sociocultural desfavorável que por fatores naturais. Aqui há uma crítica ao cenário latifundiário mencionado como "organização econômico-feudal degradadora" responsável por originar esses problemas sociais (Assis Pacheco, 1968, p. 212).

Presente nos discursos de Josué de Castro, o pensamento social brasileiro traz esse conjunto de ideias formado pelos problemas fundiários, histórico colonizador, abandono do homem pelo Estado, espoliação das riquezas do país, indolência do trabalhador e melhorias educacionais (Bizzo, 2012). Nota-se essas mesmas ideias nos posicionamentos do Mário Victor, onde sua visão de mundo, tal qual Josué de Castro, o Brasil precisava livrar-se dessas amarras para se desenvolver. Dessa maneira, Mário Victor se mostra apoiado na tese de Josué de Castro, o qual declara ser a superpopulação a consequência do problema da fome, e não o contrário, ou seja, a fome ser a consequência da superpopulação, pensamento defendido pelos neomalthusianos.

Em *"Explosão Demográfica e Crescimento do Brasil"*, Assis Pacheco (1974, p. 94) afirma que se filia à tese do famoso autor de *"Geopolítica da Fome".* Para Barbosa Lima Sobrinho, que prefaciou o livro de Assis Pacheco publicado em 1974, não é apenas a fome a causadora da superpopulação, mas também outros fatores como, o grau da alfabetização, ausência de entendimento dos deveres e obrigações de uma família e da capacidade de realizar um planejamento familiar. Contudo, Barbosa Lima Sobrinho reforça a importância de "Geografia da Fome" por expor a miséria de grande parte da população mundial. Sendo assim, em todas as ocasiões que Assis Pacheco critica o controle populacional ele se apoia nesse pensamento do Josué de Castro, além de elaborar suas refutações naquilo que ele entendia como ciência e anticiência.

Josué de Castro representou o Brasil na Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO), atuando em frentes distintas para combater a fome no mundo (Muniz, 2012). Após o *Geografia da fome* ter projetado nacionalmente o debate fome como problema político, o livro de 1951 coloca o médico e geógrafo brasileiro em evidência internacional. Somando a sua atuação no Brasil no ensejo da criação das instituições para combate a fome permitiu que chegasse a FAO, uma vez que era referência quanto ao assunto nutrição (Bizzo, 2012).

A criação da FAO, descreve Bizzo (2012), no pós-guerra visou combater a fome nos países "subdesenvolvidos" e melhorar as condições de vida daquelas populações. Sob a atmosfera do desenvolvimentismo no pós-guerra, a questão da fome era um fator que impedia o progresso das nações, portanto distribuir alimentos não era a única solução, em conjunto deveria ser aplicado o conhecimento técnico e científico.

A Reforma Agrária [73]tinha importante papel para o desenvolvimento nacional, pois ela significava áreas para o cultivo de alimento, logo resolveria o problema político e social da fome. Assim como desconcentraria terras cultiváveis pertencentes a poucas pessoas devido ao passado colonial do país. Deste modo, o verdadeiro capital, segundo Assis Pacheco, o homem, ficaria em sua terra, não precisando se deslocar para os grandes centros urbanos em busca de emprego. Não obstante, haveria promoção do desenvolvimento agrícola, mas para alcançar esses pontos se fazia necessário incentivar a natalidade, pois nasceriam mais pessoas, ou seja, mais força de trabalho, a fim de desenvolver e alimentar o país e a América Latina no século XXI.

[73] David Rockefeller, banqueiro estadunidense, solicitou aos meios e comunicação da América Latina que não utilizassem os termos, imperialismo do dólar, exploração estrangeira, independência econômica e reforma agrária, pois equivaliam à insultos (Assis Pacheco, 1968b:60).

A composição da FAO continha técnicos e cientistas entre seus funcionários. Josué de Castro representava o cientista brasileiro nos debates da FAO, elaborando estratégias para o enfrentamento da fome em nações pobres do mundo. Atuando nessa instituição entre 1947 e 1964 exerceu distintas funções integrando delegações, comitês de especialistas em nutrição, comissões assessoras, e, por fim, presidente, iniciando em 1952 e concluindo em 1955. Por meio dos seus textos, demonstrava o que era científico, principalmente, quando conflitava com os interesses neomalthusianos.

2.6 – Ciência x Anticiência: Outros diálogos e referências do médico Mário Victor de Assis Pacheco

Mário Victor de Assis Pacheco recebia influência de inúmeros personagens nos mais variados campos profissionais e intelectuais sejam da biologia, física, química, medicina, história, sociologia, demografia, política, teologia entre outros. Destaquei Josué de Castro, ao que parece ser a maior influência em seu pensamento, porém, posso citar demais personagens como Maria Augusta [74]Tibiriça Miranda, Celso Furtado, Thomas Lyinn Smith, Barbosa Lima Sobrinho, Álvaro Borges Vieira Pinto, Alfred Sauvy, Caio Prado Junior, Nelson Werneck Sodré, Roger Bastide, entre outros (Assis Pacheco, 1968a, 1968b,1974, 1983a).

Ao citar referências tanto das ciências naturais, quanto das ciências sociais, Assis Pacheco buscava os argumentos mais coerentes e válidos para sustentar suas teses. A concernente a industrialização do país para obter a sua independência econômica era apoiada em muitos casos nos trabalhos dos cientistas sociais. Ao citar Roger Bastide (1898-1974), Assis Pacheco (1983b:165), relata o enriquecimento da Inglaterra a partir do ouro brasileiro que permitiu a formação do capitalismo industrial. Tal acontecimento ocorreu devido ao Tratado de Methuen, o qual Portugal se comprometia a comprar seus tecidos. Consequentemente o ouro brasileiro era drenado para Portugal, uma vez que o Brasil era sua colônia.

Personagem referenciado por Assis Pacheco, o filósofo Álvaro Borges Vieira Pinto (1909-1987), autor da obra "Consciência e realidade nacional", cuja abordagem pensava a nação como coisa pronta, mas aquilo que vem a se formar, como processo e projeto. Para tanto, interpretou a origem das distintas visões referentes à realidade nacional, a sua forma de agir e de ser. Assim, desenvolveu uma ontologia da nação e das suas formas de consciência, inclusive,

[74]Entrevista com Maria Augusta Tibiriçá Miranda em 1962. *Revista Leitura*, Desnacionalizada a indústria farmacêutica.pp.46-47.

quando chefiou o Departamento de Filosofia do ISEB, local em que se dedicou a entender as diferentes formas de se pensar o ser nacional (Côrtes, 1999). Assis Pacheco, cita algumas vezes Álvaro Vieira Pinto, o que pode indicar influência indireta das ideias desenvolvidas no ISEB, talvez indiretamente, pois não encontrei informações que constatem Assis Pacheco como membro do instituto.

Álvaro Borges Vieira Pinto foi diretor do ISEB (Silva, 2020), durante a fase do instituto intitulada "Último ISEB" (1960-1964), por se afastar do perfil nacional-desenvolvimentista, se tornando mais agressivo (Lovatto, 2009). Neste sentido, havia um pensamento radicalmente antiimperialista, cujo público-alvo eram os trabalhadores. Ao contrário da sua primeira fase, *juscelinista*, caracterizada por instrumentalizar a burguesia, a fim da promoção do nacional-desenvolvimentismo. Álvaro Vieira Pinto foi o proponente da publicação dos *Cadernos do povo brasileiro*, em que este periódico divulgava as ideias de reforma de base no governo de João Goulart. Lovatto (2009), relata que no período pré-64 ser nacionalista significava defender a soberania nacional, enquanto atender aos interesses imperialistas era considerado um entreguismo. Corroborando com as ideias de Álvaro Vieira Pinto, Assis Pacheco acreditava que era necessário excluir o capital estrangeiro do seu papel de motor do desenvolvimento do Brasil. Destarte, a nação deveria ter o comando do aparelho econômico para se industrializar e impedir a espoliação (Assis Pacheco, 1968ª:195). Da mesma forma, neste livro, cita Nelson Werneck Sodré ao dizer "fazemos nossas as palavras de Nelson Werneck Sodré", concordando com o historiador de uma velha ideia, a qual o país somente se desenvolveria com auxílio estrangeiro, fazendo uma alusão de que na verdade o país conquistaria a sua emancipação econômica somente a partir dos seus próprios esforços.

Thomas Lynn Smith (1903-1976), sociólogo estadunidense (Lopes, 2018), outro personagem citado em alguns momentos por Assis Pacheco, dirigiu o Departamento de Sociologia da Universidade da Flórida, de Vanderbilt e da Lousiana. Ele viveu no Brasil ao longo de quatro anos e se posicionava contra as previsões da explosão demográfica no país em 2000 (Assis Pacheco, 1974:91). Smith defendia a tese de que a natalidade estaria condicionada à quantidade consumida de proteínas animais. Nesse sentido, experimentos realizados pelos cientistas buscavam argumentos para afirmar que quanto mais vulnerável à fome, maior seria a reprodução das espécies. Assis Pacheco, exemplifica este pensamento através dos seres com organização biológica mais basal como vírus, protozoários, bactérias, fungos e vermes, uma vez que estes têm elevada taxa de reprodução, estratégia para perpetuar as espécies desses grupos (Assis Pacheco, 1974:96).

Explicando um exemplo de Josué de Castro, Assis Pacheco cita a pesquisa do cientista estadunidense Slonaker, o qual estudou o comportamento de ratos utilizando distintas proteínas na dieta desses animais. O experimento apontou maior taxa reprodutiva nos roedores que consumiram menor quantidade de proteínas. Reproduziram em média 23,3 filhotes aqueles que consumiram 10% de proteína, enquanto os ratos que consumiram 22% produziram 13,8 filhotes em média. Estes estudos foram corroborados por Anton Carlson e Frederic Hoezel da Universidade de Chicago. Em outra pesquisa, agora realizada pelo professor Mac Genitie do Instituto de Tecnologia da Califórnia, elaborada no Laboratório Naval do Pólo Ártico, foi introduzida uma dieta à base de vegetais na refeição dos esquimós. Estes que são exclusivamente carnívoros, triplicaram o coeficiente de natalidade nesse experimento (Assis Pacheco, 1974:96).

Quando escreveu o último capítulo de *Explosão Demográfica e Crescimento do Brasil*, Assis Pacheco afirmou ter provado em sua obra a inconsistência científica das teorias neomalthusianas (Assis Pacheco, 1974:217), conforme é observado no trecho a seguir:

> Uma das afirmações mais repetidas neste livro é a de que o aumento da população é fator de promoção do desenvolvimento econômico, tese esta diametralmente oposta à corrente doutrinária dos atuais neomalthusianos. Estes, sem argumentos científicos sólidos para se oporem aos progressistas, taxam os que combatem o neomalthusianismo de "róseos" ou de "gauchismo" político.... (Assis Pacheco, 1974, p.218).

E para expor o não cientificismo do neomalthusianismo, continua no mesmo trecho a fala do economista estadunidense[75], Schumpeter[76] (1883-1950):

> ...omitindo deliberadamente ou ignorando que Schumpeter, economista norte-americano, defensor dos postulados da economia liberal e jamais acusado de esquerdista, escrevendo a propósito de população e renda *per capita*, declarou: "Algumas vezes, um aumento da população só tem como efeito, o que já foi afirmado pela teoria clássica- uma queda na renda real *per capita*; em outros, entretanto, ele pode possuir um efeito energético, que induz a

[75] Embora Assis Pacheco tenha mencionado que a nacionalidade de Schumpeter fosse estadunidense, o economista, na verdade era austríaco. Para mais informações sobre Joseph Schumpeter ver em: SCHUMPETER, Joseph Alois. Teoria do Desenvolvimento Econômico – Uma investigação sobre lucros, capital, crédito, juro e o ciclo econômico. Editora Nova Cultural Ltda. São Paulo, 1997.p.238. Disponível em: <https://www.ufjf.br/oliveira_junior/files/2009/06/s_Schumpeter_-_Teoria_do_Desenvolvimento_Econ%C3%B4mico_-_Uma_Investiga%C3%A7%C3%A3o_sobre_Lucros_Capital_Cr%C3%A9dito_Juro_e_Ciclo_Econ%C3%B4mico.pdf>. Acesso em: 30.04.2023

[76] Assis Pacheco obtém a informação a partir do livro de Joseph Schumpeter, *A resposta criadora na história econômica*. In: Economia e Ciências Sociais. Zahar Editores, Rio, 1969.

> novos desenvolvimentos, resultando num aumento da renda *per capita*. (Assis Pacheco, 1974, p.218).

Nesse sentido, Assis Pacheco dizia que os neomalthusianos utilizavam o discurso da fome mundial para manipular as pessoas na intenção dos seus propósitos serem alcançados. Para ele, o posicionamento neomalthusiano soava um certo eufemismo, pois os problemas sociais, fome, habitação, empregos serviços e desigualdade na distribuição da renda eram desconsiderados por eles que utilizavam a questão da fome como uma espécie de espantalho (Assis Pacheco, 1974:218-219). Dessa maneira, aponta a declaração do jornalista Hedyl Rodrigues Valle em matéria no jornal *Tribuna da Imprensa* publicado em 20 de novembro de 1969, em que na ocasião escreveu que havia no mundo má distribuição da produção, não sua ineficiência. Além disso, prosseguiu o jornalista, matar crianças não solucionaria a má distribuição (Assis Pacheco, 1974:218).

Havia aproximações e afastamentos entre o pensamento de Alfred Sauvy e Assis Pacheco que mencionou o demógrafo em algumas oportunidades para fundamentar as ideias natalistas em seus livros. Para o demógrafo francês, o crescimento populacional era um fator importante para o desenvolvimento econômico por incentivar a inovação e o progresso tecnológico (Meireles, 2011:6). Da mesma forma, pensava Assis Pacheco (1974:78), para o desenvolvimento brasileiro e das outras nações pobres, inclusive mencionando um comentário do Sauvy em que os EUA e a URSS o impulso demográfico possibilitou o progresso desses países (Assis Pacheco, 1974:76). Entretanto, Alfred Sauvy durante a Conferência sobre Populações realizada na Universidade do Chile em 1962 fez algumas concessões às teses neomalthusianas para a busca de soluções referentes aos problemas populacionais. O médico brasileiro não considerava Sauvy um neomalthusiano, porém este posicionamento do demógrafo foi objeto de crítica para Assis Pacheco (1974:78), pois era radicalmente contrário a qualquer aspecto do neomalthusianismo.

O desenvolvimento do conceito de "Terceiro Mundo" foi formulado por Alfred Sauvy (Reis e Resende, 2021:97), para se referir ao Terceiro Estado que se rebelou levando à Revolução Francesa. Conforme explicam as autoras, Sauvy comparava Terceiro Mundo ao Terceiro Estado, em que num contexto de Guerra Fria, os países ocidentais do dito Primeiro Mundo investiam mais na corrida armamentista do que no desenvolvimento das nações pobres em disputa. Ele advertiu que isto poderia ser fatal para a influência capitalista, já que "o "Terceiro Mundo" da mesma forma que o Terceiro Estado ignorado, explorado e desprezado queria também ser alguma coisa" (Sauvy, 1986:83).

Diferente de Alfred Sauvy Escobar (1995) apresenta o conceito de “Terceiro Mundo” com outro significado. Segundo o autor o entendimento de “Terceiro Mundo” foi socialmente construído sob as perspectivas dos países ricos a partir do conceito de desenvolvimento. Sendo assim, as nações localizadas nos continentes asiático e africano, assim como na região da América Latina foram entendidas como áreas pobres que estariam impedindo o progresso da humanidade após a Segunda Guerra Mundial. Desta forma, pela perspectiva dos países ricos, o desenvolvimento moderno baseado na ciência e tecnologia, era visto como a “salvação” das regiões pobres. Por conseguinte, o controle populacional surge como preocupação para evitar a pobreza e o avanço do comunismo, os quais prejudicariam a hegemonia política estadunidense e o desenvolvimento econômico sob a égide capitalista e científica.

A fome, segundo Assis Pacheco, não deveria ser um entrave ao desenvolvimento do Brasil. Ademais, para o médico não caberia no contexto brasileiro um cenário de fome em sua população. Haja vista, a afirmação de Celso Furtado, cujo país dispunha de 53 milhões de hectares de área cultivável, sendo esta extensão o dobro da área já utilizada para cultivo (Assis Pacheco, 1968b:45-46). Segundo Assis Pacheco (1974:9), o país dispunha de áreas ecumênicas, ou seja, permitem a ocupação permanente dos homens tanto para habitação, quanto para a produção de riquezas. A outra parte do território nacional, o qual o médico chamou de anecumênica, mesmo não permitindo a ocupação permanente, as técnicas científicas possibilitariam transformar regiões inóspitas em áreas para habitação e produção.

Os conceitos de demografia são esclarecidos detalhadamente em *Explosão Demográfica e Crescimento do Brasil* para a compreensão do leitor e para o autor organizar e fundamentar seus argumentos em prol da sua visão natalista. Além dos conceitos já mencionados, áreas ecumênicas e anecumênicas, ele desenvolve outros. Elucida a diferença entre demografia estática e demografia dinâmica. Em relação a primeira, explicou o médico, se refere ao número de habitantes, sexo, raça, costume, idade e estado civil. Pois bem, a segunda significa a análise do crescimento ou redução populacional pelas variações referentes às taxas de natalidade, mortalidade e as migrações relacionando com o sistema de relações de produção e orientação política vigentes (Assis Pacheco, 1974:7). Outros conceitos em que o médico faz questão de explicar as diferenças entre a população e a densidade populacional. População, relata Assis Pacheco (1974:8), é o número absoluto de habitantes de uma determinada região, exemplificada por um país, em que esses habitantes são observados como masculino, feminino, infantil, jovem, adulta entre outras classificações mencionadas. No entanto, um grande número

de habitantes informa que a população é maior, porém não representa a que a densidade populacional seja maior, se comparar com outra região de população menor:

> A Itália, por exemplo, com pouco mais de 50 milhões de habitantes é mais populosa que o Brasil com 90 milhões porque enquanto nós vivemos numa área de 8.511.968 quilômetros quadrados os italianos habitam um país com apenas 301.225 quilômetros quadrados (Assis Pacheco, 1974:8).

Nas suas obras, Assis Pacheco, procurava tornar robustos os seus argumentos se apoiando na ciência. Neste caso, a demografia foi a ferramenta utilizada por ele para tentar provar que os teóricos da explosão demográfica estavam errados em seus argumentos. Um exemplo é quando ele mostra que o país apresenta densidade demográfica de 10,5 habitantes de quilômetros quadrados e países como Senegal, Jordânia, Nigéria, Portugal, Suíça, Líbano, Reino Unido, Alemanha Ocidental Bélgica e Holanda tinham densidades demográficas superiores (Assis Pacheco, 1974:9-10).

No primeiro capítulo foi apresentada as ideias de William Vogt, principalmente nas suas afinidades aos ideais neomalthusianos. Pois bem, Assis Pacheco (1974:31-32), relata que Vogt e Robert Cook[77] (1898-1991) eram neomalthusianos extremados à ponto do segundo culpar a medicina por levar o caos a determinados povos por ter extinguido doenças. Assis Pacheco declara que um dos pais da pílula anticoncepcional, John Rock (1890-1984), considerava a redução populacional dos países "subdesenvolvidos" um fator de segurança para os EUA.

Apoiado no posicionamento desses personagens citados, Assis Pacheco buscou argumentos para defender o seu pensamento, ressaltando que os pobres e o aumento da população não são a causa da fome e escassez dos recursos naturais. Bhering (2014, p. 163), atenta para a solução da pobreza através do controle reprodutivo dos pobres. Ele enfatiza a "teimosa tendência de solucionar o problema da pobreza por meio do impedimento do nascimento dos pobres".

Intervenções à redução do nascimento desses pobres com financiamento das agências estrangeiras se fizeram presente no país através da distribuição das pílulas anticoncepcionais e aplicação do DIU. Nesse sentido, tais instrumentos eram vistos por Assis Pacheco como

[77] Foi um demógrafo, geneticista e editor. Um dos primeiros a alertar sobre o perigo da superpopulação humana, dirigiu o Population Reference Bureau entre 1959 e 1968. Como editor do *Journal of Heredity da American Genetic Association* de 1922 a 1962 publicando artigos defendendo o controle da natalidade durante a década de 1930. Defendeu a eugenia para que houvesse mais nascimentos dos indivíduos pertencentes aos "grupos de maior inteligência e melhores antecedentes econômicos". Ver mais em: BARNES, Bart. Demographer Robert Cook Dies at 92. *The Washington Post*. Disponível em:
< https://www.washingtonpost.com/archive/local/1991/01/09/demographer-robert-cook-dies-at-92/ddf0a5d9-5b9f-4557-b961-4922dc631ba9/ >. Acesso em: 06.06.2023.

anticientíficos por não apresentarem eficácia comprovada. Ademais suas aplicações se tratava de experiências em mulheres, instrumento neocolonialista, e atitude patriarcal por comprometer a saúde da mulher. Ao chamar de falsa ciência as orientações da BEMFAM, aponta o médico e professor José Pereira da Luz, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como um profissional que renunciou à falsa ciência, ao se desligar da entidade de planejamento familiar (Assis Pacheco, 1974, pp. 164 e 169). Ainda, segundo o autor, a maioria dos professores universitários de ginecologia e obstetrícia; e dos professores de fisiologia dos 74 institutos de Ensino Superior em Medicina do país não se alinhavam aos propósitos da BEMFAM.

Em seu livro de 1968, *"Neocolonialismo e contrôle de natalidade"*, dedica um capítulo para apresentar a fisiologia do sistema reprodutor feminino, a fim de mostrar os danos que as pílulas anticoncepcionais causariam à saúde da mulher. Centrando no funcionamento dos hormônios detalhava a forma que esses sinalizadores bioquímicos agem no organismo e suas consequências no organismo humano. Trombose, câncer, envelhecimento precoce, masculinização e atrofia dos ovários seriam alguns problemas gerados pelo uso dos anovulatórios, pílulas anticoncepcionais. Enquanto o DIU causaria ferimentos, infecções, provocaria aborto e poderia esterilizar. Como afirma contemporaneamente Merchant (2021), os projetos de controle populacional foram legitimados pela ciência em certas situações, mas, ao mesmo tempo, a influência da sua aceitação veio do poder do dinheiro, em um argumento que corrobora Assis Pacheco.

Dentre as preocupações existentes quanto ao futuro da sociedade mundial, havia a questão da ameaça da Explosão Demográfica ou Superpopulação Mundial. O advento das novas tecnologias no campo da medicina foi um dos fatores responsáveis pela redução das taxas de mortalidade no mundo.

A questão da explosão demográfica e a consequente escassez de alimentos foi tema central da tese neomalthusiana de que haveria ser necessário controlar a natalidade mundial como solução para esse problema. "A Farsa do Crescimento Zero" é o título de um dos capítulos de Assis Pacheco na obra de 1983 *"Planejamento Familiar" e Libertação do Brasil.* O médico aponta as falhas do livro *The Limits to Growth*, produzido pelos cientistas Jay Forrester (1918-2016) e Dennis Meadows (1942-). Estes sugerem taxas de natalidade e mortalidade equilibradas a partir da redução acentuada dos nascimentos. O livro dos cientistas teve origem em 1972 quando o Clube de Roma solicitou ao *Massachusetts Institute of Thecnology* (MIT), pesquisa referente ao crescimento demográfico considerando a escassez dos recursos naturais,

inclusive alimentos. Apoiado no posicionamento de Josué de Castro contra os estudos do MIT[78] relativo aos problemas do aumento do crescimento demográfico, Assis Pacheco relata:

> Ninguém melhor que Josué de Castro apontou as falhas básicas desse trabalho quando afirmou: *O mais grave erro do relatório MIT é não ter incluído o problema das estruturas econômicas, sociais e políticas entre os fatores influentes no crescimento demográfico. Os autores consideram os fatores – população, produção agrícola, produção industrial, recursos naturais e poluição – não mencionando, porém, nem uma palavra sobre os problemas das estruturas econômicas e sociais. Entretanto sabe-se que o nível de produção e o meio ambiente dependem essencialmente do tipo de estrutura dominante numa dada região num dado momento.* (Assis Pacheco, 1983a:25-26).

Como mencionado anteriormente, havia outros dois modelos para pensar a questão demográfica mundial. A proposta do Grupo de Bariloche se aproximava mais do pensamento de Assis Pacheco, por sua vez influenciado pelas ideias do Josué de Castro. Assis Pacheco ainda questiona o Clube de Roma baseado na fala do professor estadunidense George Baldwin[79] em 1974, quando mostra os exemplos dos países desenvolvidos apresentando políticas demográficas caminhando em direção contrária à teoria do crescimento zero. Nesse contexto, nações como Reino Unido, Holanda, Finlândia, Suécia, França, Alemanha Ocidental e Israel não tinham política populacional controlistas. Os EUA ignoraram qualquer política oficial relativa ao crescimento zero e o Japão cogitava aumentar a sua população. Cinco anos após a afirmação do professor George Baldwin, França e Alemanha Ocidental adotaram políticas oficiais para incentivar a natalidade e evitar o problema do envelhecimento das suas respectivas populações. O auxílio natalidade francês mudou de 2 mil francos para 10 mil francos para as famílias que tivessem o terceiro filho, enquanto os alemães, maior salário-mínimo europeu, aumentou este em ¼ utilizando o mesmo critério da França.

Um problema gerado pela redução demográfica se refere ao impacto causado na previdência social. A despeito deste assunto não desenvolvido nesta pesquisa, por demandar estudos mais aprofundados, e nesse caso extrapolaria o recorte definido, é importante mencioná-lo na intenção de incentivar a elaboração de futuros projetos a quem desejar abordando esse tema.

[78]Assis Pacheco consultou a bibliografia de Josué de Castro, *Polution, Problème n. 1. Le Sousdéveloppement,* Le Monde Scientifique, 2, 1973.
[79]Assis Pacheco consultou a bibliografia de George B. Baldwin, *Política Demográfica nos países Desenvolvidos*, Diálogo n. 2, vol. VII, p. 20-25, 1974 (tradução da edição norte-americana *Dialogue* – USIS.

Assis Pacheco (1985:97), atenta ao caso de os futuros jovens terem que trabalhar muito mais para sustentar a grande massa de idosos inativos. Portanto, prossegue o médico, os efeitos da explosão demográfica não era o agravante, mas a falta de braços para o trabalho. O médico comentou o comentário do advogado José Tomás Nabuco na ESG sobre os esforços dos EUA em reduzir o crescimento demográfico brasileiro (Assis Pacheco, 1974:109). Filho do abolicionista Joaquim Nabuco, o advogado José Tomás Nabuco via no controle populacional uma ameaça ao desenvolvimento do país pelo motivo dessa ação comprometer o futuro demográfico e econômico do país. Comparando com as nações europeias que já passavam pelo processo de envelhecimento populacional, o advogado fazia previsões de que aumentaria a quantidade de idosos na população acarretando aumento nos custos para os jovens sustentá-los. Ademais, lamentava as ameaças do Banco Mundial ao Brasil alegando que só apoiaria financeiramente o país por meio da aceitação oficial do controle populacional[80].

Seria inevitável o envelhecimento do país em virtude da redução da mortalidade consequência do progresso da medicina e da acentuada queda da natalidade promovida pelas campanhas antinatalistas. A população mais envelhecida seria menos fértil colaborando ainda mais para a redução da natalidade (Assis Pacheco, 1974:17).

Nas suas obras e artigos publicados em jornais, Assis Pacheco tentava defender seu discurso natalista argumentando que a tese antinatalista ou neomalthusiana não era científica, ou seja, uma anticiência (Assis Pacheco, 1968b, p. 58). Para legitimar a cientificidade[81] dos seus argumentos, o médico se apoiava em artigos científicos, experimentos e livros. No entanto, os acusados por ele como praticantes de falsa ciência eram médicos, cientistas e instituições (Assis Pacheco, 1968) que também defendiam as teses neomalthusianas utilizando os mesmos recursos. A forma como Assis Pacheco procurava discutir a legitimação ou não daquilo que era ciência é observado no trabalho de Dupré e Somsen (2019:197), ao exemplificarem que a publicação em artigos científicos da autoridade às pesquisas.

[80]Advogado condena cerceamento do crescimento demográfico. *Jornal do Brasil.* 1º Caderno/nacional. Quinta-feira, 24 de agosto de 1972. pp. 17.

[81] Apesar do antagonismo entre ciência e anticiência no discurso de Assis Pacheco, deve-se ter cautela na identificação daquilo considerado anticientífico ou pseudociência. Segundo Dupré e Somsen (2019:195), a pseudociência não existiria, mas persegue a ciência assim como uma sombra. Os autores mencionam que os questionamentos em relação ao que deve ser aceito como ciência ou não ciência é de longa data, e exemplificam a missão dos filósofos da ciência no século XX, os quais deveriam distinguir a ciência da não ciência. Os autores citam o trabalho de Thomas Gieryn, o qual este autor chama de "boundary work" a contestação do que é ciência e o que não é ciência.

Capítulo 3 - Os interesses estrangeiros e nacionais – desnacionalizando a indústria farmacêutica, controlando a população

O capítulo expõe a visão de Assis Pacheco perante o processo da desnacionalização da indústria farmacêutica, o qual ele oferece resistência, pois entendia esta situação uma forma do imperialismo impedir o desenvolvimento dos países pobres. O médico atrela a comercialização e distribuição dos contraceptivos ao neocolonialismo das nações desenvolvidas, especificamente, as pílulas anticoncepcionais que entrariam no Brasil através das multinacionais farmacêuticas. As agências estrangeiras que financiaram o planejamento familiar no país, também foram alvos de críticas das denúncias de Assis Pacheco, visto que a intervenção estrangeira relativa à redução da população brasileira não era papel dos órgãos internacionais. Esses interesses prejudicavam o desenvolvimento do Brasil e transferia as riquezas nacionais para as nações industrializadas.

Assis Pacheco se baseava em argumentos científicos para defender suas reivindicações contra medicamentos ineficazes e o uso da pílula anticoncepcional. Em contrapartida os laboratórios farmacêuticos querendo comercializar esses produtos também se apoiam no discurso científico para justificarem a venda. Contudo, esse conflito ocorre em um cenário de disputa política envolvendo nações ricas e pobres dentro do contexto da Guerra Fria.

As próximas páginas mostrarão o envolvimento de Mário Victor de Assis Pacheco nas discussões referentes a indústria farmacêutica nacional e o controle populacional, em que este é analisado o seu impacto deste no país, a partir do debate ocorrido entre natalistas e antinatalistas.

3.1 – A Indústria Farmacêutica e a sua desnacionalização

> A leitura deste livro, corajoso e afirmativo, do Dr. Mário Victor de Assis Pacheco desvenda os segredos da indústria farmacêutica, demonstra a progressiva desnacionalização dos laboratórios brasileiros, e contribui, eficazmente, para a consciência nacional em favor de soluções urgentes para um problema que, além de envolver interesses fundamentais do país, atinge, diretamente, vastas parcelas de nosso povo, desfavorecidas no processo de distribuição de renda.[82]

A Guerra Fria, ao polarizar o mundo nos blocos capitalista e socialista, inseriu países em territórios de disputa, entre eles o Brasil (Lovatto, 2009). Este cenário colocou o Brasil em

[82] ASSIS PACHECO, Mário Victor de. Neocolonialismo e controle de natalidade. Coleção Perspectivas do Homem. Série Estudos Sociais. Volume 47. Editora Civilização Brasileira. Rio de Janeiro, 1968. Texto escrito na contracapa.

conflito direto com os interesses econômicos e imperialistas do bloco capitalista, sobretudo dos estadunidenses (Lovatto, 2009).

No início do período pós-guerra entre 1950 e 1960 houve o que Santos (2020) chama de "os anos dourados da indústria farmacêutica na Europa, Estados Unidos e Brasil". Devido ao desenvolvimento da ciência e da técnica as novas tecnologias impulsionavam a industrialização em que o setor farmacêutico se destacou.

O Brasil perdia parte das suas riquezas pela evasão de divisas para pagamento de *Royalties* e lucros das empresas estrangeiras[83]. Conforme relata Sodré (1990:346), o país no período entre a década de 1940 e 1950 não poderia expandir seu comércio exterior, uma vez que era impedido de utilizar suas divisas obtidas através da exportação, pois parte delas era absorvida pelo capital estrangeiro. Uma área que passou por esse processo envolvendo intenso debate foi o setor farmacêutico, pois foi um desses campos visados pelos laboratórios fabricantes de medicamentos[84].

A médica Maria Augusta Tibiriçá Miranda (1917-2015), profunda conhecedora do processo da desnacionalização da Indústria Farmacêutica propagava a importância da participação do povo para a nacionalização deste setor. Atuante na campanha do "Petróleo é Nosso" na década de 1950 para evitar que a Petrobrás fosse gerida pelo capital estrangeiro, Maria Augusta entendia que outras áreas deveriam ser protegidas dos interesses econômicos internacionais. Sua formação médica voltada para atender as questões sociais como fome e saúde, influenciaram o seu discurso relativo ao problema da desnacionalização da Indústria Farmacêutica[85] (Lovatto, 2009). Um país cujo grande parte da população era pobre, carecia de alimentos e de saúde qualificada, estaria vulnerável à exploração dos grandes trustes farmacêuticos, pois o elevado preço dos medicamentos dificultava o acesso ao tratamento da saúde desses brasileiros[86].

Provavelmente, as ideias da médica Maria Eduarda influenciaram o pensamento do Mário Victor ao participar das discussões relativas à desnacionalização da indústria

[83] Artigo *Desnacionalização da Indústria Farmacêutica* publicado pela *Revista Brasiliense*, nº 41, por Mario Victor de Assis Pacheco em 1962. A Revista teve como alguns dos seus fundadores Caio Prado Junior, Florestan Fernandes e Sérgio Buarque de Hollanda. Se declarava não ligações de ordem política e partidária. A responsabilidade era dos seus próprios editores.

[84] Indústria da Doença (II). Jornal *Última Hora* de Pernambuco, 5 de outubro de 1963 sobre a Desnacionalização da Indústria Farmacêutica.

[85] Fernandes (2004:33), explica o processo de desenvolvimento da indústria químico-farmacêutica nos países com mais capacitação industrial e científica. As políticas econômicas do Brasil optaram por não investir na autonomia do setor e pela transferência de tecnologia. Consequentemente os laboratórios nacionais foram absorvidos pelos laboratórios estrangeiros ou deixaram de existir.

[86] Resenhas de Livros - *Indústria da Doença*, publicado pela *Revista Leitura* em 1963:22 e 23.

farmacêutica. Há convergência na fala de ambos relacionando fome, saúde e desenvolvimento, temas candentes na trajetória intelectual desses dois atores que viam a nacionalização dos laboratórios estrangeiros a solução para impedir a evasão de divisas que o país sofria causando elevados lucros destas empresas e prejudicando o desenvolvimento do Brasil.

Na intenção de obter elevados lucros, as empresas farmacêuticas estrangeiras não pretendiam ajudar o Brasil, segundo Mário Victor. O capital estrangeiro entrava com muita facilidade no país, retornando em maior valor para a nação de origem da matriz farmacêutica. As subsidiárias brasileiras eram dependentes da matriz estrangeira[87] em duas formas. A primeira, através dos *royalties*[88], ao pagar as patentes e a segunda por meio do *know-how*[89], referente à assistência técnica, já que o país formava poucos técnicos e cientistas. Deste modo, os *royalties* retiravam os dólares do país devidamente e indevidamente, enquanto o *know-how* retirava por intermédio do pagamento das técnicas descapitalizando o Brasil.

A matéria do *Diário Carioca* de 21 de dezembro de 1962[90] trazia as denúncias de Mário Victor, então coronel médico da diretoria de Saúde do Exército, referentes aos laboratórios nacionalizados. O médico utilizava o conceito pseudonacionalização ao se referir às empresas que apenas alteravam os nomes, porém o capital ainda era em grande parte estrangeiro. Ele exemplifica o Laboratório Farmacêutico *Warner International Coporation* que passa a ser chamado de Laboratórios *Warner* S.A com capital de 425 mil dólares, distribuídos em 17 mil ações. No entanto, desse montante a *Warner Lambert Pharmaceutical Corporation* detinha 424.650 dólares e 16.986 ações, enquanto os acionistas brasileiros possuíam 350 dólares e apenas 14 ações. O coronel chamou essa prática de "farsa cínica", já que a pseudo-nacionalização prejudicaria os interesses econômicos nacionais. As empresas estrangeiras, mais estáveis financeiramente, conseguiam com facilidade créditos em bancos brasileiros. Por outro lado, os laboratórios nacionais mais ameaçados pela instabilidade financeira, tinham mais dificuldades para prosseguirem com seus negócios.

---

[87] Escândalo dos remédios: Emprêsas estrangeiras descapitalizam o país. *Diário Carioca*, 1962.

[88] Taxa em dinheiro paga ao descobridor de alguma invenção, pelo mesmo panteada e com sua permissão reproduzida. Aqueles que usam o invento patenteado têm de descontar de lucros o *royaltie* a ser pago ao dono da patente, pessoa ou empresa. O *royaltie* pode, portanto, ser entendido como o pagamento de um direito autoral. O percentual a pagar a título de *royalties* é regulado por contrato entre os titulares das patentes e os usuários delas. *Indústria Farmacêutica e Segurança Nacional* (1968:56).

[89] Por ainda necessitar da técnica de fabricação de um produto, o Brasil tem de recorrer aos técnicos estrangeiros para fabricá-lo. *Indústria Farmacêutica e Segurança Nacional* (1968:68).

[90] Escândalo dos remédios: Pseudo-nacionalização traz prejuízo ao país. *Diário Carioca*. 21 de dezembro de 1962.

As denúncias constantes sobre a absorção da indústria nacional pela estrangeira levaram Jânio Quadros, presidente da República, a determinar que essas denúncias fossem apuradas por uma Comissão de Inquérito (CPI) que foi constituída em 1961 para investigar a indústria farmacêutica e dos medicamentos no país (Brasil, 1961; Bortone, 2022). Esta CPI investigou a absorção dos laboratórios nacionais pelos *trustes* internacionais, aumento dos preços dos medicamentos que prejudicava o acesso da população pobre aos medicamentos, a liberdade das facilidades da introdução dos produtos farmacêuticos estrangeiros e os casos dos medicamentos com informações diferentes nas percentagens referidas nos ingredientes constantes da fórmula.

Depoente na CPI para investigar o comportamento das indústrias farmacêuticas no Brasil, criada pela resolução nº52 de 1961 (Brasil, 1961), Assis Pacheco (1968b:146), denunciou a multinacional Laboratório Haemo-Derivate, sediada no município de Teresópolis estado do Rio de Janeiro, por tentar negociar o sangue do militar brasileiro. A intenção da farmacêutica, segundo o médico, era armazenar as gama-globulinas, substância anti-infecciosa. Esse laboratório fabricava um produto nomeado "Plasma Humano", porém, Assis Pacheco criticava o nome atribuído por não conter fibrinogênio e gama-globulina, estruturas essenciais à constituição do plasma humano. Ele também denunciou esta situação ao diretor do Serviço Nacional de Fiscalização da Medicina e Farmácia, pedindo para que o nome do produto fosse alterado. A negociação entre o Laboratório e o Exército envolvia mil coletas diárias, com sangue obtido gratuitamente, e a farmacêutica estrangeira doaria um frasco para o Banco de Sangue do Exército a cada sete frascos de plasma. Assis Pacheco lembra que, nos EUA, o Departamento de Estado e o Pentágono eram responsáveis pela exportação do sangue, uma vez que esse elemento biológico era considerado estratégico (Assis Pacheco, 1968b:147).

Nos relatos à Comissão de Inquérito em 1961 a propósito da desnacionalização da indústria farmacêutica, Mário Victor, que neste momento era tenente-coronel médico, relatou que a propaganda era um dos motivos para o aumento do valor dos medicamentos comercializados. Por conseguinte, os fabricantes de medicamentos atingiram o valor de 18 bilhões de cruzeiros em venda no ano de 1958, sendo o investimento de 6 bilhões de cruzeiros em propaganda na televisão, rádios e jornais, porém, o valor investido não foi declarado.[91]

No dia 24 de maio de 1962, Mário Victor depôs à Comissão Parlamentar de Inquérito da Indústria Farmacêutica[92] e sugeriu a nacionalização das empresas estrangeiras sediadas no

[91] Laboratórios de ouro fazem orgia de gastos. *Diário Carioca.* 1962.

[92] Denunciadas fraudes no preparo de medicamentos, 25 de maio de 1962. Publicação do *Correio Brasiliense na* capa e página 2. Nesta mesma matéria, o deputado Eurípedes Cardoso de Menezes presidiu a Comissão e reforçou que as decisões da CPI serão reanalisadas, e que o problema é um caso sério.

Brasil que lucravam bilhões de cruzeiros por meio das vendas. Prosseguindo o seu depoimento, denunciou a farmacêutica Enos Derivados sediada no município de Teresópolis no Estado do Rio de Janeiro. A denúncia consistia na proposta feita pela empresa farmacêutica ao oficial Sousa Lima do Instituto de Biologia do Exército. Enos Derivados queria que a corporação fornecesse sangue dos soldados para o preparo do plasma humano, os vendendo por cerca de 4.800 cruzeiros. A negociata seria o Instituto receber apenas um frasco de sangue a cada grupo de quatro desses frascos.

Mário Victor depôs para a Comissão para auxiliá-la nas investigações. Jânio Quadros determinou, após as conclusões da Comissão de Inquérito, que formassem um Grupo de Trabalho, a fim de produzir estudos para entender as causas da desnacionalização da indústria farmacêutica e que formulassem propostas para garantir e incentivar a indústria nacional.[93] O Grupo de Trabalho foi criado em 19 de março de 1962 elaborando um relatório posteriormente entregue ao ministro da Indústria e do Comércio.[94] Por conseguinte, integravam o Grupo de Trabalho representantes dos laboratórios estrangeiros, e, embora o grupo fosse presidido pelo nacionalista Juvenile Pereira, as conclusões do Relatório apresentaram pontos referentes aos interesses das empresas internacionais.

A Comissão de Defesa da Indústria Farmacêutica Nacional foi constituída em palestra do Mário Victor realizada na Sociedade de Higiene realizada em 19 de outubro de 1961[95], relata Maria Augusta considerando memorável o discurso do médico. A Associação Médica do estado da Guanabara (AMEG) e o Sindicato dos Propagandistas de Laboratórios apoiavam esta Comissão.[96]

Desnacionalização da Indústria Farmacêutica foi importante artigo do Mário Victor publicado na *Revista Brasiliense,* nº 41[97], em 1962. O médico traz estudo minucioso referente ao processo de absorção dos laboratórios nacionais pelos conglomerados estrangeiros e a extinção de outros laboratórios brasileiros. Externando os valores dos lucros de cada laboratório no Brasil, Mário Victor analisa o quanto a indústria nacional no ramo farmacêutico perdeu

[93] Artigo *Desnacionalização da Indústria Farmacêutica* publicado pela *Revista Brasiliense*, nº 41, por Mario Victor de Assis Pacheco em 1962. A Revista teve como alguns dos seus fundadores Caio Prado Junior, Florestan Fernandes e Sérgio Buarque de Hollanda. Se declarava não ligações de ordem política e partidária. A responsabilidade era dos seus próprios editores.

[94] Entrevista com Maria Augusta Tibiriçá Miranda em 1962. *Revista Leitura*, Desnacionalizada a indústria farmacêutica.pp.46-47.

[95] MARQUES, Aguinaldo M. Medicina e Realidade Brasileira. *Revista Brasiliense*. 1962:109.

[96] Indústria farmacêutica e capital estrangeiro. Matéria referente a desnacionalização da indústria farmacêutica a partir da entrevista da médica Maria Augusta Tibiriçá Miranda. *Diário de Notícias*, 1961.

[97] Informação Literária, seção do *Estado de Florianópolis* de 28 de junho de 1962 sobre a publicação nº 41 da *Revista Brasiliense.*

espaço gradativamente para as multinacionais, e com isso a transferência do capital nacional para outros países. O artigo era referência em matérias de jornais sobre o assunto Indústria Farmacêutica, e do mesmo modo Mário Victor foi citado por Maria Augusta em entrevista na imprensa como profundo conhecedor do problema da desnacionalização da indústria farmacêutica.

Maria Augusta era Secretária da Comissão de Defesa e Desenvolvimento da Indústria Farmacêutica Nacional, enquanto Mário Victor presidia este grupo[98]. A principal finalidade desta Comissão, responde Maria Augusta em entrevista concedida à *Revista Leitura* em 1962, era a luta contra a desnacionalização da indústria farmacêutica, visto que naquele momento no país apenas 12% das vendas dos medicamentos pertenciam aos laboratórios nacionais. Ela mostra o lucro de 88% do montante das vendas das farmacêuticas estrangeiras, e o desaparecimento do Laboratório Nacional Mirtonil naquele ano por não conseguir competir com as empresas estrangeiras. Dessa maneira, despertou o interesse na criação de uma Comissão, cujo objetivo fosse proteger a indústria farmacêutica brasileira. O artigo desenvolvido por Mário Victor na *Revista Brasiliense* nº 41, foi um dos trabalhos base para a Comissão realizar seus estudos. A própria Maria Augusta recomenda a leitura, chamando o trabalho também de importante estudo elaborado pelo combativo e conhecedor profundo do assunto, o médico Mário Victor.[99]

Conforme relata Mário Victor em seu artigo da *Revista Brasiliense*, a médica Maria Augusta realizou uma magnífica conferência na Associação Brasileira de Imprensa (ABI). Ele continuou os elogios à médica ao dizer que teve o privilégio de ouvi-la e qualificando a colega de profissão como uma pessoa distinta, competente e combativa. O evento ocorreu no dia 3 de outubro de 1961, pois, nas palavras de Mário Victor, era "dia do orgulho nacional e aniversário da gloriosa e vitoriosa Petrobrás". Ele fez anotações das sugestões proferidas por Maria Augusta, aquelas que considerou mais importantes, como a criação pelo Governo da Indústria de matérias-primas, a fusão entre si de pequenos laboratórios nacionais, as medidas necessárias de proteção cambial para nossa indústria, o financiamento adequado aos laboratórios nacionais e como a aprovação do projeto do Deputado Sérgio Magalhães, de nacionalização dos laboratórios de capitais estrangeiros. O projeto de lei, desse deputado esteve em curso na Câmara Federal.[100]

---

[98] *Cidade Abarrotada de Remédios Fraudados*. *Última Hora* (RJ). 14 de maio de 1962. pp. 2.
[99] Entrevista com Maria Augusta Tibiriçá Miranda em 1962. *Revista Leitura*, Desnacionalizada a indústria farmacêutica.pp.46-47.
[100] *Ibidem.*

O Projeto de Lei nº 2571 de 1961 de Sérgio Magalhães teve o objetivo de nacionalizar a indústria farmacêutica. Logo no primeiro artigo pode ser notado a intenção do projeto proteger a indústria nacional, pois só poderiam produzir os medicamentos empresas que fossem propriedade de pessoas nascidas no Brasil, pessoas jurídicas constituídas e com sede no país, gerenciadas somente por brasileiros e pelo menos 80% do capital social representado por ações com direito a voto pertencentes a brasileiros (Brasil, 1961). O médico Mário Victor de Assis Pacheco sugeriu a Comissão de Inquérito a obrigação do receituário médico para a aquisição dos medicamentos pela população. Contudo, em caso do produto farmacêutico fosse de origem nacional e reconhecido como popular, esta obrigação não existiria ficando a cargo do médico discernir qual medicamento é considerado popular.[101]

Foi no Governo de João Goulart que ocorreu a criação de uma comissão de técnicos para estudo da situação em que se encontrava a indústria farmacêutica nacional.[102] O Decreto número 52.471 de 13 de setembro de 1963 (Brasil, 1963), assinado pelo então presidente João Goulart, instituiu o Grupo de Executivo da Indústria Químico-Farmacêutica (GEIFAR) visando o estabelecimento de normas para o desenvolvimento da Indústria Químico-Farmacêutica Nacional (Fernandes, 2004). Segundo Assis Pacheco, não era suficiente apenas investir na indústria farmacêutica nacional para desenvolver o país, era necessário o desenvolvimento da indústria química, visto que era responsável pela produção da matéria-prima, evitando a sua importação (Assis Pacheco, 1968a).

Desde o pós-Guerra a indústria farmacêutica nacional perdera espaço para as indústrias estrangeiras devido às políticas para atrair as multinacionais ao território brasileiro. A criação da Associação Brasileira de Indústria Farmacêutica (Abif), em 1947 ocorreu paralelamente ao período da influência estadunidense, que para garantir sua hegemonia expandia sua indústria farmacêutica no Brasil. Nesta época havia, por meio do governo brasileiro, políticas públicas de incentivo à entrada das multinacionais farmacêuticas no país. Consequentemente, houve crescimento das empresas com capital estrangeiro na produção doméstica, saindo de 35% em 1940 para atingir 73% da sua atuação em 1960 (Febrafarma, 2007 *apud Fernandes*, 2004). Fernandes (2004), relata que o setor ficou dependente tanto da matéria-prima quanto de tecnologia.

[101]ASSIS Pacheco, Mário Victor. Desnacionalização da Indústria Farmacêutica publicado pela *Revista Brasiliense*, nº 41. 1962:16. Hemeroteca Digital BN. Edição 00041(2).

[102] Sob o título de *Remédios Matam o Brasil* o periódico *Brasil Urgente* de 17 de março de 1963 abordou os desdobramentos da discussão sobre a desnacionalização da indústria farmacêutica com base no relatório da Comissão e no artigo do Mário Victor *Desnacionalização da Indústria Farmacêutica Brasileira*.

Em meio às discussões sobre o papel da indústria farmacêutica nacional na primeira metade da década de 1970, Assis Pacheco defendia a inserção dessa indústria no INPS, além de advogar pela implantação dos laboratórios nas Forças Armadas (Bortone, 2022). O médico, agora coronel e integrante do Conselho de Segurança Nacional, participava desse debate desde a década anterior quando foi designado para atuar no Grupo de Estudo da Indústria Químico Farmacêutica (GEIFAR) em 1963[103]. Desta forma, através do controle estatal, o país fabricaria matéria-prima, interrompendo a perda de capital para as nações estrangeiras com as compras dos materiais primários adquiridos desses países (Assis Pacheco, 1968a).

A obra *Indústria Farmacêutica e Segurança Nacional* publicada em 1968 pela editora Civilização Brasileira mostrou que o processo de desnacionalização da indústria farmacêutica impactou negativamente as classes mais desfavorecidas do Brasil devido ao amplo domínio dos trustes e carteis internacionais. Assim como a segurança nacional estava ameaçada por causa dessa dependência da indústria farmacêutica estrangeira.

O médico apontou inúmeras causas para a desnacionalização da indústria farmacêutica, as quais citarei algumas delas: superioridade econômica estrangeira na competição com os capitalistas nacionais do ramo; falta de assistência financeira do Governo às empresas farmacêuticas nacionais; exigência de depósito de 80% para importação de mercadorias do ramo, feita a empresários nacionais de forma idêntica aos empresários estrangeiros; aquisição pelas empresas nacionais de matérias-primas fornecidas por estrangeiros a preços superfaturados; absorção dos melhores profissionais do ramo pelas empresas estrangeiras, aquisição de medicamentos estrangeiros, quando há similares nacionais, às vezes mais baratos; e defeituoso e desatualizado currículo universitário de medicina, farmácia e química (Assis Pacheco, 1968a).

A desnacionalização da indústria farmacêutica, segundo Mário Victor, não só prejudicava o desenvolvimento do Brasil, mas também atingia a segurança nacional. Na década de 1960 90% das empresas farmacêuticas atuantes em território brasileiro pertenciam aos estadunidenses e europeus. A matéria-prima para a produção dos medicamentos era importada e os estudos científicos para as técnicas de fabricação eram realizados nos países desenvolvidos. Assis Pacheco (1968a, p. 144), relatava que devido a esta situação os técnicos brasileiros funcionários dessas empresas não poderiam crescer técnica e cientificamente.

[103] Documentos do Mário Victor de Assis Pacheco armazenados no Arquivo Histórico do Exército (AHEx), no Comando Militar do Leste (CML), município do Rio de Janeiro.

A desnacionalização da Indústria Farmacêutica no Brasil foi aprofundada durante o governo de Castello Branco (1965-1967), quando houve crescimento internacional desse setor, promovendo a desnacionalização de muitas empresas. Houve participação dos empresários e associações de classe dessa área nas políticas, projetos e ações do Estado. A interferência ocorreu devido presença desses atores no Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES) que já tinha um histórico por influenciar a deposição de João Goulart da presidência, apoiar o empresariado e por receber financiamento estrangeiro (Bortone, 2017).

A atuação de Mário Victor de Assis Pacheco na defesa da nacionalização da indústria farmacêutica parece ter sido o caminho que o guiou ao debate sobre o controle populacional. Entendendo que o desenvolvimento do país dependia dos próprios brasileiros, ou seja, era preciso implementar políticas públicas para o desenvolvimento do país, este desenvolvimento perpassava pelo fortalecimento da indústria nacional, a reforma agrária, incentivo à natalidade, melhorias na educação e saúde.

Desde o primeiro governo de Getúlio Vargas, conforme relata Leopoldi (2019), foram adotadas políticas desenvolvimentistas, não como um planejamento, mas devido às circunstâncias internas e externas ao país. Buscando a industrialização nacional, a solução encontrada era seu incentivo através das políticas protecionistas, participação ativa do Estado e a estabilização dos pagamentos, então instável. A crise de 1929 comprometeu a exportação do café, principal gênero agrícola para a economia brasileira. Vargas elaborou medidas protecionistas, compra e queima de parte da produção do café para frear a queda do seu preço no mercado internacional. Assim, equilibrava a situação do café no mercado estrangeiro, e paralelamente incentivou o crescimento da industrialização procurando reduzir o perfil agroexportador do país. As políticas desenvolvimentistas foram aplicadas até o final da década de 1980.

O pensamento nacionalista (Bonan, *et. al.*, 2017) e progressista de Assis Pacheco o fazia entender que as intervenções estrangeiras que impedissem as ações econômicas e sociais, eram atitudes imperialistas que visavam obstruir o caminho para o crescimento econômico do país através de estratégias neocolonialistas (Assis Pacheco, 1974, 1985). Desse modo, combater o monopólio estrangeiro sobre a indústria farmacêutica era um imperativo de segurança nacional [104]e o controle populacional seria outra atuação dessas intervenções estrangeiras (Assis Pacheco, 1981).

[104]Artigo *Desnacionalização da Indústria Farmacêutica* publicado pela *Revista Brasiliense*, nº 41, por Mario Victor de Assis Pacheco em 1962.

Considerando a indústria farmacêutica nacional um dos pontos essenciais para a libertação econômica do país, a comercialização dos medicamentos das multinacionais ameaçava esse objetivo daqueles que imaginavam o Brasil como nação economicamente independente. Assis Pacheco pensava além disso, ao denunciar em seu livro "A Máfia dos Remédios", lançado em 1978. Nele o médico apontava os malefícios que os medicamentos, produzidos pelas farmacêuticas estrangeiras, causavam à saúde dos brasileiros. A obra publicada pela editora *Civilização Brasileira* lista uma série de medicamentos, que segundo a AMERJ, não deveriam ser comercializados. Outrossim, consta no livro, dentre diversos assuntos, o mapa nosográfico do Brasil, críticas ao uso dos antibióticos, vitaminas e às pílulas anticoncepcionais.

3.2 – Agências estrangeiras e entidades nacionais: a explosão demográfica e o debate entre natalistas e antinatalistas

> Rosa Maria - Tenho lido sobre o problema da expansão populacional no mundo. Dizem que no ano 2000 poucos vão ter o que comer sobre o planeta, pois na marcha em que nascem crianças neste mundo (tremendamente superior à taxa de falecimentos) estaremos imprensados que nem sardinhas em lata, no próximo século. Será verdade?[105]

Rosa Maria escreveu para a seção "Boas Cartadas" do periódico carioca *O Jornal* em 1963. O conteúdo da sua carta demonstra a sua preocupação em relação à iminência de uma catástrofe global por causa do crescimento exacerbado da população mundial. A carta indica que a informação chegou a ela, provavelmente pelas mídias de comunicação. Entretanto, a leitora expressava dúvidas sobre a veracidade da explosão populacional. O periódico a responde, sem referência ao nome do profissional do jornal, afirmando ser verídico o problema da superpopulação, e que se não fosse solucionado, medidas sensatas de controle de natalidade deveriam ser aplicadas, a fim de garantir a existência da espécie humana. A solução era baseada no posicionamento de demógrafos considerados referências na área. Esse controle das populações deveria adotado como programa oficial de certas nações aplicando a esterilização progressiva, eutanásia, aborto legal e como expressado no texto original "até mesmo o genocídio (liquidação sistemática de povos miseráveis e sem defesa)".

Ao fim da Segunda Guerra Mundial, o mundo se polarizou entrando num período histórico conhecido como Guerra Fria. A polarização apresentava dois blocos, o socialista

[105]Boas Cartadas. *O Jornal.* 2º Caderno. 07.04.1963. p. 2. Hemeroteca Digital BN. Edição: 12836(1).

liderado pela antiga União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), e o capitalista liderado pelos Estados Unidos da América (EUA). Nesse período houve a corrida espacial, desenvolvimento de tecnologias nucleares e produção armamentista (Oliveira, 2011). O mundo seguia o caminho do desenvolvimento tecnológico, novas formas de produção de alimento, reduzindo e findando doenças que há tempos flagelavam a humanidade (Levine, 2017). Durante esse período uma questão que estava nas mesas dos debates internacionais se referia ao problema da superpopulação global, a explosão demográfica (Merchant, 2021).

Num cenário de mudanças políticas no Brasil, visto que os militares retornaram ao poder máximo do país por meio de um golpe civil-militar em meados da década de 1960, chegou ao país o neomalthusianismo enfrentando a resistência dos intelectuais a toda forma de imperialismo, como afirma Martine (2005). Prossegue Martine dizendo que, por interferir na reprodução dos brasileiros, o neomalthusianismo não agradava a esse grupo de intelectuais, inclusive por ser uma influência externa. Aqui o autor chama atenção para um ponto de convergência entre direita e esquerda, comentando que essa interferência na reprodução da população brasileira não era receptível por ambos os lados políticos.

Pois bem, Martine exemplifica o posicionamento à direita dos militares e conservadores terem desconfiança das ações controlistas externas devido às questões de segurança nacional e por acreditarem no desenvolvimento do país formando mais brasileiros a partir de uma população maior; enquanto a esquerda, sendo anti-imperialista, era contra qualquer intervenção na demografia da população. Entendo, sob a perspectiva do personagem em estudo, o médico Mário Victor de Assis Pacheco reuniria características presentes nas duas visões políticas. Ele era militar e pensava a segurança nacional sob a perspectiva da ameaça externa, ao mesmo temo em que se percebia como um progressista e compunha a AMERJ, de perfil mais à esquerda[106]. Assis Pacheco pensava num país mais populoso para se desenvolver e era claramente um anti-imperialista. Nesse sentido, por declaração dele próprio, se enxergava neste cenário conflituoso como um natalista, antineomalthusianista, a favor daquilo que era científico. Sob esta perspectiva a entrada do pensamento neomalthusiano no Brasil causou impactos relevantes que podemos buscar compreender por meio do debate entre natalistas e antinatalistas.

Na obra de 1981, Assis Pacheco agrupou os antinatalistas segundo critérios estabelecidos por ele organizando em cinco categorias. A primeira se referia aos

[106]Na entrevista de Bruno Latour, Tatiana Roque relata que a esquerda brasileira tem uma tradição desenvolvimentista muito forte. COSTA, Alyne; ROQUE, Tatiana. Entrevista com Bruno Latour. 2018. Disponível em: https://pospsi.com.br/wp-content/uploads/2020/09/TEXTOS_132-bruno-latour.pdf.

"irrecuperáveis" e era formada pela cúpula dos membros da BEMFAM. O financiamento deles era em dólares e não precisavam emitir recibos. Os de "difícil recuperação", foi o nome elaborado para a segunda categoria. Neste grupo, Mário Victor, enquadrou os médicos que mercantilizavam a profissão, pois mesmo sabendo dos riscos à saúde das clientes ao fazerem uso das pílulas e do DIU, preferiam ter os consultórios cheios para obterem mais lucros. A terceira categoria mencionada, como a "de possível recuperação", abrangia os profissionais da saúde ingênuos que seguiam a doutrinação malthusiana da BEMFAM. A quarta categoria considerava que havia médicos "totalmente despreparados em ginecologia, obstetrícia, endocrinologia, patologia, farmacologia, bioquímica, terapêutica, genética e cancerologia". Assis Pacheco acreditava na "recuperação com o tempo e muito estudo". A última classificação correspondia aos "recuperáveis e a prazo curto". Nesse caso há médicos competentes, estudiosos e honestos, porém, Assis Pacheco não entendia por qual motivo aderiam ao controle da natalidade. Este era o planejamento familiar, termo considerado por ele como um eufemismo (Assis Pacheco, 1981:24).

Family Planning[107], filme produzido em 1968 pela *Disney* sob pedido do *Population Council* [108]propagandeou o controle populacional aos países pobres ensinando às populações a importância da redução da quantidade de filhos para o melhor bem-estar das famílias (Levine, 2017). O curta-metragem exibe um casal representando todas as etnias e ensina, através do narrador auxiliado pelo personagem Pato Donald, os espectadores a planejarem a família buscando orientações dos profissionais da saúde e das clínicas de planejamento familiar, a fim da mulher ter acesso aos contraceptivos pílula e DIU para construírem uma família com menos membros, evitando assim as mazelas sociais causadas pela fome e doenças. Por fim, o curta encerra afirmando que é responsabilidade de cada indivíduo evitar a superpopulação.

Durante as décadas de 1960 a 1980 foi debatido no país o perigo do crescimento demográfico, e com o objetivo de reter o avanço demográfico (Martine, 2005) entidades não-governamentais estrangeiras chegaram ao país para controlar a população (Martini, 2005). A entrada das agências estrangeiras que financiaram o controle populacional, explica Martine (2005), foi importante para impulsionar os estudos demográficos no Brasil. *Ford Foundation*, *Population Council*, *Rockefeller Foundation* e a Organização Pan-Americana de Saúde influenciaram os estudos populacionais nas instituições de pesquisa e formou pessoas para

[107] FAMILY PLANNING (1968).mp4. DoctorHver. YouTube. 30.05.2012. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=t2DkiceqmzU&t=243s. Acesso em 10.11.2021.
[108] O *Population Council* foi criado na década de 1950 com após conferência organizada por John Rockefeller III em Williamsburg, Virginia, EUA para debaterem os efeitos do crescimento demográfico (Bhering, 2014:36-37).

pensarem questões políticas via ciência populacional. Já a *United States Agency for International Development* (USAID) e o *United Nations Population Fund* (UNFPA) se relacionaram com as entidades de planejamento familiar.

Os estudos de Bhering (2014) apontam para a participação daquelas agências estrangeiras no financiamento das entidades de planejamento familiar desde a década de 1960. Contudo, o ingresso de estrangeiros no Brasil com a preocupação de realizar o controle de natalidade teria iniciado na década de 1950.

A chegada de Leslie Charles Scofield Junior[109], enfermeiro, teólogo e pastor da Igreja Adventista do Sétimo dia,[110]aconteceu em 1956 trazendo a ideia de realizar a contenção da natalidade por meio da medicina. Junto com a sua esposa o pastor adventista levou assistência religiosa e médica para Vale do Rio São Francisco, localizado no norte de Minas Gerais. Scofield era diretor da Sociedade de Defesas da Saúde (SODESA), instituição ligada à Igreja Adventista e responsável por executar as ações ao povo local (Fonseca Sobrinho, 1993:115).

O pastor estadunidense orientava a não utilização explícita das expressões controle de nascimento, controle ou planejamento populacional, esterilização, aborto e, inclusive, planejamento familiar. Os termos empregados deveriam ser mais discretos para evitar a rejeição das sociedades dos países que implantariam o controle populacional. Scofield recomendava ainda que os termos utilizados deveriam ser saúde familiar e bem-estar. Sugeria que no Brasil os estudos, serviços e publicações na área fossem realizados por brasileiros. Os estudos e publicações estrangeiras estavam fora de questão, haja vista que a redução do auxílio a programas para manter e preservar a vida, enquanto ao mesmo tempo investissem em controle de nascimentos poderia ser interpretado como genocídio. Para atrair e convencer o público, ele recomendava que inicialmente fossem utilizados métodos contraceptivos aceitáveis culturalmente, por exemplo, ritmo, abstinência e coito interrompido. Ele também queria evitar que a população interpretasse as ações como genocídio (Fonseca Sobrinho, 1993:118).

Atuando no Brasil pensando no controle da natalidade ainda na década de 1950, época que a política pronatalista estava em vigor, foi um dos primeiros passos daquilo que viria ser chamado de planejamento familiar. A partir de 1965 se intensificaria o controle populacional no Brasil, com a criação de entidades voltadas para esse objetivo e financiadas por agências estrangeiras originárias das nações "desenvolvidas" da Europa, além dos EUA.

[109] Leslie Scofield era um crítico da BEMFAM pelo motivo desta entidade não realizar um atendimento médico mais abrangente, a fim de atingir seus objetivos (Fonseca Sobrinha, 1993:138).
[110] Leslie Scofield e sua esposa Donna Scofield foram consultores da equipe do CPAIMC criado em 1974. Ver em Estado e População: Uma História do Planejamento Familiar no Brasil (Fonseca Sobrinha, 1993:139).

Ao colocar a pobreza, a fome e a miséria como perigo ao desenvolvimento (Mendonça, 2011), o argumento neomalthusiano envolvia o interesse no controle populacional e estava associada também às questões de segurança nacional dos EUA (Kissinger, 1974; Fonseca Sobrinho, 1993). O Relatório Kissinger (1974), por exemplo, apontava o rápido crescimento populacional como uma das causas e consequências da pobreza. Em 1965 o presidente estadunidense Lyndon Johnson dissera que investir cinco dólares em controle populacional seria equivalente a cem dólares investidos no crescimento econômico (Cueto, 2015; Levine, 2017).

Encontramos nos trabalhos de Assis Pacheco (1974) e Fonseca Sobrinho (1993), o relatório do General William H. Drapper Jr. apresentado ao Subcomitê de Ajuda e Despesas Externas do Comitê do Senado para Despesas Governamentais. Drapper era Vice-Secretário da *International Planned Parenthood Federation* (IPPF). Ele escreveu no relatório que o ano de 1965 seria conhecido no futuro como aquele no qual os estadunidenses alcançaram a consciência do perigo que o crescimento demográfico representava ao bem-estar mundial e, principalmente, dos EUA. O General visitou o Brasil e o México para incentivar o controle de natalidade nesses países, os quais, segundo o general, não ofereceram resistência às suas propostas. Banqueiros, médicos líderes do governo conversaram com Drapper, sendo alertados do quanto a explosão demográfica era perigosa (Assis Pacheco, 1974:286).

O relatório prossegue afirmando o ineditismo da cooperação entre países, a ONU e organizações privadas para solucionar o problema do excesso populacional (Assis Pacheco, 1974:288). Financiadores dos estudos, *Ford Foundation* e *Rockefeller Foundation* desenvolviam programas de pesquisas e treinamentos, assim como o *Population Council*. A *Ford Foundation*, inclusive, havia investido mais de 35 milhões de dólares nos últimos 10 anos e se organizava para aumentar o financiamento. Ele também lembra a importância da IPPF, sob liderança de Margaret Sanger, em suas campanhas do controle de natalidade, da organização e financiamento na Coreia e nos EUA, atingindo neste, cerca de 300 clínicas de controle de natalidade. Para Drapper, o acesso às informações para o controle da natalidade era um direito humano e um meio de combate à pobreza (Assis Pacheco, 1974: 288-289). No mesmo ano da frase proferida por Lyndon Johnson, em 1965, o controle populacional também chega ao Brasil através da BEMFAM, apresentado-se como uma organização para o planejamento familiar ou controle de natalidade (Fonseca Sobrinho, 1993).

Criada em 26 de novembro de 1965 a Sociedade Civil de Bem-Estar Familiar no Brasil (BEMFAM), foi idealizada pelo médico Octávio Rodrigues Lima (?-1980), professor da

Faculdade Nacional de Medicina no Rio de Janeiro, a partir do contato, em 1961, com Ofélia Mendonza, integrante da diretoria da *International Planned Parenthood Federation* (IPPF) e representante de Honduras na Organização das Nações Unidas (ONU) (Assis Pacheco, 1974; Fonseca Sobrinho, 1993). O encontro com Ofélia deixou o médico reflexivo em relação ao crescimento demográfico.

Para tanto, havia a necessidade de uma paternidade responsável e planejada provendo o bem-estar da família. O assunto foi muito discutido pelos 697 especialistas[111] em mesas-redondas durante a XV Jornada Brasileira de Obstetrícia e Ginecologia ocorrida na cidade do Rio de Janeiro, Hotel Serrador em novembro de 1965 (Fonseca Sobrinho, 1993:102). Ao final do evento, 26 de novembro de 1965, a BEMFAM teve a sua fundação após as discussões envolvendo as questões em torno da superpopulação mundial e do aborto provocado.[112]

Formavam o corpo da BEMFAM em sua fundação, Octávio Rodrigues Lima, presidente da entidade; o médico Martiniano José Fernandes, 1º vice-presidente; o sociólogo Gilberto Freyre como 2º vice-presidente; o médico Walter Rodrigues, secretário; Glycon de Paiva, economista, era o 1º tesoureiro; e Mário de Benning Kamnitzer, catedrático da Faculdade de Medicina da Universidade Federal Fluminense, era o 2º tesoureiro (Assis Pacheco, 1974:280-281). A entidade foi devidamente registrada em 26 de fevereiro de 1966 (Assis Pacheco, 1974:280; Fonseca Sobrinho, 1993:105) e continha em seu quadro 200 membros. Sob o n. 14.946, seu estatuto foi publicado em Diário Oficial dois dias antes do registro. A instituição não tinha discriminação racial, religiosa, econômico-social e política (Assis Pacheco, 1974:280).

A BEMFAM, já nasce enfrentando a oposição da AMEG (Fonseca Sobrinho, 1993:105). Esta, em 1966, informou o Conselho de Medicina do Estado da Guanabara (CREMEG), criticando a entidade por abuso quanto a propagação do uso dos anticoncepcionais através da imprensa leiga, medidas práticas com contraceptivos por profissionais da saúde e a inserção do DIU em massa sob ação abortiva. Em resposta, entendeu o CREMEG que a proposta da BEMFAM não feria a ética médica desde que os estudos fossem realizados em universidades (Fonseca Sobrinho, 1993:106).

Considerando o antagonismo da AMEG em relação a BEMFAM, que contava com o apoio do CREMEG, entendo que este momento foi crucial para que as ideias antinatalistas se

[111] MACHADO, José. Entidades paulistas pesquisam a planificação da família. *Jornal do Brasil*. 1º Caderno - sexta-feira, 03.02.67. p. 16.
[112] *Ibdem.*

firmassem no país, conflitando com o já conhecido pronatalismo. Desse modo, os debates entre natalistas e antinatalistas; ou anticontrolistas e controlistas; ou antineomalthusianos e neomalthusianos; ou ainda ciência e anticiência se desdobraram ao longo de três décadas.

Além das agências estrangeiras mencionadas, outras citadas por Assis Pacheco (1981:25) estavam envolvidas em campanhas do controle populacional. Eram elas a *Brush Foundation*, Banco Mundial, *Parthfinder Funds* e a Swedish International Development Agency (SIDA). Ele considerava que os médicos atuantes nestas organizações ou financiados por elas não questionavam o uso dos anticoncepcionais devido ao financiamento recebido.

Segundo o posicionamento da BEMFAM noticiado pelo *Jornal do Brasil* em 1971, a entidade filiou-se voluntariamente à IPPF, agência estrangeira integrada por diversas entidades tanto de países capitalistas, quanto socialistas e com representação nas Nações Unidas. Esta filiação foi condicionada a sua total independência na elaboração de programas para melhor servir aos interesses da população mais carente no Brasil".[113]

As obras de Mário Victor constantemente questionavam o motivo dos países "subdesenvolvidos" serem reféns das políticas oficiais do controle populacional. Sua conclusão era de que as nações ricas eram racistas, queriam impedir o desenvolvimento e obter lucros com as multinacionais farmacêuticas. Não fazia sentido para ele e os demais natalistas que um país que continha "territórios vazios" fosse obrigado a reduzir a população. Se a população do Brasil era acometida por diversas doenças endêmicas e carência nutricional, o país necessitava de melhorias estruturais nas universidades, ao invés de se submeter ao controle populacional que criaria mais obstáculos ao desenvolvimento econômico e social (Assis Pacheco, 1974).

Antes da década de 1960, o Brasil recebeu financiamento das instituições filantrópicas internacionais para combater verticalmente doenças como a febre amarela (Maio e Lima, 2009). Cueto (2015), afirma que esses programas de saúde iniciados na década de 1950, as campanhas verticais promovidas pelos EUA, tinham três motivos: a segurança nacional dos EUA contra doenças infecciosas estrangeiras; a produtividade econômica mundial, pois os estadunidenses se preocupam em proteger o consumo dos seus produtos industrializados e garantir que seus medicamentos e tecnologias médicas fossem comprados; e ter a hegemonia política e cultural como enfrentamento à possível influência da URSS.

Conforme relata Fonseca Sobrinho (1993, p. 93), em seu entendimento, o controle de natalidade passou a ser considerado algo de importância similar ao combate às doenças. Em 1965, Stewart Udall, Secretário do Interior dos EUA, na Conferência de Crescimento da

[113] Posição da BEMFAM. *Jornal do Brasil*. 1º Caderno. Quarta-feira, 08 de dezembro de 1971. p.7

População no Hemisfério Ocidental que contou também com a participação do general William H. Drapper Junior, afirmava que o combate aos problemas demográficos deveria atingir objetivos similares às campanhas de combate às doenças promovidas por organizações nacionais e internacionais de saúde:

> Os presentes esforços para deter a explosão demográfica neste hemisfério devem agora ser colocados em alto nível pelas organizações públicas e privadas. Tão breve quanto possível.....deve atingir as mesmas causas e os mesmo objetivos dos extensos programas lançados pelas organizações nacionais e internacionais de saúde, no que se refere ao combate vitorioso às moléstias nesse hemisfério (Fonseca Sobrinho, 1993:93).

De fato, conforme relata Cueto (2015), houve uma reorientação das políticas de saúde pública na década de 1960. As agências internacionais de saúde que tradicionalmente investiam no combate às doenças em nações pobres, passaram a financiar o controle de natalidade, uma vez que havia a preocupação em escala mundial com o crescimento populacional.

A BEMFAM recebia aporte financeiro da *United States Agency for International Development* (USAID), *IPPF, Ford Foundation* e *Rockefeller Foundation* [114](Assis Pacheco, 1974, Bhering, 2014). As entidades estrangeiras de controle de natalidade faziam esse investimento devido a dois motivos principais: os estudos populacionais e a promoção do planejamento familiar em países considerados pobres (Bhering, 2010, 2014). Além da BEMFAM, as universidades eram financiadas para a realização do controle populacional. As pílulas anticoncepcionais e dispositivos Intrauterinos (DIU) foram os principais instrumentos aplicados como método para impedir os nascimentos. Nesse sentido, agências estrangeiras de planejamento familiar atuaram no Brasil e em regiões consideradas subdesenvolvidas do globo terrestre.

Em 1967, a BEMFAM contava com clínicas filiadas (Tabela 1) em diversas regiões do território nacional, sendo esses locais pontos de distribuição de contraceptivos e orientação para planejamento familiar (Fonseca Sobrinho, 1993). Segundo a BEMFAM suas atividades eram informativas e educativas; mantinha convênios com governos estadual e municipal; e atendia pessoas que livremente à procuravam[115].

[114]Segundo Cueto (2015), as agências *Ford Foundation, Rockefeller Foundation, Council Population* e a *IPPF* foram os primeiros defensores do malthusianismo. Quanto a *Usaid*, montou um escritório em 1965 para gerir o financiamento para o controle populacional.
[115] POSIÇÃO da BEMFAM. Jornal do Brasil. 08/12/1971.

ESTADO	QUANTIDADE	PREVISÃO DE NOVAS CLÍNICAS
ALAGOAS	-	1
BAHIA	1	4
BRASÍLIA	-	4
CEARÁ	-	3
ESPÍRITO SANTO	-	2
GOIÁS	-	2
GUANABARA	1	-
MARANHÃO	-	1
MINAS GERAIS	1	3
PARANÁ	3	5
PERNAMBUCO	2	5
PIAUÍ	-	1
RIO GRANDE DO NORTE	1	3
RIO GRANDE DO SUL	2	-
RIO DE JANEIRO	2	-
SANTA CATARINA	-	4
SÃO PAULO	3	5

Tabela 1. Clínicas da BEMFAM "instaladas" no Brasil até 1967 e previsão de novas clínicas segundo as denúncias do jornalista Gurgel do Amaral à CPI de 1967 (Assis Pacheco, 1974:62-63).

No mesmo ano de 1967 foi criada uma CPI para investigar um plano que tinha o objetivo de conter de natalidade no Brasil. Ela ocorreu após uma série de denúncias de esterilização em massa no país. O debate sobre o assunto em escala nacional teve seu início após a reportagem veiculada pelo jornal *Última Hora*, realizada pelo jornalista Waldemar Pacheco de Oliveira em abril de 1967. A matéria denunciava a esterilização maciça de mulheres na Amazônia. Os responsáveis por esse ato seriam missionários da Igreja Evangélica do Brasil, que aplicavam DIU nas mulheres (Fonseca Sobrinho,1993:109). O autor relata que esta denúncia foi determinante para a questão populacional na pauta dos debates nacionais. Na sequência dessa denúncia ocorreram outras influenciando Ivo Arzua (1925-2012), ministro da Agricultura, visitar o local informado sobre os casos de esterilização e constatando a veracidade das denúncias da imprensa.

Assis Pacheco (1974) anexou ao livro Explosão Demográfica e Crescimento do Brasil documentos apresentados na CPI de 1967. Alguns desses documentos são cartas (Anexos 1 ao 4 e 6 ao 8), e revelam o financiamento estrangeiro recebido pela BEMFAM, a fim de custear o orçamento do quadro pessoal, serviços e compra de produtos. Esta CPI investigou as denúncias de esterilização de mulheres em massa, em que a BEMFAM sofria acusações dos natalistas devido a sua atuação questionável.

Observando os anexos 1 e 2, as cartas trocadas entre o presidente da BEMFAM, Octávio Rodrigues Lima e o diretor geral da IPPF, Donald Lubin, respectivamente em 6 de janeiro de 1966 e 22 de abril do mesmo ano, podemos notar que o médico brasileiro procurou a IPPF para solicitar orçamento, a fim de realizar as primeiras ações estruturais e operacionais. A solicitação do orçamento partiu de Glycon de Paiva[116], economista e primeiro tesoureiro da BEMFAM, comunicando ao presidente da entidade brasileira que fizesse isso com urgência. Octávio Rodrigues elogia uma carta da Dra. Ofélia Mendonça e diz estar ansioso para a chegada dela ao Rio de Janeiro. Donald Lubin, responde positivamente a carta do médico brasileiro afirmando que o Comitê Executivo da IPPF faria o auxílio financeiro à BEMFAM. Convém considerar, segundo a IPPF, os benefícios para todos no Brasil ter um programa nacional. Entretanto, o financiamento ofertado exigia certas condições como pode ser observado no anexo 3.

Glycon de Paiva, economista e tesoureiro da BEMFAM, foi membro do Conselho Nacional de Economia, criado no governo de General Castello Branco. Em 1965, o economista proferiu uma conferência realizada no IPES, do qual ele participava, fazendo citações referentes a Thomas Malthus e argumentando que, para a sociologia moderna, dois fatores ameaçavam extinguir os humanos: a bomba atômica e a explosão demográfica (Fonseca Sobrinho, 1993:99).

Sem um desfecho[117], a CPI ouviu 25 depoentes num total de 31 reuniões, em que os depoimentos apresentavam os posicionamentos da sociedade em relação à questão

[116] Foi vice-presidente do IPES sendo muito atuante nesta instituição. Presidiu o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE) em 1956. (Zaidan, 2010)

[117]ANDRADE, Meire & COSTA, Jurandir. *O Jornal.* Atividades da BEMFAM sob ameaça – Medicina contra DIU. 09.12.1971. p. 1. Hemeroteca Digital BN. Edição:15398(1). A AMEG enviou ao Conselho de Defesa de Direitos da Pessoa Humana presidido pelo Ministro da Justiça, Alfredo Buzaid, um relatório sobre as atividades da BEMFAM. O objetivo era solucionar os problemas não resolvidos pela CPI de 1967. São eles: (1) É o DIU uma forma criminosa de aborto?; (2) Quem são os verdadeiros responsáveis diretos ou indiretos pela aplicação do DIU no Brasil?; (3) Até que ponto vai a interferência de potências estrangeiras nos métodos anticoncepcionais adotados pelas mulheres brasileiras?; (4) Há, realmente, aliciamento para a prática do DIU?; (5) A campanha contra o DIU não seria apenas uma guerra dos laboratórios fabricantes de pílulas anticoncepcionais contra outro

populacional. Mário Victor integrava esse corpo de depoentes e defendia o crescimento demográfico (Fonseca Sobrinho, 1993:109-111). Representando a AMEG, o médico depôs à CPI que o DIU ou serpentina causavam processos inflamatórios acarretando esterilização e aborto. Reforçou que a função do DIU não era ser um contraceptivo porque não evitava a fecundação e nem a liberação do óvulo.[118] Ao depor à CPI, Rogério Rocco [119](1930-2005), professor da cadeira de Ginecologia e Obstetrícia da Universidade de Brasília, esclareceu os problemas à saúde causados pela aplicação do DIU também chamado de serpentina. Relatou que o método era imoral e criminoso por causar hemorragias constantes e provocar o aborto precoce. Em seu depoimento ainda constou o caso de quando atuava no Hospital Rocha Faria na cidade do Rio de Janeiro. Na ocasião, relatou o médico, o atendimento a cerca de 80 a 100 mulheres que portavam DIUs colocados numa clínica no bairro de Copacabana, e que tiveram complicações médicas.[120]

Uma matéria publicada pelo *Jornal do Brasil*, em 3 de fevereiro de 1967, explicava a importância da BEMFAM para a promoção do planejamento familiar no Brasil. A mesma reportagem também destacasse o SOF (Serviço de Orientação da Família), que atuava em São Paulo, por ser uma entidade pioneira em planejamento familiar no país. Registrado em 1963, mas somente inaugurando a primeira clínica em 1965, o SOF prestava serviço humano, não tinha preconceitos de raça e religião, promovia o controle de fertilidade e tratava casos de esterilidade. Na entrevista, a diretora do SOF, a socióloga Letícia Borges Costa, reclamou dos opositores ao planejamento familiar por argumentarem que o país deve ser povoado. Ela justifica que não adiantaria povoar o território brasileiro com pobres analfabetos e subnutridos. Continua a socióloga dizendo que as classes mais abastardas controlavam a natalidade e que os opositores do planejamento familiar não conheciam a realidade das camadas mais pobres.

Na mesma matéria, é informado que o objetivo da BEMFAM de São Paulo, filiada à BEMFAM do Rio de Janeiro e presidida por Octávio Rodrigues Lima, não era evitar uma explosão demográfica no Brasil, mas orientar os casais para planejarem quantos filhos

método, no caso a serpentina?; (5) Há necessidade urgente do governo iniciar planejamento populacional , no sentido de não prejudicar o desenvolvimento econômico?

[118] Lane afirma que a Igreja Presbiteriana não usou DIU em mulheres da Amazônia. *Jornal do Brasil.* 1º Caderno, 30.06.1967. p. 16. Edição B00072(1). Hemeroteca Digital BN.

[119] Um dos pioneiros nas pesquisas sobre HIV/AIDS no Brasil. Ver em: Clínica da família. *OTICS.* Disponível em < http://www.otics.org.br/estacoes-de-observacao/rio-saude-presente/clinicasdafamilia/clinicas-da-familia-inauguradas/ap-5.2/clinica-da-familia-rogerio-rocco>. Acesso em: 14.06.2023. Realizou a primeira cesariana de uma portadora de HIV no Rio de Janeiro. Ver em: "O Globo": Duas histórias sobre aids, por Alfredo Guarischi. *Agência AIDS.* Disponível em< https://agenciaaids.com.br/noticia/o-globo-duas-historias-sobre-aids-por-alfredo-guarischi/>. Acesso em: 14.06.2023.

[120] Lane afirma que a Igreja Presbiteriana não usou DIU em mulheres da Amazônia. *Jornal do Brasil.* 1º Caderno, 30.06.1967. p. 16. Edição B00072(1). Hemeroteca Digital BN.

quisessem ter e conhecerem os métodos para espaçamento dos nascimentos. Desse modo, a organização cuidaria da saúde da mulher e controlaria as ocorrências de aborto, que chegavam a dois milhões por ano[121]. Para a execução do seu programa a entidade brasileira era financiada pelo *Population Council* e a *International Federation of Family Planning*[122]. Para a execução do seu programa a entidade brasileira era financiada pelo *Population Council* e a *International Federation of Family Planning*[123].

Mesmo com os argumentos defendidos pela BEMFAM em não promover a redução populacional, mas realizar o planejamento familiar, as denúncias relativas à esterilização e em atender os interesses estrangeiros não cessavam, o que é perceptível nos debates públicos realizados na imprensa, na CPI e nos livros escritos por Assis Pacheco. Bhering (2014:151), ressalta o financiamento estrangeiro oriundo dos EUA à BEMFAM, a fim de executar o programa da redução da natalidade por meio da contracepção e esterilização entre as décadas de 1960 e 1990.

Considerado o pai do planejamento familiar no Brasil,[124] Octávio Rodrigues Lima era um ginecologista de elevado prestígio na América Latina e presidiu a BEMFAM alocada temporariamente na Maternidade-Escola de Laranjeiras[125], da qual ele era diretor. Ele buscou difundir no país o planejamento para evitar abortos, ensinar as famílias a planejarem os nascimentos e auxiliar pessoas com problemas na fertilidade. Quanto a Assis Pacheco, discordava desses objetivos por entender que eles não eram transparentes. Assis Pacheco questionava o quantitativo de abortos ocorridos e que seu combate não passava de estratégia para reduzir a população brasileira, principalmente a parcela mais pobre[126]. Para ele, não fazia sentido o argumento da BEMFAM, visto que a aplicação do DIU poderia provocar aborto nas mulheres ao ferir o útero. Desta forma, estariam provocando aborto e não o impedindo.

O médico Octávio Rodrigues, em entrevista concedida ao *Jornal do Brasil* em 1966, justificava seus argumentos mostrando os dados gerados pelo sociólogo Artur Neiva, que em sua pesquisa previa o Brasil com uma população em torno de 125 milhões de habitantes em

---

121 GOMES, Walter. Número de abortos no país é de 2 milhões por ano. *Jornal do Brasil.* 1º Caderno - I de uma série, domingo, 30.10.1966 – p. 14. Edição 00256(1). Hemeroteca Digital BN.

122 A matéria utiliza este nome, porém se trata da IPPF.

123 A matéria utiliza este nome, porém se trata da IPPF.

124Abortos criminosos na Guanabara vão a mais de 100 mil anualmente. *O Jornal*. 1º Caderno. 31.08.1965. p.5. Hemeroteca Digital BN. Edição: 13476(1).

125Gomes, Walter. Número de abortos no Brasil é de 2 milhões por ano. *Jornal do Brasil*. 1º Caderno. 1ª de uma série. 30.10.1966. p.14. Hemeroteca Digital BN. Edição: 00256(1).

126Malcolm Potts, ex-secretário-geral da IPPF, em 1972 afirmou que não se reduziria o índice de nascimentos sem o recurso do aborto seja legal ou ilegal nos países "subdesenvolvidos", pois eram mais eficazes que o uso dos métodos contraceptivos (Assis Pacheco, 1981:88). Assis Pacheco mencionou que até aquele momento sempre consideraram o início da vida humana a partir da fecundação.

1980[127]. O jornalista Walter Gomes, entrevistador de Octávio Rodrigues, relatava a apreensão do médico ao se referir a esse crescimento da população brasileira e a explosão demográfica mundial. Octávio Rodrigues tinha consciência dos vazios demográficos, mas o problema percebido por ele se referia aos grandes centros urbanos, pois nestas áreas havia a promiscuidade "desencaminhando várias criaturas".[128] Entendia que o governo brasileiro falhava em não realizar políticas públicas para manter os brasileiros nas áreas rurais, e por esse motivo as pessoas migravam para os grandes centros urbanos, residiam em favelas, recebiam ajuda social do governo e nas favelas eram formados os grandes criminosos.[129]

Em 13 de maio de 1967 o *Jornal do Brasil* mostrou a defesa do Conselho Interpresbiteriano, que argumentava que a aplicação do DIU em mulheres nas regiões do Nordeste e na Amazônia eram utilizados em quantitativo mínimo. Além do mais, não eram pastores os responsáveis pela aplicação do contraceptivo, mas, ao contrário das acusações, eram médicos e enfermeiros capacitados pela BEMFAM. O Conselho legitima suas ações afirmando que a BEMFAM auxiliava nas atividades, além dela ser vinculada à IPPF e ter apoio da ONU. Contudo, esta matéria trouxe outros pontos para o debate entre natalistas e antinatalistas. A Deputada Júlia Steimbruch (1933-) convoca as mulheres, a fim de resistirem ao controle populacional ficando grávidas, e criticava o Governo dizendo:

> - Se o Govêrno não tem competência para proteger a família brasileira dessa manobra que se constitui num verdadeiro atentado à nossa soberania, que pelo menos tenha coragem para confessar-se incapaz e não procure destruir a maior alegria da mulher, que é a maternidade -concluiu.[130]

O ambulatório da Praia do Pinto localizado no bairro da Lagoa na cidade do Rio de Janeiro foi alvo de denúncias de esterilização de mulheres pobres. Conforme, relata Assis Pacheco o ambulatório recebia financiamento estrangeiro através da BEMFAM que tinha um posto no local. Segundo matéria veiculada pelo *Jornal do Brasil* no ano de 1967, o ambulatório recebia mulheres por livre espontânea vontade para aplicação do DIU. O médico chefe, Dr. Assis Moura, afirmou que não feria as normas da Portaria 53 da Secretaria de Saúde, pois as

[127]Gomes, Walter. Número de abortos no Brasil é de 2 milhões por ano. *Jornal do Brasil*. 1º Caderno. 1ª de uma série. 30.10.1966. p.14. Hemeroteca Digital BN. Edição: 00256(1).
[128]*Ibidem*. Walter Gomes relata o experimento de John B. Calhoun (1917-1995) do Instituto de Saúde Mental, do Serviço de Saúde Pública de Bethesda. O pesquisador afirmava que a explosão demográfica gerava promiscuidade, e esta por sua vez causava a degenerescência das raças. Calhoun chegou a essa conclusão após testar durante dois anos o comportamento dos ratos que viviam em ambiente de elevado contingente populacional.
[129]*Ibidem.*
[130] Presbiterianos esclarecem em nota que o emprêgo de "serpentinas" é mínimo. *Jornal do Brasil.* 1º Caderno, sábado, 13.05.1967.p. 16. Hemeroteca Digital BN. Edição: B00031(1).

aplicações do DIU em mais de 600 mulheres não eram realizadas indiscriminadamente, e além disso, essas mulheres procuravam a clínica para evitarem ou espaçarem os filhos. Ademais, relatou o médico, o ambulatório da Praia do Pinto tinha orientação da UFRJ e a apoio da BEMFAM. Em um trecho da matéria subintitulada "Bom para a Favela", traz a fala da diretora do ambulatório, Sra.Wanda Koslowska, em que mesmo sendo proibido, era preferível aplicar o DIU em mulheres de baixa renda por ser mais eficaz e pelo desconhecimento destes a outros métodos contraceptivos, como a pílula. Wanda explicou que em muitos casos as mulheres praticavam aborto como método contraceptivo, e seguindo as orientações da BEMFAM o ambulatório não pretendia reduzir a natalidade, mas permitir a essas mulheres melhores condições para a criação dos seus filhos[131].

Na matéria do *Jornal do Brasil* o chefe da clínica médica do laboratório afirmava que os exploradores do aborto eram contra o uso do DIU. Nesse caso, o argumento de Assis Moura ia na direção contrária ao fato de que os natalistas se colocavam numa posição contra o uso do DIU. Na verdade, Assis Pacheco, por seu lado, declarava que a aplicação desse contraceptivo causava aborto e esterilização nas mulheres pelo objeto, pois este feria o útero. Segundo *O Jornal* de 1971, o DIU teria seu cordão de nylon cortado para evitar a sua retirada pelas mulheres.[132] Nesta matéria de *O Jornal*, Assis Pacheco, como secretário-geral da AMEG, apontou que a BEMFAM havia recebido 900 mil dólares, a maior parte oriundo da londrina IPPF. Para ele, essa quantia estava sendo mal aplicada, pois servia para controlar a natalidade e causar doenças por meio dos contraceptivos, quando deveria solucionar as mazelas sociais ao ajudar mães solteiras, ex-detentos, orfanatos, asilos, menores abandonados e leprosos.

Em 1974 o *Jornal do Brasil* publicou a série "Os medicamentos", em que a última matéria, escrita por Juarez Bahia e intitulada "O perigo das pílulas e a má direção dos dólares", trouxe a participação do Secretário-Geral da Associação Médica do Estado da Guanabara (AMEG), o médico Mário Victor de Assis Pacheco. Ele criticou o direcionamento do investimento financeiro para o controle populacional, quando deveriam se ocupar, por exemplo, de parte da população que sofre de Doença de Chagas e outras doenças endêmicas que atingem os pobres, melhoria das universidades, principalmente, no campo da obstetrícia. Havia maternidade-escola, por exemplo, precarizada e apresentando problemas estruturais. Esta mesma maternidade presidida pelo ginecologista Octávio Rodrigues de Lima, segundo

[131]UFRJ Aplica DIU em 600 mulheres. *Jornal do Brasil.* 1º Caderno. 11.07.1967. p. 15. Hemeroteca Digital BN. Edição: B00081(1).
[132]ANDRADE, Meire & COSTA, Jurandir. *O Jornal.* Atividades da BEMFAM sob ameaça – Medicina contra DIU. 09.12.1971. p. 1. Hemeroteca Digital BN. Edição:15398(1). A matéria exibe fotografia da clínica Médica do Ambulatório da Praia do Pinto.

denúncias dos antinatalistas, recebia financiamento para realizar o controle de natalidade. Ainda na matéria de 1974, publicada no *Jornal do Brasil*, Assis Pacheco denunciou a esterilização de homens em pesquisas com anticoncepcionais realizadas na Maternidade Climério de Oliveira, na Bahia. As críticas nesse caso recaíam sobre o médico Elsimar Coutinho (1930-2020).

Formado em farmácia e posteriormente em medicina pela Universidade Federal da Bahia (UFBA), Coutinho apresentou o polêmico anticoncepcional masculino durante o Congresso Mundial de Populações realizado na cidade de Bucareste, Romênia, em 1974[133]. Assis Pacheco denunciou o médico baiano por realizar experimentos em homens pobres para entender a eficácia dos anticoncepcionais. Ao que parece haveria relação desses experimentos com os anticoncepcionais apresentados em Bucareste (Assis Pacheco, 1968b). Este episódio será detalhado no próximo tópico.

Em relação às doenças, Assis Pacheco, destaca o quadro nosológico do país para mostrar como os brasileiros sofrem com diversas doenças, e a importância para que fossem tratadas através das políticas de saúde pública (Assis Pacheco, 1978, p.71). Para tanto, o combate a essas doenças necessitaria de considerável aporte financeiro, da mesma forma que investiam no controle populacional. A população brasileira sofria de chagas, leishmaniose, malária, e muitas outras doenças. A Universidade Federal da Bahia, por exemplo, recebia a doação de 300.000 dólares da ONU para a realização dos testes com anticoncepcionais, enquanto, relata Assis Pacheco (1981:29), o município baiano de São Félix tinha metade da sua população acometida da Doença de Chagas.

Desde o início do século XX fundações filantrópicas internacionais, como a *Rockeffeler Foundation*, atuaram no país para combater doenças (Fonseca Sobrinho, 1993). Havia o interesse de impedir a proliferação das doenças ocorridas nos países pobres para os países ricos, tal como os EUA (Cueto, 2015). Nesse sentido, essas ações sanitárias beneficiariam ambos os lados. Contudo, combatiam doenças específicas, num modelo vertical, o qual deixava de agir sobre outras doenças que acometiam a população brasileira que continuava sofrendo com essas mazelas. Muitas dessas ações das fundações ocorreram na década de 1950 sob o governo desenvolvimentista de Juscelino Kubitcheck (Hochman, 2009). A permanência desses problemas de saúde pública nas décadas seguintes, e nesse mesmo período acontecendo o

[133] O médico: Conheça a história do Dr. Elsimar Coutinho. Disponível em: http://elsimarcoutinho.com.br/o-medico/.

financiamento do controle populacional por agências estrangeiras, levou os natalistas ao questionamento sobre o direcionamento desse investimento internacional.

Mesmo com campanhas sanitárias e combates verticais às doenças nas primeiras décadas do século XX nas regiões do país mais vulneráveis social e economicamente, ainda existiam muitos casos de doenças transmissíveis e infecciosas no Brasil (Assis Pacheco, 1978). Com base nas questões nosológicas, a Associação Médica do Estado da Guanabara elaborou documento em 1973 criticando medidas antinatalistas. Segundo Assis Pacheco (1978, p.70), o mapa nosográfico do Brasil exibia mais de 42 mil casos de morte por sarampo nas principais capitais brasileiras, 3 a 4 milhões de infectados com Doença de Chagas, 14 milhões de casos de esquistossomose. Em 1974, o país apresentava problemas nutricionais e alto índice de mortalidade infantil, perdendo apenas para o Haiti na América Latina. Desse modo, os volumosos investimentos vindos das nações e agências estrangeiras para controle populacional estariam sendo mal direcionados (Assis Pacheco, 1978, p. 71).

No início da década de 1980, o governo brasileiro sofreu ameaça do Fundo Monetário Internacional (FMI) para oficializar o controle de natalidade, nesse caso o controle populacional. A instituição financeira internacional que era uma das maiores credoras do país, iria retirar o aporte financeiro, caso o Brasil não cumprisse acordos como a implantação de políticas de planejamento familiar[134]. O Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD), ligado ao Banco Mundial entendia o crescimento populacional como um obstáculo ao desenvolvimento econômico do país e comprometia as questões ecológicas (Assis Pacheco, 1985:101).

Assis Pacheco, em seu livro *A Máfia dos Remédios*, publicado em 1978, ressaltou que as empresas farmacêuticas estavam muito mais interessadas nos lucros advindos dos medicamentos mais rentáveis, como tranquilizantes, analgésicos e pílulas anticoncepcionais, a ter que tratar as doenças endêmicas que faziam do Brasil, o segundo país da América Latina em números de mortalidade infantil, perdendo apenas para o Haiti. Nesta mesma obra, fez referência ao médico sanitarista Carlos Gentile de Mello (1918-1982), que atribuía à desigualdade geográfica da distribuição de renda o motivo para existir a desigualdade da distribuição espacial da saúde. Da mesma forma, a concentração da renda desnivelava o acesso à saúde de qualidade.

[134]A revista estadunidense *Executive Economic Review* mencionou que havia muito nacionalismo no Brasil, e por este motivo os brasileiros deveriam ceder ao controle populacional, uma vez que as condições de empréstimo cedidos pelo FMI, exigia segundo os entrevistados do periódico *O Pasquim*, a castração das mulheres. Ver em: Assinado o Tratado de Paz entre o Pasquim e a Ex- (esperamos) Máfia de Branco. *O Pasquim.* p. 14-15. Edição 00761(1). Hemeroteca BN Digital. 1984.

3.3 – Cobaias humanas? Esterilização e as denúncias de genocídio - a ética médica em questão

Um dos marcos da bioética ocorreu no Tribunal de Nuremberg em 1947, quando as práticas eugênicas aplicadas na Alemanha nazista foram consideradas criminosas. A partir deste evento histórico, teve início a elaboração de normas de conduta para a realização das pesquisas científicas envolvendo seres humanos, as quais foram chamadas de Código de Nuremberg (1949). Deste marco em diante foram estabelecidas outras medidas internacionais que deram início aos princípios bioéticos. Para corrigir falhas no Código de Nuremberg, a Associação Médica Mundial elaborou a Declaração de Helsinki em 1964 como uma declaração de princípios éticos envolvendo pesquisas científicas envolvendo seres humanos (Diniz & Corrêa, 2001).

Três anos após a Declaração de Helsinki, denúncias sobre experiências com mulheres no Brasil circularam nas mídias, entre elas a televisão. Foi em um programa de TV que o Senador Oscar Passos (1902-1994) e o Deputado Mário Covas (1930-2001), do MDB, denunciaram que elas eram utilizadas como "cobaias para incríveis experiências de controle de natalidade". Eles responsabilizavam o Presidente Castelo Branco por permitir a entrada de forças estrangeiras no Brasil. Covas entendia as denúncias como uma ameaça a soberania do país. Para tanto, ele se propôs a aprovar uma CPI, a fim de investigar a infiltração estrangeira na Amazônia[135]. Este tópico abordará as denúncias de esterilização das mulheres e as questões éticas e estará baseado nos debates entre os natalistas e antinatalistas.

A Associação Médica do Estado da Guanabara denunciou a BEMFAM por crime de genocídio devido aos relatos da esterilização das mulheres pobres. A entidade médica engajada em causas sociais desde quando era AMDF, se baseou na Lei contra o crime genocídio criada em 1º de outubro de 1956 pelo presidente Juscelino Kubitschek firmando acordo internacional, que o Brasil se comprometeu a cumprir. A Lei, de acordo com o seu artigo primeiro incriminava quem ameaçasse a vida do todo ou em parte do grupo nacional, étnico, racial ou religioso. Ela prescreve pena de três a dez anos de reclusão para quem impedisse nascimento no seio do grupo.[136]

[135] Navarro diz que o Govêrno é implicado na contracepção. *Jornal do Brasil.* 1º Caderno, sábado, 05.06.1967.p. 11.

[136] DAD/COC/Fiocruz, comunicação em eventos. Fundo Walter Mendes, WM-PQ-LP-16, 24.10.1967. Controle de Natalidade, II Simpósio da Associação Médica do Estado da Guanabara, A "Pílula" e a limitação da natalidade em massa no Brasil.

O II Simpósio da Associação Médica do Estado da Guanabara[137] debateu o controle da natalidade e a questão sobre ética médica. Durante o evento ocorrido em 1967 o médico Assis Pacheco relatou que as pílulas e o DIU estavam esterilizando e causando aborto nas mulheres usuárias destes contraceptivos. Elas estavam sendo cobaias[138] dos experimentos realizados pelas farmacêuticas multinacionais que comercializavam os anovulatórios (pílulas anticoncepcionais). Utilizando a expressão experiência *in anima nobili*, cujo significado é o experimento em alma nobre, nesse caso no ser humano.

Os médicos que estariam realizando esses experimentos tinham a confiança das suas pacientes. Na intenção de evitar mais filhos temporariamente, essas mulheres, em muitos casos, acabavam se tornando estéreis. Assis Pacheco nomeava de pseudocientífico ou anticientífico esses experimentos, assim como o uso das pílulas.

No mesmo ano do Simpósio da AMEG, circulou no *Correio da Manhã* matéria abordando práticas experimentais realizadas por professores da cadeira de Ginecologia da Faculdade de Medicina da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Esses pesquisadores, financiados pela *Ford Foundation* teriam esterilizado cerca de três mil mulheres[139] aplicando o DIU, pois o contraceptivo mal colocado perfurava o útero das pacientes. Um antigo convênio entre a UFMG e a *Ford Foundation* possibilitou o financiamento para essas pesquisas. A agência estadunidense era responsável pelos custos dos materiais, permitindo à UFMG a aquisição gratuita dos aparelhos fabricados nos EUA.

Ademais algumas pílulas anticoncepcionais tinham sua venda proibida em países europeus e nos EUA. Em contrapartida essas mesmas nações comercializavam esses medicamentos aos países da África, América Latina e Ásia.

A historiadora Johanna Schoen (2006) relata os procedimentos experimentais aplicados nas mulheres em Porto Rico. Algumas de forma voluntária e outras como cobaias passaram por testes utilizando pílulas anticoncepcionais. O perfil do país era de uma região superpovoada, "subdesenvolvida" e registrava em seu histórico um local já submetido a testes com outros contraceptivos desde a década de 1930, quando testaram espuma em pó e geleia

[137] *Ibidem.*

[138] ANDRADE, Meire & COSTA, Jurandir. *O Jornal.* Atividades da BEMFAM sob ameaça – Medicina contra DIU. 09.12.1971. p. 1. Hemeroteca Digital BN. Edição:15398(1). O deputado sergipano Francisco Rollemberg analisou os documentos da CPI que investigou a aplicação do DIU no país. Além de afirmar a intenção da BEMFAM em esterilizar as mulheres, acrescentou o objetivo de usá-las como cobaias. Na matéria o deputado informou o artigo publicado no *Medical Bulletim* referente aos estudos realizados em Havana, Cuba. A pesquisa apontou que num grupo de 100 mulheres, 36% não apresentaram efeitos colaterais, enquanto nas demais ocorreram casos de câncer e infecções no endométrio; processos assexuais; perfuração do útero; irritação e expulsão do DIU; gravidez e dispareunia.

[139] Correio da Manhã. Edição 22722. Igreja debate esterilização no país. 1º Caderno, pág. 2. 04/05/1967.

anticoncepcional. Dessa maneira, foi iniciado no país porto-riquenho testes usando pílulas na década de 1950. Mulheres que já haviam passado pelos experimentos anteriormente, em busca de meios mais eficazes de controlar a natalidade, se voluntariaram. Aliado a esse interesse das porto-riquenhas, que dificilmente questionavam a ética médica em pesquisas, os cientistas, por sua vez interessados nos resultados dos experimentos, observaram que as vantagens na participação superavam as desvantagens.

Embora houvesse considerável procura para utilizar as pílulas anticoncepcionais, queixas acerca dos seus efeitos colaterais no organismo não tinham a atenção adequada de alguns pesquisadores. O dr. Gregory Pincus (1903-1967), pesquisador chefe, entendia que as reclamações a respeito dores de cabeça e estômago, náuseas, tonturas e vômitos nada mais eram do que reações emocionais e psicossomáticas dessas mulheres (Schoen, 2006; Pereira, 2016).

Gregory Pincus, junto a Edward T. Tyler (1913-1975), foram pioneiros no estudo da contracepção hormonal oral nos EUA, cujo experimentos datam de 1956 e 1957. Pincus teria omitido casos de danos à hipófise, ao ovário e dos efeitos abortivos pelo consumo das pílulas. A Associação Médica Mundial, em 1967, condenou a esterilização definitiva e planificação como um atentado à dignidade humana (Assis Pacheco, 1981).

Os esforços na corrida para a criação de novas tecnologias contraceptivas, o caso da pílula, demandavam interesses dos demógrafos, cientistas, mulheres, agências estrangeiras de planejamento familiar e dos países "desenvolvidos". Em muitos casos, cientistas como Pincus não se importavam com os efeitos colaterais que as mulheres relatavam. Elas, por sua vez, buscavam a participação nos testes devido a sua condição social de pobreza e ignorância em questões de ética em pesquisa, pois entendiam que esta era a única solução para evitarem filhos, a fim de diminuir as suas mazelas sociais. Dentro desta conjuntura, ideias neomalthusianas trilhavam o projeto de redução da população para evitar a "explosão demográfica" (Pereira, 2016). Certos grupos sociais eram alvo dos experimentos, principalmente mulheres pobres. Todavia, Schoen diz que os métodos aplicados nos testes eram aceitos na década de 1950, em razão de ainda não existir uma definição clara sobre os limites de testes em humanos. Dessa maneira, os experimentos eram realizados dentro das limitações aceitáveis tanto por médicos, quanto pelas mulheres participantes.

O perfil de mulher pobre, analfabeta e desvalida foram critérios para a escolha das porto-riquenhas se submeterem aos primeiros experimentos de campo consumindo as pílulas,

em 1956. Ao citar o relato de Paul Vaughan[140], Assis Pacheco (1983:5) explica que uma das primeiras decisões dos professores Gregory Pincus e John Rock foi não inserir as mulheres estadunidenses nos testes por causa dos custos e possibilidade de moverem algum processo em caso de falhas nos experimentos, pois estes seriam um 'tiro no escuro", expressão usada por um dos membros da equipe.

Antes dos experimentos de campo em Porto Rico, Pincus e Rock testaram anticoncepcionais em mulheres portadoras de doenças mentais. Os professores precisavam testar a eficácia da pílula anticoncepcional então criada em laboratório e produzida à base de hormônios artificiais, estrógenos e progestágenos para impedir a gravidez. O experimento-piloto realizado na década de 1950 ocorreram no Manicômio de Worcester, EUA, sob a liderança dos professores universitário Pincus e Rock. Para tanto, os "voluntários" participantes do experimento foram doentes mentais, homens e mulheres, uma vez que não tinham discernimento entre bem e mal, e moral e imoral, conforme escreveu Assis Pacheco baseado nos relatos de Paul Vaughan. Este não informa o mecanismo detalhado do experimento, ou seja, se os indivíduos participantes dos testes eram incentivados a terem relações sexuais ou se os homens eram estimulados a masturbação para os pesquisadores aplicarem os espermatozoides nas mulheres. Também não ficou claro se, caso as mulheres engravidassem devido à falha no funcionamento das pílulas, a gestação seguiria o seu curso ou se haveria aborto (Assis Pacheco, 1983:33).

Segundo Assis Pacheco (1983:35), a necessidade de experimentar as pílulas anticoncepcionais em mulheres sexualmente ativas influenciou os pesquisadores na escolha de Porto Rico devido a sua proximidade geográfica e submissão aos EUA, além do fato das portorriquenhas serem, em geral, pessoas analfabetas e desvalidas. Além disso, as portorriquenhas consumiam pílulas com dosagens hormonais cujo efeitos colaterais eram desconhecidos.

Para Assis Pacheco e a AMEG, os experimentos realizados não eram científicos. Além disso, Assis Pacheco ressaltava o aspecto racista e machista dos testes. Por vezes, o médico questiona quais seriam as pessoas submetidas aos experimentos nos EUA, sugerindo que eram os negros e acrescentando que os EUA realizavam experiências com anticoncepcionais para reduzir a população negra do país (Assis Pacheco, 1981:29). Schoen (2006), aliás, comenta sobre os testes aplicados em negros estadunidenses em pesquisas de contraceptivos no início

[140]Assis Pacheco utiliza o livro de Paul Vaughan *The Pill on Trial*, Penguin, 1972, p.79, para explicar os experimentos de Gregory Pincus e John Rock em doentes mentais do Manicômio de Worcester nos EUA.

do século XX. Estudos para criação de anticoncepcionais em homens[141] foram realizados na década de 1960 em presidiários[142]de Albany nos EUA, e os resultados foram pessoas estéreis e sem atração sexual pelo sexo oposto por mais de um ano e meio. Assis Pacheco reporta em seus escritos que o anticoncepcional masculino já teria sido criado quando foi produzida a pílula feminina, porém, o machismo dos cientistas e donos das farmacêuticas investiam nas pesquisas dos contraceptivos femininos (Assis Pacheco, 1983).

No Brasil não havia informações de experimentos com anticoncepcionais testados em mulheres com problemas de saúde mental, algo ocorrido em Worcester, EUA. No entanto, novos anticoncepcionais eram testados no país. O médico Elsimar Coutinho, professor da Universidade Federal da Bahia, relata Assis Pacheco, realizou em 1968 estudos utilizando o anticoncepcional à base de acetato de cloromadionona. Este anticoncepcional foi produzido pela farmacêutica *E. Merck AG* de *Darmstad* sob o nome comercial URBAL. A empresa alemã realizou experiências em seu país de origem testando o anticoncepcional em cães. Os cientistas observaram aumento dos casos de câncer nas tetas das cadelas. Por conseguinte, os pesquisadores cancelaram a fabricação e a comercialização do URBAL. O experimento de Elsimar Coutinho foi financiado pela *Ford Foundation* (Assis Pacheco, 1983a:39).

A Universidade Federal da Bahia recebia da OMS 300.000 dólares para Elsimar Coutinho realizar as experiências com os anticoncepcionais. Contudo, relatou Assis Pacheco (1981:28), a Faculdade de Medicina desta mesma universidade sofria da precarização de materiais. O seu hospital carecia de curativos, luvas, bisturis, microscópios, filmes para radiografia e muitas enfermarias não funcionavam.

Outro caso dos testes realizados em homens teria ocorrido na Bahia[143]. Enquanto nos EUA a pílula masculina não foi comercializada após os experimentos em Albany, financiada pela *Ford Foundation*, a Universidade Federal da Bahia, usufruía de 476.500 dólares para pesquisar métodos contraceptivos. No entanto, no interior deste Estado nordestino, a população morria por doenças endêmicas. Assis Pacheco aponta a Doença de Chagas como uma dessas doenças, e critica também o elevado valor destinado para as experiências, pois outros investimentos não aconteciam e, por este motivo, faltavam materiais médicos e havia baixo orçamento para outras finalidades da universidade (Assis Pacheco, 1981:28). Sob a liderança

[141] Ver também *Nature, Ethics behind bars*, 242, p. 153, 1973. Assis Pacheco referencia esta bibliografia relatando experiências preliminares com novas drogas, são realizadas em prisioneiros nos EUA. Os cientistas escolhiam os presos para evitarem processos às empresas e aos médicos em caso de falhas nos experimentos. Convenciam a participação desses indivíduos nos testes prometendo recompensas (Assis Pacheco, 1983:33).
[142] *Jornal do Brasil* Os medicamentos (final) - O perigo das pílulas e a má direção dos dólares. 00066(1). 1974.
[143] *Jornal do Brasil* Os medicamentos (final) - O perigo das pílulas e a má direção dos dólares. 00066(1). 1974.

de Elsimar Coutinho, homens teriam passado por procedimentos experimentais com pílulas e consequentemente ficado estéreis em experimentos na Bahia (Assis Pacheco, 1981: 66), que consistiam na aplicação de testes com *Gossypol* em rapazes na Bahia (Assis Pacheco, 1983:66).

O *Gossypol*, um anticoncepcional masculino extraído da semente do algodão e utilizado em larga escala na China, levantava dúvidas em relação aos seus efeitos no organismo humano. Os chineses não divulgaram os mecanismos da ação do anticoncepcional, ou seja, se impedia a produção dos espermatozoides ou se agiria no setor pré-hipofisário inibindo-o para cessar a produção dos gametas masculinos. Experimentos realizados em animais nos EUA no início da década de 1980 mostraram os efeitos tóxicos sobre o fígado, baço, miocárdio e acúmulo do *Gossypol* nos tecidos desses animais. As notícias desses experimentos eram informadas através do boletim da IPPF. No seu boletim de outubro de 1980, a IPPF relatava a improvável liberação para venda desse anticoncepcional por organismos ocidentais, mencionando que desgraçadamente a droga apresentava efeitos variados. Neste contexto, Assis Pacheco questionava a conduta ética do médico Elsimar Coutinho, pois além dos problemas apresentados pelo *Gossypol* nos testes internacionais, o produto não era licenciado para a comercialização no Brasil e não havia licença para experimentação dele no país (Assis Pacheco, 1983a:66).

Embora, o autor não tenha se aprofundado na questão, López (2014) [144] menciona um assunto importante, as suspeitas das mulheres serem usadas como cobaias em testes de contraceptivos. O Instituto Marcelino no Peru financiado na década de 1970 por empresas farmacêuticas como a *Schering*, testava pílulas e contraceptivos. Entretanto, funcionários do governo e profissionais da saúde acreditavam que as mulheres estavam sendo usadas como cobaias e se preocupavam com os efeitos colaterais dos testes. A desconfiança estava presente entre essas pessoas devido à falta de transparência das práticas de recrutamento do instituto. Por outro lado, o instituto oferecia acessórios de DIU e consultas sobre infertilidade, como ações de planejamento familiar. Embora muitas mulheres tenham ficado satisfeitas com os

[144] O historiador peruano López (2014) explica que no Segundo Pós Guerra durante a Guerra Fria, foram iniciadas as políticas de controle populacional na América Latina com o discurso da contenção do excessivo crescimento demográfico no planeta. Agências internacionais e organizações filantrópicas, por exemplo, a *Rockefeller Foundation*, cuja participação ao combate às doenças na América Latina já acontecia desde o início do século XX, se envolveram também nas ações de controle populacional nos países dessa região. Chama atenção por considerarem a América Latina região de perigo demográfico e percebe-se as soluções sociais como continuidades entre campanhas de limitação populacional e as campanhas globais para erradicação das doenças infecciosas transmitidas por insetos.

As peruanas pobres sofriam esterilização involuntária, assim como as esterilizações voluntárias antecedidas por aconselhamentos de planejamento familiar por parte dos médicos e outros profissionais (López, 2014). O historiador relata a prática da esterilização nos EUA desde 1900, onde indesejáveis foram impedidos de reprodução, ideia ligada à eugenia.

efeitos do DIU, tantas outras tiveram sangramentos e dores de cabeça, ainda que seus problemas fossem minimizados pelos médicos.

Alertando as jovens médicas brasileiras, Assis Pacheco (1983:69) escreve para as profissionais da saúde não serem induzidas à prática de experiências condenáveis sob alegações de objetivos morais e científicos. Nos EUA, relata Assis Pacheco, mulheres cientistas reportaram à Associação Americana para o Desenvolvimento da Ciência que, enquanto os homens eram responsáveis pelo controle dos estudos envolvendo reprodução humana, eram as mulheres que sofriam as experiências, sendo estas consideradas condenáveis por essas pesquisadoras. Além disso, os homens financiam as pesquisas aplicadas nas mulheres, comercializando e testando anticoncepcionais perigosos para elas. Por outro lado, outros anticoncepcionais não perigosos são ignorados por esses mesmos homens. Por fim, as cientistas estadunidenses afirmam que esses homens, pesquisadores, cientistas, médicos, produtores, fabricantes e vendedores, não se preocupam por questões éticas por não utilizarem pílulas, DIUs, implantes e injeções (Assis Pacheco, 1983:70).

O desejo de informar e alertar as médicas e cientistas brasileiras a lerem *"Planejamento Familiar" e Libertação do Brasil* tinha como objetivo despertá-las para a luta e o protesto contra a continuidade das experiências no Brasil, sob inspiração dos atos das cientistas estadunidenses. Em 1976 o grupo londrino, *Halsemare*, publicou[145]:

> Através da história das experiências com anticoncepcionais, são as mulheres do mundo subdesenvolvido que têm sido usadas para se determinar se os anticoncepcionais testados são seguros para serem utilizados posteriormente pelas mulheres do mundo adiantado (Assis Pacheco, 1983a:70).

Assis Pacheco entendia o uso dos anticoncepcionais, seja em testes seja comercialmente, uma forma de imposição machista, pois eram homens que pesquisavam, realizavam experiências duvidosas e comercializavam. Percebendo os riscos à saúde das mulheres e `possibilidade de morte delas, procurava alertá-las e mantinha seu posicionamento de não aceitação dos anticoncepcionais, pelo menos aos existentes naquele período. Mais do que isso, afirmava que as mulheres estavam sendo vítimas de uma vasta e permanente experiência das multinacionais farmacêuticas, considerando as brasileiras cobaias, pois aquelas alteravam constantemente qual seria a dosagem ideal dos hormônios sintéticos das pílulas anticoncepcionais para consumo do público feminino (Assis Pacheco, 1983:31). O médico

[145]Assis Pacheco cita a declaração do grupo *Halsemare* sob o título *Who needs the Drug Companies? e*m 1976. *"Planejamento Familiar" e Libertação do Brasil*, 1983. p. 70.

Assis Pacheco considerava as brasileiras cobaias das indústrias farmacêuticas estrangeiras porque já tinham ingerido diferentes doses hormonais contidas nas pílulas anticoncepcionais. No início foram vendidas pílulas contendo 150mcg de estrógenos e 5mg de progestágenos. Posteriormente essas dosagens foram reduzidas gradativamente até atingirem as dosagens de 30mcg de estrógenos e 0,15mg de progestágenos. Portanto, segundo o médico, elas foram cobaias por terem consumido essas dosagens como testes dos laboratórios internacionais até, supostamente, as indústrias acertarem a dosagem ideal.

Presente em diferentes áreas do território nacional, a BEMFAM se envolveu em polêmica também no estado de Pernambuco. O Deputado Federal pelo MDB e médico, Manoel Gilberto, denunciou a entidade à Assembleia Legislativa por querer limitar a população local por meio da esterilização ao distribuir pílulas anticoncepcionais para as mulheres suburbanas e do interior daquela região, como se estivessem entregando "bombons". Inconformado pelas ações da BEMFAM, o deputado afirmou que evitar os nascimentos era um ato discriminatório, maldoso, elitizante e prejudicial à saúde da mulher.[146] Nesse sentido, deveriam se ater à ocupação dos espaços vazios, e a busca das soluções para os reais problemas da população, a fome e miséria no país. Dessa maneira, ele entendia que essas mulheres estavam sendo expostas à experimentos incentivados por organizações desconhecidas e com finalidades duvidosas. Ademais estavam infringindo a recomendação da II PND do Governo Federal responsável por recomendar a não execução de medidas de controle populacional.[147] Manoel Gilberto, em 1972, encaminhou requerimento ao Ministério da Justiça para investigar a BEMFAM.[148]

Mantendo convênio com o Estado do Rio Grande do Norte, o único da federação que a BEMFAM tinha vínculo, a instituição sofreu denúncias do Arcebispo de Natal, Dom Nivaldo Monte. O Rio Grande do Norte contava com 203 clínicas da BEMFAM distribuídas ao longo do seu território atendendo cerca de 28 mil mulheres. O sacerdote católico afirmava haver mulheres sendo usadas como cobaias. Ele não era contra as medidas de planejamento familiar, pois entendia que o perigo da explosão demográfica era real, porém, a distribuição indiscriminada das pílulas anticoncepcionais, e principalmente, a ausência do acompanhamento médico geravam graves problemas às mulheres. As suas ponderações recaíam em críticas ao Governador do Estado e ao Governo Federal, os quais deveriam desenvolver o país para

[146] Deputado em Pernambuco denuncia esterilização. *Jornal do Brasil*.1º Caderno. Sábado, 13 de maio de 1972. p. 5.
[147] Sociedades civis assumem no Brasil planejamento familiar. *Jornal do Brasil*. 1º Caderno. Domingo, 6 de junho de 1976. p.20.
[148] Deputado em Pernambuco denuncia esterilização. *Jornal do Brasil*.1º Caderno. Sábado, 13 de maio de 1972. p. 5.

solucionar o problema da fome. Para o arcebispo, a população teria condições para aplicar um método de planejamento natural.[149]

Bhering (2014) citou em sua tese a Igreja Católica como um dos principais atores envolvidos no debate referente ao planejamento familiar, contracepção e população no país. Segundo o autor, era marcante a influência católica não somente na sociedade brasileira, mas também nas demais nações da América Latina, dificultando as ações estratégicas das políticas populacionais sob interferência estrangeira. Não obstante, López (2014) mostrou em seu trabalho sobre o Peru que, em determinadas ocasiões, padres colaboravam nessas ações nas comunidades rurais.

No Brasil, essa complexa influência católica na sociedade se dava no campo político, ao ponto de setores da Igreja atuarem tanto no processo da chegada dos militares ao poder federal em 1964, quanto, por outro lado, nos atos para a redemocratização em fins dos anos 1970 e início dos anos 1980.

A Igreja Católica se posicionava contra o uso dos contraceptivos por entender que seria contraditório com a sua doutrina religiosa (Bhering, 2014) e por recear que homens vissem as mulheres como simples prazer egoísta[150]. Destarte, a Igreja não aceitava o uso do DIU, pílulas contraceptivas, esterilização e aborto, pois esses métodos prejudicariam a sincera união entre o casal e impediria o nascimento. Ainda assim, a Igreja não foi totalmente contra os métodos contraceptivos no início do emprego deles.

Foi realizado um estudo internacional com especialistas sobre o uso dos contraceptivos, gerando um controverso debate entre membros do clero católico culminando na Carta Encíclica *Humanae Vitae*. Assis Pacheco (1968b), enviou uma carta ao Papa Paulo VI apontando os problemas à saúde causados pelo uso da pílula, buscando colaborar para maior conhecimento do pontífice. Ao longo das obras de Assis Pacheco é observado a aproximação dele com o pensamento da Igreja quando se refere às questões do controle de natalidade. O médico referencia membros do clero católico, passagens bíblicas e documentos eclesiásticos. Essa aproximação de Assis Pacheco com a Igreja também é observada quando ele relata o combate da instituição religiosa por "neocolonialistas controlistas e racistas" (Assis Pacheco, 1974:118).

Em uma das suas obras, Assis Pacheco relata um caso de tentativa de suborno da Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Econômico (USAID) aos bispos da

[149] Arcebispo de Natal acusa o Governador e diz que BEMFAM usa mulheres como cobaias. *Jornal do Brasil*.1º Caderno/Saúde. Quarta-Feira, 5 de novembro de 1975. p. 7.
[150] Carta Encíclica *Humanae Vitae*. 25.07.1968. Disponível em: < https://www.vatican.va/content/paul-vi/pt/encyclicals/documents/hf_p-vi_enc_25071968_humanae-vitae.html>. Acesso em: 15.02.2023.

CNBB num almoço. O arcebispo de Goiânia na época, Dom Fernando Gomes, declarou esse caso em Aparecida numa Conferência Nacional dos Bispos, em 1967. O suborno seria para os bispos autorizarem a esterilização de mulheres. Imediatamente a proposta não foi aceita pelos sacerdotes. Estavam presentes também Dom Helder Câmara, Dom Avelar Brandão e Dom José Newton (Assis Pacheco, 1974:65).

Os países imperialistas, por exemplo, EUA, destaca Barreto (2020), tinham um plano econômico e social para a esterilização das mulheres pobres no Brasil e nas demais regiões da América Latina.

Ao abordar a história do planejamento familiar no Brasil, Fonseca Sobrinho (1993) relata a trajetória para a sua implantação e consolidação no país. O autor perpassa a fundação da própria BEMFAM e de outra agência constituída para essa finalidade, o Centro de Pesquisas e Atenção Integrada à Mulher e a Criança (CPAIMC), discutindo as controvérsias para a implementação do planejamento familiar como política pública, objetivo este alcançado a partir da criação do Programa de Assistência Integral à Saúde da Mulher (PAISM), em 1983.

A AMB, através do professor Lourival A. de Luca, reprovava o discurso natalista, acusando seus defensores de serem tendenciosos ao recriminarem o uso dos anticoncepcionais (Assis Pacheco, 1983:49). Na ótica de Mário Vitor, por sua vez, se, por um lado, o planejamento familiar apresentava seu caráter positivo para atender às necessidades da saúde da mulher, por outro, ele não era interessante. O médico salienta o direito inalienável da mulher em ter quantos filhos queira, sendo uma decisão dela ou do casal, porém, é radicalmente contra uma interferência de terceiros, seja uma agência de planejamento familiar seja o próprio Estado.

3.4 – Quantidade ou qualidade? Neocolonialismo e racismo na perspectiva de Assis Pacheco

> Dedico este livro à memória dos que sacrificaram suas vidas lutando contra o racismo e o colonialismo e ofereço-o aos que prosseguem hoje combatendo o neocolonialismo e o neomalthusianismo racistas. (Assis Pacheco, 1981).

> - Quanto à alegação de que a diminuição do nosso índice de natalidade viria enfraquecer o nosso País – diz o Prof. Otávio Rodrigues de Lima – tenho apenas a considerar que o valor militar de um povo não se mede pelo número absoluto de cidadãos mas pela totalidade dos indivíduos fisicamente aptos ao serviço das armas. (*O Jornal*, 1966)

O relato de Octávio Rodrigues de Lima, médico antinatalista, no *Jornal do Brasil* (1966), mostra que, para ele, o melhor para a população é a sua qualidade, não a quantidade. Ele exemplifica que o Exército reprovou considerável número de alistados por não

apresentarem bom vigor físico. Seis anos antes ao conceder entrevista ao *O Jornal*, o médico comentou que a ausência do pré-natal não só causava inúmeras mortes, mas também a degenerescência da raça brasileira, já que esta ainda não havia se constituído e era decadente. Ainda na entrevista, ele faz referência ao emblemático personagem *Jeca Tatu:*

> ...Comparemos a atual geração descente de alemães e suíços. Os colonos do Estado do Rio por exemplo, que são os mais pobres de origem. O "Jeca Tatu" venceu o imigrante, numa evidente involução racial, o mesmo se passaria com um rebanho de gado, em que o fazendeiro não procurasse dar as suas crias o melhor de alimentação e cuidado... (*O Jornal*, 1960, p. 11).

Considerando o planejamento familiar um eufemismo, Mário Victor, por sua vez, compreendia essa expressão como ilegítima ao ser proferida por antinatalistas neomalthusianos, neocolonialistas e racistas. Para ele, os anticoncepcionais comercializados e distribuídos no Brasil e nas demais nações "subdesenvolvidas" era uma fonte de lucro para as farmacêuticas. Complementarmente, limitar a natalidade através de um controle populacional destinado à população dos países empobrecidos, era indissociável do interesse das elites dos países dominantes em manter a dependência econômica, tecnológica, científica e cultural dos países pobres. O médico complementa:

> ...constituindo ainda um comportamento, velado e negado, de racistas contra o aumento das populações não-brancas, ou seja, de certos amarelos da Ásia, de negros da África e de negros, mulatos e índios, além dos brancos pobres da América Latina, notadamente o Brasil. (Assis Pacheco, 1985:10).

A crítica ao uso dos anticoncepcionais por Mário Victor de Assis Pacheco não era restrita às questões da indústria farmacêutica e ao desenvolvimento do país, conforme foi discutido anteriormente, mas também em relação à saúde das mulheres e ao preconceito racial. Não à toa, a maior parte das publicações literárias do médico era referente ao controle populacional. Mesmo nos trabalhos cujo tema central fosse a desnacionalização da indústria farmacêutica, ele reservava algumas páginas para discutir o assunto pílulas anticoncepcionais e a sua relação com o controle populacional.

Entusiasta do controle populacional, Paul Erlich, professor da Universidade de *Stanford* nos EUA, propôs a inserção de esterilizantes químicos em alimentos enviados para o exterior ou que se interrompesse o auxílio aos países que não controlassem a natalidade (Assis Pacheco, 1981:30). Segundo Assis Pacheco, a proposta de Erlich proferida na XIII Conferência da ONU para Educação, Ciência e Cultura (UNESCO), teria sido rejeitada porque um professor teria dito que a tese não funcionaria no Brasil, pois quem come no país é a burguesia, então, estes

seriam esterilizados, possibilitando a ascensão dos trabalhadores ao poder. Assis Pacheco não menciona o nome desse professor, mas o caracteriza como antinatalista, racista e fascista[151]. Na verdade, esse professor parece ser um personagem criado por Assis Pacheco para dialogar com Erlich.

Outro caso reportado pelo médico Assis Pacheco foi sobre o vencedor do Prêmio Nobel de Física, o estadunidense William Schokley[152]. O médico brasileiro transcreveu o relato:

> "Os negros devem ser esterilizados para não se multiplicarem, evitando-se assim uma regressão da espécie humana, já que geneticamente são inferiores ao branco e reproduzem-se em ritmo muito acelerado". (Assis Pacheco, 1981: 30).

Assis Pacheco informa que Schokley[153] foi vaiado devido ao seu posicionamento. Para ele, o físico estadunidense e racista seria reprovado caso concorresse ao Nobel de Genética. Ao apresentar esses casos, Assis Pacheco coloca em desconfiança o auxílio dos países desenvolvidos às nações pobres. Para ele, a ajuda não deveria ser através do controle populacional, mas tocar em pontos econômicos e sociais desses países, a fim de impulsionar o seu desenvolvimento, em especial do Brasil. Percebe-se a partir do seu relato em *Racismo, machismo e 'planejamento familiar"* (1981:31), a repulsa ao que ele afirma ser um eufemismo: a expressão planejamento familiar. Nesse sentido, as mulheres "mulatas", mestiças em geral, indígenas e brancas pobres" não deveriam fazer uso dos anticoncepcionais, pois os estrangeiros pressionavam o governo brasileiro para oficializar o controle de natalidade. Contudo, o objetivo real seria reduzir a população desses grupos.

No livro publicado em 1981 ele relata a matéria divulgada pelo *O Globo* de 3 de dezembro de 1977, quando a edição desta data transcreveu a notícia do periódico estadunidense de Los Angeles, *Newsday*. A notícia apontava um experimento envolvendo anticoncepcionais aplicado em um grupo de mulheres, das quais 75% eram negras (Assis Pacheco, 1981:29). Apesar do jornal não informar quem compunha os demais 25%, Assis Pacheco afirma convicto de que eram mulheres brancas prisioneiras não estadunidenses, e com promessa das penas

[151]Assis Pacheco utiliza a matéria do *Jornal do Brasil* de 26 de novembro de 1979 para relatar a fala de Paul Erlich.
[152]Assis Pacheco utiliza a matéria do jornal *O Globo* de 11 de abril de 1974 para relatar a fala de William Schokley.
[153]William Schokley sugeriu a inseminação artificial e a esterilização involuntária para o melhoramento genético humano, a fim de elevar o Q.I. Para tanto, deficientes mentais e negros eram seus alvos para a aplicação do método eugênico com o objetivo de controlar as taxas de nascimento desses grupos. Ele temia que em 20 anos nascessem cerca de um milhão de crianças com Q.I abaixo de 75, cujo índice era considerado inferior. Treesh, Frederick H. A inteligência das raças. *Jornal do Brasil*. 1º Caderno. Da UPI. Especial para o *Jornal do* Brasil, p. 20. Domingo 21 e Segunda-Feira 22 de dezembro de 1969.

reduzidas, pois tal procedimento ocorria frequentemente nas pesquisas desenvolvidas naquele país. Esses experimentos realizados em Los Angeles teriam provocado o surgimento de câncer de mama e do útero nas mulheres participantes dos testes. Neste contexto ele questionou: "Ora, se assim procedem nos EUA, por que admitir que seriam honestos conosco? Terão simpatias pelas negras, mulatas e índias brasileiras?" (Assis Pacheco, 1981:p. 29).

Para Assis Pacheco existia no Brasil uma harmonia racial, pois ele procurava sustentar que o país era constituído de feliz mistura de raças. Contudo, segundo suas palavras, os "racistas antinatalistas do mundo desenvolvido" não estavam satisfeitos com o crescimento demográfico no Brasil, pois através desse aumento haveria crescimento do contingente de trabalhadores promovendo o enriquecimento da nação; ocupando e defendendo o território ainda vazio. Para tanto, era necessário impedir este progresso através dos "anticoncepcionais, abortivos, esterilizantes, material de propaganda, corrupção e suborno de maus brasileiros" (Assis Pacheco, 1981:31). Assim, por meio do discurso da Explosão Demográfica, os imperialistas pretendiam reduzir a população para manter os países pobres dependentes econômica, tecnológica e cientificamente. Além disso, poderiam ocupar a Amazônia por falta de pessoas nesse local (Assis Pacheco, 1981:32). Segundo Maciel (2007), havia o discurso de que os países que melhor administram as terras para a produção econômica deveriam ocupar essas áreas[154]. Assis Pacheco (1974:9) receava a perda de parte do territorial brasileiro não utilizado pela população. Logo, deveriam transformar pântanos em áreas utilizáveis, a fim de ocupar e produzir. Para tanto, era necessário aumentar a população e não a reduzir.

Investidas para o controle populacional ocorreram em solo africano, porém nem todos os países teriam aceitado, pois viam nessa ação uma estratégia dos países "desenvolvidos" em dominá-los por meio da restrição da natalidade (Assis Pacheco, 1981:102). As pílulas anticoncepcionais comercializadas no Brasil eram fabricadas pelas multinacionais farmacêuticas dos EUA e das nações europeias, como Alemanha Ocidental, Holanda, Itália e Suíça (Assis Pacheco, 1985:11). Acrescenta ainda o médico ginecologista que os países socialistas embora consumissem anticoncepcionais produzidos em seu território, não vendiam, nem distribuíam gratuitamente aos países pobres.

"Planejamento Familiar" e Libertação do Brasil traz matérias publicadas no *The Population Council* em 1973 e pelo *The Lancet* de Londres em 1975 mostrando a resistência

[154]Em *Explosão Demográfica e Crescimento do Brasil* (1974:24-26), Assis Pacheco descreve as denúncias sobre compra de terras na Bahia e no Amazonas por estrangeiros. Essas terras adquiridas por estrangeiros eram ricas em minérios, inclusive minérios atômicos. As extensões territoriais compradas eram maiores que as áreas somadas da Áustria, Hungria, Grécia, Bulgária, Portugal, Inglaterra, Gales e as duas Coreias.

das nações africanas para aceitar a entrada dos anticoncepcionais em seus territórios. Assis Pacheco (1983:32) desejava que o Brasil seguisse o exemplo das nações africanas para impedir os avanços dos neomalthusianos. A matéria de 1973 relatava as medidas políticas tomadas pelo governo do Gabão a fim de impedir a importação dos anticoncepcionais através de legislação elaborada para essa circunstância. Ademais, o país africano aplicaria multas, prisão de contraventores como punição, além de ter criado um corpo de inspetores para dar cumprimento à lei. Já a matéria londrina de 1975 lista mais países africanos que se negaram a controlar os nascimentos das suas respectivas populações. Senegal, Níger, Costa do Marfim, Serra Leoa e Máli proíbem a entrada dos anticoncepcionais e incentivam a natalidade em suas populações.

Assis Pacheco (1974:114-116) afirmava a manipulação do gráfico divulgado pelo *Population Council* comparando o crescimento populacional em distintos períodos históricos do planeta. Primeiro questiona como acessaram registros de nascimento e óbito de uma época há 5000 anos A.C. E segundo por não considerarem os dados sociológicos, políticos e econômicos.

Baseado na declaração de Jurgen Kuczynski (1904-1997) em 1974, Assis Pacheco afirma que o interesse dos grupos dominantes é impedir a industrialização dos países em desenvolvimento ao sugerirem o crescimento zero desses países. Esta teoria do crescimento zero proposta por *Rockefeller* ao governo estadunidense teria, na verdade, o objetivo de reduzir a população dos "negros, mulatos, mexicanos-americanos, cubanos-americanos e outras minorias" (Assis Pacheco, 1983:27).

No Brasil as denúncias referentes ao controle da natalidade por meio da esterilização das mulheres pobres haviam ocorrido na segunda metade da década de 1960. Criada em 7 de junho de 1967, a CPMI investigou se eram verídicas as denúncias relativas à limitação da natalidade no Brasil (Aleixo, 1974:27-29). Os depoentes eram economistas, como Glycon de Paiva, eclesiásticos e dentre os médicos estava Mário Victor. Ao todo a comissão ouviu 25 depoentes, havendo 31 reuniões até 15 de maio de 1968 apresentando 12 objetivos (Anexo 5). Alguns destes se tratou de investigar a intervenção na natalidade do Brasil pela BEMFAM e estrangeira, os fundamentos científicos do controle de natalidade e suas consequências; a interferência demográfica pela aplicação das pílulas e DIU; e implicações sob os aspectos da soberania e segurança nacional.

Pesquisas no âmbito da biologia reprodutiva humana realizada por Elsimar Coutinho contribuíram para a implementação do planejamento familiar no Brasil. Como mencionado anteriormente, o médico testou métodos contraceptivos na Bahia em mulheres e homens.

Nestes testes, diz Manica (2010:10), ele pesquisou anéis vaginais em mulheres, um método contraceptivo para liberar hormônios gradativamente reduzindo efeitos colaterais por não passar pelo sistema digestórios, e pílulas anticoncepcionais em homens, mas garantindo a libido para evitar rejeição do público masculino. A autora relata que Elsimar Coutinho contribuiu para reforçar a associação entre crescimento demográfico e desenvolvimento, relacionando "a fertilidade da população marginalizada com o estado de pobreza que se encontravam". Manica explica o potencial biopolítico da contracepção por regular distintos aspectos da sociedade como a demografia, economia e político. Nesse sentido, a contracepção não se restringia apenas a reprodução, e Elsimar Coutinho desempenhou um papel importante para que essas associações se estabelecessem.

Circulou em outdoors no estado da Bahia uma propaganda incentivando as mulheres conterem a natalidade. Os anúncios eram direcionados para certos grupos de mulheres, negras e deficientes. O Centro de Pesquisa e Assistência em Reprodução Humana (CPARH), coordenado pelo médico Elisimar Coutinho, era o responsável pela propaganda em 1986. Lôbo (2020), expõe o título do anúncio "Defeito de fabricação", sendo observado em seu conteúdo frases elaboradas assim:

> Tem filho que nasce para ser artista. Tem filho que nasce para ser advogado. Tem filho que vai ser embaixador. Infelizmente tem filho que já nasce marginal...(Lôbo, 2020:52).

O texto do CPARH continua enquadrando certos grupos de pessoas como inadequados financeiramente e intelectualmente para assumirem a paternidade; despreparadas para a vida e ignorantes para a reprodução sexual. Por fim, convida empresários, comerciantes e industriais na intenção destes doarem aporte financeiro para o CPARH realizar o planejamento familiar, para quem não podia pagar. Quase no final da propaganda observa-se a frase "Defeito de fabricação geralmente não tem conserto. Mas defeito de colaboração tem". Em outra propaganda do CPARH, a mensagem se referia em evitar parir mais um filho para ele não se tornar uma trombadinha, ter problemas de saúde, passar fome ou morrer precocemente.

Perfis, aparentemente deterministas, como observado nos textos divulgados pelo CPARH, eram criticados anteriormente por Assis Pacheco. Ele discordava das justificativas que natalistas utilizavam para conter a natalidade, pois estes argumentavam que o controle dos nascimentos impediria a vinda ao mundo de marginais. A passagem a seguir exemplifica o posicionamento de Assis Pacheco e como ele observava o perfil dos antinatalistas:

> Com a mais profunda repulsa, temos lido pronunciamentos públicos de defensores do "planejamento familiar", sugerindo ao governo a supressão de certos benefícios previdenciários que estimulariam a "proliferação desordenada" de "irresponsáveis sexuais". E assim as conquistas consequentes a longos anos de lutas dos trabalhadores, como auxílio natalidade, salário família, auxílio funeral e outras, seriam suprimidas. Há indivíduos que não hesitam em afirmar que o governo, para o melhor êxito do plano de oficialização de "paternidade responsável", deveria suspender as vantagens citadas a partir do nascimento do segundo filho dos "indisciplinados sexuais". Para tais indivíduos o 3º, 4º ou 10º filho seriam nascituros "subversivos", filhos de pais "contraventores". Desta forma, o governo, na opinião de tais antinatalistas, faria grandes economias não pagando o auxílio maternidade para a mãe do futuro "trombadinha" e o auxílio funeral para o enterro do futuro "pivete" (Assis Pacheco, 1985:98).

Não há referência nesta passagem escrita por Assis Pacheco aos autores dos termos pejorativos, os quais recordam expressões recorrentemente usadas nas discussões eugênicas nas primeiras décadas do século XX. O médico preferiu generalizar, citando os antinatalistas. Também de forma generalista, o médico se indigna com o argumento antinatalista de que evitar o crescimento populacional no país seria a forma de preservar os homens sadio. Na concepção de Assis Pacheco, este tipo de argumento se tratava de ingenuidade ou má-fé, pois como se poderia falar em preservar algum brasileiro sadio se a realidade do país era ter milhões de brasileiros vivendo à margem da sociedade (Assis Pacheco, 1985:76). No entanto, a expressão "pais irresponsáveis" também era empregada por Frederick Osborn (1889-1981), os quais não deveriam se reproduzir para não reduzir a qualidade da população. Para esses, as pílulas anticoncepcionais deveriam ter distribuição gratuita, enquanto os pais responsáveis e provavelmente apresentando melhores qualidades físicas, fisiológicas e comportamentais deveriam obter incentivos financeiros das políticas públicas para procriarem (Merchant, 2021:46).

Frank Notestein (1902-1983)[155], diretor do Escritório de Pesquisas Populacionais da Universidade de Princeton nos EUA, declarou, conforme relata Assis Pacheco (1968b:19), que estimular políticas para aumento da mortalidade não era interessante tanto para empreendimentos econômicos, quanto para questões humanitárias. Contudo, o professor estadunidense apoiava "racionalmente" tal política, caso povos das nações pobres ganhassem poder e ameaçassem a segurança do mundo ocidental. A solução para o problema da explosão demográfica mundial era a limitação da fertilidade dos pobres (Merchant, 2021:203).

[155]Bhering (2014:37), cita em sua tese Frank Nostestein entre um dos demógrafos e intelectuais presentes na reunião organizada por John Rockefeller III em 1952 para discutir o perigo da superpopulação mundial.

A informação sobre Frank Notestein foi extraída por Mário Victor da obra do professor Mário Magalhães da Silveira intitulada *População Brasileira – Explosão Demográfica ou Desenvolvimento* de 1982. Pois bem, O professor Magalhães da Silveira elaborou o relato citado por Assis Pacheco com base na Conferência Anual do *The Milbank Memorial Fund.* Notestein trabalhou e foi bolsista do *Milbank Memorial Fund* pesquisando a associação entre controle de natalidade e fertilidade Aluno de Frederick Osborn[156], posteriormente ao fim da Segunda Guerra Mundial, Notestein dirigiu a Divisão de População da ONU e presidiu o *Population Council* (Merchant, 2021:50).

A região nordeste do Brasil apresentou maiores taxas de mulheres esterilizadas (Assis Pacheco, 1968; Fonseca Sobrinho; 1991). Assis Pacheco pergunta se a intenção é racista. Fonseca Sobrinho, aponta também a preocupação da "cubanização" daquela região. Os estudos da CPMI de 1993 e o trabalho de Roland (1995), indicam um grupo mais afetado pelas ações de esterilização, as mulheres negras. Roland se impressiona pelo elevado número das mulheres negras esterilizadas no Brasil, principalmente, porque em muitos casos elas aceitam ser submetidas à laqueadura para garantirem uma vaga de emprego, pois empresas exigiam esse procedimento cirúrgico.

Distribuição de leite com substâncias esterilizantes ocorreram na região nordeste, disse o médico Gilson Maurity Santos e presidente do Conselho Regional de Medicina (CRM) à época, em entrevista concedida ao periódico *O Pasquim* em 1984. Segundo esse médico, uma mulher alimentou com esse leite alguns coelhos criados por ela. Após algum tempo os animais engordaram e ficaram estéreis. O médico prossegue afirmando ser objetivo dos países ricos, a castração do "Terceiro Mundo" para impedir o seu progresso, e por isso, ligam as trompas, arrancam os úteros e distribuem pílulas. Na mesma entrevista, o médico e Primeiro-Secretário do CRM, Crescêncio Antunes da Silveira Neto comenta ser um eufemismo o planejamento familiar, e na verdade os estrangeiros estavam interessados nas riquezas do país.[157]

---

[156] Quis elevar a demografia ao nível de ciência, mas sem desvincular da eugenia. Para tanto, retirou os elementos que configuravam imagem negativa a eugenia. Ele já havia sido fundador da American Eugenics Society (42). Osborn queria evitar a reprodução dos indivíduos pobres para o excedente não ultrapassar o quantitativo das pessoas consideradas aptas para a procriação. Osborn adapta a eugenia, agora não seria racista e teria caráter democrático. Fez isso de três formas: descartou o racismo intra-europeu, reprodução com base na qualidade genética individual e a seleção eugênica deveria operar através do setor privado e não do estado (Merchant, 2021:42-43).
Em 1968 foi reconhecido por Frank Notestein como o formador e impulsionador dos pesquisadores da população (Merchant, 2021:50).

[157] Assinado o Tratado de Paz entre o Pasquim e a Ex- (esperamos) Máfia de Branco. *O Pasquim.* p. 14-15. Edição 00761(1). Hemeroteca BN Digital. 1984.

3.5– Indústria farmacêutica, anticoncepcionais e as vítimas do controle populacional

Foi observado o embate entre o médico Mário Victor de Assis Pacheco e os antinatalistas que os anticoncepcionais eram identificados por esse médico como um instrumento dos imperialistas, a fim de manter subdesenvolvidos os países pobres a partir do controle populacional. Todavia, ele não se posicionava radicalmente contra o uso dos contraceptivos. Para tanto, a sua utilização deveria ser de foro íntimo da mulher ou do casal. Ademais, evitar nascimentos não deveria ser política para "apressar o desenvolvimento do país, para combater a fome e a miséria ou o aborto e a poluição do ambiente" (Assis Pacheco:25).

Dias *et. al.* (2021), comentam sobre a vida social das pílulas, ou seja, até atingir a clientela alvo, nesse caso as mulheres, os anticoncepcionais percorriam um caminho originado a partir da sua produção pela indústria farmacêutica passava por médicos, enfermeiros, além de outros profissionais e lugares como instituições de planejamento familiar e consultórios médicos. Nesse sentido, as bulas que eram transportadas juntamente às pílulas contribuíam para o controle da fertilidade das mulheres, assim também contribuindo na formação de mercado. No trabalho as autoras mencionam que as bulas minimizavam efeitos colaterais, algo criticado frequentemente por Assis Pacheco em relação aos malefícios causados à saúde feminina. Ademais, ele insistia que não somente as pílulas, mas os medicamentos deveriam ser receitados por médicos, a fim de reduzir ou extinguir os efeitos colaterais adversos.

A indústria farmacêutica investiu em propaganda para a propagação dos seus produtos no país para a comercialização. Dias (2019:235), relata o quanto foi investido em marketing e publicidade para as pílulas se tornarem objeto de desejo das mulheres. Se por um lado ela daria mais liberdade sexual para as mulheres, por outro poderiam causar sequelas irreversíveis.

O artigo de Mário Victor publicado na *Revista Brasiliense* em 1961 citava a influência da indústria farmacêutica estrangeira através da propaganda. Tanto que uma das propostas da Comissão de Inquérito se referia à limitação dessa divulgação pública por meio dos canais de comunicação. As revistas especializadas de medicina propagandeavam em sua maioria, anúncios dos laboratórios estrangeiros. Assis Pacheco destacou a revista oficial da AMB, com alcance nacional para os médicos, em que tinha 19 anunciantes nacionais e 55 estrangeiros na edição do segundo semestre de 1960.[158]

A Rede Globo de Televisão exibiu em 1979 a retrospectiva da década de 1970. Dentre diversas matérias, a emissora carioca abordou a questão da explosão demográfica. A

[158] ASSIS PACHECO, Mário Victor. Desnacionalização da Indústria Farmacêutica *Revista Brasiliense*. 1962:33.

reportagem comentou o sucesso da popularização do controle de natalidade no mundo por meio da esterilização (laqueadura e vasectomia), aplicação do DIU, injetáveis e uso do creme. Contudo, houve uma reviravolta na década seguinte devido aos fortes efeitos colaterais causados à saúde das mulheres. Segundo a reportagem o consumo das pílulas anticoncepcionais caiu entre 1975 e 1977. Houve proibição da venda de algumas vacinas anticoncepcionais no exterior. Elas eram aplicadas em mulheres a cada três meses, porém havia suspeita de causar câncer.[159]

Vice-presidente da BEMFAM, o médico Walter Rodrigues refutava os argumentos de Assis Pacheco em relação aos anticoncepcionais causarem câncer. Defendia esse instrumento para a prática do planejamento familiar diferenciando esta do controle de natalidade. Walter Rodrigues esclarecia que o controle de natalidade era ação governamental sobre as populações, já o planejamento familiar se tratava da liberdade dos indivíduos para escolherem a quantidade de filhos.[160]

Uma lista de produtos farmacêuticos foi divulgada pela AMEG para alertar a população brasileira indicando a ineficiência de alguns medicamentos. Na listagem há presença de anticoncepcionais cuja eficácia era considerada duvidosa pelos médicos da associação, inclusive, Assis Pacheco. Produtos farmacêuticos à base dos hormônios sintéticos *Linestrenol* e *Medroxiprogesterona* tinham sua comercialização proibida nos EUA, Austrália, Canadá, Reino Unido, Suécia, Japão, Índia e Venezuela por provocarem, respectivamente, câncer do endométrio e câncer do colo uterino (Assis Pacheco, 1985:103:104).

Para Assis Pacheco (1983:36), a indústria farmacêutica ignorava as orientações da Declaração de Helsinque e da OMS ao realizar experimentos que feriam a ética médica, pois desta forma reduziria os custos da produção. Destarte, os experimentos com novas pílulas prosseguiam, como no caso do Depoprovera, acetato de medroxiprogesterona, produzido pela farmacêutica *UPHJOHN*, que, apesar de ter a sua venda proibida pela FDA, era largamente comercializado nos países pobres.

O jornal *Posição*[161] posto em circulação pela Universidade Federal do Espírito Santo, publicou em 1977 o relato de uma mulher anônima, a qual afirmava ter ficado estéril após uso contínuo da pílula anticoncepcional. Não informou o nome do fabricante e do produto, porém,

---

[159] 1979 – Retrospectiva dos Anos 70 – Globo – Parte 1 de 13. Cezar Marques Pimentel. YouTube. 15.12.2011. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=_LKvZkdfp3A&list=PLS6zg91M_9EoSjrrL3R01dDJ4waqF3bfa. Acesso em 02.02.2023.

[160] FAMÍLIA – UM PLANO E UMAPOLÍTICA EM DEBATE. *Jornal do Brasil.* Revista de Domingo. 23.09.1973. p. 4. Hemeroteca Digital BN.

[161] Pílula: Cortando o mal pela raiz. Depoimento de uma mulher. *Posição*. 13.08.1977. p. 9.

a mulher citou o médico Mário Victor de Assis Pacheco dizendo que ele já alertava o público sobre os riscos à saúde acometidos pelo uso dos anovulatórios.

Denúncias de esterilização de mulheres indígenas devido ao consumo dos anticoncepcionais foi noticiado no periódico *Porantim*[162]. Assis Pacheco participou da matéria avisando mais uma vez sobre o perigo do uso dos anticoncepcionais e se posicionando contra o controle da população. Contudo, esclarece não ser contra a mulher ou o casal planejarem quantos filhos devem ter, mas essa escolha não deveria ser influenciada pelo interesse de terceiros.

Marinete Souza de Farias utilizou o anticoncepcional *Norplant* fabricado pelo *Council Population*, o primeiro contraceptivo a ser implantado subdermicamente. Marinete que em 1987 procurou uma clínica para realizar preventivo e orientações para usar anticoncepcionais, foi convencida a utilizar o novo anticoncepcional. Posteriormente ela teve desmaios, engordou, apresentou quadro de menopausa precoce e descobriu ter ficado estéril devido aos efeitos colaterais do anticoncepcional. Marinete[163] não sabia que ela e cerca de três mil mulheres estavam sendo cobaias dos testes do *Council Population* para conhecer os efeitos colaterais do *Norplant.* Em 1993 ela foi uma das vítimas de esterilização que depôs na CPMI[164] sobre as denúncias de esterilização em massa de mulheres no Brasil.[165]

Ao fim dos anos 1970 e início dos anos 1980 era comum entre os médicos, segundo Luiz Felipe Pondé (1959-), discutirem sobre a questão ética referente à esterilização das mulheres sem o consentimento delas. O filósofo ingressou no curso de medicina em 1979 e relatou que havia o entendimento de que mulheres sem condições de fornecer cuidados materiais para seus filhos, poderiam ser submetidas à cirurgia de laqueadura, ou seja, esterilizadas sem consentimento.[166]

---

[162] QUEIROZ, Antonio Carlos. É proibido nascer. *Porantim*. 09.1982. p. 3.

[163] LEAL, Luciana Nunes. Erros e acertos da pesquisa médica. *Jornal do Brasil*.18.05.1997. p. 40. O caso estimulou Marinete a cursar direito. Posteriormente, atuando como advogada moveu processo contra a BEMFAM.

[164] Na década de 1990 duas CPI's foram realizadas (Alves, 2014:196-197) e ambas denunciaram a esterilização em massa das mulheres negras. A CPI de 1991 liderada pela deputada Lúcia Souto investigou os casos no Rio de Janeiro, enquanto a CPMI de 1993, a qual foi presidida pela Deputada Federal Benedita da Silva foi de abrangência nacional. Ao contrário da CPI de 1967, que também investigou as denúncias de esterilização das mulheres brasileiras, a CPMI de 1993 concluiu que as instituições de planejamento familiar, como BEMFAM e CEPAIMC, havia, de fato, esterilizado as mulheres. Mesmo chegando a essa conclusão, as investigações não constataram a existência de políticas oficiais direcionadas à população negra (Damasco et. al., 2012:147).

[165] LEAL, Luciana Nunes. Erros e acertos da pesquisa médica. *Jornal do Brasil*.18.05.1997. p. 40. Marinete Souza de Farias formou-se em direito devido ao caso, o qual ela foi vítima.

[166] O que é controle de natalidade. Corte Corte Família. YouTube. 13.07.2021. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=lvT5oqH3fTA. Acesso em 02.02.2023.

Um caso de esterilização ocorrido em 1986 na maternidade-escola da Praça XV no Rio de Janeiro envolveu a arquiteta Sônia Beltrão[167]. Na ocasião realizaram o procedimento de laqueadura após a cirurgia de cesariana para o nascimento do seu quarto filho. Outras mulheres teriam passado pelo mesmo procedimento naquela maternidade cujo público eram pessoas de baixa renda[168]. Diferentemente do perfil das mulheres que estavam sendo esterilizadas, segundo as denúncias, Sônia era uma mulher de classe média e instruída, o que possibilitou a conscientização dela sobre a sua situação de lesada por ser submetida à esterilização involuntária. No entanto, comenta Silva (2018), Sônia deveria ter aparência de uma mulher pobre, segundo o imaginário social brasileiro, o que teria influenciado os profissionais da saúde a realizarem a esterilização.

Aleixo (1974:52) mencionou que estudos demográficos viam como problema os laboratórios farmacêuticos lucrarem com a venda dos anticoncepcionais. Com base na fala do Deputado Orensy Rodrigues, o autor comenta que os laboratórios farmacêuticos lucraram em 1966 cerca de 11 bilhões de cruzeiros com a comercialização dos anticoncepcionais no país. Aleixo disse que, se o objetivo era atingir 50% das mulheres em idade fértil, então alcançariam uma clientela superior a 10 milhões de mulheres. Ele acreditava que no Brasil as pílulas anticoncepcionais só deveriam perder mercado para os antibióticos e mencionou os nomes dos laboratórios farmacêuticos, utilizando *Neocolonialismo e Contrôle de Natalidade* do Assis Pacheco como referência. Manica (2014:4) relata a participação do médico Elsimar Coutinho ao preparar um "campo fértil" para a indústria farmacêutica de contraceptivos:

> Ao estar situado em um local geopoliticamente estratégico, e relativamente favorável à realização de estudos clínicos nesse campo ainda controverso e pouco estabilizado da contracepção hormonal, Elsimar Coutinho arregimentou uma série de condições atraentes não somente para as agências interessadas no fomento a instituições dedicadas ao controle populacional, mas também, ainda que (nesse momento) em menor escala, para os laboratórios farmacêuticos preocupados com o desenvolvimento industrial de contraceptivos. (Manica, 2010:4).

O capítulo mostrou a luta de Assis Pacheco contra os medicamentos proibidos e a relação entre a indústria farmacêutica e os contraceptivos. Além disso, foi relatado os casos das mulheres que tiveram seu estado de saúde comprometido pelo uso dos anticoncepcionais, cuja

[167]BRASIL. Congresso Nacional. Comissão Parlamentar Mista de Inquérito destinada a examinar a incidência de esterilização em massa de mulheres no Brasil. Brasília, 1993. Disponível em: <http://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/85082>. Acesso em: 24 ago. 2020.
[168]MIRANDA, Álvaro. Esterilização: CPI quer entidades investigadas. *O Globo.* Grande Rio. 31.10.1991. p. 10.

eficácia era duvidosa. Em 1976 a AMERJ divulgou uma lista incompleta com nomes de anticoncepcionais e outros medicamentos não recomendáveis para consumo (Anexos 9, 10 e 11). A lista também informava o nome da empresa produtora e o país de origem (Assis Pacheco, 1978:15). Assis Pacheco era o Secretário-Geral da AMEG nesse período sendo um dos responsáveis pela elaboração da lista. No entanto, Santos (2021:344) se reporta a posição do médico quando foi secretário da AMEG, antigo nome da AMERJ, referente ao caso do uso da talidomida[169] em 1973. Na ocasião Assis Pacheco defendeu os profissionais da saúde que receitaram o fármaco, justificando a honestidade dos seus colegas de profissão ao confiarem nos laboratórios. Nesse caso pareceu que Assis Pacheco apresentou uma atitude mais branda em relação às suas críticas habituais.

[169]SANTOS, Francieli Lunelli. A conquista de direitos para os nascidos com síndrome de talidomida no Brasil. A autora explica os efeitos colaterais provocados em gestantes. Na ocasião crianças em todo o mundo tiveram prejudicadas o desenvolvimento dos membros inferiores e superiores.

Considerações finais

> Às mulheres que por serem pobres aceitam o controle de natalidade disfarçado sob os mais diversos sinônimos ou eufemismos, lamentando não terem condições de criarem mais filhos, como desejariam, aconselhamos a lutarem contra a pobreza reivindicando inadiáveis e necessárias modificações do modelo econômico atual mantenedor da presente injustiça social e econômica em que mal sobrevivem, quando poucos, muito poucos têm muito e muitos não têm nada. Mas é preciso lutar (Assis Pacheco, 1985:102).

As obras de Mário Victor de Assis Pacheco mostram o pensamento dele sobre o Brasil. Um país almejando o seu desenvolvimento econômico e social, a fim de garantir a sua independência econômica, porém, enfrentava obstáculos para atingir esse ideal. Esses obstáculos eram a desnacionalização da indústria farmacêutica e o controle populacional, temas centrais tão caros aos discursos do médico. Para denunciar as ações imperialistas no país ele palestrou, escreveu artigos em periódicos, comentou em programas de TV e principalmente, escreveu livros, em que organizou as suas ideias baseadas em abundante bibliografia.

Em relação ao alcance das denúncias de Mário Victor de Assis Pacheco no que tange suas obras, pode ser verificado em suas próprias publicações, haja visto que em algumas há informações sobre a venda dos livros e também como algumas pessoas souberam das suas denúncias. Artigos em jornais foram outras fontes por onde foi possível conhecer a repercussão dos seus escritos.

Antes de escrever seus livros publicados a partir de 1968, Assis Pacheco foi citado pelo *O Estado de Florianópolis* (SC)[170] na seção "Informação Literária" por ocasião da indicação da leitura do periódico bimestral *Revista Brasiliense*, nº 41, junho e julho. *O Estado de Florianópolis* no dia 29 de junho de 1962 anunciava o artigo *Desnacionalização da Indústria Farmacêutica* redigido por Assis Pacheco como uma das principais contribuições daquela revista ao lado dos artigos *O Projeto de Lei de Remessa de Lucros* de Caio Prado Junior, *Proletariado no Brasil: Situação e Comportamento* de Fernando Henrique Cardoso e *Consciência da Classe e Partido Revolucionário* de Michael Lowy. Em 1963 esse artigo de Assis Pacheco é referenciado por Antônio Guilherme na segunda parte da sua matéria sobre a indústria farmacêutica intitulada *Indústria da Doença* publicada no jornal pernambucano *Última Hora*[171]. No mesmo ano o periódico paulista *Brasil Urgente*[172]extraiu do trabalho de

[170]MIGUEL, Salim. Informação Literária. *O Estado de Florianópolis* (SC). Florianópolis. 28.06.1962. p. 5. Hemeroteca Digital BN. Edição: 14469(1).

[171] GUILHERME, Antonio. Indústria da Doença (II). *Última Hora* (PE). 05.10.1963. p. 3. Hemerotaca Digial BN: 00438(1).

[172] Remédios Matam o Brasil. *Brasil Urgente: Um Jornal do Povo a Serviço da Justiça Social.* 17.03.1963. Hemeroteca Digital BN. Edição: 00001(1) Abordou os desdobramentos da discussão sobre a desnacionalização

Assis Pacheco a maior parte dos dados para elaboração do texto publicado na matéria "Remédios Matam o Brasil".

Foi comunicado no *Jornal do Brasil*[173] de 29 de outubro de 1968 o convite da *Editora Civilização Brasileira* a noite de autógrafos do médico Mário Victor pela sua autoria do livro *Indústria Farmacêutica e Segurança Nacional*. O evento foi realizado na Associação Médica do Estado da Guanabara (AMEG). A leitura da obra foi indicada pelos periódicos *Diário de Notícias* (RJ)[174], *O Jornal* (RJ) [175]e *Correio Braziliense* (DF) [176]em 1969. Em novembro o *Diário do Paraná* [177]elogiou o livro *Neocolonialismo e Contrôle de Natalidade* por analisar o problema com rigor científico, mostrar o interesse do imperialismo em manter os países subdesenvolvidos e pelo trabalho ser tranquilo e equilibrado. O livro também foi divulgado pelo periódico *Realidade*[178] de São Paulo, mencionando que a obra aborda o assunto que opôs a OEA (Organização dos Estados Americanos) ao Papa Paulo VI. A obra também foi divulgada pelo *O Jornal* [179] como lançamento de fim de ano.

O periódico *Pioneiro* de 1981 relata que as primeiras quatro obras tiveram suas tiragens esgotadas. No mesmo ano, conforme divulgado na contracapa do livro *Racismo, Machismo e "Planejamento Familiar"*, as quatro primeiras obras do médico Mário Victor de Assis Pacheco foram esgotadas. Após dois anos a contracapa do sexto livro *"Planejamento Familiar" e Libertação do Brasil* foi lançado, e informava sobre o esgotamento dos quatro primeiros livros e destacava que já circulava a segunda edição da quinta obra *Racismo, Machismo e "Planejamento Familiar"*. A contracapa de *Abusos das Multinacionais Farmacêuticas* informa a participação de Assis Pacheco nos debates sobre a desnacionalização da indústria farmacêutica desde 1961. Essa obra editada pela *Civiliação Brasileira*, foi divulgada pelo jornal *Cidade de Santos*[180] em 1984.

---

da indústria farmacêutica com base no relatório da Comissão e no artigo do Mário Victor *Desnacionalização da Indústria Farmacêutica Brasileira*. A matéria também utiliza dados fornecidos pelo professor Gilberto Paim em Conferência no ISEB em 1961.

[173] A Indústria Farmacêutica e a Segurança Nacional. *Jornal do Brasil.* Caderno B. 29.10.1968. p.3. Hemeroteca Digital BN. Edição: 00173(1).

[174] Biblioteca. *Diário de notícias* (RJ). 1968. Hemeroteca Digital BN. Edição: 14068(1).

[175] CAVALCANTI, Valdemar. Editôras mantém elevado nível de produção em 1968. *O Jornal*. Segundo Caderno. Jornal Literário. 23.10.1968. p.2. Hemeroteca Digital BN. Edição: 14440(1).

[176] Literatura. Correio Braziliense (DF). 02.03.1969. p.2. Hemeroteca Digital BN. Edição: 02824(1).

[177] Ler – Livros em Revista. *Diário do Paraná*. Terceiro Caderno. 10.11.1968. p.2 Hemeroteca Digital BN. Edição: 04002(1).

[178] Lançamentos da Civilização Brasileira. *Realidade* (SP). 1968. Hemeroteca Digital BN. Edição: 00032A(1).

[179] CAVALCANTI, Valdemar. Editôras mantém elevado nível de produção em 1968. *O Jornal*. Segundo Caderno. Jornal Literário. 23.10.1968. p.2. Hemeroteca Digital BN. Edição: 14448(1).

[180] Uma editora atualizada. *Cidade de Santos.*20.02.1984. p. 8. Hemeroteca Digital BN. Edição 05983(1).

Foram atingidos por suas obras políticos e intelectuais. Wilson Fadul, ex- Ministro da Saúde (1963-1964) leu e escreveu a sinopse de *Neocolonialismo e Controle de Natalidade* (1968), enquanto Alexandre Barbosa Lima Sobrinho além de ler a obra de 1968, prefaciou a publicação de 1974 *Explosão Demográfica e Crescimento do Brasil*.

No final da década de 1970 e início da década de 1980 os livros de Assis Pacheco continuaram a ter circulação na mídia impressa. É o caso de *A Máfia dos Remédios* anunciado em *O Pasquim* [181] do Rio de Janeiro em 1978. *Controle de Natalidade, Imperialismo e o FMI* foi indicado pelo periódico *Correio Rio Grandense* (RS) [182] na seção "Livros e Leitura" em 8 de janeiro de 1986.

A trajetória de Assis Pacheco aponta que houve um primeiro envolvimento com o debate sobre a desnacionalização da indústria farmacêutica e posteriormente se insere nas discussões sobre populações. Ele já escrevia artigos antes das publicações dos primeiros livros em 1968. As suas obras evidenciam que a entrada das farmacêuticas multinacionais foi um dos fatores responsáveis para o ingresso e comercialização das pílulas anticoncepcionais no Brasil. A crítica às farmacêuticas multinacionais não se referia apenas à evasão de divisas, mas também à credibilidade da eficácia dos medicamentos comercializados no Brasil.

O debate entre natalistas e antinatalistas revela a complexidade da discussão em torno do tema controle populacional. Os natalistas questionavam a finalidade da sua prática no país acusando de estratégia imperialistas para impedir o desenvolvimento econômico e social do Brasil. Além disso, era duvidoso para os natalistas o caráter científico do neomalthusianismo, em que, principalmente, na pessoa de Mário Victor de Assis Pacheco, denunciavam com base em artigos e experimentos científicos as falhas dos métodos utilizados na contracepção.

Na tese de Bhering (2014), é relatado o aporte financeiro feito pelas agências estrangeiras para a prática do controle populacional. Fonseca Sobrinho (1993), relata a CPI de 1967 responsável pela investigação das denúncias de esterilização de mulheres no país. Assis Pacheco exibe em seu livro *Explosão Demográfica e Crescimento do Brasil* documentos apresentados nessa CPI tornando público o financiamento recebido pela BEMFAM.

Foi na AMEG que muitas denúncias de esterilização contra a BEMFAM ocorreram, inclusive sobre crime de genocídio. Por sua vez, a BEMFAM, instituição de planejamento familiar, apresentada neste trabalho como representação do grupo antinatalista, em que o ator

[181]São úteis e estimulantes os lançamentos da Civilização Brasileira. *O Pasquim*. 1978. Hemeroteca Digital BN. Edição: 00454(1).
[182]Livros e Leitura. Correio Rio Grandense. 08.10.1986. Hemeroteca Digital BN. Edição: per882054_1986_03947(1).

histórico Otávio Rodrigues Lima é a figura mais importante, argumentava que não pretendia controlar os nascimentos, mas ensinar as brasileiras a melhor forma de planejar a quantidade de filhos para evitar abortos, a fome e a miséria no país.

A controvérsia entre natalistas e antinatalistas revela também o embate entre duas instituições, a AMEG e a BEMFAM, em que cada uma seguiam distintas visões do mundo político. A primeira seguia uma linha mais progressista, já a segunda parecia se alinhar aos ideais mais à direita. Por exemplo, Glycon de Paiva era membro do IPES. Contudo, este trabalho não esclarece se todo o corpo da BEMFAM estaria alinhado ao Regime Militar, porém, no contexto geopolítico internacional a instituição de planejamento familiar atendia mais aos interesses das nações desenvolvidas ocidentais, inclusive, dos EUA, haja vista que era interesse de segurança nacional do governo estadunidense financiar políticas de controle populacional em nações pobres para evitar a ameaça da explosão demográfica e a adesão ao comunismo desses países. Dessa maneira, agências estrangeiras financiavam a BEMFAM para realizar o planejamento familiar, expressão considerada eufemismo por Assis Pacheco.

Ao longo do desenvolvimento desta pesquisa observei que o recente trabalho da historiadora Emily Klancher Merchant, o livro *Building Population Bomb* publicado em 2021 corrobora com a fala do médico Mário Victor de Assis Pacheco em relação as suas denúncias ao controle populacional. A obra de Merchant (2021:203), relata a omissão das causas geradoras dos problemas sociais, substituindo as soluções necessárias por medidas distanciadas da realidade das necessidades dos povos. Nas palavras da historiadora, Frank Notestein (1902-1983) e Paul Ehrlich (1932-), provavelmente os cientistas mais propagadores do controle populacional, acreditavam ser politicamente palatável resolver os problemas, pobreza e degradação ambiental, por meio da contenção dos nascimentos, em vez de condicionar melhorias sociais para a população pobre mundial e da regulamentação, a fim de proteger o meio ambiente.

Em debate[183] ocorrido em 1992, sete anos após o último livro publicado por Assis Pacheco, dava-se continuidade a reflexão sobre a interferência estrangeira na reprodução da população brasileira, mais especificamente das mulheres pobres e num país em desenvolvimento. A deputada Jandira Feghali[184] comenta também sobre o Relatório Kissinger (1974). O *National Security Study Memorandum NSSM 200 Implications of Worldwide Population Growth For U.S. Security and Overseas Interests* (*The Kissinger Report*), o

[183]*Eco 92 x Controle Populacional*. Fêmea, maio, 1992. Capa e p.3.
[184]*Ibdem*.

Relatório Kissinger, foi documento elaborado por Henry Kissinger, Secretário de Estado dos EUA em 1974. Divulgado ao público apenas no final da década de 1980, o Relatório Kissinger orientava o governo estadunidense em relação às estratégias que deveriam adotar para a contenção da natalidade nos países pobres localizados na África, Ásia e América Latina (Kissinger, 1974), uma vez que o crescimento populacional mundial ameaçava a segurança nacional dos EUA.

A deputada Jandira Feghali denunciou no periódico *Fêmea* de 1992[185], a pressão das nações industrializadas para controlar a população dos países "subdesenvolvidos", criticando o Relatório Kissinger por causa do controle da natalidade. A deputada que participava da Eco 92[186] se posicionava contra o discurso do crescimento populacional ser a causa da degradação ambiental e da pobreza. Ela culpava o modelo econômico capitalista ser a origem do problema por concentrar as riquezas e ter perfil colonialista. Completava sua justificativa afirmando o declínio no ritmo do crescimento populacional brasileiro em 50% nos últimos 20 anos, e nem por isto teria ocorrido melhorias na economia brasileira.

Da mesma forma que Assis Pacheco e a AMEG denunciavam os recursos financeiros recebidos pela BEMFAM através das agências estrangeiras, Feghali apontava baseada nos dados fornecidos pelo Conselho Estadual da Condição Feminina de São Paulo, que a mesma entidade brasileira para planejamento familiar recebeu entre 1978 e 1989 cerca de 13 milhões de dólares para controle da fertilidade das mulheres, sendo grande parte negras e moradoras de regiões pobres. [187]A deputada ficou assustada com o elevado número de mulheres esterilizadas, aumento dos procedimentos de cesariana e a troca de esterilização por votos nos períodos eleitorais. Chamando atenção para o aporte financeiro destinado ao Brasil, outros 4,7 milhões de dólares foram destinados para o CPAIMC em igual período da BEMFAM. O CPAIMC,

[185]*Ibdem*.

[186] CORDANI, Umberto Giuseppe. Ecos da Eco 92 na reunião da SBPC. *Estudos Avançados*. 6 (15), ago, 1992. pp. 96-102. Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento realizada na cidade do Rio de Janeiro para a discussão do desenvolvimento sustentável.

[187] Trabalhos como o de Alexandra Minna Stern (2016) mostram que os EUA submetiam mulheres à esterilização utilizando leis estaduais de eugenia. A pesquisadora investigou os casos das pacientes com sobrenome latino-americanos internadas em asilos e instituições psiquiátricas do estado da Califórnia. Aproximadamente 20 mil esterilizações foram realizadas nessas instituições entre 1922 e 1952 sob o argumento das pacientes serem deficientes mentais. Dados desse estudo revelam considerável número de hispânicas esterilizadas, principalmente jovens mexicanas. Nesse sentido, determinados grupos eram alvo dessas práticas, o que se configuraria em racismo.

envolvido nas denúncias na CPMI de 1993[188], por meio do seu diretor Hélio Aguinaga, diretor-geral do CPAIMC também teria realizado essas esterilizações[189] (Bhering, 2014).

No Brasil entre as décadas de 1960 e 1980, Assis Pacheco pensando no desenvolvimento socioeconômico do país em inúmeras oportunidades destacou a neocolonização que as nações da África, América Latina e Ásia sofriam por meio do controle populacional através da justificativa ameaçadora que era a explosão demográfica propagada pelas nações ricas do hemisfério norte. O médico brasileiro acreditava que o "remédio" para os problemas da fome e doenças nessas regiões, principalmente o Brasil, país foco em seu debate, seria adotando medidas de políticas públicas visando o desenvolvimento da nação brasileira com crescimento populacional, habitação, acesso à educação, serviços de saúde, geração de emprego, reforma agrária e ocupação dos espaços ainda desabitados ou pouco povoados no território brasileiro.

A emergência de controlar o aumento populacional mundial para evitar a degradação dos recursos naturais e consequentemente a escassez dos alimentos, era a preocupação dos países ricos. O mundo pós-guerra, agora dispunha das tecnologias no campo da saúde, agricultura e das ciências para elevar o padrão de vida das populações e oferecendo a elas o bem-estar. Todavia, a ameaça do excessivo crescimento populacional dissolveria o cenário de um mundo livre das doenças e fome ou pelo menos minimizando essas mazelas sociais.

Para tanto, nem todos consideravam a existência desse aumento exacerbado da população. Os defensores desse pensamento eram chamados de natalistas, anticontrolistas ou antineomalthusianistas. Assis Pacheco, um natalista, aplicava como estratégia para defender seu posicionamento, um discurso cientificista. Por meio da consulta às publicações científicas, o médico organizava um arcabouço de textos na tentativa de tornar os seus argumentos sólidos em defesa da natalidade, indicando que os argumentos dos neomalthusianos careciam da ciência verdadeira. Por outro lado, os neomalthusianos também buscavam consolidar seus argumentos através da linguagem científica. Além disso, tinham o apoio dos governos das

[188] A senadora Benedita da Silva presidiu a CPMI de 1993, a qual investigava a esterilização das mulheres pobres no Brasil (Brasil, 1993). Uma das conclusões da investigação foi a inexistência de políticas oficiais do Estado para evitar o nascimento da população negra (Damasco *et. al.*, 2012). Embora o trabalho de Damasco e colaboradores não tenham mencionado a população pobre em geral, estendo a conclusão do trabalho a inclui-la, uma vez que outros grupos como indígenas e brancos pobres foram alvo do controle populacional mundial e o Brasil estava inserido nesse caso.

[189] Menandro (2022) disserta que a Lei do Planejamento Familiar de 1996, incorpora aspectos muito mais preocupados no controle da natalidade das mulheres pobres, que interessados na qualidade da sua saúde. A autora explica que esse grupo de mulheres, especificamente negras, são orientadas a realização de processos irreversíveis de contracepção, o caso da esterilização também conhecido por laqueadura. Sugere em seu trabalho que esses procedimentos são uma forma de controle da natalidade ou eugenia.

nações desenvolvidas e as agências estrangeiras. Ainda assim, Assis Pacheco indagava quem deveria ser impedido em ter filhos, ironicamente, o próprio respondia, "com certeza, não são os ricos". Estes, disse o médico, "querem proteger os recursos naturais para eles, não para os demais habitantes do planeta ameaçado pela explosão demográfica".

Recentemente, foi divulgado nas mídias jornalísticas a existência de pessoas pertencentes às classes muito ricas, cujas ideias são promover a natalidade, porém, desde que sejam indivíduos do perfil desse grupo, conhecido pela nomenclatura pronatalistas[190].

O médico Mário Victor de Assis Pacheco (1974:34) creditou tanto aos malthusianos do século XIX, quanto as neomalthusianos do século XX a vontade de manter o *status quo*, a fim de não perderem seus privilégios para não confessarem o medo de perder a posse exclusiva dos meios de produção. Para tanto, responsabilizam a reprodução das populações pobres do globo terrestre pelas mazelas sociais da sociedade.

Nesse contexto, Assis Pacheco entendia as ações do controle populacional uma forma de impedir o desenvolvimento econômico do Brasil e das outras nações pobres. Para ele a consciência das pessoas ameaçava o poder dos países desenvolvidos, visto que, conscientes da sua situação socioeconômica e compreendendo a sua atuação como protagonistas da mudança, contribuiriam para o desenvolvimento de seus países, e consequentemente conquistariam a sua independência econômica deixando de ser colônias econômicas. Para Assis Pacheco, o Brasil e as demais nações pobres, e ele enfatiza a América Latina, dependeriam apenas delas próprias. Ele exemplificou essa ideia em dois casos. O primeiro num congresso internacional, em que a URSS não apoiou os países pobres (Assis Pacheco, 1968b). O segundo foi através da experiência Argentina ao tentar defender o seu território, mais precisamente as Ilhas Malvinas em 1982. Na ocasião o governo americano apoiou os ingleses no conflito com os argentinos. Contudo, a URSS que naquele quadro de confrontos ideológicos ocorridos em plena Guerra Fria, não auxiliou o exército da Argentina. Assis Pacheco (1985:30-31), inclusive, disse para essa experiência ser uma lição para o Brasil, e entender que para se livrar dos imperialistas e colonialistas o país precisava de muitos brasileiros.

Sugiro o desenvolvimento de futuras pesquisas referentes às obras de Mário Victor de Assis Pacheco, pois essa dissertação não abrange uma detalhada análise de cada livro publicado por ele. Outrossim, novas informações podem ser encontradas em periódicos localizados na Hemeroteca BN Digital. A literatura de Assis Pacheco abre caminhos para se aprofundar em

[190] ARIEDO, Eduardo. Pronatalismo: o que é e por que os bilionários amam essa ideia? *Showmetec*. Notícias, ciência e tecnologia. 06.12.2022. Disponível em https://www.showmetech.com.br/pronatalismo-o-que-e-bilionarios-amam/>. Acesso em: 25.02.2023.

estudos sobre os interesses estrangeiros na Amazônia, eugenia no Brasil no pós-guerra, história da medicina, história das doenças, gênero, fome e outros assuntos. Não diferente de qualquer estudo, aguardo as análises desse trabalho para que elaborem críticas construtivas. Espero ter colaborado com o desenvolvimento da História das Ciências e da Saúde no Brasil através da construção desta dissertação.

Referências

Sites

Agência de Notícias da AIDS

https://agenciaaids.com.br/

Biliografía Latinoamericana – en revistas de investigación científica y social (Biblat)

https://biblat.unam.mx/pt

Câmara dos Deputados

https://www.camara.leg.br/

Documentos Revelados

https://documentosrevelados.com.br/

Dr. Elsimar Coutinho – Saúde & Sexualidade

http://elsimarcoutinho.com.br/

Gazeta Médica da Bahia

http://www.medicina.ufba.br/gmbahia/

Google Acadêmico

http://scholar.google.com.br/

Hemeroteca Digital Brasileira

http://hemerotecadigital.bn.br/

História da Ditadura

https://www.historiadaditadura.com.br/

Instituto Bahiano de História da Medicina e Ciências Afins

https://ibhmca.org.br/

Internet Archive

https://archive.org/

JSTOR

https://www.jstor.org/

Lideranças Políticas

https://neamp.pucsp.br/

Memória da Resistência

http://memorialdaresistenciasp.org.br/

Memorial da Democracia

http://memorialdademocracia.com.br/

OTICS

http://www.otics.org.br/estacoes-de-observacao/rio-saude-presente

Persée

https://info.persee.fr/

Portal da Legislação

http://www4.planalto.gov.br/legislacao/

PPGHCS/COC/fiocruz

https://ppghcs.coc.fiocruz.br/index.php/br/

Publica Direito

http://www.publicadireito.com.br/

Repositório Institucional Fiocruz

https://www.arca.fiocruz.br/handle/icict/17717

Revista Militares e Política

https://revistas.ufrj.br/index.php/mp/index

Revista Saúde em Debate - CEBES

http://www.docvirt.com/asp/saudeemdebate/default.asp

Scielo

https://www.scielo.org/

Senado

http://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/85082

Showmetec

https://www.showmetech.com.br/pronatalismo-o-que-e-bilionarios-amam/

STS Banco de Sangue, Hematologia Clínica e Laboratório

https://stssaude.com.br/

The Washington Post

https://www.washingtonpost.com/

Vaticano

https://www.vatican.va/content/francesco/pt/encyclicals.index.html

Fontes Primárias

ASSIS PACHECO, Mário Victor de. Neocolonialismo e controle de natalidade. Coleção Perspectivas do Homem. Série Estudos Sociais. Volume 47. Editora Civilização Brasileira. Rio de Janeiro, 1968.

ASSIS PACHECO, Mário Victor de. Indústria Farmacêutica e Segurança Nacional. Coleção Retratos do Brasil. Volume 69. Editora Civilização Brasileira. Rio de Janeiro, 1968.

ASSIS PACHECO, Mário Victor de. Explosão demográfica e crescimento do Brasil. Série Estudos Sobre o Brasil e América Latina. Volume 18. Editora Paz e Terra. Rio de Janeiro, 1974.

ASSIS PACHECO, Mário Victor de. A máfia dos remédios. Coleção Retratos do Brasil. Volume 113. Editora Civilização Brasileira. Rio de Janeiro, 1978.

ASSIS PACHECO, Mário Victor de. Racismo, machismo e "planejamento familiar". Editora Vozes. Petrópolis, 1981.

ASSIS PACHECO, Mário Victor de. "Planejamento familiar" e libertação do Brasil. Editora Vozes. Petrópolis, 1983.

ASSIS PACHECO, Mário Victor de. Abusos das multinacionais farmacêuticas. Coleção Retratos do Brasil. Volume 170. Editora Civilização Brasileira. Rio de Janeiro, 1983.

ASSIS PACHECO, Mário Victor de. Controle de natalidade, imperialismo e o FMI. Editora Vozes. Petrópolis, 1985.

CASTRO, Josué de. Geopolítica da fome. Ed. Casa do Estudante do Brasil, Rio de Janeiro, 1955. p. 352.

CASTRO, Josué de. Ensaios de Biologia Social. Ed. Brasiliense, São Paulo, 1959. p. 286.

CASTRO, Josué de. Geografia da Fome: o Dilema Brasileiro: Pão ou Aço. 10ª ed. Rio de Janeiro: Edições Antares, 1984. p. 361.

MODIANO, Maria de Lourdes Lima. O Espetro de Malthus. Revista do Serviço Público. 1949, pp. 32-35.

REVISTA DO SERVIÇO PÚBLICO. O Primeiro Congresso Brasileiro de Medicina Militar: Iniciativa da Academia Brasileira de Medicina Militar. Revista Do Serviço Público, 4(1), 1954, pp. 90-96.

Biblioteca David Capistrano (Biblioteca Digital da Revista Saúde em Debate -CEBES)

A CORRIDA CONTRA O TEMPO. Revista Saúde em Debate. CEBES. n. 2. O Médico, um Empregado Visto pela Lei. jan/fev/mar de 1977. p. 30.

Revista Saúde em Debate. CEBES. n. 3. A Desnutrição e o Planejamento Econômico-Social. Abr/mai/jun de 1977. p. 3.
INFORMES – ECONTRO UNIVERSITÁRIO SOBRE CIÊNCIAS DA SAÚDE. Revista Saúde em Debate. CEBES. n. 3. A Desnutrição e o Planejamento Econômico-Social abr/mai/jun de 1977. p. 74.
ACONTECIMENTOS – CONTROLE DE NATALIDADE EM DISCUSSÃO. Revista Saúde em Debate. CEBES. n. 4. A Saúde Pública em questão. jul/ago/set de 1977. p. 84.
MÁRIO PACHECO: A LUTA PELA PRESERVAÇÃO DA INDIVIDUALIDADE DO SER HUMANO. Revista Saúde em Debate. CEBES. n. 19. Vigilância Exige mais Rigor sobre Medicamentos, Alimentos e Hospitais. set/out de 1987. p. 149.

Google

Fêmea

FEGHALI, Jandira. *Eco 92 x Controle Populacional*. Fêmea, maio, 1992. Capa e p.3.

O Globo

MIRANDA, Álvaro. Esterilização: CPI quer entidades investigadas. O Globo. Grande Rio. 31/10/1991. p. 10

Porantim

QUEIROZ, Antonio Carlos. É proibido nascer. Porantim. 09/1982. p. 3.

Posição

PÍLULA: Cortando o mal pela raiz. Depoimento de uma mulher. Posição. 13/08/1977. p. 9.

Hemeroteca Digital Biblioteca Nacional

Brasil Urgente (SP):

REMÉDIOS MATAM O BRASIL. Brasil Urgente. 17/03/1963

Cidade de Santos (SP):

UMA EDITORA ATUALIZADA. Cidade de Santos. 20/02/1984. p. 8.

Correio Braziliense (DF):

LITERATURA. Correio Braziliense (DF). 02/03/1969. p.2.

Correio da Manhã:

IGREJA DEBATE ESTERILIZAÇÃO NO PAÍS. Correio da Manhã. 04/05/1967.

Correio Rio Grandense:

LIVROS E LEITURA. Correio Rio Grandense. 08/10/1986.

Diário Carioca:

PRACINHA VIRÁ, MAS DEIXA CAPELA: PISTÓIA. Diário Carioca. p. 3. Quinta-feira, 26/08/1960

ESCÂNDALOS DOS REMÉDIOS: EMPRÊSAS ESTRANGEIRAS DESCAPITALIZAM O PAÍS. Diário Carioca. 1962.

LABORATÓRIOS DE OURO FAZEM ORGIA DE GASTOS. Diário Carioca. 1962.

Diário de Notícias (RJ):

INDÚSTRIA FARMACÊUTICA E CAPITAL ESTRANGEIRO. Diário de Notícias. 1961.

BIBLIOTECA. Diário de Notícias. 1968.

Diário do Paraná

LER – LIVROS EM REVISTA. Diário do Paraná. 10/11/1968.

Jornal do Brasil:

ADVOGADO condena cerceamento do crescimento demográfico. Jornal do Brasil. 1º Caderno/nacional. Quinta-feira, 24 de agosto de 1972. pp. 17.

ARCEBISPO de Natal acusa o Governador e diz que BEMFAM usa mulheres como cobaias. Jornal do Brasil.1º Caderno/Saúde. 5/11/1975. pp. 7.

A INDÚSTRIA FARMACÊUTICA E A SEGURANÇA NACIONAL. Jornal do Brasil. 29/10/1968.

DEPUTADO em Pernambuco denuncia esterilização. Jornal do Brasil.1º Caderno. Sábado, 13/05/1972. p. 5.

DOM FERNANDO confirma na CPI que norte-americanos empregam o DIU no Brasil. Jornal do Brasil, 1º Caderno, 11/08/1967, pp.15.

FAMÍLIA – UM PLANO E UMAPOLÍTICA EM DEBATE. Jornal do Brasil. Revista de Domingo. 23/09/1973. p. 4.

GOMES, Walter. Número de abortos no Brasil é de 2 milhões por ano. Jornal do Brasil. 1º Caderno. 1ª de uma série. 30/10/1966. p.14.

GOMES, Walter. Planificação da família no Brasil inclui assassinato. 1º Caderno - II e última série. Jornal do Brasil. 06/11/1966. pp. 13.

LANE afirma que a Igreja Presbiteriana não usou DIU em mulheres da Amazônia. Jornal do Brasil. 1º Caderno, 30.06.1967. p. 16. Edição B00072(1). Hemeroteca BN.

LEAL, Luciana Nunes. Erros e acertos da pesquisa médica. *Jornal do Brasil*.18.05.1997. p. 40.

MACHADO, José. Entidades paulistas pesquisam a planificação da família. Jornal do Brasil. 1º Caderno, sexta-feira, 03.02.67. p. 16.

PRESBITERIANOS esclarecem em nota que o emprêgo de "serpentinas" é mínimo. Jornal do Brasil. 1º Caderno, sábado, 13.05.1967.p. 16.

NAVARRO diz que o Govêrno é implicado na contracepção. Jornal do Brasil. 1º Caderno, sábado, 05.06.1967.p. 11.

OS MEDICAMENTOS (FINAL) – O PERIGO DAS PÍLULAS E A MÁDIREÇÃO DOS DÓLARES. Jornal do Brasil. 1974.

TREESH, Frederick H. A inteligência das raças. Jornal do Brasil. 1º Caderno. Da UPI. Especial para o *Jornal do* Brasil. Domingo 21 e 22/12/1969. p. 20.

POSIÇÃO da BEMFAM. Jornal do Brasil. 08/12/1971.

SOCIEDADES civis assumem no Brasil planejamento familiar. *Jornal do Brasil*. 1º Caderno. Domingo, 6 de junho de 1976. p.20.

UFRJ Aplica DIU em 600 mulheres. *Jornal do Brasil.* 1º Caderno. 11/07/1967. p. 15.

O Estado de Florianópolis

MIGUEL, Salim. Informação Literária. O Estado de Florianópolis (SC). Hemeroteca Digital BN. Edição: 14469(1). Florianópolis. 28/06/1962. p. 5.

O Jornal:

ABORTOS CRIMINOSOS NA GUANABARA VÃO A MAIS DE 100 MIL ANUALMENTE. O Jornal. 1º Caderno. 31/08/1965. p.5.

ANDRADE, Meire & COSTA, Jurandir. O Jornal. Atividades da BEMFAM sob ameaça – Medicina contra DIU. 09/12/1971. pp. 1.

AINDA precária no Brasil a assistência à gestante. O Jornal. 14/02/1960.

BOAS CARTADAS. O Jornal. 2º Caderno. 07/04/1963. p. 2.

CAVALCANTI, Valdemar. Editôras mantém elevado nível de produção em 1968. O Jornal. Segundo Caderno. Jornal Literário. 23/10/1968. p.2.

CAVALCANTI, Valdemar. Editôras mantém elevado nível de produção em 1968. *O Jornal*. Segundo Caderno. Jornal Literário. 23/10/1968. p.2.

O Paiz:

ECHOS E FACTOS – EDICÇÃO DE HOJE, 20 PÁGINAS. O Paiz (RJ). 27/01/1929. p. 3.

O Pasquim:

SÃO ÚTEIS E ESTIMULANTES OS LANÇAMENTOS DA CIVILIZAÇÃO BRASILEIRA. O Pasquim. 1978.

ASSINADO o Tratado de Paz entre o Pasquim e a Ex- (esperamos) Máfia de Branco. O Pasquim. p. 14-15. Edição 00761(1). Hemeroteca BN Digital. 1984.

Pioneiro:

LIVROS: Atualizando a mulher. Pioneiro. 21/11/1981.

Realidade (SP):

LANÇAMENTOS DA CIVILIZAÇÃO BRASILEIRA. Realidade. 1968

Revista Brasiliense:

DESNACIONALIZAÇÃO DA INDÚSTRIA FARMACÊUTICA. Revista Brasiliense, nº 41. 1962.

MEDICINA E REALIDADE BRASILEIRA. Revista Brasiliense. 1962.

Revista Leitura:

DESNACIONALIZADA a indústria farmacêutica. Revista Leitura. 1962. pp 46-47RESENHA de Livros – Indústria da Doença. Revista Leitura. 1963.

Última Hora (PE):

GUILHERME, Antonio. Indústria da Doença (II). Última Hora (PE). 05/10/1963. p. 3.

Última Hora (RJ):

CIDADE Abarrotada de Remédios Fraudados. Última Hora (RJ). 12/05/1962.

Internet Archive

OSNORN, Fairfield. Our Plundered Planet. Little, Brown and Company. Boston, 1948. p 236.

Disponível em: Acesso em: < https://archive.org/details/dli.ernet.29002/page/n5/mode/2up>. Acesso em: 31. 05. 2023.

Memorial da Democracia

REVISTA BRASILIENSE. Disponível em: < http://memorialdademocracia.com.br/card/jornais-e-revistas/10>. Acesso em: 30/04/2023.

Senado

BRASIL. Congresso Nacional. Comissão Parlamentar Mista de Inquérito destinada a examinar a incidência de esterilização em massa de mulheres no Brasil. Brasília, 1993. Disponível em: <http://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/85082>. Acesso em: 24. 08. 2020.

Showmetec:

ARIEDO, Eduardo. Pronatalismo: o que é e por que os bilionários amam essa ideia? *Showmetec*. Notícias, ciência e tecnologia. 06.12.2022. Disponível em https://www.showmetech.com.br/pronatalismo-o-que-e-bilionarios-amam/>. Acesso em: 25.02.2023.

YouTube:

CANAL COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE. YouTube. 21.11.2012. Disponível em: < https://www.youtube.com/@comissaodaverdade>. Acesso em: 27.04.2023

FAMILY PLANNING (1968).mp4. DoctorHver. YouTube. 30.05.2012. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=t2DkiceqmzU&t=243s. Acesso em 10.11.2021.

O QUE É CONTROLE DE NATALIDADE. Corte Corte Família. YouTube. 13.07.2021. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=lvT5oqH3fTA. Acesso em 02.02.2023.

TAVARES, Camilo. O DIA QUE DUROU 21 ANOS. Estreia: 29.03.2013, duração: 78 min., documentário, Brasil. Desmistificando. YouTube. 26.02.2019. Disponível em: < https://www.youtube.com/watch?v=ltawI64zBEo>. Acesso em: 26.04.2023.

1979 – Retrospectiva dos Anos 70 – Globo – Parte 1 de 13. Cezar Marques Pimentel. YouTube. 15.12.2011. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=_LKvZkdfp3A&list=PLS6zg91M_9EoSjrrL3R01dDJ4waqF3bfa. Acesso em 02.02.2023.

Bibliografia

ALEIXO, José Carlos Brandi. A política demográfica do Brasil: Considerações sobre sua natureza, implicações e consequências. Revista de Ciência Política, 17(1), jan-mar, Rio de Janeiro, 1974. pp 25-57.

ALVES, Andrea Moraes. A trajetória do Centro de Pesquisas e Atenção Integrada à Mulher e à Criança (1975-1992). Século XXI, Revista de Ciências Sociais, v.4, no 2, jul.- dez. 2014. p.180-216.

ALVES, José Eustáquio & CORRÊA, Sônia. Demografia e ideologia: trajetos históricos e os desafios do Cairo + 10. Revista Brasileira de Estudos da População. v. 20, n. 2. Campinas, jul-dez, 2003. pp. 129-156.

ARAÚJO, Ricardo Benzaquen de. Totalitarismo e Revolução. O Integralismo de Plínio Salgado. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1988, p. 116.

ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO. Brasil: Nunca Mais. Ed. Vozes, 41ªed. Petrópolis, RJ, 1985. *E-book Kindle*. p. 312.

BARRETO, Vittória Silva Paz. Controle de natalidade no Brasil no século XX e a resistência feminina. XII Encontro Estadual de História – História e Mídias: Narrativas em disputa. 15 a 18 de setembro de 2020. pp. 1-11. Disponível em: < https://www.encontro2020.pe.anpuh.org/resources/anais/22/anpuh-pe-eeh2020/1602074052_ARQUIVO_60649141909d6e95b97d3a8f14c5afed.pdf>. Acesso em 02.09.2022.

BARROS, José D'Assunção Barros. A fonte histórica e seu lugar de produção. Editora Vozes. Petrópolis, RJ, 2020, p. 274.

BASHFORD, Alison & LEVINE, Philippa. The Oxford Handbook of the History of Eugenics. Oxford University Press, USA, 2012, p. 608.

BHERING, Marcos Jungmann. Controle da natalidade no Brasil: um estudo sobre o Centro de Pesquisas e Assistência Integral à Mulher e à criança (1975-1994). Tese (doutorado em História da Ciência e da Saúde). Programa de Pós-Graduação em História das Ciências e da Saúde, COC, Fiocruz. Rio de Janeiro, 2014.

BATISTA, Tatiana Wargas de Faria. Médicos Intérpretes do Brasil. Resenha. HOCHMAN, Gilberto & LIMA, Nisia Trindade. Organizadores. São Paulo, Editora Hucitec, 2015. p. 666. Caderno de Saúde Pública. 33 (10). 2017.

BIZZO, Maria Letícia Galluzzi. Agências internacionais e agenda local: atores ideias na interlocução entre nutrição e país (1932-1964). Tese (doutorado em História da Ciência e da

Saúde). Programa de Pós-Graduação em História das Ciências e da Saúde, COC, Fiocruz. Rio de Janeiro, 2012.

BONAN, C.; TEIXEIRA, Luiz Antonio; e NAKANO, Andreza Rodrigues. Absorção e metabolização dos hormônios sexuais e sua transformação em tecnologias contraceptivas: percursos do pensamento médico no Brasil. Ciência e Saúde Coletiva. 22 (1), jan, 2017. pp. 107-117.

BORGES, Camila Furlaneti; BAPTISTA, Tatiana Wargas de Faria. Leituras sobre o sanitarismo desenvolvimentista e interpretações para a reforma sanitária brasileira e a saúde coletiva. História, Ciências, Saúde – Manguinhos, Rio de Janeiro, v.28, n.1, jan.-mar. 2021, p.79-99.

BORTONE, Elaine de Almeida. As articulações do setor farmacêutico no Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES) e no Estado (1964-1967). XXIX Simpósio de História Nacional-Contra os Preconceitos: História e Democracia. Universidade Brasília. 24 a 28 de julho. Brasília, 2017, p. 1-15.

BORTONE, Elaine de Almeida. As entidades empresariais do setor farmacêutico: o caso da Associação Brasileira da Indústria Farmacêutica, 1964-1988. História, Ciências, Saúde – Manguinhos, Rio de Janeiro, v.29, n.1, jan.-mar. 2022, p.165-184.

BRASL. Decreto nº 30.822, de 6 de maio de 1952. Promulga a Convenção para a Prevenção e a Repressão do Crime de Genocídio, concluída em Paris, a 11 de dezembro de 1948, por ocasião da III Sessão da Assembléia Geral das Nações Unidas. Disponível em: < https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/atos/decretos/1952/d30822.html>. Acesso em: 01.05.2023.

BRASL. Lei nº 2.889, de 1º de outubro de 1956. Define e pune o crime de genocídio. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l2889.htm>. Acesso em: 07.10.2022.

BRASIL. Resolução da Câmara dos Deputados nº 52, de 1961. Comissão Parlamentar de Inquérito para investigar a situação da indústria farmacêutica e dos medicamentos no país. Disponível em: < https://www2.camara.leg.br/legin/fed/rescad/1960-1969/resolucaodacamaradosdeputados-52-16-junho-1961-319913-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em: 07.10.2022.

BRASIL. Projeto de Lei nº 2571. Nacionaliza a indústria farmacêutica no país. Câmara dos Deputados. Autoria: Deputado Sérgio Magalhães. Brasília, 1961.

BRASIL. Decreto nº 52.471, de 13 de setembro de 1963. Desenvolvimento da indústria químico-farmacêutica nacional, e institui o Grupo Executivo da Indústria Químico-Farmacêutica -Geifar. Disponível em: < https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1960-1969/decreto-52471-13-setembro-1963-392477-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 07.10.2022.

Brasil. Congresso Nacional. Comissão Parlamentar Mista de Inquérito destinada a examinar a incidência de esterilização em massa de mulheres no Brasil. Brasília, 1993. Disponível em: <http://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/85082>. Acesso em: 24 ago. 2020.

BYNUM, William. "Medicina na comunidade". In.: História da medicina. Porto Alegre: L&MP, 2011. pp.78-100.

CAMPOS, André Luiz Vieira de. Políticas Internacionais de Saúde na Era Vargas: o Serviço Especial de Saúde, 1942-1960. Campos ALV. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz; 2006. p. 318.

CAPELATO, Maria Helena. O Estado Novo: o que trouxe de novo? In: FERREIRA, Jorge & DELGADO, Lucila de Almeida Neves (org.). O Brasil Republicano - O tempo do nacional-estatismo: Do início da época de 1930 ao apogeu do Estado Novo – Segunda República (1930-1945). Civilização Brasileira. v. 2, 9ª ed., Rio de Janeiro, 2019, p. 406. *E-book.*

CARVALHO, José Alberto Magno de & BRITO, Fausto. A demografia brasileira e o declínio da fecundidade no Brasil: contribuições, equívocos e silêncios. Revista Brasileira de Estudos de População. v. 22, n.2. São Paulo, jul/dez, 2005.pp. 351-369.

CHEVRAND, César Guerra. Doutores da Ditadura: Médicos, Repressão Política e Violações de Direitos Humanos (1964-1985). Dissertação (mestrado em História das Ciências e da Saúde). Programa de Pós-Graduação em História das Ciências e da Saúde, COC, Fiocruz. Rio de Janeiro, 2021.

CÓDIGO de Nuremberg. 1949. Disponível em <https://www.ghc.com.br/files/CODIGO%20DE%20NEURENBERG.pdf>. Acesso em: 29.08.2020.

COIMBRA, Cecília Maria Boucas. Doutrinas de segurança nacional: banalizando a violência. Revista Psicologia em Estudo. Universidade Federal Fluminense. v. 5, n. 2. Niteroi, 2000. pp. 1-22. Disponível em: < https://biblat.unam.mx/pt/revista/psicologia-em-estudo/articulo/doutrinas-de-seguranca-nacional-banalizando-a-violencia>. Acesso em: 13.06.2023.

CORDANI, Umberto Giuseppe. Ecos da Eco 92 na reunião da SBPC. *Estudos Avançados*. 6 (15), ago, 1992. pp. 96-102. Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e

Desenvolvimento realizada na cidade do Rio de Janeiro para a discussão do desenvolvimento sustentável.

COSTA, Alyne & ROQUE, Tatiana. Entrevista com Bruno Latour Disponível em: <https://pospsi.com.br/wp-content/uploads/2020/09/TEXTOS_132-bruno-latour.pdf>. Acesso em: 10.03.2022.

CUETO, Marcos. Saúde Global: uma breve história. Editora Fiocruz. 2015.

DAMASCO, Mariana Santos. "Feminismo Negro: Raça, Identidade e Saúde Reprodutiva no Brasil (1975-1996)". Dissertação de Mestrado do Curso de Pós-Graduação em História das Ciências e da Saúde da Casa de Oswaldo Cruz, Fiocruz. Rio de Janeiro, 2009.

DAMASCO, Mariana Santos; MAIO, Marcos Chor & MONTEIRO, Simone. Feminismo Negro: Raça, Identidade e Saúde Reprodutiva no Brasil (1975-1993). Estudos Feministas. Florianópolis, 20(1): 344, janeiro-abril, 2012. pp. 133-151.

D'ARAUJO, M. C. & JOFFILY, M. Os dias seguintes ao golpe de 1964 e a construção da ditadura (1964-1968) In: FERREIRA, Jorge & DELGADO, Lucila de Almeida Neves (org.). O Brasil Republicano – O tempo do Regime Autoritário: Ditadura Militar e Redemocratização – Quarta República (1964-1985). Civilização Brasileira. v. 4, 9ª ed., Rio de Janeiro, 2019, p. 450. *E-book*.

DIAS, Tania Maria. A Vida Social das Pílulas Anticoncepcionais no Brasil (1960 – 1970): Uma História do Cotidiano. Tese (Doutor em Ciências). Programa de Pós-graduação em Saúde da Criança e da Mulher do Instituto Fernandes Figueiras (IFF/Fiocruz). Rio de Janeiro. 2019.

DIAS, Tania Maria; BONAN, Claudia; MAKSUD, Ivia & RODRIGUES, Andreza Pereira."De mão- em-mão" tramando redes e normas: a vida social das pílulas anticoncepcionais, a partir de suas bulas. Physis: Revista de Saúde Coletiva, Rio de Janeiro, v. 31, n.2, 2021. pp. 1-21.

DINIZ, Débora & Corrêa, Marilena. Declaração de Helsinki: relativismo e vulnerabilidade. Caderno Saúde Pública, Rio de Janeiro, 17(3), mai-jun, 2001. pp. 679-688.

DREIFUSS, René Armand. 1964: A conquista do Estado – ação política, poder e golpe de classe. Editora Vozes, 3ª ed. Petrópolis, RJ. 1981. p. 814.

DUFFY, David Cameron. Willian Vogt: a pilgrim on the road survival. American Birds. v. 43. n. 5. 1989. pp. 1256-1257.

Disponível em: https://manoa.hawaii.edu/hpicesu/UHBotany/PDF/03.pdf. Acesso em: 10.09.2022.

DUPRÉ, Sven; SOMSEN, Geert. The History of Knowledge and the Future of Knowledge Societies. *Bericht zur Wissenschaftsgeschichte*, 42, 2019, pp. 186-199.

EHRLICH, Paul. The Population Bomb. Ballanttine Books, New York. p. 226.

ESCOBAR, Arturo. Encountering development. The making and unmaking of the Third World. Princeton (New Jersey): Princeton University Press, 1995.

ESCOREL, Sarah. Reviravolta na Saúde: origem e articulação do movimento sanitário. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 1999. 208 p.

ESCOREL, Sarah & TEIXEIRA, Luiz Antonio. História das Políticas de Saúde Pública no Brasil de 1822 a 1963: do império ao desenvolvimentismo populista. In: GIOVANELLA, Lígia, ESCOREL, Sarah, LOBATO, Lenaura de Vasconcelos Costa, NORONHA, José Carvalho de, & CARVALHO, Antonio Ivo de (orgs.). Políticas e sistemas de saúde no Brasil. 2ª ed. revisada e ampliada. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2012, pp. 279- 322.

ESCOREL, Sarah. História das Políticas de Saúde no Brasil de 1964 a 1990: do golpe militar à reforma sanitária. In: GIOVANELLA, Lígia, ESCOREL, Sarah, LOBATO, Lenaura de Vasconcelos Costa, NORONHA, José Carvalho de, & CARVALHO, Antonio Ivo de (orgs.). Políticas e sistemas de saúde no Brasil. 2ª ed. revisada e ampliada. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2012, pp. 323- 364.

FAUSTO, Boris. História do Brasil. Editora da Universidade de São Paulo. 12 ed. 2006.

FERNANDES, Tania Maria. Boticas, indústrias farmacêuticas e grupos de pesquisa em plantas medicinais: origens no Brasil. In: Plantas medicinais: memória da ciência no Brasil [online]. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2004, pp. 27-76.

FONSECA SOBRINHO, Délcio da. Estado e População: uma história do planejamento familiar no Brasil. Rosa dos Tempos: FNUAP. Rio de Janeiro, 1993.

FOUCAULT, Michael. Em defesa da sociedade. Aula 17 de março de 1976. Curso no Collège de France (1975-1976). Martins Fontes. São Paulo, 2005.

FOUCAULT, Michael. "O nascimento da medicina social" IN: Microfísica do poder. Rio de Janeiro: Graal; 23ª ed.; 2007.

FOUCAULT, Michael. Segurança, Território, População. Curso no Collège de France (1975-1976). Martins Fontes. São Paulo, 2008.

FUNDACIÓN BARILOCHE. Modelo mundial latino-americano. Nueva Sociedad. n. 22, enero-febrero, 1976, p. 16-29.

GERSCHMAN, Silvia. A democracia inconclusa: um estudo da reforma sanitária braisleira. Editora Fiocruz. 2004. p. 271. Disponível em < https://www.jstor.org/stable/10.747/9788575415375>. Acesso em: 16.04.2023.

HOCHMAN, G.; Fonseca, Cristina M. O. “O que há de novo? Políticas de Saúde e Previdência, 1937- 1945”. In: Dulce C. Pandolfi. (Org.). Repensando o Estado Novo. 1ed.Rio de Janeiro: Editora FGV, 1999, v. 1, p. 73-93.

HOCHMAN, Gilberto. "O Brasil não é só doença": o programa de saúde pública de Juscelino Kubitschek. História, Ciências, Saúde-Manguinhos, v. 16 (suplemento), 2009, pp. 313-331.

KOIFMAN, Fábio. O Governo Vargas e a política externa brasileira (1930-1945). In: FERREIRA, Jorge & DELGADO, Lucila de Almeida Neves (org.). O Brasil Republicano - O tempo do nacional-estatismo: Do início da época de 1930 ao apogeu do Estado Novo – Segunda República (1930-1945). Civilização Brasileira. v. 2, 9ª ed., Rio de Janeiro, 2019, p. 406. *E-book.*

LAPUENTE, Rafael Saraiva. O jornal impresso como fonte de pesquisa: delineamentos metodológicos. ALCAR 2015- 10º Encontro Nacional de História da Mídia. UFRGS, Porto Alegre. 3 a 5 de junho de 2015.

LENT, Herman. O massacre de Manguinhos. Edições Livres. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2019. p. 112.

LEOPOLDI, Maria Antonieta Parahyba. A economia política do primeiro Governo Vargas (1930-1945): a política econômica em tempos de turbulência. In: FERREIRA, Jorge & DELGADO, Lucila de Almeida Neves (org.). O Brasil Republicano - O tempo do nacional-estatismo: Do início da época de 1930 ao apogeu do Estado Novo – Segunda República (1930-1945). Civilização Brasileira. v. 2, 9ª ed., Rio de Janeiro, 2019, p. 406. *E-book.*

LEVINE, Philippa. Eugenics: A Very Short History. Oxford University Press. New York, 2017.

LÔBO, Jade Alcântara, “Defeito de fabricação”: maternidades negras em Ilhéus/BA. Dissertação (mestrado em Antropologia). Programa de Pós-Graduação em Antropologia, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia. Salvador, 2020.

LOPES, Thiago da Costa. Comunitarismo, sociologia rural e diplomacia cultural nas relações Brasil-EUA: Ciência e reforma social em T. Lynn Smith e José Arthur Rios (1930 – 1950). Tese (Doutorado em História das Ciências e da Saúde) – Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz, 2018. 253 f.

LÓPEZ, Raúl Necochea. A Hiystory of Planning in Twentieth-Century Peru. The University of North Carolina Press. 2014.

LOVATTO, Angélica. Maria Augusta Tibiriçá Miranda e Helga Hoffmann: presença feminina nos Cadernos do povo brasileiro nos anos 1960. Dossiê: Contribuições do pensamento feminista para as Ciências Sociais. Mediações, Londrina, v. 14, n.2, jul/dez. 2009, p. 178-197.

MACIEL, Dulce Portilho. O Estado na integração de territórios vazios à Nação brasileira (1943-1968): atuação da Fundação Brasil Central na região do Médio Araguaia. XXIV Simpósio Nacional de História. História e Multidisciplinaridade: territórios e deslocamentos. Unisinos, São Leopoldo, RS, 2007. pp. 1-9.

Disponível em: < https://anpuh.org.br/uploads/anais-simposios/pdf/2019-01/1548210414_a46b27f8e67db0aa983d45ba2c2966f4.pdf>. Acesso em: 20.02.2023.

MAIO, Marcos Chor & Lima, Nísia Trindade de. Tradutores, intérpretes ou promotores de mudança? Cientistas sociais, educação sanitária rural e resistências culturais (1940-1960). Sociedade e Estado. Brasília, v. 24, n.2, mai-ago, 2009, pp. 529-561.

MALTHUS, T. Ensaio sobre a população. Coleção Economia Política. LeBooks Editora. 2017, p. 156.

MANICA, Daniela Tonelli. Contracepção, Tecnociência e Biopolítica: o caso de algumas pesquisas clínicas no Brasil (1960-1980). Fazendo Gênero 9. Diásporas, Diversidades, Deslocamentos. 23 a 26 de agosto de 2010. pp. 1-10.

MARTINE, George. O papel dos organismos internacionais na evolução dos estudos populacionais no Brasil: notas preliminares. Revista Brasileira de Estudos da População. v. 22, n. 2. São Paulo, jul-dez, 2005. pp. 257-275.

MEIRELES, António Filipe Pereira. As Interacções entre Crescimento Demográfico e Crescimento Económico. Trabalho final de mestrado em Economia da Faculdade de Economia e Gestão da Universidade Católica Portuguesa. Porto. 2011.p. 114.

MENANDRO, Leila Marchezi Tavares. “Fecha a fábrica, mulher!” O planejamento familiar na agenda do Congresso Nacional e das mídias. Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Política Social da Universidade Federal do Espírito Santo. Vitória, 2022.

MERCHANT, Emily Klansher. Building the Population Bomb**. Oxford University Press**. 2021, pp. 312.

MOREIRA, Vânia Maria Losada. Os anos JK - industrialização e modelo oligárquico de desenvolvimento rural. In: Jorge Ferreira e Lucília de Almeida Neves Delgado (orgs) - O Brasil republicano. RJ, Civilização Brasileira, 2003, v. 3, p. 155-194.

MUNIZ, Érico Silva. ‘Basta aplicar uma injeção?’: concepções de saúde, higiene e nutrição no Programa de Erradicação da Bouba no Brasil, 1956-1961. História, Ciências, Saúde – Manguinhos, Rio de Janeiro, v.19, n.1, jan.mar. 2012, pp.197-216.

NIELSSON, Joice Graciele. Planejamento familiar e esterilização de mulheres no Brasil: a ambivalência entre a retórica dos direitos humanos e a prática do controle reprodutivo sobre o corpo das mulheres. Revista da Faculdade Mineira de Direito – PUC Minas. v. 23, n. 45, p. 318-345, 2020.

NORONHA, José Carvalho de. Carlos Gentile de Mello: desenvolvimento é saúde, saúde é mercadoria. In: HOCHMAN, Gilberto & LIMA, Nísia Trindade. Médicos intérpretes do Brasil. 1ª ed., São Paulo, 2015. p. 666.

OLIVEIRA, Fátima. *Saúde da População Negra: Brasil ano 2001*. Brasília. Organização Pan-Americana da Saúde. 2003.

OLIVEIRA, Lays Alviano de. *Construção de si, construção do outro: Propaganda política veiculada por EUA e URSS durante a Guerra Fria (1945-1970).* Trabalho de Conclusão de Curso (bacharel e licenciatura em História). Universidade do Extremo Sul Catarinense, UNESC. Criciúma, 2011.

PANDOLFI, Dulce Chaves. Os anos 1930: as incertezas do regime. In: FERREIRA, Jorge & DELGADO, Lucila de Almeida Neves (org.). O Brasil Republicano: O tempo do nacional-estatismo - Do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo -Segunda República (1930-1945). v. 2, 9ª ed., Rio de Janeiro, 2019, p. 406. *E-book.*

PEREIRA, Pamella Liz Nunes. Os discursos sobre a pílula anticoncepcional na revista Cláudia no período de 1960 a 1985. Dissertação mestrado em Ciências. Instituto Nacional de Saúde da Mulher, da Criança e do Adolescente Fernandes Figueira, Rio de Janeiro, RJ, 2016.

PRADO JUNIOR, Caio. História Econômica do Brasil. Editora Brasiliense. São Paulo. 1ª ed. 1945, 46ª reimpressão, 2004. p. 368.

PURDY, Sean. A história comparada e o desafio da transnacionalidade. Revista de História Comparada, Rio de Janeiro, 6-1, 2012, pp. 64-84.

REIS, Raissa Brescia dos & RESENDE, Taciana Almeida Garrido de. Guerra Fria Global: uma discussão para a descolonização do ensino. In: Ensino antirracista na educação básica: da formação de professores às práticas escolares. Mota, Thiago Henrique (Org.). Porto Alegre, RS, Editora Fi, 2021. p. 97-117.

RELATÓRIO Kissinger.“Implications of Worldwide Population Growth for U.S. Security and Overseas Interests” (NSSM 200). Disponível em: < https://pdf.usaid.gov/pdf_docs/PCAAB500.pdf>. Acesso em: 20.05.2021.

RESENDE, Maria Efigênia Lage de. O processo político na Primeira República e o liberalismo oligárquico In: FERREIRA, Jorge & DELGADO, Lucila de Almeida Neves (org.). O Brasil Republicano – Da Proclamação da República à Revolução de 1930. v. 1, 9ª ed., Rio de Janeiro, 2019, p. 434. *E-book*.

ROLAND, Edna. Direitos Reprodutivos e Racismo no Brasil. Estudos Feministas. Ano 3, 2º semestre, 1995. pp. 506-514.

SANTOS, Regina Célia Nunes dos. O grupo de estudos médicos e o movimento de renovação médica – REME em Minas Gerais. Dissertação de mestrado apresentada ao Curso de Pós-Graduação em Saúde Pública da Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2004.

SANTOS, Daniel Guimarães Elian dos. Ciência, política, e segurança nacional: O “Massacre de Manguinhos” (1964-1970). Dissertação (mestrado em História das Ciências e da Saúde). Programa de Pós-Graduação em História das Ciências e da Saúde, COC, Fiocruz. Rio de Janeiro, 2016.

SANTOS, Francieli Lunelli. A conquista de direitos para os nascidos com síndrome da talidomida no Brasil. Revista Brasileira de História & Ciências Sociais. v. 13, n. 25. Edição Especial de 2021. pp. 336-366.

SAUVY, Alfred. Trois mondes, une planète. Vingtiéme Siècle: revue d’histoire, n. 12 1986. pp. 81-83. Disponível em: < https://www.persee.fr/doc/xxs_0294-1759_1986_num_12_1_1516>. Acesso em: 06.06.2023.

SCALONE, Francesco. Delle cause della grandezza e magnificenza delle città – Giovanni Botero e la nascita del pensiero demográfico moderno. Popolazione e storia. v. 21, n. 2, 2020, pp. 9-17. Disponível em: https://popolazioneestoria.it/article/view/1408. Acesso em: 16.11.2022.

SCHOEN, Johanna. Choice & Coercion: Birth Control, Sterilization, and Abortion in Public Health and Welfare. The University of North Carolina Press. 2006, p. 352. *E-book.*

SCHUMPETER, Joseph Alois. Teoria do Desenvolvimento Econômico – Uma investigação sobre lucros, capital, crédito, juro e o ciclo econômico. Editora Nova Cultural Ltda. São Paulo, 1997.p.238. Disponível em:

<https://www.ufjf.br/oliveira_junior/files/2009/06/s_Schumpeter_-_Teoria_do_Desenvolvimento_Econ%C3%B4mico_-

_Uma_Investiga%C3%A7%C3%A3o_sobre_Lucros_Capital_Cr%C3%A9dito_Juro_e_Ciclo_Econ%C3%B4mico.pdf>. Acesso em: 30.04.2023

SILVA, Juacy. A dinâmica da ocupação dos grandes vazios nacionais. Revista da Escola Superior de Guerra. n. 6. V.II. ago, 1985. pp. 29-47.

SILVA, Sabrina Cristina Queiroz. Planejamento familiar ou esterilização em massa de mulheres negras?: O relatório da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) de 1993. Artigo apresentado ao Departamento de História do Instituto de Ciências Humanas da Universidade de Brasília para a obtenção do grau de licenciado em História. Brasília. 2018.

SILVA, Sérgio Ricardo França. Cicatrizes – A trajetória de Ênio Silveira e a editora Civilização Brasileira. Dissertação (mestrado). Escola de Ciências Sociais da Fundação Getúlio Vargas. Programa de Pós-Graduação em História, Política e Bens Culturais. Rio de Janeiro. 2020.

SODRÉ, Nelson Werneck. O que se deve ler para conhecer o Brasil. Editora Bertrand Brasil S.A. Rio de Janeiro. 6ª edição, 1988. p. 380.

SODRÉ, Nelson Werneck. Formação Histórica do Brasil. Editora Bertrand Brasil S.A. Rio de Janeiro. 13ª edição, 1990. p. 422.

SOUZA, Luiz Eduardo Simões de & PREVIDELLI, Maria de Fátima Silva do Carmo. Algumas considerações sobre a contribuição de Malthus ao Pensamento Econômico. XII Congresso Brasileiro de História Econômica & 13ª Conferência Internacional de História de Empresas. Associação Brasileira de Pesquisadores em História Econômica. Niterói, 28, 29 e 30 de agosto de 2017.

SOUZA, Vanderlei Sebastião de; WEGNER, Robert. História da Eugenia: Contextos, Temas e Perspectivas Historiográficas. HOCHMAN, Gilberto; TEIXEIRA, Luiz Antonio; PIMENTA, Tânia Salgado. História da Saúde no Brasil (Orgs.). São Paulo, Hucitec, 2018, pp. 328-355.

SPOHR, Martina. A relação empresarial-militar entre Brasil e Estados Unidos no golpe de 1964. Revista Militares e Política. n.º 9 jul.-dez. 2011. p. 52-63.

STENGERS, Isabelle. A invenção das ciências modernas. São Paulo: Editora 34, 2002. p. 205.

STERN, Alessandra Mina. Eugenics, sterilization, and historical memory in the United States. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro, v.23, supl., dez. 2016, p.195-212.

TEIXEIRA, Aloisio. Saúde e desenvolvimento. 3º Seminário Preparatório para o 10º Congresso Brasileiro de Saúde Coletiva. 26 de julho, Porto Alegre, RS, 2012.

VIEIRA, Tamara Rangel. No coração do Brasil, uma capital saudável – a participação dos médicos e sanitaristas na construção de Brasília (1956-1960). História, Ciências, Saúde –

Manguinhos. Rio de Janeiro, v.16, supl.1, jul. 2009, p.289-312.

WANDERLEY, Sergio. Iseb, uma escola de governo: desenvolvimentismo e a formação de técnicos e dirigentes. Revista de Admnistração Pública. Rio de Janeiro. 50(6), nov-dez. 2016, pp. 913-936.

WASSERMAN, Cláudia. História Intelectual: Origem e abordagens. Tempos Históricos. v. 9. 1º semestre de 2015, pp. 63-79.

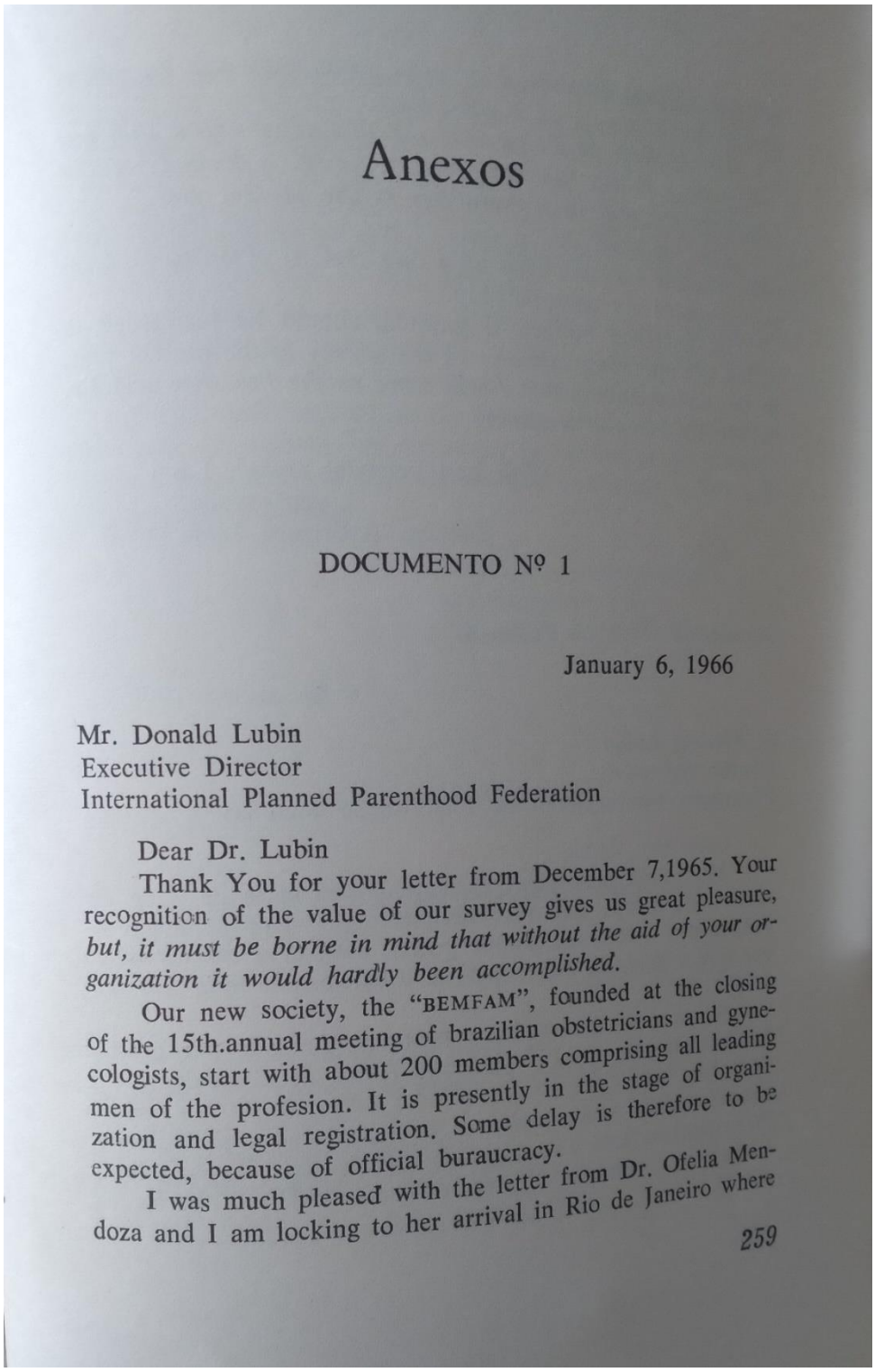
WEINDIING, Paul. Julian Huxley and the continuity of eugenics twentieth-century Britain. Journal of Modern European History. v. 10, n.9, 1 nov. 2012, pp. 480-499. Disponível em: < https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC4366572/>. Acesso em: 01/08/2021.

WEINSTEIN, Barbara. Pensando a história fora da nação: a historiografia da América Latina e o viés transnacional. Revista Eletrônica da ANPHLAC, n.14, jan-jun. 2013, pp. 9-36.

ZAIDAN, Tiago Eloy. O golpe de Estado de 1964 e a disputa de hegemonia através dos veículos de comunicação: a experiência da mídia impressa alagoana. Programa de Pós-Graduação em Comunicação do Centro de Artes e Comunicação da Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 2010. p. 266.

Anexos

Anexo 1. Carta de Octávio Rodrigues Lima ao Diretor Executivo da IPPF, Donald Lubin. (Assis Pacheco, 1974:259).



Anexos

DOCUMENTO Nº 1

January 6, 1966

Mr. Donald Lubin
Executive Director
International Planned Parenthood Federation

Dear Dr. Lubin

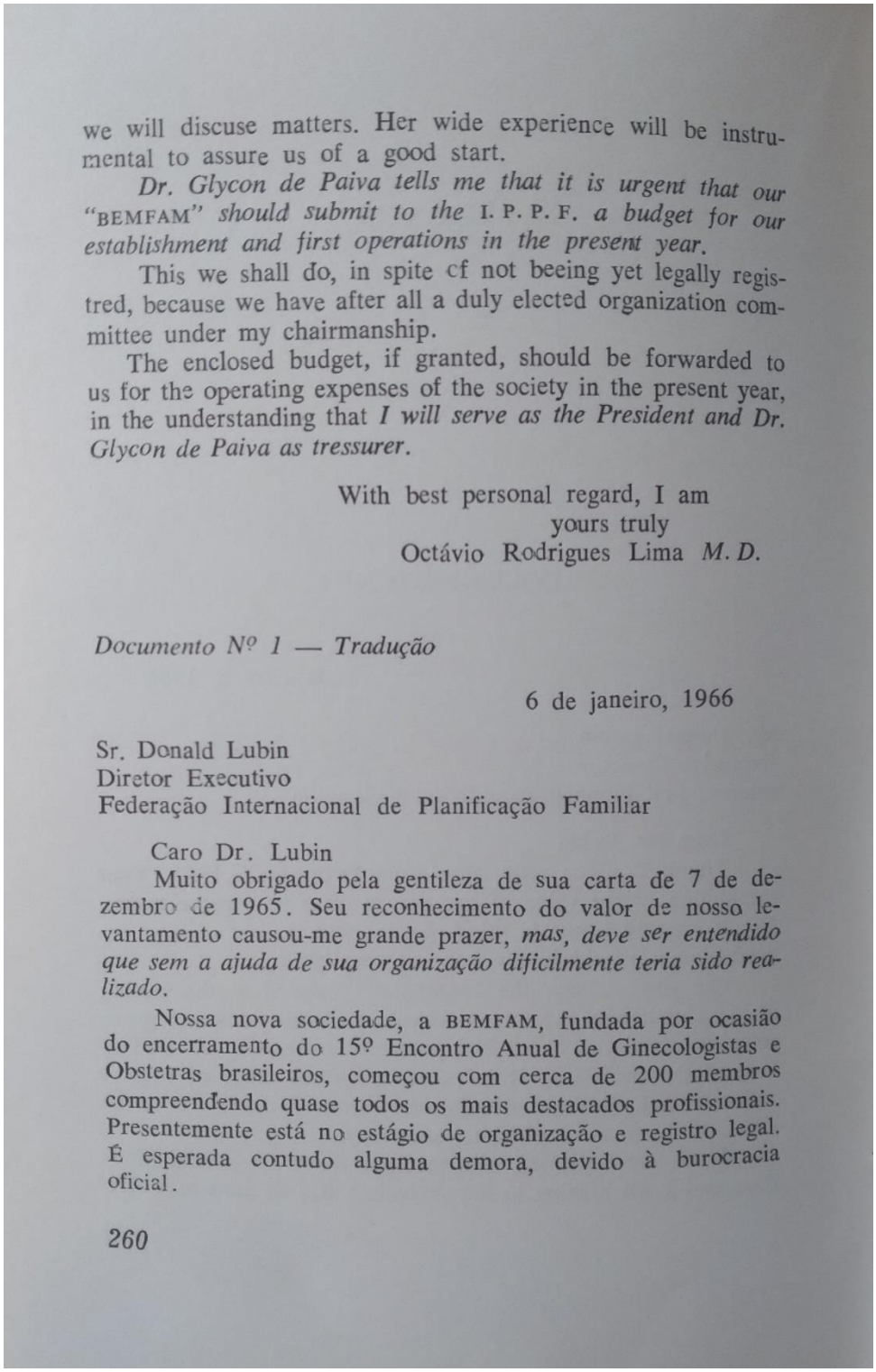
Thank You for your letter from December 7,1965. Your recognition of the value of our survey gives us great pleasure, *but, it must be borne in mind that without the aid of your organization it would hardly been accomplished.*

Our new society, the "BEMFAM", founded at the closing of the 15th.annual meeting of brazilian obstetricians and gynecologists, start with about 200 members comprising all leading men of the profesion. It is presently in the stage of organization and legal registration. Some delay is therefore to be expected, because of official buraucracy.

I was much pleased with the letter from Dr. Ofelia Mendoza and I am locking to her arrival in Rio de Janeiro where

259

Anexo 2. Carta de Octávio Rodrigues Lima ao Diretor Executivo da IPPF, Donald Lubin . (Assis Pacheco, 1974:260).



we will discuse matters. Her wide experience will be instrumental to assure us of a good start.

Dr. Glycon de Paiva tells me that it is urgent that our "BEMFAM" should submit to the I. P. P. F. a budget for our establishment and first operations in the present year.

This we shall do, in spite of not beeing yet legally registred, because we have after all a duly elected organization committee under my chairmanship.

The enclosed budget, if granted, should be forwarded to us for the operating expenses of the society in the present year, in the understanding that *I will serve as the President and Dr. Glycon de Paiva as tressurer.*

With best personal regard, I am
yours truly
Octávio Rodrigues Lima *M. D.*

Documento Nº 1 — Tradução

6 de janeiro, 1966

Sr. Donald Lubin
Diretor Executivo
Federação Internacional de Planificação Familiar

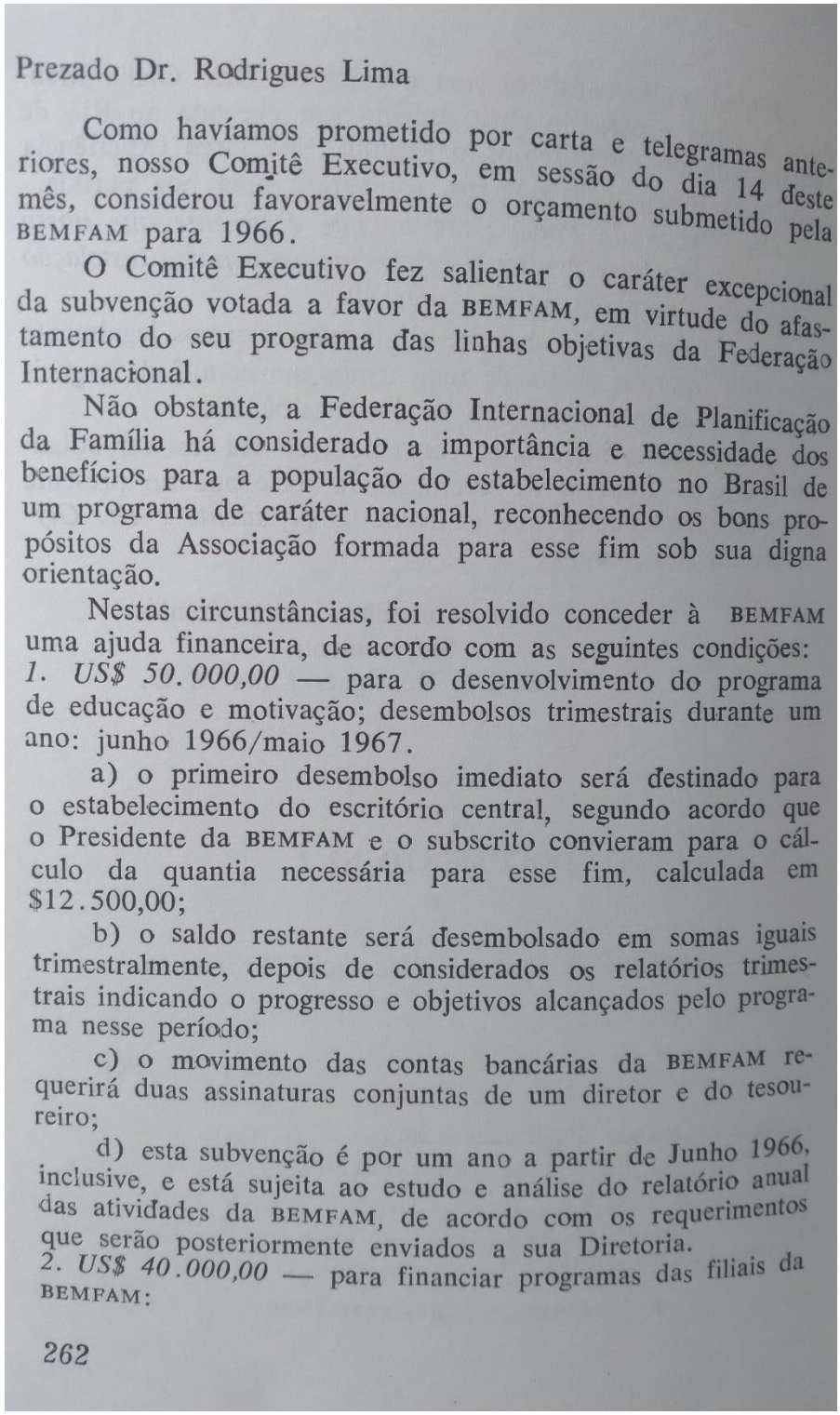
Caro Dr. Lubin

Muito obrigado pela gentileza de sua carta de 7 de dezembro de 1965. Seu reconhecimento do valor de nosso levantamento causou-me grande prazer, *mas, deve ser entendido que sem a ajuda de sua organização dificilmente teria sido realizado.*

Nossa nova sociedade, a BEMFAM, fundada por ocasião do encerramento do 15º Encontro Anual de Ginecologistas e Obstetras brasileiros, começou com cerca de 200 membros compreendendo quase todos os mais destacados profissionais. Presentemente está no estágio de organização e registro legal. É esperada contudo alguma demora, devido à burocracia oficial.

260

Anexo 3. Carta de Donald Lubin ao presidente da BEMFAM, Octávio Rodrigues Lima. (Assis Pacheco, 1974:262).



Prezado Dr. Rodrigues Lima

Como havíamos prometido por carta e telegramas anteriores, nosso Comitê Executivo, em sessão do dia 14 deste mês, considerou favoravelmente o orçamento submetido pela BEMFAM para 1966.

O Comitê Executivo fez salientar o caráter excepcional da subvenção votada a favor da BEMFAM, em virtude do afastamento do seu programa das linhas objetivas da Federação Internacional.

Não obstante, a Federação Internacional de Planificação da Família há considerado a importância e necessidade dos benefícios para a população do estabelecimento no Brasil de um programa de caráter nacional, reconhecendo os bons propósitos da Associação formada para esse fim sob sua digna orientação.

Nestas circunstâncias, foi resolvido conceder à BEMFAM uma ajuda financeira, de acordo com as seguintes condições:

1. US$ 50.000,00 — para o desenvolvimento do programa de educação e motivação; desembolsos trimestrais durante um ano: junho 1966/maio 1967.

a) o primeiro desembolso imediato será destinado para o estabelecimento do escritório central, segundo acordo que o Presidente da BEMFAM e o subscrito convieram para o cálculo da quantia necessária para esse fim, calculada em $12.500,00;

b) o saldo restante será desembolsado em somas iguais trimestralmente, depois de considerados os relatórios trimestrais indicando o progresso e objetivos alcançados pelo programa nesse período;

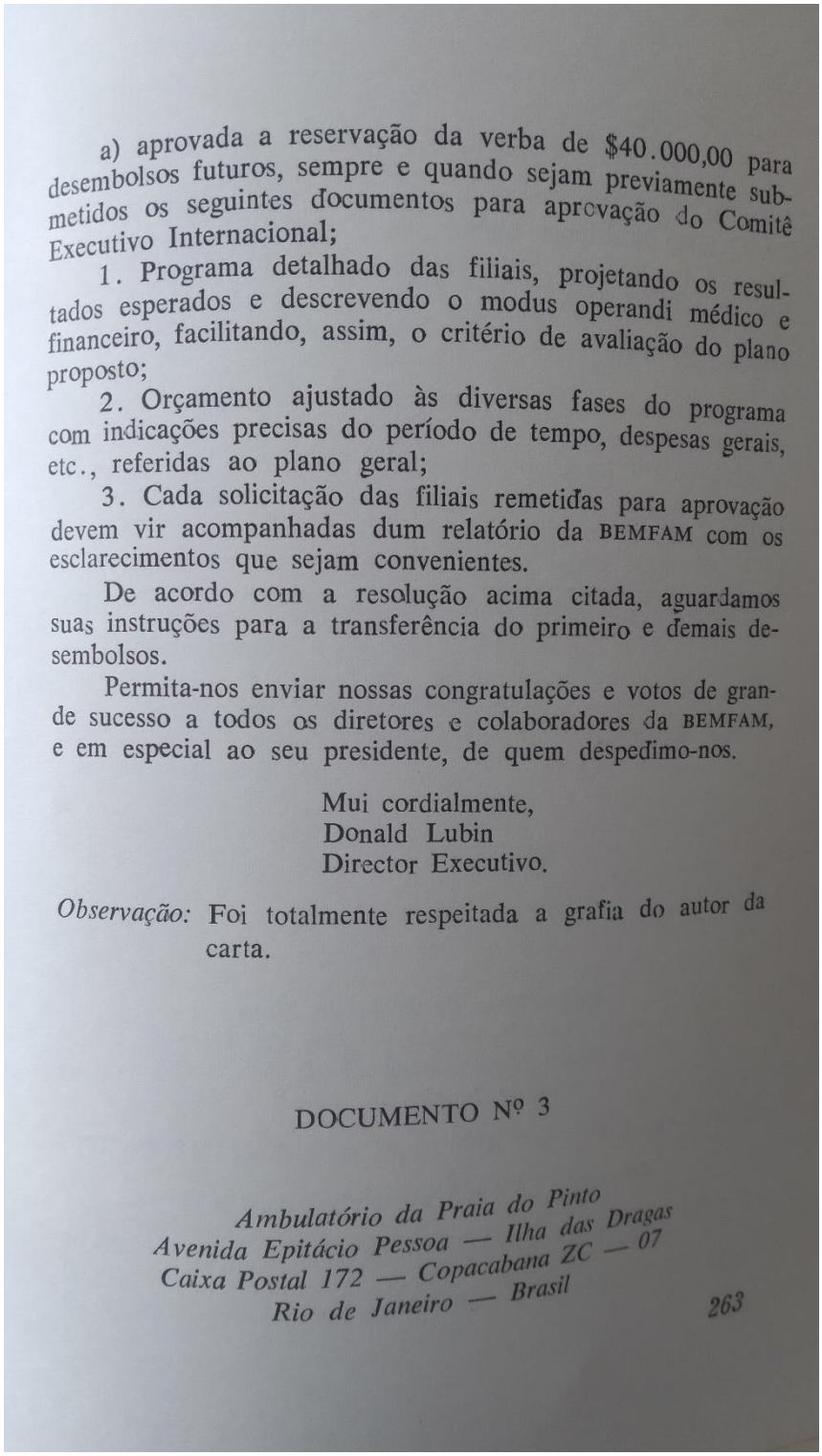
c) o movimento das contas bancárias da BEMFAM requerirá duas assinaturas conjuntas de um diretor e do tesoureiro;

d) esta subvenção é por um ano a partir de Junho 1966, inclusive, e está sujeita ao estudo e análise do relatório anual das atividades da BEMFAM, de acordo com os requerimentos que serão posteriormente enviados a sua Diretoria.

2. US$ 40.000,00 — para financiar programas das filiais da BEMFAM:

262

Anexo 4. Carta de Donald Lubin ao presidente da BEMFAM, Octávio Rodrigues Lima. (Assis Pacheco, 1974:263).



a) aprovada a reservação da verba de $40.000,00 para desembolsos futuros, sempre e quando sejam previamente submetidos os seguintes documentos para aprovação do Comitê Executivo Internacional;

1. Programa detalhado das filiais, projetando os resultados esperados e descrevendo o modus operandi médico e financeiro, facilitando, assim, o critério de avaliação do plano proposto;

2. Orçamento ajustado às diversas fases do programa com indicações precisas do período de tempo, despesas gerais, etc., referidas ao plano geral;

3. Cada solicitação das filiais remetidas para aprovação devem vir acompanhadas dum relatório da BEMFAM com os esclarecimentos que sejam convenientes.

De acordo com a resolução acima citada, aguardamos suas instruções para a transferência do primeiro e demais desembolsos.

Permita-nos enviar nossas congratulações e votos de grande sucesso a todos os diretores e colaboradores da BEMFAM, e em especial ao seu presidente, de quem despedimo-nos.

Mui cordialmente,
Donald Lubin
Director Executivo.

Observação: Foi totalmente respeitada a grafia do autor da carta.

DOCUMENTO Nº 3

Ambulatório da Praia do Pinto
Avenida Epitácio Pessoa — Ilha das Dragas
Caixa Postal 172 — Copacabana ZC — 07
Rio de Janeiro — Brasil

263

Anexo 5. 12 objetivos da investigação da CPMI de 1967 sobre a limitação da natalidade no Brasil. (Aleixo, 1974:28).

grafo Pedro Calderan Beltrão. Houve 31 reuniões, tendo ocorrido a última a 15 de maio de 1968. Convém transcrever os 12 objetivos expressos da comissão.

1. Estudar a conveniência ou não de um plano de limitação da natalidade em nosso País.

2. Verificar a veracidade das denúncias de interferência alienígena na demografia dinâmica do País, através da aplicação de processos anticoncepcionais.

3. Verificar a interferência de entidades, organizações ou grupos, nacionais ou estrangeiros, na motivação e execução de processos de limitação da natalidade.

4. Constatar a aplicação sistemática e intensiva do DIU (dispositivo intra-uterino) ou *asa de Lipps,* vulgarmente denominado *espiral, serpentina* ou *cobrinha esterilizante* em diversas regiões do País.

5. Estudar os fundamentos médico-científicos dos processos de limitação da natalidade e suas conseqüências.

6. Conceituar o problema frente ao Código Penal Brasileiro.

7. Verificar os aspectos: moral, social, religioso, econômico e político do problema.

8. Examinar os estudos feitos durante o Governo Castello Branco e divulgados sob o título: *Dinâmica populacional do Brasil*.

9. Constatar a ação da entidade BEMFAM (Bem-estar da Família), na execução de processos de limitação da natalidade.

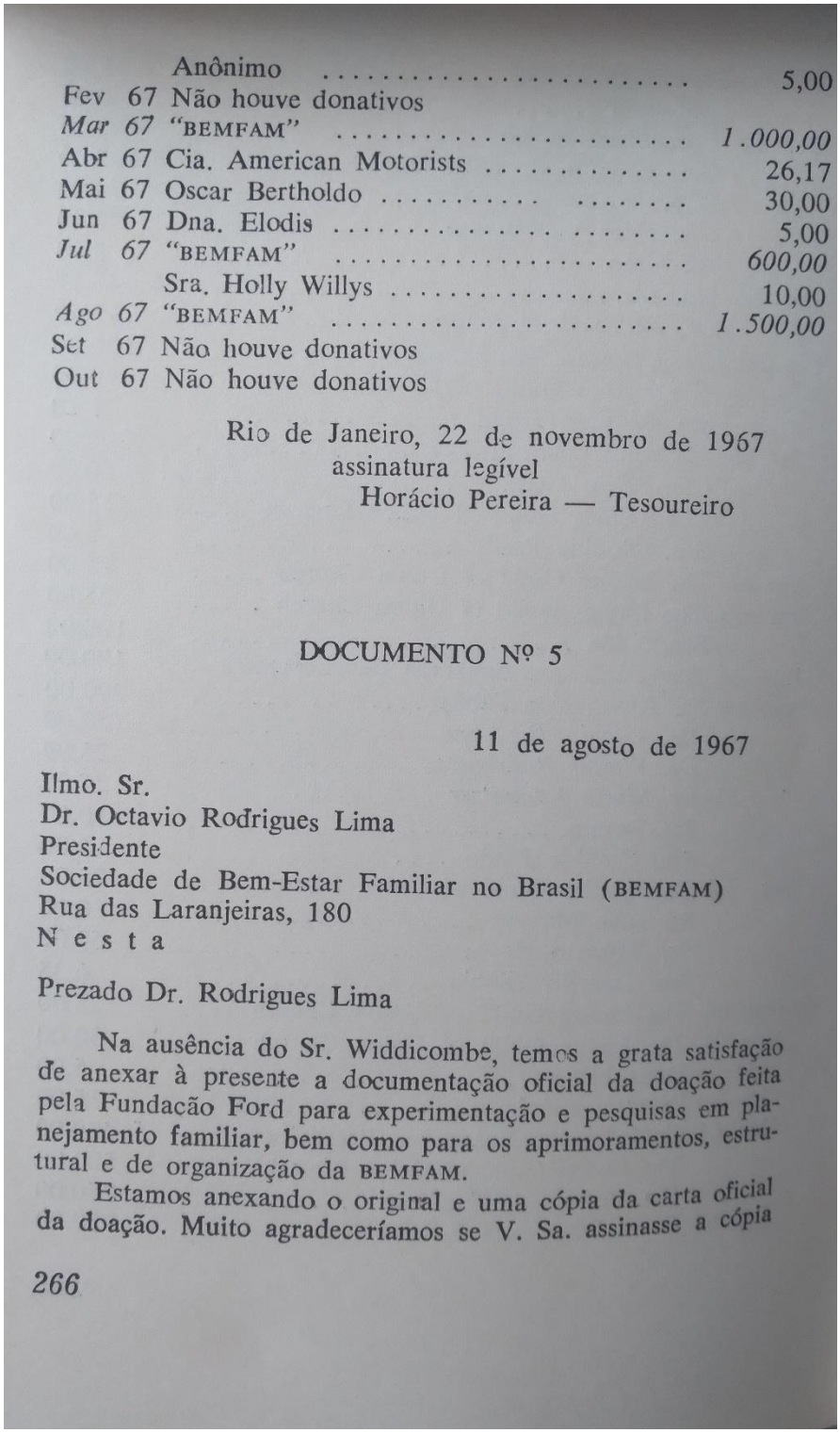
10. Verificar as conseqüências psicossomáticas e orgânicas nas pacientes submetidas aos processos anticoncepcionais e abortivos.

11. Constatar as implicações sob os aspectos da soberania e da segurança nacional.

12. Indagar a posição e as providências adotadas pelo Ministério da Saúde em relação ao problema (v. 1, fls. 12).

28 R.C.P. 1/74

Anexo 6. Carta de Robert A. Mayer Representante Assistente da *Ford Foundation* para Octávio Rodrigues Lima, presidente da BEMFAM. (Assis Pacheco, 1974:266).



	Anônimo	5,00
Fev 67	Não houve donativos	
Mar 67	"BEMFAM"	*1.000,00*
Abr 67	Cia. American Motorists	26,17
Mai 67	Oscar Bertholdo	30,00
Jun 67	Dna. Elodis	5,00
Jul 67	"BEMFAM"	*600,00*
	Sra. Holly Willys	10,00
Ago 67	"BEMFAM"	*1.500,00*
Set 67	Não houve donativos	
Out 67	Não houve donativos	

Rio de Janeiro, 22 de novembro de 1967
assinatura legível
Horácio Pereira — Tesoureiro

DOCUMENTO Nº 5

11 de agosto de 1967

Ilmo. Sr.
Dr. Octavio Rodrigues Lima
Presidente
Sociedade de Bem-Estar Familiar no Brasil (BEMFAM)
Rua das Laranjeiras, 180
N e s t a

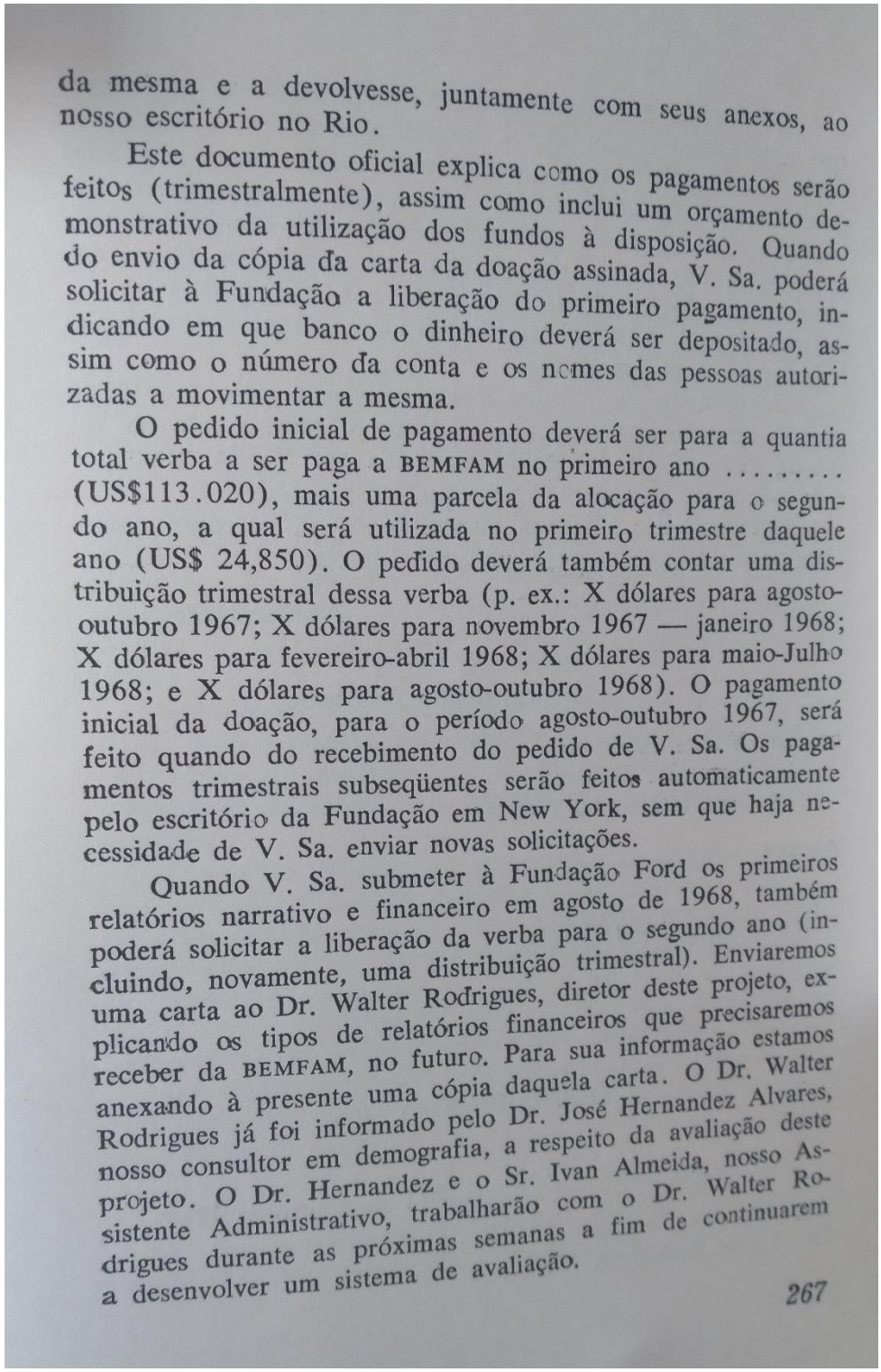
Prezado Dr. Rodrigues Lima

Na ausência do Sr. Widdicombe, temos a grata satisfação de anexar à presente a documentação oficial da doação feita pela Fundacão Ford para experimentação e pesquisas em planejamento familiar, bem como para os aprimoramentos, estrutural e de organização da BEMFAM.

Estamos anexando o original e uma cópia da carta oficial da doação. Muito agradeceríamos se V. Sa. assinasse a cópia

266

Anexo 7. Carta de Robert A. Mayer Representante Assistente da *Ford Foundation* para Octávio Rodrigues Lima, presidente da BEMFAM. (Assis Pacheco, 1974:267).



da mesma e a devolvesse, juntamente com seus anexos, ao nosso escritório no Rio.

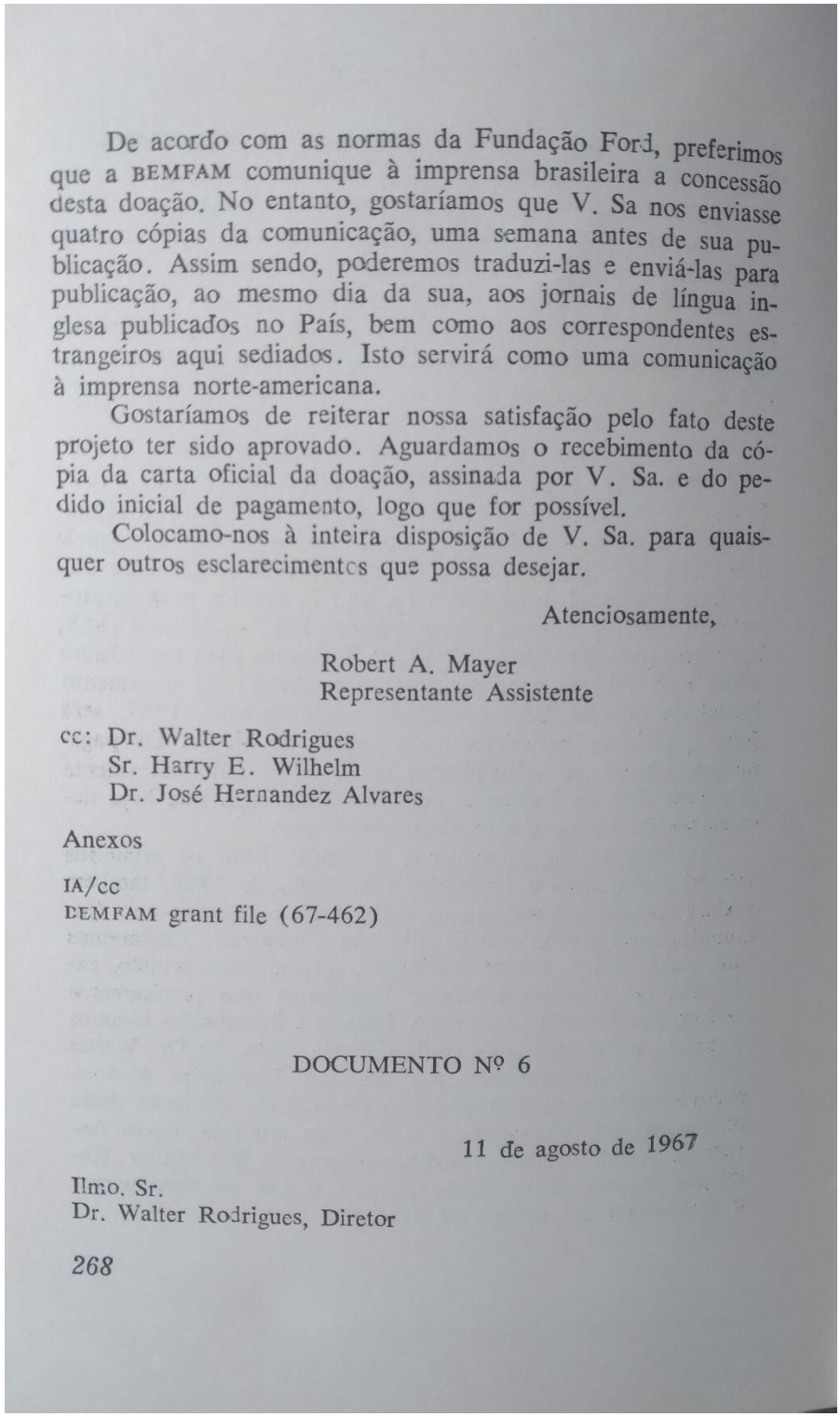
Este documento oficial explica como os pagamentos serão feitos (trimestralmente), assim como inclui um orçamento demonstrativo da utilização dos fundos à disposição. Quando do envio da cópia da carta da doação assinada, V. Sa. poderá solicitar à Fundação a liberação do primeiro pagamento, indicando em que banco o dinheiro deverá ser depositado, assim como o número da conta e os nomes das pessoas autorizadas a movimentar a mesma.

O pedido inicial de pagamento deverá ser para a quantia total verba a ser paga a BEMFAM no primeiro ano ..... (US$113.020), mais uma parcela da alocação para o segundo ano, a qual será utilizada no primeiro trimestre daquele ano (US$ 24,850). O pedido deverá também contar uma distribuição trimestral dessa verba (p. ex.: X dólares para agosto-outubro 1967; X dólares para novembro 1967 — janeiro 1968; X dólares para fevereiro-abril 1968; X dólares para maio-Julho 1968; e X dólares para agosto-outubro 1968). O pagamento inicial da doação, para o período agosto-outubro 1967, será feito quando do recebimento do pedido de V. Sa. Os pagamentos trimestrais subseqüentes serão feitos automaticamente pelo escritório da Fundação em New York, sem que haja necessidade de V. Sa. enviar novas solicitações.

Quando V. Sa. submeter à Fundação Ford os primeiros relatórios narrativo e financeiro em agosto de 1968, também poderá solicitar a liberação da verba para o segundo ano (incluindo, novamente, uma distribuição trimestral). Enviaremos uma carta ao Dr. Walter Rodrigues, diretor deste projeto, explicando os tipos de relatórios financeiros que precisaremos receber da BEMFAM, no futuro. Para sua informação estamos anexando à presente uma cópia daquela carta. O Dr. Walter Rodrigues já foi informado pelo Dr. José Hernandez Alvares, nosso consultor em demografia, a respeito da avaliação deste projeto. O Dr. Hernandez e o Sr. Ivan Almeida, nosso Assistente Administrativo, trabalharão com o Dr. Walter Rodrigues durante as próximas semanas a fim de continuarem a desenvolver um sistema de avaliação.

267

Anexo 8. Carta de Robert A. Mayer Representante Assistente da *Ford Foundation* para Octávio Rodrigues Lima, presidente da BEMFAM. (Assis Pacheco, 1974:268).



De acordo com as normas da Fundação Ford, preferimos que a BEMFAM comunique à imprensa brasileira a concessão desta doação. No entanto, gostaríamos que V. Sa nos enviasse quatro cópias da comunicação, uma semana antes de sua publicação. Assim sendo, poderemos traduzi-las e enviá-las para publicação, ao mesmo dia da sua, aos jornais de língua inglesa publicados no País, bem como aos correspondentes estrangeiros aqui sediados. Isto servirá como uma comunicação à imprensa norte-americana.

Gostaríamos de reiterar nossa satisfação pelo fato deste projeto ter sido aprovado. Aguardamos o recebimento da cópia da carta oficial da doação, assinada por V. Sa. e do pedido inicial de pagamento, logo que for possível.

Colocamo-nos à inteira disposição de V. Sa. para quaisquer outros esclarecimentos que possa desejar.

Atenciosamente,

Robert A. Mayer
Representante Assistente

cc: Dr. Walter Rodrigues
Sr. Harry E. Wilhelm
Dr. José Hernandez Alvares

Anexos

IA/cc
BEMFAM grant file (67-462)

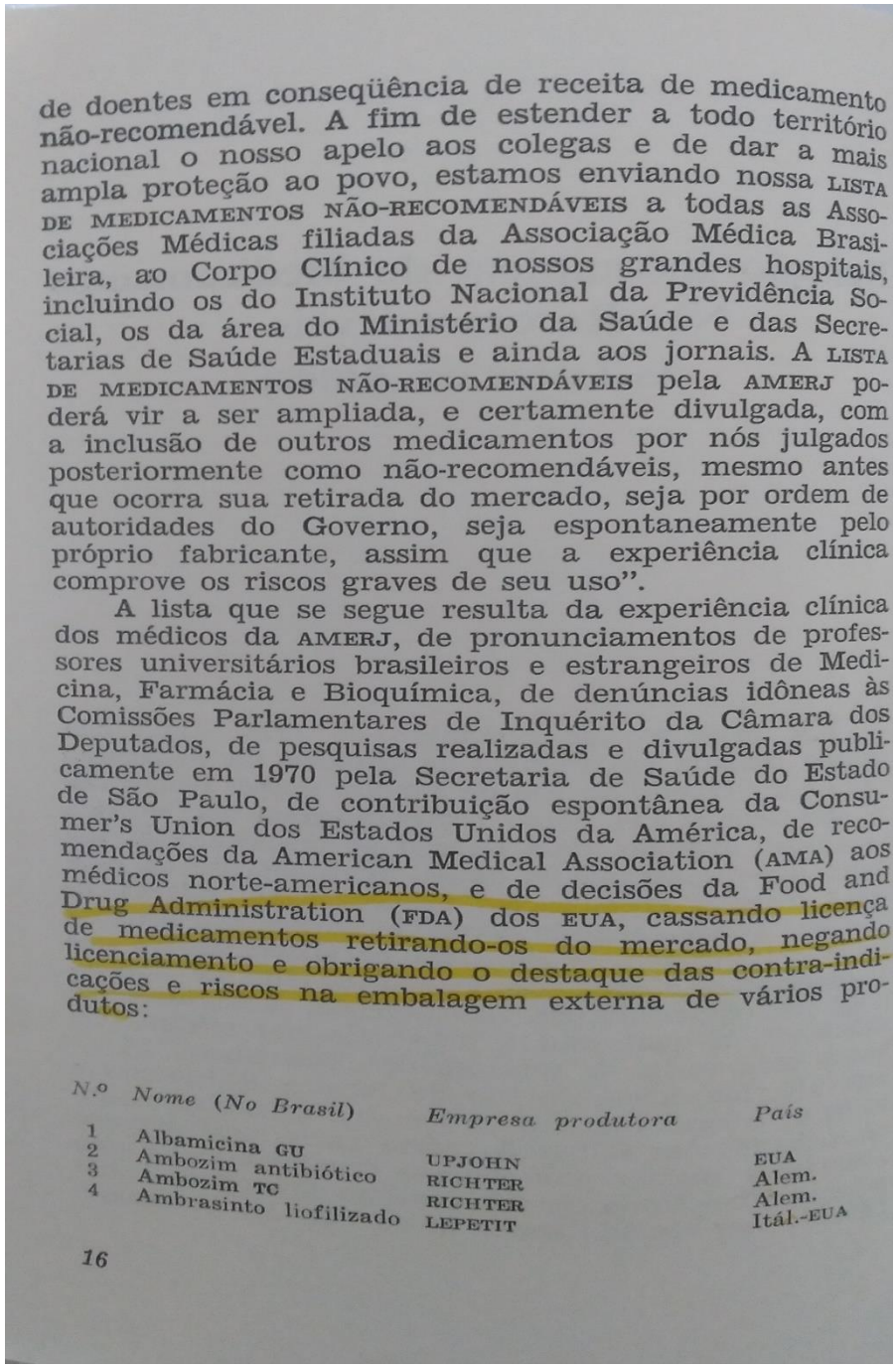
DOCUMENTO Nº 6

11 de agosto de 1967

Ilmo. Sr.
Dr. Walter Rodrigues, Diretor

268

Anexo 9. Lista incompleta dos medicamentos não recomendáveis pela AMERJ (Assis Pacheco, 1978:16)



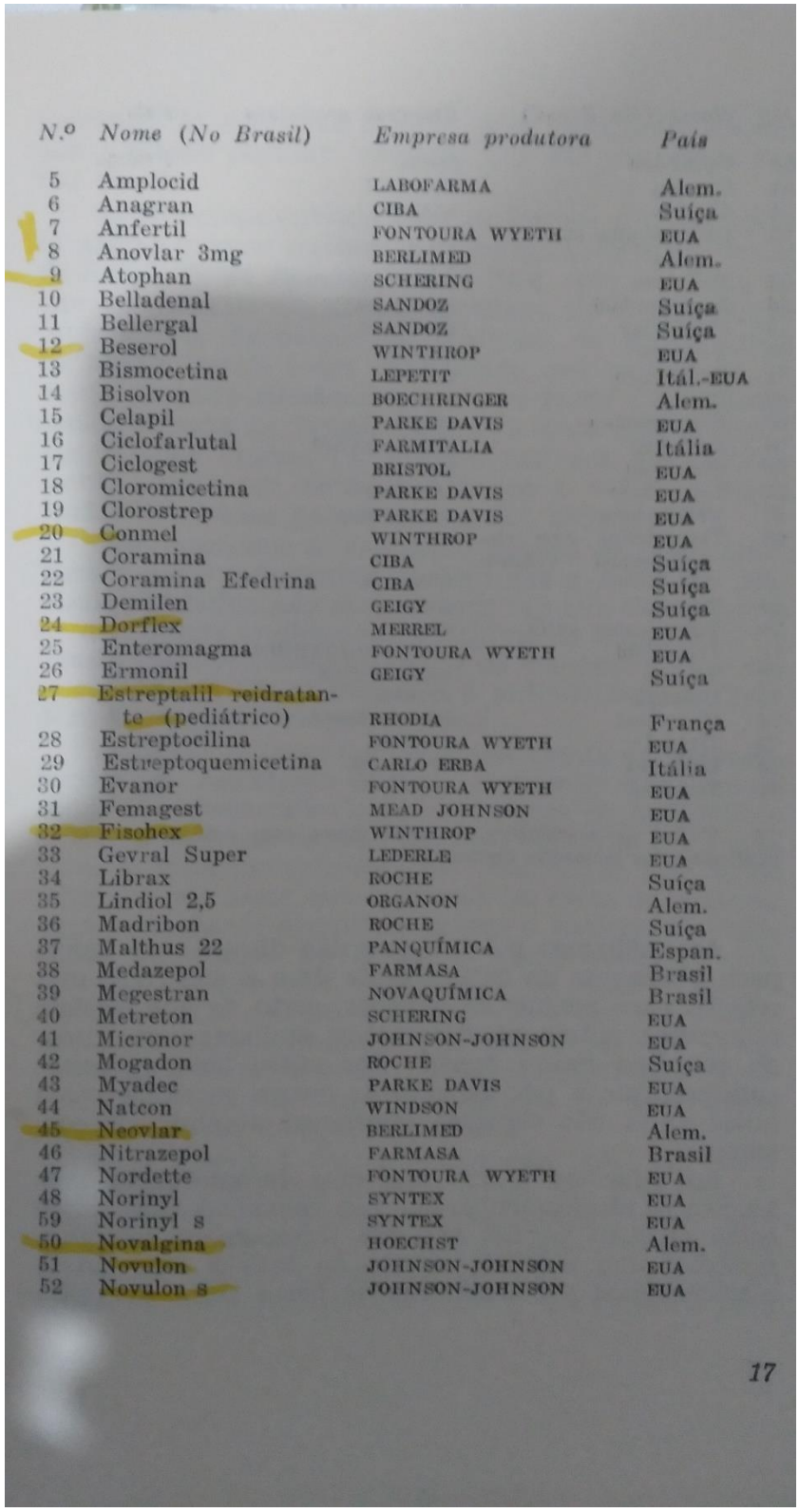
de doentes em conseqüência de receita de medicamento não-recomendável. A fim de estender a todo território nacional o nosso apelo aos colegas e de dar a mais ampla proteção ao povo, estamos enviando nossa LISTA DE MEDICAMENTOS NÃO-RECOMENDÁVEIS a todas as Associações Médicas filiadas da Associação Médica Brasileira, ao Corpo Clínico de nossos grandes hospitais, incluindo os do Instituto Nacional da Previdência Social, os da área do Ministério da Saúde e das Secretarias de Saúde Estaduais e ainda aos jornais. A LISTA DE MEDICAMENTOS NÃO-RECOMENDÁVEIS pela AMERJ poderá vir a ser ampliada, e certamente divulgada, com a inclusão de outros medicamentos por nós julgados posteriormente como não-recomendáveis, mesmo antes que ocorra sua retirada do mercado, seja por ordem de autoridades do Governo, seja espontaneamente pelo próprio fabricante, assim que a experiência clínica comprove os riscos graves de seu uso".

A lista que se segue resulta da experiência clínica dos médicos da AMERJ, de pronunciamentos de professores universitários brasileiros e estrangeiros de Medicina, Farmácia e Bioquímica, de denúncias idôneas às Comissões Parlamentares de Inquérito da Câmara dos Deputados, de pesquisas realizadas e divulgadas publicamente em 1970 pela Secretaria de Saúde do Estado de São Paulo, de contribuição espontânea da Consumer's Union dos Estados Unidos da América, de recomendações da American Medical Association (AMA) aos médicos norte-americanos, e de decisões da Food and Drug Administration (FDA) dos EUA, cassando licença de medicamentos retirando-os do mercado, negando licenciamento e obrigando o destaque das contra-indicações e riscos na embalagem externa de vários produtos:

N.º	*Nome (No Brasil)*	*Empresa produtora*	*País*
1	Albamicina GU	UPJOHN	EUA
2	Ambozim antibiótico	RICHTER	Alem.
3	Ambozim TC	RICHTER	Alem.
4	Ambrasinto liofilizado	LEPETIT	Itál.-EUA

16

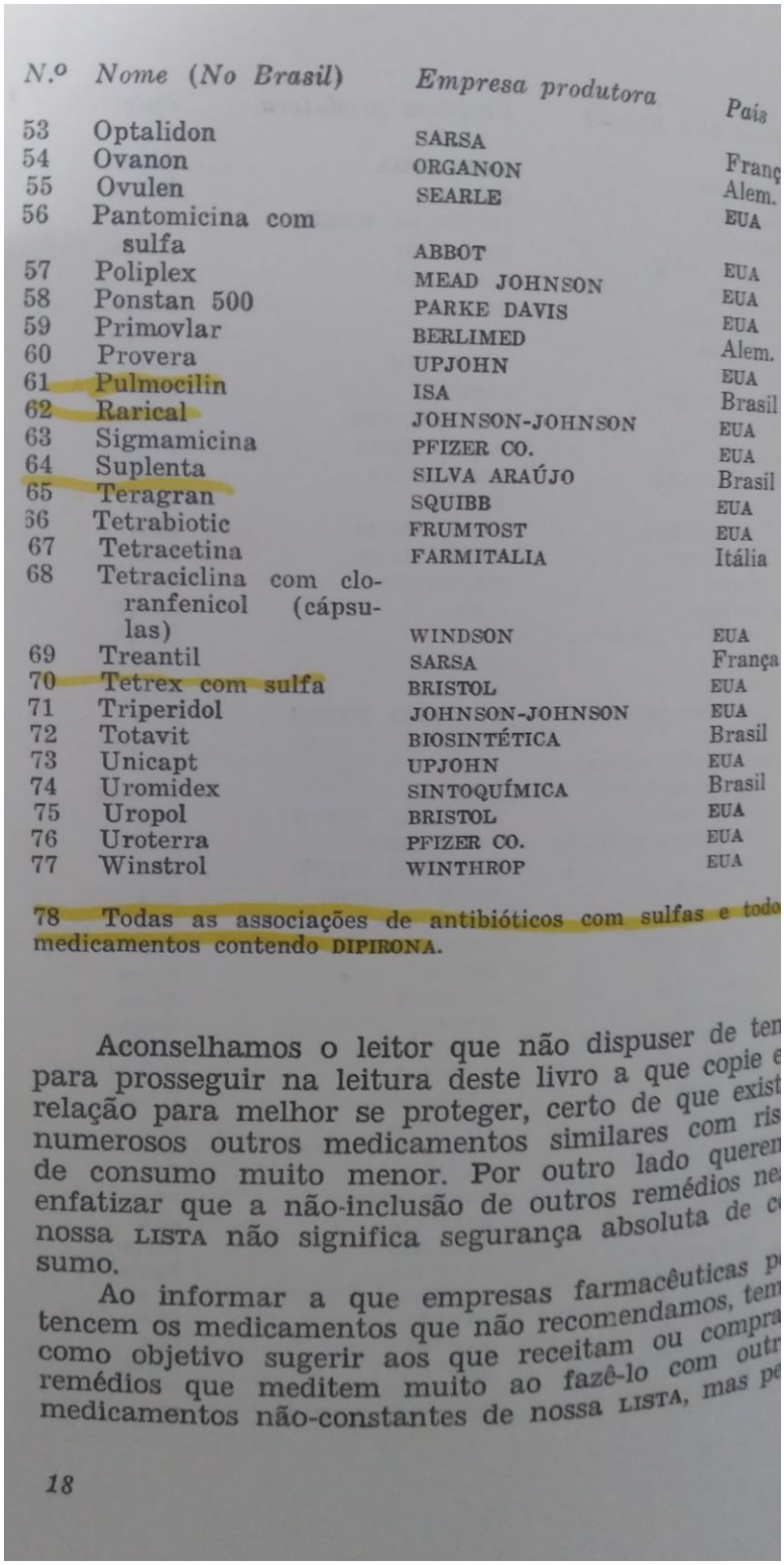
Anexo 10. Lista incompleta dos medicamentos não recomendáveis pela AMERJ (Assis Pacheco, 1978:17).



N.º	*Nome (No Brasil)*	*Empresa produtora*	*País*
5	Amplocid	LABOFARMA	Alem.
6	Anagran	CIBA	Suíça
7	Anfertil	FONTOURA WYETH	EUA
8	Anovlar 3mg	BERLIMED	Alem.
9	Atophan	SCHERING	EUA
10	Belladenal	SANDOZ	Suíça
11	Bellergal	SANDOZ	Suíça
12	Beserol	WINTHROP	EUA
13	Bismocetina	LEPETIT	Itál.-EUA
14	Bisolvon	BOECHRINGER	Alem.
15	Celapil	PARKE DAVIS	EUA
16	Ciclofarlutal	FARMITALIA	Itália
17	Ciclogest	BRISTOL	EUA
18	Cloromicetina	PARKE DAVIS	EUA
19	Clorostrep	PARKE DAVIS	EUA
20	Conmel	WINTHROP	EUA
21	Coramina	CIBA	Suíça
22	Coramina Efedrina	CIBA	Suíça
23	Demilen	GEIGY	Suíça
24	Dorflex	MERREL	EUA
25	Enteromagma	FONTOURA WYETH	EUA
26	Ermonil	GEIGY	Suíça
27	Estreptalil reidratante (pediátrico)	RHODIA	França
28	Estreptocilina	FONTOURA WYETH	EUA
29	Estreptoquemicetina	CARLO ERBA	Itália
30	Evanor	FONTOURA WYETH	EUA
31	Femagest	MEAD JOHNSON	EUA
32	Fisohex	WINTHROP	EUA
33	Gevral Super	LEDERLE	EUA
34	Librax	ROCHE	Suíça
35	Lindiol 2,5	ORGANON	Alem.
36	Madribon	ROCHE	Suíça
37	Malthus 22	PANQUÍMICA	Espan.
38	Medazepol	FARMASA	Brasil
39	Megestran	NOVAQUÍMICA	Brasil
40	Metreton	SCHERING	EUA
41	Micronor	JOHNSON-JOHNSON	EUA
42	Mogadon	ROCHE	Suíça
43	Myadec	PARKE DAVIS	EUA
44	Natcon	WINDSON	EUA
45	Neovlar	BERLIMED	Alem.
46	Nitrazepol	FARMASA	Brasil
47	Nordette	FONTOURA WYETH	EUA
48	Norinyl	SYNTEX	EUA
59	Norinyl s	SYNTEX	EUA
50	Novalgina	HOECHST	Alem.
51	Novulon	JOHNSON-JOHNSON	EUA
52	Novulon s	JOHNSON-JOHNSON	EUA

17

Anexo 11. Lista incompleta dos medicamentos não recomendáveis pela AMERJ (Assis Pacheco, 1978:18).



N.º	*Nome (No Brasil)*	*Empresa produtora*	*País*
53	Optalidon	SARSA	
54	Ovanon	ORGANON	Franç
55	Ovulen	SEARLE	Alem.
56	Pantomicina com sulfa	ABBOT	EUA
57	Poliplex	MEAD JOHNSON	EUA
58	Ponstan 500	PARKE DAVIS	EUA
59	Primovlar	BERLIMED	EUA
60	Provera	UPJOHN	Alem.
61	Pulmocilin	ISA	EUA
62	Rarical	JOHNSON-JOHNSON	Brasil
63	Sigmamicina	PFIZER CO.	EUA
64	Suplenta	SILVA ARAÚJO	EUA
65	Teragran	SQUIBB	Brasil
66	Tetrabiotic	FRUMTOST	EUA
67	Tetracetina	FARMITALIA	EUA
68	Tetraciclina com cloranfenicol (cápsulas)	WINDSON	Itália
69	Treantil	SARSA	EUA
70	Tetrex com sulfa	BRISTOL	França
71	Triperidol	JOHNSON-JOHNSON	EUA
72	Totavit	BIOSINTÉTICA	EUA
73	Unicapt	UPJOHN	Brasil
74	Uromidex	SINTOQUÍMICA	EUA
75	Uropol	BRISTOL	Brasil
76	Uroterra	PFIZER CO.	EUA
77	Winstrol	WINTHROP	EUA

78 Todas as associações de antibióticos com sulfas e todo medicamentos contendo DIPIRONA.

Aconselhamos o leitor que não dispuser de ten para prosseguir na leitura deste livro a que copie e relação para melhor se proteger, certo de que exist numerosos outros medicamentos similares com ris de consumo muito menor. Por outro lado queren enfatizar que a não-inclusão de outros remédios ne nossa LISTA não significa segurança absoluta de c sumo.

Ao informar a que empresas farmacêuticas p tencem os medicamentos que não recomendamos, tem como objetivo sugerir aos que receitam ou compra remédios que meditem muito ao fazê-lo com outr medicamentos não-constantes de nossa LISTA, mas pe

18